

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

***LUGAR DE ESCOLA E “LUGAR DE FRONTEIRA”: A INSTRUÇÃO
PRIMÁRIA EM BOA VISTA DO TOCANTINS EM GOIÁS NO SÉCULO XIX
(1850-1896)***

REGINA CÉLIA PADOVAN

Goiânia - GO
2011

REGINA CÉLIA PADOVAN

***LUGAR DE ESCOLA E “LUGAR DE FRONTEIRA”: A INSTRUÇÃO
PRIMÁRIA EM BOA VISTA DO TOCANTINS EM GOIÁS NO SÉCULO XIX
(1850-1896)***

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás/UFG, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Estado e Políticas Educacionais

Orientação: Prof^a Dra. Maurides Batista Macêdo Filha

Goiânia – GO
2011

P124l	Padovan, Regina Célia <i>Lugar de escola e “lugar de fronteira”: a instrução primária em Boa vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896) / Regina Célia Padovan. – Goiânia: [s. n], 2011. 220f.</i>
-------	--

Orientador: Prof. Dr^a Maurides Batista Macêdo Filha

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, 2011.

1. Educação 2. Goiás. I. Título

CDD 370.98173

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Tese defendida no Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Doutor. Aprovada _____ de 2011, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Maurides Batista Macêdo Filha – UFG
(Presidente)

Profa. Dra. Diane Valdez – UFG
(Membro)

Profa. Dra. Miriam Fábria Alves – UFG
(Membro)

Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante – PUC/GO
(Membro)

Profa. Dra. Olga Brites – PUC/SP
(Membro)

DEDICATÓRIA

*À família primeira
migrante de um tempo de esperanças e de
lutas pela vida em São Paulo in memorian e
em vida*

*À família do Tocantins amor e razão da vida
em Vanderlei, Ana e Tarsila*

AGRADECIMENTOS

Um projeto de tese percorre um tempo relativamente longo e perpassa por muitos lugares e pessoas. Ao final compor os agradecimentos corre-se o risco de esquecer nomes e contribuições das mais variadas formas que incidiram direta ou indiretamente na produção do trabalho. Às pessoas de “perto” e de “longe” meu apreço e sincero agradecimento.

Às famílias...

de longe, nas terras de São Paulo, os irmãos Chico, Ademir, Pial e as irmãs Vera e Sandra. Aos que *in memoriam* permanecem na lembrança: Carlos, Paulo e Tuna, e claro, os pais Ana e Emidio, raízes de todos nós, a minha eterna gratidão sempre...

de terras mineiras que aprendi a respeitar e cultivar: Dona Otacília, Silvia, Nair entre outros irmãos, obrigada pelo carinho e acolhida sempre.... e, em especial, à Vanda pelo auxílio e incentivo

da universidade do “Toca”, como costumamos dizer: Lisa, Helen, Cleides, Marcelo, Elaine, Lia, Heber, Flávio o agradecimento pela amizade e companhia, assim como a compreensão do colegiado de Pedagogia

Aos amigos...

de curso, em especial, Elzimar, Cristiane, Francisco e Lylian pela vivência de estudos, tensões e alegrias de um tempo fora de casa.

de longas jornadas, na pessoa de Alice e Aroldo, pela acolhida e valioso auxílio nos momentos difíceis.

Aos espaços da pesquisa,

em especial ao Arquivo Histórico de Goiás, em nome das pessoas de Maria Carmen Lisita e da amizade e conversas pelo caminho da História de Goiás na assistência da pesquisadora Savia Diniz e ainda da significativa contribuição de Wanda e Regina

na Cidade de Goiás a contribuição da Fundação Frei Simão Dorvi pela atenção de Maria de Fatima Cançado e demais funcionários

no Laboratório de Documentação Histórica (LDH) da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional a relevante contribuição do pesquisador e colega Marcelo Rodrigues e do aluno Marcos pela compilação dos jornais

À vivência e inquietações da tese

sob a orientação da Prof^a Maurides Batista Macedo Filha, obrigada pela credibilidade e compreensão.

As professoras da banca de qualificação, Diane Valdez, Miriam Fábila Alves e Maria do Espírito Santo, o agradecimento pelos apontamentos e relevantes contribuições na leitura do trabalho.

E por fim a primeira e especial família de casa,

no cotidiano intenso da tese vivenciado junto com o esposo Vanderlei e as filhas Ana e Tarsila na eterna pergunta: já acabou...?

RESUMO

Lugar de escola e “Lugar de fronteira”: a instrução primária em Boa Vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896). A presente tese, vinculada à linha de pesquisa “Estado e Políticas Educacionais” do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG, buscou tratar do percurso histórico da instrução primária em Boa Vista do Tocantins, atual cidade de Tocantinópolis, norte do Tocantins, no período de 1850 a 1896. A análise versou pelo entendimento ao processo de criação de um “lugar de escola” no âmbito da política de escolarização da província e as especificidades históricas de Boa Vista como um “lugar de fronteira”, no extremo norte de Goiás. Da confluência de ambos respondeu a realidade social em questão, as necessidades e limites das escolas na materialização dos recursos ao funcionamento das aulas, como da representação dos mecanismos de poder instaurados ainda nos preceitos advindos da catequese e das instâncias de poder nos conflitos políticos sedimentados na região ao longo do século XIX. O recorte temporal da pesquisa atendeu as fontes documentais composta pelos registros manuscritos e impressos entre o período de criação das escolas ao tempo da “revolução” nos anos de 1890, com os adventos da República. A investigação possibilitou apreender historicamente o lugar da escola como espaço de confluência à dinâmica social e política, tecida pelas relações de força e tensão numa localidade de fronteira. O tratamento teórico e os procedimentos de leitura documental priorizaram, entre outros aportes, as representações e práticas que versaram sobre sertão e fronteira, como dos preceitos e dispositivos sociais intermediados pela escola no âmbito de um processo civilizador implantado pelo Estado. No conjunto das práticas e ações empreendidas a visibilidade de um lugar de escola não diferiu entre a materialidade da casa-escola ao quartel da “revolução” e na expressividade social evidenciou os caminhos percorridos pela instrução pública no Brasil e em particular por um “lugar de fronteira”.

Palavras - chave: instrução primária, fronteira, lugar de escola, província de Goiás

ABSTRACT

School's place and "frontier's place": the primary instruction in Boa Vista of Tocantins, in Goiás, in the 19th century (1850-1896). This thesis linked to the research line "State and Educational Policies" of the Graduate Program in Education of UFG searched to deal with the historical route of the primary education in Boa Vista do Tocantins, nowadays Tocantinópolis city, north of Tocantins in the period between 1850-1896. The analysis encompasses an understanding of the process of a "school's place" creation in the scope of the school policy of the province and of the history of Boa Vista as a "frontier place" in the extreme north of Goiás. From the confluence of both came the social reality and the needs and limits of the schools from the materialization of resources to the functioning of the schools, as well as the mechanisms of power brought by the catechism precepts and from the instances of power in the political conflicts in the region during the 19th century. The time of the research attended the documental sources composed of written and printed registers between the time of the creation of the schools to the revolution in 1890 with the advent of the Republic. The investigation allowed us to understand historically the place of the school as space of confluence to the social and political dynamics and the tension and forces in a frontier local. The theoretical treatment and the proceedings of document reading prioritized among other approaches the representations and social arrangements intermediated by the school in the scope of a civilizing process implemented by the state. In the picture of practices and actions taken, the visibility of a school place did not differ from house-school to the headquarters of the Revolution. It showed the ways the Brazilian public instruction had made and in particular the "frontier-place" it had occupied.

Key words: primary instruction; frontier; school's place; Goiás province

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1- Mapa Sertão de Pastos Bons – século XIX.....	32
Figura 2 - Mapa da Comarca de Boa Vista – 1856.....	42
Figura 3 - Comarcas da Província de Goiás – 1872.....	59

QUADROS

Quadro 1 - População das paróquias do norte de Goiás (1858).....	62
Quadro 2 - População de Boa Vista do Tocantins – século XIX.....	63
Quadro 3 - Lugares de Escolas na Província de Goiás (1858).....	99
Quadro 4 - Professores da Escola de instrução primária para o sexo masculino em Boa Vista do Tocantins (1850-1896).....	115
Quadro 5 - Professoras da Escola de instrução primária para o sexo feminino em Boa Vista do Tocantins (1860 - 1896).....	124
Quadro 6 - Lugares de Aulas no Norte de Goiás (1855).....	136
Quadro 7 - Quadro político social em Boa Vista do Tocantins (1862).....	148
Quadro 8 - Quadro político social de Boa Vista do Tocantins (1880-1890).....	171
Quadro 9 - Número de alunos e alunas matriculados nas escolas de instrução primária em Boa Vista (1880-1890).....	190
Quadro 10 – Relação de algumas famílias, alunos e alunas das escolas de Boa Vista do Tocantins (1864-1890).....	191

TOPÔNIMOS DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO NORTE DE GOIÁS E SUL DO MARANHÃO

Goiás

Araguacema - Presídio de Santa Maria, Santa Maria do Araguaia

Araguatins - São Vicente, São Vicente do Araguaia

Conceição do Tocantins - Conceição do Norte

Filadélfia - Porto dos Paulas

Itaguatins - Santo Antonio da Cachoeira - Santo Antônio das Três Barras

Paranã - São João da Palma - Palma

Pedro Afonso - São João - Travessa dos Gentios - Perolândia - Distrito de Paz - São Pedro Afonso

Porto Nacional - Porto Real - Porto Imperial

Tocantinópolis - Santo Antonio da Boa Vista - Boa Vista - Boa Vista do Tocantins

Maranhão

Barra do Corda - Missões - Santa Cruz da Barra do Corda - Barra do Rio das Cordas

Carolina - São Pedro de Alcântara

Caxias - Caxias das Aldeias Altas

Grajaú - São Paulo do Norte - Senhor do Bonfim da Chapada - Porto da Chapada - Chapada do Bonfim

Imperatriz - Santa Teresa da Imperatriz

Pastos Bons - Pastos Bons

Porto Franco - Santa Teresa de Porto Franco

Fonte: IBGE (1958); Palacin (2001); Almeida (2007)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - BOA VISTA DO TOCANTINS: HISTÓRIA E PODER NAS FRONTEIRAS DE GOIÁS.....	24
1.1 O movimento das margens: povoação e vila de Boa Vista.....	25
1.2 Nas fronteiras e no sertão: o lugar de Boa Vista.....	36
1.3 Catequese: práticas de poder e civilização.....	47
1.4 Poder e ordenação social.....	57
CAPÍTULO 2 - <i>LUGAR DE ESCOLA</i> : A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM BOA VISTA DO TOCANTINS.....	70
2.1 A instrução como obrigatoriedade: preceitos de civilização.....	71
2.2 A “luz” da escola de Manoel sapateiro.....	85
2.3 “ <i>Lugares de escola</i> ”: a casa-escola e o ensino elementar.....	91
CAPÍTULO 3 - ESCOLAS DE MENINOS E MENINAS: REGISTROS E MATERIALIDADE DO ENSINO.....	112
3.1 <i>Hum Professor n’esta terra trabalha só, para principiar alunnos</i>	112
3.2 <i>Donas ou senhoras</i> : professoras da escola feminina	123
3.3 Mapas de aula: <i>gráo de instrucção, aproveitamento, moralidade dos alunnos</i>	135
CAPÍTULO 4 - EM TEMPO DE REVOLUÇÃO: NEGÓCIOS E LUGAR DE ESCOLA EM BOA VISTA DO TOCANTINS.....	145
4.1 <i>O estado das cousas</i> entre outros <i>negócios</i>	148
4.2 Na fronteira da província: os conflitos de Boa Vista.....	164
4.3 “Os sertões aquém e de além Tocantins...”	173
4.4 Em tempo de <i>revolução</i> : o <i>lugar da escola</i>	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	205

FONTES DOCUMENTAIS.....	212
ANEXOS.....	220

INTRODUÇÃO

Palavras iniciais

Entre o término do mestrado e a proposição do projeto de tese compreendido num intervalo significativo de dez anos, o fascínio pelos documentos históricos e, em especial, a descoberta pelo século XIX, somou-se ao interesse pelo conhecimento dos processos da instrução pública na histórica cidade de Tocantinópolis¹, norte do Tocantins, local de que trata a presente pesquisa. A referida cidade, representada por Boa Vista do Tocantins ficou conhecida na literatura e estudos produzidos como a terra do coronel “padre João de Sousa Lima” e palco das “revoluções” políticas ocorridas nos primeiros anos da República. O enfoque sobre os conflitos e as lutas políticas produziu uma memória histórica que pareceu constituir a referência maior, senão única, sobre a cidade e região do antigo norte de Goiás.

A investigação à documentação sobre a instrução pública no século XIX, disposta no Arquivo Histórico Estadual de Goiás, na cidade de Goiânia, composto em sua maior parte de registros manuscritos, instigou-nos buscar os primórdios da criação e da representação das escolas de instrução primária na trama histórica que envolveu a cidade de Boa Vista do Tocantins no extremo norte da província.

A visibilidade do processo que marcou a trajetória da educação daquela realidade social requereu o seu entendimento no âmbito da obrigatoriedade da instrução pública proposto pela Lei goiana de nº 13 do ano de 1835. Como um *lugar de escola*, Boa Vista inseriu-se no quadro de criação e atendimento ao ensino público primário no ano de 1850 como parte do movimento de expansão das escolas disposto pela ordem dos Regulamentos e da legislação educacional promulgado pelo governo provincial de Goiás.

A escolha pelo estudo da instrução primária nos desafiou compreender a trajetória do ensino como um novo referencial de leitura às questões sociais que cercaram a dinâmica histórica de Boa Vista da época, no campo de aproximação às demais produções sobre a história da educação em Goiás, entre outras províncias do Império.

¹ A cidade de Tocantinópolis (antiga Boa Vista do Tocantins) está localizada à margem esquerda do rio Tocantins, e faz fronteira com a cidade de Porto Franco, no Maranhão. Foi elevada à categoria de cidade no ano de 1858. Na atualidade pertence à atual microrregião do Bico do Papagaio, norte do estado do Tocantins possuindo uma população de aproximadamente de 22 mil habitantes vinculada às atividades de agropecuária e serviços em geral.

Por outro lado a aproximação às representações das escolas no âmbito das relações de força e tensões vivenciadas pela realidade social de Boa Vista nos permitiu observar acontecimentos que marcaram a história do interior do Brasil, ou das regiões de fronteira, como parte de um movimento mais amplo desenhado pelo cenário brasileiro ao final do período Imperial. Um cenário que, contudo, não passou despercebido às especificidades de localidades como a representada por Boa Vista que, situada num “lugar de fronteira” não deixou de constituir um *lugar de escola*, no ano de 1850, representativo de seu tempo e significação.

O “canto da sereia” na disposição da documentação nos conduziu ao período de criação das cadeiras de instrução primária em Boa Vista, por volta de 1850, às condições materiais das escolas no tempo das lutas e revoluções políticas que movimentaram a vida social em Boa Vista, nos anos de 1890. O contato com as fontes e os diferentes registros dispostos na forma de manuscritos e impressos nos fez embrenhar pelo “espaço do desejo” que, segundo Nunes (1990, p. 37) “encontra em nós a sua origem, movimenta-se na direção dos sujeitos e das coisas habitadas pela história”, permitindo assim, construir um começo possível quando acrescida por novos documentos e, portanto recheado de outros matizes. Assim como parte da pesquisa histórica em que “tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de uma outra maneira” (CERTEAU, 2000, p. 81) o movimento em construir aproximações sucessivas implicou, entre outros procedimentos, rastrear fatos e nomes, lugares e registros na composição social da referida localidade. Os sentidos representados pelo *lugar de escola* puderam ser apreendidos, entre outros dispositivos, no âmbito das distâncias entre Boa Vista e a capital Cidade de Goiás, como das concepções e práticas empreendidas pelo quadro das relações sociais apresentado tanto no plano da localidade de Boa Vista, como no âmbito da Província, ou entre a instância municipal e o governo provincial.

Norteados por estas questões, os objetivos da pesquisa buscaram identificar e analisar as representações e sentidos construídos em torno das escolas de instrução primária no que tange às especificidades históricas e sociais da região do extremo norte de Goiás. Como parte da análise buscou visualizar os mecanismos de poder na constituição de um processo civilizador e das escolas como instâncias no cumprimento da ordem e da moralidade social numa região marcada pelas instabilidades políticas de fronteira com o Maranhão com os adventos republicanos desde as primeiras décadas do século XIX. Os caminhos e obstáculos na consolidação das escolas operaram na ordem das condições materiais e das

concepções subjetivas entre as tensões e divergências que mobilizaram a realidade social de Boa Vista como um “lugar de fronteira” no processo das influências e proximidades com a província do Maranhão.

Por fim, na intenção de imprimir maior visibilidade a um *lugar de escola* nas especificidades que requereram sua relação como um “lugar de fronteira” algumas indagações nortearam a problemática proposta: em que medida a criação das escolas de instrução primária atendeu aos preceitos do processo civilizador no parâmetro de organização do Estado provincial, uma vez que expressiva distância de Boa Vista e a significativa proximidade com o Maranhão foi componente que dificultou a operacionalização administrativa requerida? E ainda assim, até que ponto as condições materiais e econômicas influenciaram nas formas do espaço/lugar das escolas de instrução primária no extremo norte goiano, caracterizado pelo seu expressivo distanciamento acrescido a uma economia de subsistência agrícola e comercial? Como as escolas traduziram no universo das relações as formas de composição social e suas implicações no desencadeamento dos conflitos políticos presentes em Boa Vista do Tocantins? E neste sentido em que medida atendeu ou subsidiou a manutenção do poder político local representado pelas principais famílias e outros grupos sociais intermediários? Até que ponto os ideais liberais republicanos disseminados pelas cidades e vilas do sul do Maranhão influenciaram representantes das famílias maranhenses que ocuparam cargos de professores das escolas de instrução primária ou estudaram seus filhos nas escolas de Boa Vista? Seriam as escolas espaços de visibilidade ou de representação em assegurar estes ideais?

Caminhos percorridos para construção de um referencial teórico e fontes utilizadas

Com base nas indagações propostas os suportes teóricos e o tratamento de leitura às fontes subsidiaram a construção da pesquisa e a materialização das unidades de estudos. Como caminho de análise, os sentidos das representações e das práticas (CHARTIER, 1990) como da inserção do poder simbólico (BOURDIEU, 2007) constituíram importantes ferramentas teóricas à leitura das relações sociais e dos preceitos regidos em torno das escolas de instrução primária em Boa Vista. Ainda como suporte, utilizou-se as concepções subjacentes de um processo civilizador (ELIAS, 1994) instaurado na estruturação da sociedade provincial e da representação do Estado na construção de um pensamento social do século XIX. Este, entre outras medidas traduziu-se na diferenciação de importância na criação

dos *lugares de escolares* em arraiais, vilas ou cidades, como na caracterização do sertão frente à civilização, veiculado também pelo conjunto dos relatórios dos presidentes da Assembléia Legislativa de Goiás, entre outros suportes de informação.

Na emergência do social, entre as esferas do político e do econômico, o processo de formalização da cultura - espaço de múltiplos conceitos, dimensões e sentidos - assegurou ao universo das representações e práticas os elementos norteadores à proposição de uma história cultural voltada “em identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

No percurso de análise junto à documentação enveredamos pela apreensão do social mediado pelas “lutas de representações” na relação das escolas de instrução pública primária e a realidade evidenciada entre as aproximações e distanciamentos dos diferentes registros documentais. A compreensão das formas e os motivos das representações evidenciados no estudo da instrução primária e da materialização das escolas foram entendidos como constituintes à sua apreensão. Disposta pela história cultural “as representações do mundo social”, em sua “percepção e apreciação do real” traduziram-se entre outras clivagens, na apreensão das práticas diferenciadas, nas divisões e ou delimitações apresentadas por determinada realidade social (CHARTIER, 1990, p. 17).

Assim as “lutas de representações” na acepção do autor, podem auxiliar na forma de compreender os mecanismos de dominação de um grupo social sobre outro, pois enunciam relações de poder e de dominação e, por assim dizer, pontos de afrontamentos, competições, como decorrentes de “estratégias simbólicas” nas posições e relações construídas, por cada classe, grupo ou meio, ou um ser percebido constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 1994, p. 5). Na atribuição conceitual que envolve as representações estas são entendidas como as obras e os gestos que, em uma sociedade, estão ligados ao julgamento estético ou intelectual, ao passo que as práticas ao se inserirem na trama das relações quotidianas, exprimem a maneira como uma comunidade reflete sua relação com o mundo e a história. Assim para Chartier (1994, p. 8) pensar historicamente as formas e as práticas culturais é portanto necessariamente elucidar as relações alimentadas por essas duas definições. Ademais tomando as representações como elemento definidor de leitura às percepções do mundo social, esta permite ligar três realidades maiores, tais como: as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e os esquemas de percepção e de apreciação; as formas de exibição social ou do poder político adotadas e da

“presentificação” de uma identidade ou de um poder que permite uma estabilidade social pra aquele momento histórico.

Como parte desta reflexão no exercício de percepção do mundo social há um “trabalho de representação” continuamente mobilizado pelos agentes sociais na definição de uma visão de mundo e de sua identidade, na medida em que a percepção do mundo é produto de uma dupla estruturação social, seja objetiva das relações, seja subjetiva, enquanto “esquemas de percepção”, relacionados às forças simbólicas (BOURDIEU, 2007, p. 139). Nesse procedimento as categorias de percepção ou de entendimento sobre o mundo social ao serem utilizadas pelos agentes, tendem a “naturalizar” o mundo ou a realidade tal como se apresenta como produtos incorporados das estruturas objetivadas no espaço social e, nesse movimento a compreensão das formas de representação operadas pelas escolas de instrução primária na naturalização das categorias de dominação ou do uso de outros dispositivos sobre a realidade.

No entendimento de que a lógica da dominação na sociedade legitima-se na operacionalização de um “poder simbólico”, enquanto um poder invisível mobilizado pelos diversos “sistemas simbólicos” (BORDIEU, 2007, p. 9), estes assim cumprem uma função política de dominação de uma classe social sobre a outra. De forma precisa a noção de dominação ou as maneiras como são engendradas ou inculcadas pelo processo de dominação decorre também de um campo de produção simbólica em constante movimentação a garantir a perpetuação da sua própria lógica na manutenção do sistema. Ou como acrescentaria Bourdieu: o poder simbólico deve ser entendido como “poder subordinado” como uma forma “legitimada”, das outras formas de poder (BOURDIEU, 2007, p. 15).

Conforme Bourdieu (1983, p. 60) a disseminação do poder simbólico e sua incorporação veiculada pelos instrumentos de dominação na sociedade configuram o cenário das especificidades do *habitus*, como “sistemas de disposições duráveis” funcionando como “princípio gerador e estruturador das práticas e das representações e do seu engendramento no social”. Assim a percepção do mundo social implica um ato de construção que passa essencialmente pela mediação da “experiência do mundo social e no trabalho de construção que ela comporta opera-se na prática, aquém do nível de representação explícita e da expressão verbal”, diferentemente da teoria objetivista ou “intelectualista” do mundo científico (BOURDIEU, 2007, p. 140).

Ainda na acepção do autor, as categorias ou forma de compreensão do mundo social operam na disputa dos contrários, ou do jogo permanente pela dominação social, como lógica

de funcionamento da sociedade. Por este raciocínio, os elementos como experiência, prática e representação constituem um conjunto de ações dos procedimentos utilizados na percepção do mundo social, como os quais de certa forma foram incorporados nos objetos de análise nas pesquisas pela “história cultural”.

Nesta aproximação, enquanto as representações podem ser pensadas como “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p 17) a força do *habitus* reside uma maneira de ser, um estado habitual ou uma predisposição ao resultado de uma ação organizadora (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Ao pensar a vida social na perspectiva das representações procurou-se apreender no âmbito das escolas as relações intermediadas pela disputa de poder e dialogadas na constituição do *habitus*, como sistema de disposição das práticas entre indivíduos e grupos, ou das posições inscritas pelos diferentes agentes como líderes políticos, professores, inspetores e outros.

Numa estrutura mais ampla, veríamos que na constituição da vila e posterior cidade de Boa Vista a legitimação dos códigos de conduta subsidiou os princípios de uma ordem civilizadora disposta na organização do espaço público e do comportamento individual. A dinâmica de um movimento “civilizador” imprimiu no processo das relações a diferenciação das funções juntamente a estabilidade de uma regulação individual (ELIAS, 1993, p.197). Para o autor, o risco da desintegração social pode depender do grau das divisões de funções sociais ao exercer menor ou maior pressão das configurações formadas, bem como da instituição de um monopólio da força em assegurar mais estabilidade ou não às relações de dependência ou interdependências individuais e coletivas (p. 200).

Os referenciais apontados – circunscritos às representações e práticas como da configuração de um “poder simbólico” e das leituras de um processo civilizador - intercalados com a disposição das fontes manuscritas e impressas perfilaram um olhar sobre as escolas de Boa Vista que, nas práticas de sua efetivação como um *lugar de escola* traduziram as representações sobre esta mesma realidade, evidenciando uma relação indissociável entre representações e práticas sociais.

Paralelo ao trabalho com a documentação foi relevante o contato com os demais estudos e produções referentes à instrução pública e a escolarização na província de Goiás e nos anos iniciais da República. De acordo com o enfoque e as problemáticas requeridas os trabalhos que caracterizaram um exercício mais amplo de leitura aos processos de

escolarização traduziram-se nas primeiras e relevantes produções sobre a história da educação em Goiás, como os produzidos por Nancy Ribeiro de Araújo Silva (1975), Genesco Bretas (1991) Maria Teresa Canezin e Walderês Nunes Loureiro (1994) e Sandra Elaine Aires de Abreu (2006). Outros estudos que tiveram como preocupação apontar as questões e problemáticas da escolarização no âmbito de localidades da província e dos anos iniciais da República no Estado destacam-se as teses de Miriam Fábria Alves (2009) e Benvinda Barros Dourado (2010). Outro destaque pode ser conferido no estudo da experiência da escolarização de meninos e meninas em Goiás, a partir da perspectiva de gênero na tese de Thiago Thiago Fernando Sant'Anna (2010)

As referidas produções, entre outras, propuseram a inscrição de Goiás no campo da historiografia educacional e constituem referências importantes aos estudiosos e pesquisadores sobre a temática da educação. Por outro lado o destaque ao estudo que trata do norte goiano, relativo às regiões do atual estado do Tocantins pode ser conferido no trabalho de tese de Dourado (2010) sobre a educação em Porto Nacional, embora saibamos que muitas outras localidades do antigo norte e extremo norte goiano, são também merecedoras de investigação que enriqueceriam o cenário histórico e educacional da região. No que atende ao extremo norte do antigo Goiás², como o representado por Boa Vista do Tocantins as referências maiores voltaram-se para os estudos dos conflitos políticos que desencadearam as revoluções promovidas no âmbito das práticas coronelistas pelo controle do poder no município. Do conjunto das produções destaca-se o relevante trabalho do historiador Luis Gomes Palacin (1990) quanto à pesquisa histórica documental sobre os conflitos políticos perpetrados pelos coronéis do sul maranhense e o boavistense padre João de Sousa Lima no período de 1897 a 1936³, entre outros apontamentos históricos da cidade e região. Dentre as informações sobre a educação apenas consta que Boa Vista

tinha duas salas de aula no fim do Império, um para meninos e outra para meninas, mas era tão pouco o valor atribuído à escola elementar pela população que um informe da superintendência do ensino recomendava fosse fechada a escola de meninas de Boa Vista por ser diminuta a matrícula (PALACIN, 1990, p. 26).

² Podem ser inseridas como parte desta localização as atuais cidades de Itaguatins (antiga Cachoeira de Santo Antonio) e Araguatins (antigo São Vicente) distritos que pertenceram à Comarca de Boa Vista, e que tiveram escolas criadas nos anos de 1890.

³ Outras publicações de natureza memorialista que trataram sobre Boa Vista podem ser conferidas nas publicações de SILVA (1935); PASTEROSTRO (1945); CORREIA (1970); MARANHÃO (1978); RODRIGUES (2001); a maioria com ênfase ao período político do padre João de Souza Lima, na caracterização do coronelismo nos primeiros anos da República em Goiás.

A menção ao estado das escolas por parte do autor caracterizou uma leitura mais abrangente do aspecto social, sem alongar outras interpretações. Como fontes de pesquisa à história da povoação e cidade de Boa Vista no século XIX destacam-se as publicações dos escritores maranhenses como Carlota Carvalho (2006) Parsondas Carvalho (2007) e Dushee de Abranches (1993) utilizados nas interpretações sobre as regiões do Sul maranhense e das influências dos movimentos políticos sobre o extremo norte de Goiás, em especial, sobre Boa Vista do Tocantins.

Por fim as produções mencionadas constituíram importantes suportes ao desenvolvimento da pesquisa na interlocução com as fontes e registros documentais referentes à instrução pública e demais documentos que trataram de Boa Vista.

Documentação e tipologia das fontes sobre Boa Vista e seu lugar de escola

A utilização de múltiplas fontes possibilitou-nos o acesso a discursos de diversas naturezas na compreensão à complexidade que marcou o cenário da sociedade provincial goiana no que se refere à instrução pública na segunda metade do século XIX e, em especial, os registros que trataram sobre Boa Vista do Tocantins. Entre as fontes e sua tipologia sobre a instrução pública trabalhamos com o acervo manuscrito, entre outros registros impressos, como os relatórios provinciais, trechos e passagens do Correio Oficial, como de alguns volumes de jornais do Goiás.

No conjunto da documentação manuscrita e avulsa localizadas no Arquivo Público do Estado de Goiás, em Goiânia, foram considerados os registros da instrução pública de Boa Vista e outros no âmbito da província. Das informações que trataram da administração e controle da instrução em Goiás trabalhou-se com os Regulamentos da Instrução Pública e Particular (1869, 1884, 1886, 1893) entre outros significativos materiais representados pelos cadernos de mapas de aulas, ofícios, circulares da inspetoria geral e dos presidentes da província. A atenção sobre os referidos registros deveram-se em função de visualizar o cenário dos lugares de escolas e das medidas de sua efetivação no processo de controle vigilância as medidas de um Estado civilizador (ELIAS, 1994).

Quanto às fontes sobre a instrução primária de Boa Vista do Tocantins trabalhamos com o total de cinco caixas composta de vários pacotes ou maços de documentação manuscrita identificadas pelo Arquivo Público do Estado de Goiás como “Tocantinópolis”. Os documentos, alguns de fácil leitura, outros dificultados pela escrita apagada das letras e da

deterioração do papel, corresponderam em sua maior parte no formato de ofícios, requerimentos ou petições, bem como de mapas de aulas. O universo de informações produzido entre os professores e a inspetoria de ensino, bem como da inspetoria geral da província traduziram as condições materiais e as representações de um *lugar de escola* de meninos e meninas em Boa Vista. Outros documentos de natureza administrativa, também arquivados nos volumes anteriormente mencionados, complementaram as informações sobre o funcionamento dos órgãos da coletoria e recebedoria no conjunto dos cargos ocupados por membros ou adeptos das famílias representativas da cidade.

Além destes materiais, ainda no Arquivo Público do Estado de Goiás, atentou-se para os registros manuscritos e impressos da delegacia de polícia, da Secretaria de Governo e do Ministério dos Negócios e da Justiça em sua maior parte dispostos em caixas avulsas numeradas, além dos cadernos manuscritos, os quais demandaram um árduo trabalho na localização das informações, uma vez que constam apenas os anos referentes e um informativo mais geral de identificação. Esses materiais recolhidos corresponderam aos *negócios* e as *mixórdias* de Boa Vista, no entendimento aos diferentes conflitos políticos decorridos entre os anos de 1860 a 1890.

No que se refere aos documentos impressos utilizou-se alguns números do Correio Oficial dispostos no referido Arquivo e, de sobremaneira, nos servimos dos relatórios dos presidentes da Assembléia Legislativa de Goiás, no suporte às informações sobre o quadro da instrução pública na província como dos aspectos diversos que trataram sobre Boa Vista. O acesso aos relatórios foi realizado por meio da leitura da coleção das Memórias Goianas como do dispositivo *on line*. Para completar o cenário de leitura à região em estudo recorreremos aos importantes registros dos viajantes estrangeiros identificados pelos alemães Spix e Martius, através da obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820)* na publicação de 1938, como do francês Francis Castelnau em *Expedição às regiões centrais da América do Sul* (2000), além dos memorialistas maranhenses identificados anteriormente.

O entrecruzamento das fontes constituiu estratégia fundamental no recolhimento das informações sobre o cenário político e social de organização das escolas como na atenção em conceber a especificidade de cada material levando em consideração a hierarquia dos distintos espaços de produção, circulação e apropriação no meio social, como os representados pelos professores, inspetores paroquiais, inspetores gerais e presidentes de província.

Outro espaço de pesquisa que nos conduziu às informações sobre os *negócios* e dos noticiários da “revolução” de 1892 em Boa Vista foi observado nos jornais de Goiás

localizados no Laboratório de Documentação Histórica (LDH), na cidade de Porto Nacional. Dentre os jornais que melhor expressaram as informações sobre os acontecimentos de Boa Vista e, em especial, dos embates políticos da “revolução” de 1892 destacamos o *Jornal de Goyaz* e o *Jornal do Estado de Goiás*. A recorrência a imprensa foi uma forma de visualizar a atenção dos conflitos sobre Boa Vista quanto às versões produzidas em torno do movimento político de 1892 e dos protagonistas envolvidos, na representação do coronel maranhense Carlos Gomes Leitão e do missionário francês frei Gil Vila Nova, que revelaram entre outras nuances, os contrapontos entre os poder do Estado e da Igreja, nos primeiros anos da República. Ainda na busca por outros documentos, estivemos na cidade de Goiás Velho em visita à Fundação Frei Simão Dorvi no levantamento dos livros da coleção de Leis da Província de Goiás entre outras publicações dispostas também no Gabinete Literário com o acesso à literatura ou referencial bibliográfico sobre Goiás no século XIX.

De posse do *corpus* documental o marco cronológico da pesquisa compreendeu o período de criação da escola de sexo masculino, no ano de 1850, e estendeu-se aos anos de 1890, sob os efeitos da revolução de 1892 no marco das relações de fronteira e do âmbito da política coronelista nos primeiros anos da República⁴. Por outro lado, o recuo entre os anos de 1830 e 1840 deveu-se em função de localizar o território de Boa Vista no processo de ocupação e povoamento da região do médio rio Tocantins, representado pelo projeto dos aldeamentos e da catequese indígena, importantes fatores no entendimento à caracterização das fronteiras e expansão do território de Goiás no século XIX.

Ademais no percurso da pesquisa a preocupação pela identificação dos nomes a partir das diferentes fontes, foi um exercício de aproximação sucessiva à construção e visualização dos quadros sociais e políticos apresentados por Boa Vista. Por intermédio dos cargos públicos e destes com as escolas mapeou-se o poder de algumas famílias representativas no campo das lutas políticas e do lugar da escola neste cenário.

Os escritos em formato de ofício, a observância aos desarranjos e os contratemplos das reclamações dos professores, da lacuna nos registros de aulas, ou simplesmente a ausência dos arquivos das escolas mostraram parte do cenário social abordado. Por este viés, os intervalos e o reinício das aulas representaram a credibilidade de um imaginário sobre a

⁴ Embora as forças coronelistas perdurassem na disputa pelo poder manifesto nas “revoluções” em Boa Vista nos anos de 1907 e 1936 (PALACIN, 1990), sobretudo na era política engendrada pela figura do padre João de Sousa Lima entendeu-se que as mudanças no cenário político e as implicações ao entendimento da escolarização republicana no século XX seriam merecedores de outras análises e extrapolariam as questões da presente pesquisa.

instrução pública e da função da escola como espaço de mediação às divergências e proximidades políticas em processo.

Por fim, ao vislumbrar uma formação histórica ampliada entre o tempo da Província e a denominação de Estado, ou entre o governo monárquico e republicano, a extensão de uma “longa duração” possibilitou-nos também apreender outros elementos como o da representação da República dos Pastos Bons que preencheu o imaginário social dos idos de 1840 à “revolução” de 1892, em Boa Vista. E, ainda assim mostrar o lastro das relações políticas entre Boa Vista e a região sul maranhense num movimento que mobilizou, de um modo ou de outro, o universo das escolas pelos agentes e pela representação das casas- escola.

Estrutura da tese

Para melhor explicitar os caminhos da pesquisa, estruturamos a tese em quatro capítulos. No primeiro capítulo a abordagem voltou-se para a compreensão dos processos históricos e administrativos relativos à localização de Boa Vista do Tocantins, na constituição de um “lugar de fronteira” no extremo norte de Goiás. O projeto de expansão das fronteiras de Goiás caracterizou-se, entre outras medidas, na adoção de uma política de navegação dos rios Tocantins e Araguaia como da fundação de aldeamentos e presídios militares na superação do isolamento e dos “desertos” da província. Nesse processo atentou-se para a política dos aldeamentos voltada para a catequese e civilização indígena às regiões de fronteira ou de litígios do Império como representado entre o sul do Maranhão e extremo norte de Goiás, adquirindo os aldeamentos de Boa Vista significativa visibilidade no âmbito da província. O destaque à migração da população maranhense ao longo do século XIX conferiu, entre outros aspectos, as influências na caracterização de Boa Vista como um “lugar de fronteira” política e cultural em relação a expressiva distância da capital Cidade de Goiás, como na proximidade aos ideais liberais provenientes das vilas e cidades do sul do Maranhão.

No segundo capítulo, procuramos apresentar os procedimentos e concepções que responderam a obrigatoriedade da instrução pública na província de Goiás, em consonância às políticas e legislações da educação no Império. A expansão das cadeiras de primeiras letras ou dos *lugares de escolas* em substituição da casa-escola pelo “Governo da casa” ou do mestre pelo professor atendeu os preceitos dos regulamentos postos pela ordem moral e social de um processo civilizador constitutivo das escolas de instrução primária.

O terceiro capítulo, objetivou adentrar às representações e práticas que figuraram na realidade social dos professores e professoras das escolas de Boa Vista no que se refere aos preceitos e procedimentos de contratação, do tempo de permanência no cargo, como das relações na materialidade do ensino representada pelos mapas de aulas. A análise versou pela visibilidade de um *lugar de escola* no quadro social e político que teceu as relações entre o espaço da escola e o âmbito do poder político local.

Por fim, no quarto e último capítulo procuramos evidenciar o processo político e social instaurado pelas relações de força sedimentadas no controle do poder em Boa Vista que culminou no episódio da “revolução” de 1892 e dos efeitos em relação às escolas e sua representação no período. A ilustração em torno dos conflitos de 1892 - afora os ideais separatistas postulados na representação da República dos Pastos Bons por parte dos chefes políticos do Maranhão – procurou tratar dos fatores diversos na representação de uma política de fronteira no âmbito dos litígios, das fugas e confrontos, como no plano do poder do Estado às leituras dos *negócios* ou das *mixórdias* de Boa Vista na caracterização dos acontecimentos do sertão e seu interior. Dentre os registros sobre a “revolução” e seus efeitos, o destaque às representações da escola e das relações que envolveram o seu espaço na dinâmica social dos conflitos por parte dos professores, agentes e outros particulares envolvidos.

Portanto, no desafio da tese se postulou à função da instrução primária entre cumprir as designações de um “lugar de escola” ou sucumbir-se as necessidades de um “lugar de fronteira”. No intuito de atender as problemáticas que cercaram o campo destas relações dispomos na seqüência dos capítulos as reflexões e pontuações construídas.

1. BOA VISTA DO TOCANTINS: HISTÓRIA E PODER NAS FRONTEIRAS DE GOIÁS

A cidade de Boa Vista do Tocantins , situada na fronteira da província de Goiás com Maranhão, insere-se numa região de conflitos políticos, econômicos e também sociais que nos permitem observar acontecimentos que marcaram a história do interior do Brasil. As medidas administrativas adotadas pelo governo português e do Império, como da província, caracterizadas pela instalação dos aldeamentos indígenas, do incentivo à navegação do rio Tocantins e do estabelecimento de presídios militares conferiram à fundação de localidades, como a representada por Boa Vista, a legitimação da fronteira norte de Goiás na segunda metade do século XIX.

Os territórios no seu entorno, marcados pelos aspectos de natureza histórica, na proximidade de Goiás com a província do Maranhão, também corresponderam à organização social do espaço interno da vila e comarca de Boa Vista, nas normas prescritas pela administração provincial. Como referência no extremo norte da província, Boa Vista do Tocantins ofereceu um cenário aos preceitos de civilidade, resultantes da catequese e do cumprimento dos códigos de posturas municipais, no assentamento das bases constitutivas da vida social, preenchidas nos anos 50 do século XIX com a criação das cadeiras de ensino primário.

Como arraial, depois vila, Boa Vista foi elevada à categoria de cidade em 1858, com o nome de Boa Vista do Tocantins. Sua fundação já tinha despertado a atenção da política governamental por parte do poder central, no Rio de Janeiro, representado pelo projeto da catequese, na missão atribuída pelo Imperador ao frei capuchinho Francisco do Monte de São Vitor no ano de 1841, bem como da capital de Vila Boa de Goiás, na definição do território político com a província do Maranhão e, por fim, do poder constituído na própria região, representado pela disputa entre os coronéis, no final do século XIX. Decorrente da atenção dos poderes constituídos, a cidade foi palco de lutas pelo estabelecimento de garantia das fronteiras com o Maranhão, como parte de um processo mais amplo de formação e visibilidade do Estado independente no século XIX.

O alargamento das fronteiras para regiões e sertões desconhecidos do território representou, para o âmbito do governo de Goiás, adentrar as extremidades e o interior da

província. Nessa condição, a navegabilidade pelos rios Araguaia e Tocantins, como caminho à exploração e descoberta pelo Brasil Central, representou, entre outras medidas, o incentivo à ocupação das terras através da organização das entradas e bandeiras, como das viagens exploratórias pelo território ainda desconhecido e ocupado pelo expressivo número de indígenas e animais bravios.

Devido à singular localização, Boa Vista fez fronteira com o sul da província do Maranhão, através das povoações de Carolina e Chapada do Bonfim (atual Grajaú), e também com outras localidades, como São João do Araguaia (atual Marabá), no Pará. Mas foi do sul maranhense que recebeu a maior parte dos seus moradores, produzindo, entre outros aspectos, a presença de líderes políticos defensores das ideias liberais implantadas após a Independência, de forte repercussão na história política da cidade e região. Com efeito, e como parte da sua formação histórica, a povoação e posterior cidade conheceram os mecanismos de poder caracterizados pela catequese indígena, nos primórdios de seu povoamento, em meados de 1840, os quais atravessaram a Monarquia e adentraram a República. Nos primeiros anos da República, tomaram corpo as práticas abusivas dos coronéis, em especial nos anos 1890, práticas caracterizadas pelas disputas políticas no controle do poder no município.

Com base nesse cenário, este capítulo tem como objetivo mostrar os processos históricos e administrativos que envolveram a mais longínqua comarca e cidade da província, na expectativa de que a visibilidade dos múltiplos aspectos contribua para o seu entendimento como “lugar de fronteira” na constituição do extremo norte de Goiás.

1.1 O movimento das margens: povoação e vila de Boa Vista

A “aldeia” de Boa Vista, denominada assim em função da existência expressiva dos índios apinayés, foi fundada no ano de 1841 e pertenceu ao distrito de Carolina, no extremo norte da Província de Goiás. Ainda no ano de 1837, a reivindicação pela sua autonomia política fora mobilizada por alguns criadores e negociantes da região, como nos documentos apresentados por José Borges de Almeida junto à Assembleia Provincial.

Um dos pontos assinalados pelo “representante” residiu na importância da povoação de Boa Vista para o sustento das relações comerciais com o Pará, uma vez que a província de Goiás dependia de uma intensa segurança “*para guarnecer das Cachoeiras Santo Antonio e*

trez Barras, onde muitos forão victimas desgraçadas”⁵. O comércio com as praças do Pará implicava a superação de obstáculos, como os trechos encachoeirados, na navegação do rio Tocantins, entre os quais a passagem pela cachoeira Santo Antônio das Três Barras ou Santo Antonio da Cachoeira (atual Itaguatins), em que Boa Vista serviria de entreposto e abastecimento aos negociantes.

Outro elemento apresentado na petição justificava-se pelo quantitativo de 84 Fogos e 432 Pessoas e, ainda, como argumento acrescentava que, “*os Abitantes da Margem Occidental, (do Tocantins) supplicão* ao Presidente da província que “*por falta da Administração da Justiça e do Pasto Espiritual*” requerem a independência da Vila de Carolina, assim disposta:

[...] a Creação de sua Villa e Friguizia Erecta com o [ilegível] da Senhora da Conceição: Espero que impouco tempo seja hum dos ricos municípios da Provincia, considerandosse lhes agrassa de inteira exenção dos Dizimos por expasso de 10 annos aquelles que de nôva forem formar novos Extabelicimentos nas Margens do Araguaia e Tucantinz onde porem atualmente disertos, para animar pessoas de grandes possiçoes cultivar tão ricas marges e abudozos [sic] campos; Hirão descobrendo-se muitas Mineraçois de houro e pedras perciozas que abundão os mencionados rios, a Provincia verá Perceber vantajozas renda na fuctura Pôpulação, e animada a Navegação como pretende o proprietário João Acacio de Figueiredo, em poucos annos será esta Provincia contada no Numaro das ricas do Imperio (AHG,TOCANTINÓPOLIS, 1837, CX. 01)⁶.

O incentivo à povoação das margens dos rios Araguaia e Tocantins, ainda como locais “desertos”, e a projeção de inserção da província de Goiás “*no Numaro das ricas do Imperio*” implicou, entre outras medidas, a isenção do pagamento dos dízimos por um período de dez anos, atribuída aos colonos e negociantes, como uma das formas de ocupação do território, semelhante ao que originou Boa Vista. A durabilidade do decreto, publicado ainda em 09 de julho de 1818, persistiu – no incentivo à povoação das margens dos rios, inclusive estendendo a isenção dos dízimos e demais impostos provinciais de dez para vinte anos aos “lavradores e creadores” estabelecidos nas margens do Araguaia – até o ano de 1850. Para conhecimento da lei, adotou a presidência o envio de exemplares impressos às regiões limítrofes da província, como as de Boa Vista e Carolina, no estímulo ao aumento no número de habitantes (MACHADO, 1850, p.12).

⁵ AHG – Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Goiânia - Tocantinópolis, 1837, Cx. 1. A “Corredeira de Santo Antonio” destacou-se como um dos principais obstáculos à navegabilidade no trecho do médio Tocantins na seca, bem como da Cachoeira de Itaboca, o que impossibilitava a navegação de embarcações a motor na referida estação (DOLES, 1973, p. 23).

⁶ Assina o documento José Borges de Almeida, da vila de Carolina, Maranhão. Ver também Almeida (2007, p. 115).

Anos posteriores, um documento procedente da Vila de Carolina argumentava “*ser asertado criar se Villa a dita Povoação da Boa Vista*”, assim descrito:

Levo ao Conhecimento de V. Ex.^a que a Povoação da Boa Vista, muito tem prosperado e aumentado nassua População, por estarem emtrando econtinuando a povoarem muitos Fazendeiros, pois já chegão ou estão a chegar nos limites da Provincia do Pará, o mesmo está acontecendo nas margens deste Rio, no rumo do Rio do Sonno, pois agora de proximo chegou hum homem de Parnaguá, Provincia do Piaui, estabalecer-se comporção de gados, segundo consta ([ilegível] deduzentas cabeças) Este mesmo dá noticia de outros que estão tão bem avir do mesmo Destricto, com seus gados e familias, e porestes motivos q, esponho a V. Ex.^a achava muito asertado criar se Villa a dita Povoação da Boa Vista, dividindo se deste Municipio por ficar deste modo mais comodo aos Povos daquelle lugar, e a este respeito V. Ex.^a obrará o que achar mais asertado
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1850, CX 1).

Se, por um lado, o documento de petição ressaltava o aumento da população, das famílias e do gado que “*muito tem prosperado*” para a criação da Vila de Boa Vista, por outro, infere-se que temia o governo de Goiás não assegurar o território de Carolina, área que se encontrava em litígio com a província do Maranhão desde o início do século XIX. Elevar à condição de vila a povoação de Boa Vista era assegurar o trânsito comercial com o Pará e os demais acessos à região Norte.

Criada a Vila de Boa Vista, a definição dos limites ficou por conta da Resolução da Assembleia Legislativa Provincial, assim apresentada no ano de 1850:

Os limites deste Municipio pelo lado do Nascente são o Ribeirão denominado Caraibas, principiando de suas cabiceiras até o Rio Farinha, e por este abaixo até o Rio Tocantins, e pelo lado do Poente, alem do dito Tocantins, o Ribeirão Lages athe suas cabiceiras, e suas contravertentes até o Araguaia.
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1850, CX 1).

A obrigatoriedade estabelecida pela criação da vila destacava o custo atribuído à população, no que se refere à construção da Cadeia e da Casa da Câmara “[...] *que devera ser feita conforme a planta dada pelo Governo da Provincia tendo em consideração as circunstancias locais*”⁷, representando o espaço político-administrativo e a garantia da tranquilidade pública.

Sua colonização ou precisamente o povoamento foi contemporâneo às fundações de vilas e distritos do sul do Maranhão, datadas dos anos iniciais do século XIX. Essa ampla

⁷ AHG, Tocantinópolis, 1850, Cx.1.

região localizada ao sul do Maranhão recebeu como designação o nome de Pastos Bons ⁸, na composição do “sertão” maranhense, ainda no período das indefinidas fronteiras das províncias do Goiás e Maranhão (CARVALHO, 2006, p. 87) ⁹.

A interiorização do país, com a criação de gado nos sertões do Brasil, deveu-se à procura por melhores pastagens, em fins do século XVIII e início do século XIX, desencadeando a ocupação da região sul do Maranhão e norte de Goiás. As fazendas edificadas às margens e na confluência do Tocantins com o Araguaia facilitaram a comunicação com o sertão de Pastos Bons no sul do Maranhão (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 119), constituindo-se como localidade de passagem, e influenciaram a formação de povoações, como a que originou Boa Vista do Tocantins.

O movimento da expansão pastoril pelo sertão da Bahia passou pelo Piauí e Ceará, alcançou o sertão maranhense ainda ocupado no século XVIII pelos povos indígenas, para formar grandes fazendas de gado e pastagens. Em decorrência dessa expansão, as povoações e vilas maranhenses — por exemplo, Carolina, antiga São Pedro de Alcântara, juntamente com a vila do Bonfim da Chapada, depois Grajaú — tornaram-se prósperas vilas do alto sertão, e abriram frentes de ligação desde o sertão do Parnaíba, rio que compunha o limite do Maranhão com o Piauí, até o Tocantins, e também do Grajaú ao litoral do sertão (CABRAL, 1992, p. 119).

Como parte do processo, as relações comerciais impulsionadas pela criação de gado possibilitaram o desenvolvimento de vilas, como a de Caxias, no Maranhão, que fornecia o sal utilizado na alimentação do gado e beneficiava o couro, posteriormente foi sendo substituída pela vila da Chapada, que se transformou em novo mercado de sal. As “rotas comerciais”,

⁸ Segundo o major Francisco de Paula Ribeiro, a freguesia de “Pastos Bons”, no início do século XIX, era composta por oito distritos: Alto Itapecuru, Parnayba, Balsas, Além de Balsas, Neves, Lapa, Farinha e Grajaú, beneficiada pelos rios Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Grajaú, o que formaria, na sua leitura, “a mais importante porção da capitania do Maranhão, e o quanto é para lastimar o retardamento havido no seu desenvolvimento” (RIBEIRO, 1874, p. 54). Essa alusão à região refere-se às informações do major que, em missões pelo Estado Imperial, conhecia a região desde as primeiras décadas do século XIX e retornou posteriormente, em meados dos anos de 1850, para demarcação das fronteiras entre as províncias do Maranhão e Goiás.

⁹ De acordo com Carlota Carvalho, “Pastos Bons” foi uma denominação regional geral dada pelos ocupantes à imensa extensão de campos abertos para o ocidente, em uma sucessão pasmosa em que ao bom sucedia o melhor”. Após o povoamento do alto sertão, com a denominação das vilas e comarcas, somente o ponto inicial das entradas ficou sendo chamado de Pastos-Bons, de onde partiram as bandeiras que cruzaram o país até o Tocantins (CARVALHO, 2006, p. 97). A região corresponderia na atualidade às cidades maranhenses representadas por Pastos Bons, Riachão, Carolina, Grajaú, Balsas, Barra do Corda, entre outros municípios. Vale observar que a memorialista e escritora maranhense Carlota Carvalho publicou sua obra, *O Sertão*, no ano de 1924, em comemoração ao centenário da Independência. Para o presente estudo será utilizada a terceira edição, referente ao ano de 2006.

inauguradas pelos favorecimentos do gado, se estenderam na abertura para a “rota do Tocantins”, integrando o sertão ao mercado de Belém.

A inauguração, desse modo, de uma nova via de comercialização e de transporte do sal colocou em destaque a antiga povoação de São Pedro de Alcântara (Carolina) que juntamente com Boa Vista possuíam a maior frota de barcos, funcionando como entreposto comercial do médio Tocantins e do alto sertão maranhense (CABRAL, 1992, p. 162-164). Ainda segundo Cabral, a rota do Tocantins, caracterizada por trechos encachoeirados do rio, se por um lado dificultava o tráfego pelas águas, no escoamento das mercadorias, por outro foi de vital importância para a pecuária da região, recebendo da navegação acentuada influência, caracterizada

pelo modo de vida típico dos campos pastoris que passou a ser reproduzido pelos barqueiros que, constantemente, intercalavam a atividade no rio com o trabalho no campo. Eram vaqueiros e remeiros ao mesmo tempo. Ora corriam atrás do gado, ora se movimentavam no balanço dos batelões, embarcações fluviais movidas a remo, vara e sirga (CABRAL, 1992, p. 162).

Refere-se Cabral (1992) às anotações de viagem do médico sanitaria José Paternostro¹⁰, que esteve na região do médio Tocantins, passando inclusive por Boa Vista, nos anos 30 do século XX. Seu objetivo era o de inspecionar as condições de saúde e prevenção da malária. Entre as muitas anotações, destacou nos registros a semelhança do vocabulário e dos métodos de condução do gado e barcos, pelos vaqueiros e barqueiros, evidenciando a permanência das relações entre a navegação e a pecuária, atividades desenvolvidas na região desde meados do século XIX. Nesse aspecto, cabe notar que no campo das permanências oriundas do século XIX também migraram para Boa Vista os ideais políticos e as influências culturais dos migrantes maranhenses, que perduraram nas lutas em favor da integração do norte goiano aos ideais republicanos defendidos no sul do Maranhão, marcando historicamente a região.

Como atividade econômica, a pecuária ocupou a região norte da província de Goiás e, juntamente com a pequena produção agrícola, ao longo do século XIX, intensificou as atividades comerciais através dos rios Tocantins e Araguaia, que serviam de escoadouros naturais do sertão goiano, maranhense e paraense. A recorrência à navegação fluvial, que em

¹⁰ Conferir sua obra *Viagem ao Tocantins* (1945). Entre as muitas localidades visitadas pelo médico sanitaria José Paternostro, Boa Vista foi registrada como “a cidade principal do extremo Norte goiano” (PATERNOSTRO, 1945, p. 127).

períodos anteriores a 1782 havia sido proibida por conta do contrabando do ouro extraído das minas de Goiás, constituiu-se, a partir de então, como forma de escoar a produção e meio de comunicação e integração entre as províncias do Norte e demais regiões do Brasil (CARVALHO; CAVALCANTE, 2009, p. 4). Nesse cenário, a agricultura e a pecuária na região apresentavam uma produção contínua, mas sem grande expansão, por conta da escassez de mão de obra devido à redução da população escrava além da incapacidade importadora de produtos por uma população diminuta e pobre, em especial, a da região norte da província goiana.

Por outro lado, o intercâmbio comercial com a província do Pará ocasionou uma balança comercial favorável às vilas do norte em relação às vilas do sul, sobretudo com os subprodutos do boi, como o toucinho, e agrícolas, como a manufatura de algodão, provenientes das vilas de S. João da Palma, de Conceição e de Natividade através de Porto Imperial e de Carolina para o Pará (DOLES, 1973, p. 57). Entretanto, embora as atividades comerciais na região sul da província de Goiás estivessem vinculadas aos mercados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, potencialmente mais vantajosos, as dificuldades no transporte terrestre acarretavam o alto custo dos produtos de primeira necessidade, provocando desvantagens econômicas, o que resultava num desequilíbrio comercial. Com efeito, o quadro de instabilidade financeira enfrentado pela província de Goiás poderia ser entendido, segundo Doles (1973, p. 49), a partir de um conjunto de fatores, com destaque para os de ordem “natural e técnica”.

acrescente-se a escassez de capitais, o fracasso da política de povoamento e de pacificação do índio e o longo período de colonialismo, que condicionaram o subdesenvolvimento e a fragilidade das comunicações e do comércio fluviais até o período colonial, impedindo a abertura do centro-oeste ao mundo exterior e que o Tocantins e o Araguaia cumprissem o seu destino histórico na tarefa de integração inter-regional e de reerguimento econômico da tão decadente província de Goiás.

Destarte, o movimento de mercadorias pelo rio Tocantins conferiu a mobilidade do comércio entre o norte goiano e o sul maranhense com as praças do Pará. O rio Araguaia foi relegado, tanto pela província de Goiás, quanto pelo Pará, recebendo atenção, por parte do governo imperial, após 1848, com a organização de viagens experimentais de navegação e, posteriormente, com incentivos financeiros dos cofres imperiais¹¹.

¹¹ As expedições de exploração do rio Araguaia decorreram da formação da sociedade mercantil, comandada por homens de negócios, exemplificada na viagem experimental de Rufino Teotônio Segurado em 1846; e de outra, organizada por uma junta de comerciantes (DOLES, 1992, p. 68). Nos anos 60 do século XIX, o general Couto

Vale lembrar que o antagonismo entre norte e sul de Goiás deveu-se não somente à natureza geográfica e judiciária, mas também por sentimentos separatistas oriundos ainda do século XVIII em contestação ao peso dos impostos de capitação da mineração como “medida fiscal discriminatória” aos mineradores do norte. A extinção da casa de fundição na cidade de São Felix, em 1807, e a criação da Comarca do Norte, em 1809, com sede na cidade de São João das Duas Barras¹², na vila de Palma (atual Paranã), foram medidas que serviram para contornar os problemas financeiros e administrativos enfrentados pelo governo provincial, mas não evitaram a germinação das ideias separatistas, que perduraram ao longo do século XIX (CAVALCANTE, 1999, p. 53)¹³.

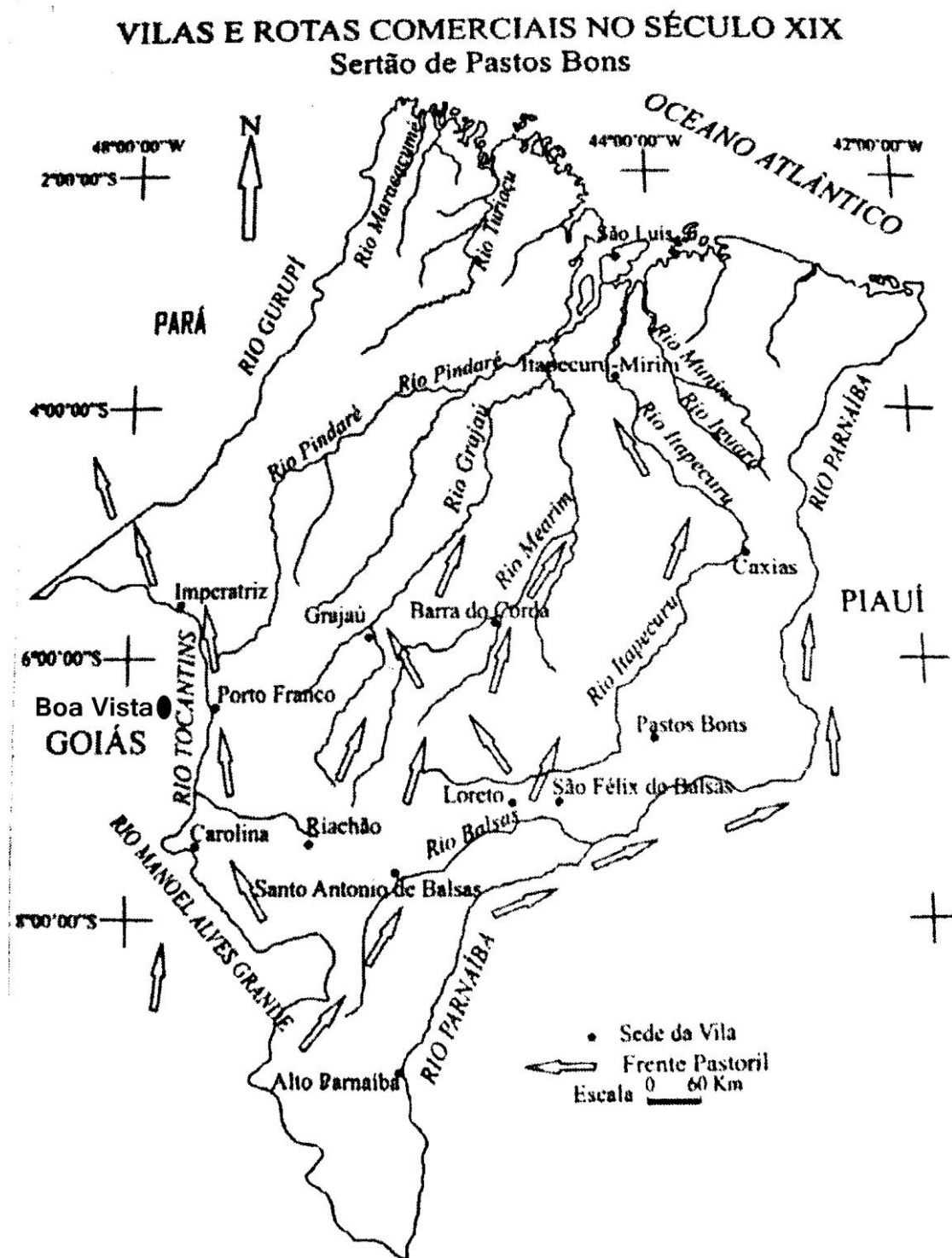
Na verdade, o movimento de ocupação dos territórios do Norte do Brasil deu-se em função da colonização, ainda nos primórdios do século XVII. Diferentemente, no século XIX, o esforço consistiu na ampliação dos mecanismos de fortalecimento do poder político do Estado, marcado pelo incentivo à navegação dos rios Araguaia e Tocantins, na intensificação do comércio com o Pará e o Maranhão. Para Goiás, o fim das atividades mineradoras resultou na inexpressividade econômica e política, acrescida de variadas dificuldades regionais, marcadas pelo isolamento e pela expressiva presença de índios. Nesse entendimento, a Capitania passou a significar, em primeiro lugar, para a Coroa portuguesa, um “território de fronteira” (GARCIA, 2010, p. 108). E de maneira inevitável o recurso aos rios Araguaia e Tocantins colocou em evidência o território goiano bem como a superação aos desafios do desconhecido sertão e das regiões fronteiras da província.

Vieira de Magalhães empenhou-se no estudo e levantamento à viabilidade econômica da navegação do Araguaia como recurso no desenvolvimento da província de Goiás (MAGALHÃES, 1975).

¹² A intenção era transformar São João das Duas Barras como centro da nova Comarca, como convinha pelo adiantamento da navegação dos dois grandes rios, Tocantins e Araguaia. Entretanto, no ano de 1810, ocorreu a transferência de cabeça de julgado de São João das Duas Barras para Porto Real sob a atuação do então corregedor da Comarca Joaquim Teotônio Segurado. Em Porto Real se configurava uma postura de diferenciação demográfica e cultural entre o norte e o centro-sul da província, como observou Dourado (2010).

¹³ Sobre as origens do movimento separatista do norte de Goiás e a legitimidade de criação do estado do Tocantins, ver Cavalcante (1999).

Figura 1: Sertão de Pastos Bons – Século XIX



Fonte: CABRAL (1992, p. 168); BEZERRA (2010, p. 77)

Assim, no extremo norte de Goiás¹⁴, representado por Carolina e Boa Vista, as atividades de criação de gado cavalar bem como de animais para a produção de carne constituíram uma prática produtiva vinculada ao plantio de subsistência, além do extrativismo vegetal e animal. As relações comerciais pelo “carregamento de couro, gado, carne seca, cavalos” com as praças do Pará permitiram que Boa Vista se constituísse em um dos portos no “Mapa dos barcos do Norte da província de Goiás que descerão para o Grão Pará no ano de 1851”.

Entre as informações sobre os “barcos do Norte” constaram os portos e respectivos barcos – de acordo com a residência dos negociantes – representados por Palma, (04 barcos), Porto Imperial (04 barcos), Carolina (06 barcos) e Boa Vista (04 barcos) (GOMES, 1851, p. 216). Nos registros da Recebedoria de Boa Vista, constou a cobrança de taxas e dízimos dos produtos vinculados às atividades de criação, como de reses para o consumo, gado vacum e suíno, entre outros recebimentos¹⁵. De outra parte, a localização e o movimento das mercadorias de Boa Vista conferiram-lhe a condição de centro de abastecimento de víveres e fornecimento de remeiros existente entre Porto Imperial e a confluência do Araguaia até a década de 50 do século XIX, o que empregava cerca de 1.500 pessoas em sua localidade, conforme registrou o viajante francês Francis Castelnau no ano de 1843 (CASTELNAU, 2000, p. 207).

O aldeamento nas mediações do município de Boa Vista do Tocantins, único na região próximo à povoação, atendia o fornecimento de mão-de-obra para a navegação, e por ventura, vantajoso no fortalecimento da catequese. Os indígenas Apinayé constituíam a tripulação nos barcos de origem particular, totalizando um número de 100 pessoas, seguida de Carolina, com a mesma quantidade, e de Porto Imperial no norte da província, com 150 pessoas (DOLLES, 1992, p. 67).

No contexto retratado a prática da navegação representou para as populações do norte e extremo norte de Goiás uma atividade profissional recorrente e, por conseguinte, reveladora de outras questões, como as dificuldades quanto à indisciplina ou “desobediência” dos remeiros aos contratos firmados com os barqueiros e negociantes. Isso explicitava, para a

¹⁴ O extremo norte goiano corresponde a uma das cinco microrregiões da província a ocuparem 44,8% do território de Goiás, que compreendem o Baixo Araguaia goiano, Tocantínia de Pedro Afonso, Médio Tocantins Araguaia e Serra Geral de Goiás e, por se situarem abaixo do Paralelo 13º, compõem a região denominada Amazônia Legal Brasileira (CAVALCANTE, 1999, p. 17).

¹⁵ AHG, Documentação Manuscrita, 1853-1890, Caderno 033.

navegação dos rios, além das dificuldades dos perigos e estorvos dos leitos, o registro de inúmeras queixas quanto

Aos frequentadores d'quella navegação da falta de subordinação dos remeiros pilotos, e camaradas, e da inconsistencia, que mostram nos ajustes, abandonando-se os patrões, quando elles mais necessitam de seus serviços, uma vez que não sejam satisfeitas suas exageradas exigências (CERQUEIRA, 1859, p. 89).

Ainda, de acordo com o relatório do presidente da província, Francisco Januário da Gama Cerqueira (1859), constatava-se a necessidade de criação de uma companhia de aprendizes marinheiros para o serviço das embarcações¹⁶ como uma medida de solução à questão da mão de obra requerida pela navegação.

No ano de 1868, ficou evidente a intenção de fazer da navegação do Araguaia o movimento semelhante ao ocupado pelo rio Tocantins e, neste aspecto, o destaque à “Boavista”:

Se no Araguaya apparecesse botes e tripolantes em quantidade como há na cidade da Boavista, se imitando o que se faz no Tocantins se organisassem essas esquadilhas de pequenas embarcações que todos os annos partem para o Pará, esta capital e alguns municípios do sul actualmente já experimentariam os benefícios que resultarão da navegação [...] Consta-me confirmar regularmente essa navegação e que na cidade da Boavista as tripulações das embarcações sobem a 200 homens (PEREIRA, 1868, p. 224).

Assim, do ponto de vista econômico, o recurso da navegação permitiu o acesso à exportação e importação de mercadorias. O rio Araguaia, na década de 1870, com o auxílio do Ministério da Marinha, constituiria uma solução para a economia estagnada da província de Goiás quanto aos produtos importados via porto de Belém, além de apresentar uma viável saída para as dificuldades com o escoamento da produção pecuária e de outros produtos, sem contar a arrecadação aos cofres provinciais com as inspetorias instaladas na região¹⁷. Para além dos benefícios econômicos, as vantagens da navegação significaram a inserção de Goiás

¹⁶ Esta questão nos remete ao processo de institucionalização *dos comportamentos indesejáveis* ao atendimento dos serviços e, neste caso, à função dos remeiros pilotos e camaradas, que sabiam negociar diante da necessidade do trabalho e manejo com os rios.

¹⁷ Em sua obra *Viagem ao Araguaia*, publicada em meados de 1864, o General Vieira Couto de Magalhães salientou a viabilidade econômica da navegação a vapor no rio Araguaia, apontando as riquezas e os empreendimentos na intensificação do comércio com o Pará, bem como dos benefícios na abertura do caminho fluvial entre Mato Grosso, Goiás e Pará e a comunicação da bacia do Prata com a do Amazonas. Além dos benefícios no investimento da navegação para a economia goiana, propôs as vantagens quanto às condições higiênicas, comerciais e administrativas de instalação da capital de Goiás em Santa Leopoldina, presídio localizado à margem direita do Araguaia. Para essas informações, entre outras, ver Magalhães (1975).

como “o desejo de estar dentro da Nação”, a ocupar o mesmo patamar de importância das outras províncias (GARCIA, 2010, p. 130).

De toda sorte, os discursos do governo fundamentavam-se na precariedade econômica, em vista dos altos investimentos que implicavam a navegação a vapor, restringindo a atividade na região do baixo Tocantins. Em outros trechos do rio, no alto e médio Tocantins, a navegação foi mobilizada em sua maior parte, através de iniciativas de particulares (FLORES, 2009, p. 122) ¹⁸. O melhor aproveitamento dos rios Tocantins e Araguaia mereceu a organização de inúmeras comissões e projetos de engenharia para a remoção de obstáculos, tais como trechos de cachoeiras, pedras e cristais, abertura de canais, entre outros procedimentos. Como assinala Flores (2009, p. 128), o indicativo postulado pelos relatórios quanto à necessidade de povoamento da região norte da província significava a ocupação de uma população capaz de produzir excedentes para as trocas comerciais com o Pará, o que valeria o esforço pela navegação.

Paralelo à exploração da navegação dos rios, a instalação de presídios militares em suas margens obedeceu à estratégia de ocupação do território quando o interesse do governo imperial direcionou-se às bacias hidrográficas como acesso ao interior do Norte do Brasil. O expressivo conjunto de presídios militares (num total de 21), instalados às margens do rio Tocantins pelo governo Provincial na primeira metade do século XIX – como foi o caso dos presídios de São Pedro de Alcântara em 1820 (atual Carolina), e os de Santa Isabel, Monte Alegre, Santa Bárbara, Santo Antonio e Santa Cruz posteriormente a 1856 – revelaram as necessidades da exploração e do povoamento da região, embora ainda insuficientes para atender as fronteiras do vasto sertão goiano. No rio Araguaia, o presídio de São João do Araguaia foi implantado já no ano de 1802, fora as tentativas de instalação do Presídio de Santa Maria, consolidado somente na segunda metade do século XIX, entre outros implantados, como de Tacayú e de Santa Leopoldina.

O empreendimento, sob o controle do governo imperial, recebeu, à época, outras denominações, tais como: núcleos de colonização militar; núcleos, presídios ou colônias militares de povoamento; fortificações ou apenas fortes, como formas concretas na delimitação dos espaços e fronteiras de ocupação e povoamento (CARVALHO;

¹⁸ Para Flores (2009, p. 134), a história da navegação do rio Tocantins deve ser observada como resultado maior do esforço empreendido pelas populações ribeirinhas no enfrentamento aos obstáculos do rio, como meio de vencer o abandono do poder público por parte daquelas regiões do interior da província.

CAVALCANTE, 2009, p. 6)¹⁹. O que levou as autoridades provinciais à consecução desses projetos foi a proteção dos ataques indígenas e o incentivo à ocupação das margens dos dois grandes rios, Tocantins e Araguaia, com o intuito de objetivar a navegação a vapor como viabilidade de comunicação com as províncias da região Norte do Brasil. Os estabelecimentos dos presídios ou colônias funcionaram também como pontos de abastecimento de víveres e tripulação para a navegação. As colônias de povoamento, dependendo da estabilidade, compunham-se de casas, igrejas, e até mesmo de escolas, onde eram acomodadas famílias e colonos nas atividades de plantio e criação de gado. O presídio de Santa Leopoldina, instalado na margem direita do Araguaia, dispunha de oficinas para construção de barcos, bem como de ferreiro e de carpinteiro, além da roda de farinha, monjolo e olaria (MAGALHÃES, 1975, p. 103). Aí também foi instalado o colégio Isabel a partir de 1870, voltado para a educação religiosa e profissional das crianças indígenas.

Nesse sentido, os desafios enfrentados pela ordem de ocupação e as possibilidades econômicas da província mobilizaram diferentes projetos políticos ao longo do século XIX, em sua maior parte voltados para interiorização em regiões caracterizadas pelo despovoamento. Por outro lado, o quadro de isolamento de Goiás fez predominar a descrição de regiões e localidades caracterizadas como “desertos”, e compostas pela solidão do sertão, longe da costa, como um território desconhecido e habitado pelas gentes bárbaras, entre outros atributos na composição das narrativas dos viajantes estrangeiros e nacionais sobre a desconhecida e isolada província do Brasil Central (GARCIA, 2010, p. 82)²⁰.

1.2 Nas fronteiras e no sertão de Goiás: o lugar de Boa Vista

Nas fronteiras de Goiás com o Maranhão ou precisamente dos limites do seu território, em paralelo à exploração dos rios Araguaia e Tocantins, os interesses políticos entre as províncias resultaram para Goiás, em particular, ousados projetos de alargamento dos territórios, iniciados ainda no século XVIII pelas Capitanias (ALMEIDA, 1868, p. 29)²¹.

¹⁹ De acordo com a concepção de Carvalho e Cavalcante (2009, p. 6) “Os presídios foram em grande parte mantidos e desenvolvidos à custa do trabalho de pessoas ociosas, principalmente negros e mestiços. Em muitos destes viviam gentios catequizados e pacíficos, e era frequente possuírem campos de lavoura cultivados pelos criminosos e desocupados”.

²⁰ Sobre as descrições dos viajantes estrangeiros e nacionais que percorreram a província de Goiás no século XIX, ver Garcia (2010).

²¹ Além da obra *Atlas do Império* (1868), Cândido Mendes de Almeida, como Deputado Geral e Senador do Império pelo Maranhão, escreveu a obra *A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e do Goiás*, publicada no ano de 1852, na qual foi defensor da incorporação de Carolina à província

Entre as alusões diversas sobre os limites das capitanias e províncias, referendou Almeida (1868, p. 30) a situação de Goiás por se tratar de “um território nunca limitado” a respeito das queixas com a província do Mato Grosso. Sobre a divisão judiciária, completou: “não é pequeno o territorio desta província, que alias tem espaço sufficiente para duas, uma ao Norte e outra ao Sul” e, ainda, dispor da “mais bella mesopotamia da terra formada pelos dous caudalosos mananciaes Tocantins e Araguaya”.

A expansão das fronteiras caracterizou-se, grosso modo, pelas disputas por localidades em litígio entre as províncias, paralelamente aos investimentos diretos do governo imperial em favor do domínio da região Norte, ou de uma ocupação econômica com exploração das riquezas da Amazônia. Neste cenário, a expressividade de ligação dos rios Araguaia e Tocantins com a região Norte, através da província do Grão-Pará, representou um dos principais focos de atenção por parte do Ministério da Marinha.

Diferentemente do período colonial, onde a estratégia de descentralização administrativa caracterizou-se pela ocupação política do espaço amazônico, através da fundação de fortes ou fortalezas como pontos de apoio militar em face às ameaças de domínio estrangeiro ao território; no período imperial, a ocupação delineou-se através dos interesses econômicos e, por conseguinte, da declaração do livre comércio pelo rio Amazonas e seus afluentes, além da centralização administrativa com a criação da Província do Grão-Pará por volta do ano de 1823 (MATTOS, 1980, p. 46). Segundo Mattos (1980, p. 48), “não entendeu o Império a política de descentralização administrativa do espaço amazônico herdado da colônia”, pois foi somente em 1850 que a província do Grão-Pará, subordinada antes à Lisboa e não ao poder central situado no Rio de Janeiro, foi desdobrada em duas, criando-se a província do Amazonas. Em decorrência dessa relação, compreende-se porque durante o Império a região amazônica viveu situação de quase “abandono e estagnação”. A declaração pelo livre comércio e a navegação do rio Amazonas no ano de 1858, entre outras medidas, coincidiram com o início da exploração da borracha e consequentemente com o surto populacional da área dos seringais no último quartel do século XIX.

Análogas aos interesses econômicos da região Norte, as atividades de criação e plantio em torno da ocupação desencadearam contínuos deslocamentos migratórios. O processo se intensificou, em especial, na segunda metade do século XIX, com a ocorrência da brutal seca no Nordeste, ocorrida em 1877, provocando expressiva onda migratória para a

do Maranhão, o que de fato ocorreria no ano de 1854, determinando os limites das fronteiras entre as referidas províncias.

região amazônica. Ressalta-se que, como portais de entrada para a Amazônia, facilitados pela navegação dos rios Tocantins e Araguaia, o extremo norte da província de Goiás e o sul do Maranhão funcionaram como áreas de escoamento da mão de obra nordestina para o trabalho na economia da borracha²².

Ao relatar os limites tão extensos que abrangeriam a Vila de Boa Vista, pronunciou-se o presidente da Assembleia Provincial, enfatizando a necessidade da criação da Comarca, no ano 1854:

Sabeis que a Villa da Boavista dista da de Porto Imperial não menos de cento e sessenta léguas e embora a viagem seja fluvial, esta extraordinária distancia he razão para que a dita Villa não possa pertencer a comarca de Porto Imperial; ora como pela incorporação de Carolina a provincia do Maranhão he fora de duvida que, segundo o nosso direito constitucional, o municipio da Boavista da provincia de Goyas não pode continuar a fazer parte da comarca de Carolina cumpre providencieis a respeito, em vista do expedido me parece que deveis crear uma nova comarca, embora num só termo (MACHADO, 1854, p. 146-147).

Com a criação da Comarca, no mapa da “divisão civil e eclesiástica”, a Vila de Boa Vista passou a ter como freguesia a paróquia de Nossa Senhora da Consolação, reconhecida em 31 de julho de 1852, e uma subdelegacia com a criação do colégio eleitoral. Tal ato deveria ser levado ao conhecimento do governo imperial, conforme procedimento indicado, evidenciando o controle do governo monárquico nas distantes localidades das províncias através das delegacias ou subdelegacias. Esses órgãos estavam subordinados ao Ministério da Justiça, funcionando, dessa forma, até o ano de 1871, quando as atribuições dos delegados passaram para as funções policiais (CARVALHO, 2010, p. 152).

As fronteiras naturais estabelecidas pelos rios e ribeirões definiram, a princípio, os limites de Boa Vista do Tocantins. Também, através da paisagem, o olhar daqueles que habitavam o alto morro onde se erguia a cidade propiciava uma “boa vista” para o rio Tocantins, assim batizada pelo comerciante maranhense Pedro José Cipriano.

Em contrapartida, os limites geográficos entre as comarcas de Boa Vista do Tocantins e Carolina do Maranhão formalizaram-se em 1854 através de uma resolução emitida pela Assembleia Legislativa de Goiás, também demarcando os limites das respectivas dioceses. A promulgação do Decreto nº 773, de 23 de agosto de 1854, apresentou como descrição os pontos de referência e os anos de demarcação:

²² A estimativa da migração nordestina para os seringais amazonenses, entre os anos de 1821 e 1912, foi de cerca de 500.000 nordestinos, atentando para o início e declínio de sua exploração (MATOS, 1980, p. 86).

Art.1º os limites das províncias de Goyas e do Maranhão São os rios Manoel Alves Grande desde a sua embocadura no rio Tocantins, procurando suas primeiras vertentes até encontrar as do rio Parnahyba, o dito rio Tocantins desde afoz do Manoel Alves Grande até ao Araguaia no presídio de São João d' Araguaia, compreendidas as ilhas próximas á margem direita e deste ultimo ponto até encontrar as vertentes septentrionaes do rio Gurupy, de conformidade com o Auto de demarcação celebrado em nove de Julho de mil oito centos edeseis, em cumprimento Aviso Regio de onze de Agosto de mil oitocentos etrese, e Resolução de dose de Junho de mil oito centos e cinquenta edous (AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1854, CX 0101).

Embora essa resolução tenha se efetivado somente na segunda metade do século XIX, em 1816, houve um “auto de demarcação” ou balizamento dos limites, assinado na povoação de São Pedro de Alcântara (atual Carolina) entre as duas Capitanias (ALMEIDA, 1868, p. 27). Sobre essa área em litígio, o então presidente da Província de Goiás, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury²³, apontou em relatório de 1837 as medidas utilizadas pela não anexação do território de São Pedro de Alcântara (Carolina) ao Maranhão, destacando ainda ser este “riquíssimo em pastagens, e com as melhores Fazendas para crear” e que, estando ele como encarregado do governo civil e militar nas Comarcas, assim procedeu:

[...] proclamei aos povos fazendo sentir as vantagens da nossa Independencia, e sendo ouvido fiz proclamar o Imperador, e consegui huma reconciliação geral, entretanto que na Provincia do Maranhão tudo se achava em desordem; então *administrei o Sacramento do Baptismo a hum sem numero de creanças ate sete annos; e d'esde essa época continuou Goyaz a exercer neste território a Jurisdição*, que sempre exerceo até 1816 (FLEURY, 1837, p. 4-5, GRIFO NOSSO).

Como símbolo do poder, o cumprimento do batismo sobre as crianças indígenas fez garantir o prolongamento da doutrina cristã como prática colonizadora na afirmação do território em disputa. E, nesse aspecto, ganhou relevância a iniciativa do presidente de Goiás diante do quadro de “desordem” da província maranhense, marcada pelas sucessivas guerras de Independência, que perduraram desde os anos de 1823 até o final da Balaiada, no ano de 1841 (REIS, 2007, p. 52)²⁴.

Todavia, não é de estranhar que as autoridades civis ou religiosas utilizassem do mecanismo do batismo no fortalecimento das intrigas entre as nações indígenas, seja para a

²³ O padre Luis Gonzaga de Camargo Fleury, denominado “pacificador do norte”, fez parte da junta provisória, encarregado de conter a invasão do norte de Goiás, que se fazia pelo Maranhão e pelo Pará, comandadas pelas forças do Major Francisco de Paula Ribeiro, na região de S. Pedro de Alcântara (atual Carolina), no Maranhão.

²⁴ Ressalta-se que o “quadro de desordem” instalado no Maranhão fez parte do processo de formação da oligarquia que, grosso modo, originou-se dos confrontos registrados entre os “cabanos”, representados pelos comerciantes portugueses e políticos “conservadores” do cenário nacional, e os “bem-te-vis”, formados pelas famílias que lutaram em favor da Independência, identificados como “liberais” da Corte (REIS, 2007, p. 52).

transposição das fronteiras entre as províncias, seja como mecanismo de ampliação e aumento da povoação. Um episódio dessa natureza foi registrado no ano de 1857, quando as nações Apinagé e Caraô ausentaram-se para a província do Maranhão e, em matança com os índios gaviões, trouxeram em seu regresso perto de cem crianças prisioneiras, que foram “distribuídas pelos habitantes da cidade de Boavista, afim de serem baptisadas” (CERQUEIRA, 1859, p. 51)²⁵.

Nesse aspecto podemos aludir que a instalação de um poder pareceu atrelada à ideia de fronteira, sendo que a prática do batismo funcionou como um dos mecanismos de demarcação, operando na lógica de fazer “projetar indefinidamente para o futuro uma resposta à necessidade de controle contínuo ou à situação de disputa permanente” sobre um território ou domínio (HISSA, 2006, p. 39) como o representado por Carolina.

Ademais, as contendas em torno da referida vila entre as províncias de Goiás e Maranhão representou a importância da relação entre o poder e as fronteiras, sobremaneira quando isso implicava benefícios ou perdas econômicas das partes envolvidas. Um exemplo relativo a essa questão se figurou entre os representantes das vilas de Riachão, Chapada do Bonfim e das povoações da Lapa e Farinha, pertencentes à província maranhense, pela não incorporação do território de Carolina (S. Pedro de Alcântara) à província de Goiás, uma vez que isso significaria para os “supplicantes” ver

malograda a esperança da protecção do Governo de Goyaz, *collocado em uma distancia de mais de 350 legoas* de difficilima e muita arriscada navegação, distancia esta mais que sufficiente para o dito Governo ignorar tudo o que há de mais essencial e não ter podido chegar aos seus ouvidos a voz publica, as queixas e representações que ponhão-o ao alcance das necessidades, que os supplicante, e das medidas que deve tomar para fazer cessar os males, que os oppprimem, fiscalisar a conducta das autoridades locaes da Villa da Carolina residentes em S. Pedro de Alcantara [...] (ALMEIDA, 2007, p. 121, GRIFO NOSSO).

No referido documento, o problema da distância ganhou relevância quanto ao pertencimento do território de Carolina ao governo de Goiás. Caso prevalecesse o mesmo argumento, Boa Vista, ainda mais distante, também poderia ter reclamado por tal motivo, atendendo à lógica cartográfica de pertencer ao Maranhão e não à Província de Goiás. De todo modo, constituiria um dos motivos, senão um dos elementos determinantes à eclosão dos

²⁵ Uma interpretação interessante sobre a situação de fronteira “como lugar social da alteridade, confronto e conflito”, e que inclusive estabelece o “rapto” como composto de um “caráter trágico da fronteira”, pode ser visto em Martins (2009).

conflitos políticos desencadeados nas denominadas “revoluções” no ano de 1892 e 1907 em Boa Vista do Tocantins²⁶.

Não obstante, o reconhecimento dos espaços do norte ou do extremo norte da província de Goiás e seu entorno decorreu de muitas expedições e viagens pelas margens dos rios Araguaia e Tocantins em combinação com os projetos administrativos entre o governo provincial e as ordens do Estado monárquico²⁷. Exemplo ilustrativo, datado de 1856, encontra-se no documento enviado ao presidente da província Antônio Augusto Pereira da Cunha pelo doutor e juiz de Carolina, Rufino Theotonio Segurado. Nele, tratava das necessidades de realização de algumas explicações, entre as quais “*a informação que exige em officio da mesma data a respeito da extensão desta Comarca (Boa vista), e distancia á Capital*”²⁸.

Como figuração do espaço entre os limites das comarcas, informou o Juiz a construção de um “imperfeito mappa”²⁹, que tinha a ousadia de enviar incluso ao relatório. O desenho produzido à mão teve a preocupação de delimitar o contorno dos rios, das comarcas e das Províncias de Goiás, Maranhão e Pará, destacando, como representação convencional, uma capela ou Igreja na definição do lugar sede das referidas comarcas. O desconhecimento pela mais distante comarca da Província revelou a extensão do braço do poder provincial e, de início, a visualização de sua importância como ponto de ligação das atividades mercantis, justamente no contexto de disputa pela região de Carolina.

Os cursos dos rios e ribeirões serviram de baliza nas definições dos limites do poder através das fronteiras. A mobilidade dos marcos fronteiriços manteve-se no contínuo deslocamento das populações, acentuando-se na segunda metade do século XIX com a migração nordestina para a região do extremo norte de Goiás e demais acessos à região da

²⁶ De acordo com os estudos de Palacin (1990), as “revoluções” ou as lutas políticas coronelistas pelo controle do poder no município, ocorridas nos anos de 1892 e 1907, foram mobilizadas por líderes e coronéis políticos maranhenses que, entre outros aspectos, almejavam a incorporação de Boa Vista ao território do Maranhão, na constituição da República dos Pastos Bons. Sobre essa questão ver as publicações da história da região sul maranhense, em obras de autores como Carlota Carvalho (2006), Parsondas Carvalho (2007) e Dunshee de Abranches (1993).

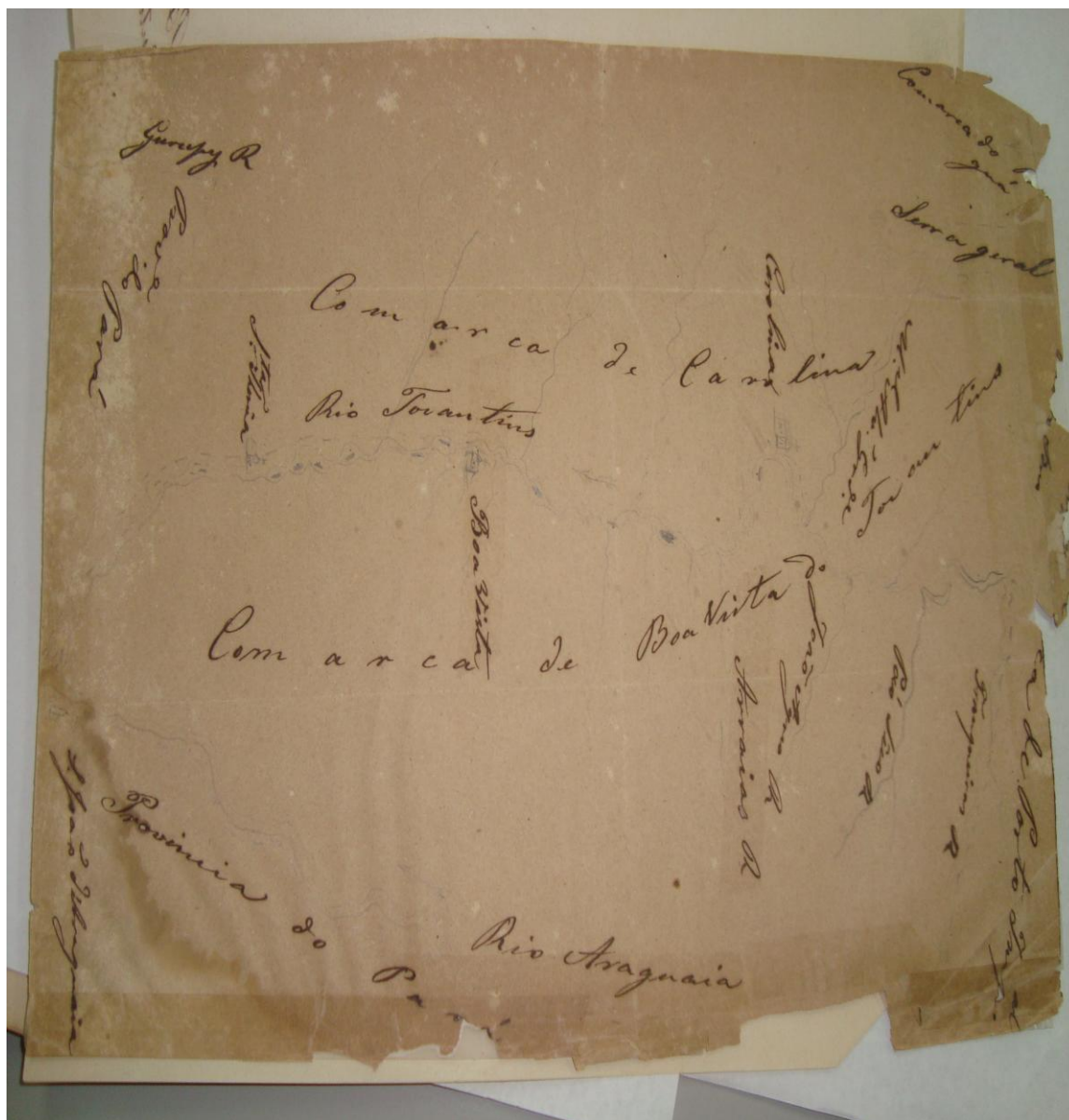
²⁷ Ver artigos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do século XIX, como: *Roteiros de viagem, do capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815* (1870); *Itinerario da Chorografia Histórica da Provincia de Goyas, por Raymundo José da Cunha Mattos* (1875); *Itinerario da cidade da Palma, em Goyaz, à cidade de Belem no Pará, pelo rio Tocantins, por Jose Martins Pereira de Alencastre; Breve noticia do norte da provincia de Goyas* (1862), por Vicente Gomes.

²⁸ Documentação Avulsa, 1856, Cx. 0111. O mesmo Dr. Rufino Theotonio Segurado havia realizado uma *Viagem de Goyas ao Pará em 1846 e 1847* (1870). No ano de 1854, exercia a função de Juiz de Direito de Carolina, transferindo a sede da Comarca para Boa Vista do Tocantins, mas devido intrigas com o Frei Francisco do Monte de São Vitor transferiu-se para o Araguaia, e em 1859, tornou-se presidente da Sociedade de Navegação do Araguaia.

²⁹ AHG, Documentação Avulsa, 1856, Cx. 0111.

Amazônia. Nesse processo, pode-se dizer que as tênues fronteiras entre as províncias, ou entre os aldeamentos e presídios, não impediram aproximações, conflitos e formação de novos agrupamentos e povoações nas extremidades do território.

Figura 2: Mapa da Comarca de Boa Vista - 1856



Fonte: AHG, Documentação Avulsa, 1856, Cx. 0111.

Na definição do verbete “fronteiras”, Vainfas (2001, p. 254) aponta duas possibilidades de abordagem do termo: uma, mais tradicional, que privilegia a geopolítica, e,

outra, que estende a acepção de fronteira ao domínio da história cultural, identificando modos de viver diferenciados que distinguem uma região da outra, demarcando a sua identidade cultural ³⁰.

A primeira vertente poderia ser atribuída à expansão dos limites territoriais que vigorou no processo de constituição dos poderes políticos das Capitanias, marcados “pela conquista e luta para assegurar a posse de determinados territórios, antes de ser limite diplomaticamente acordado”, o que perdurou também nas Províncias e no Estado Imperial. Aplicados, grosso modo, à configuração do extremo norte de Goiás e sul do Maranhão, os limites geográficos traduziram-se nos autos de demarcação, decretos e resoluções, como nas representações e ofícios produzidos pelas províncias, apresentadas pelo político maranhense Cândido Mendes de Almeida no ano de 1852³¹.

Com relação à segunda abordagem, pôde-se visualizar, entre muitos outros sentidos que requer o seu entendimento, a transposição das fronteiras marcada pelas migrações de maranhenses, entre outras regiões do nordeste, no povoamento de Boa Vista na segunda metade do século XIX. Os intensos processos de proximidade acarretaram, na formação social da cidade e seu entorno, uma composição de feições culturais propriamente nordestinas, demarcando, por assim dizer, para o extremo norte, uma “fronteira cultural” (VAINFAS, 2000) diferenciada das demais regiões do norte e sul de Goiás ³².

De outra parte, subjacente à prática colonizadora em vigor ainda no século XIX, a expansão das fronteiras e os desafios postulados na consolidação do ideal de “nação” independente colocaram em cena o entendimento da categoria *sertão*, construída e herdada desde o processo da colonização. Elaborado sob sentidos diferenciados, tanto do ponto de vista negativo, por parte dos colonizadores, quanto no sentido oposto, pelos colonos, o sertão

³⁰ De acordo com Vainfas (2001, p. 255), a abertura e reflexões em torno desta questão na historiografia ocorreram a partir de Capistrano de Abreu, em *Capítulos de história colonial* (1907), e de Sérgio Buarque de Holanda, nas obras *Raízes do Brasil* (1976) e *Caminhos e fronteiras* (1976).

³¹ Em sua obra, *A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goiás*, publicada em 1852, sobre essa questão, que foi submetida à decisão da Câmara dos Deputados desde 15 de junho de 1835, o deputado maranhense reuniu um conjunto em torno de trinta documentos, acompanhado de muitos incisos sobre as pretensões de Goiás, das justificativas do direito do Maranhão e dos limites do bispado de ambas as províncias (ALMEIDA, 2007).

³² Podemos aludir a essa questão a partir do ponto de vista do povoamento do norte e do extremo norte de Goiás. Enquanto o norte goiano originou-se da mineração no século XVIII, na formação dos primeiros núcleos urbanos representados posteriormente pelas cidades de Natividade, Porto Nacional, Cavalcante, Arraias, entre outras localidades, o Vale do Araguaia e o extremo norte de Porto Nacional até o Estreito no Maranhão caracterizaram-se como áreas despovoadas (CAVALCANTE, 1999, p. 19). Seu povoamento ocorreria somente no início do século XIX, em decorrência da ocupação econômica da pecuária, mobilizada pelos criadores de gado provenientes do Maranhão e Piauí, favorecendo uma formação social de grupos humanos e hábitos culturais diferenciados em relação ao “norte goiano”.

expressou, por um lado, a representação de “espaços vazios, desconhecidos, longínquos e pouco habitados”. Diferentemente do litoral ou das costas brasileiras, representou os locais interiores da Colônia, “perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura” (AMADO, 1995, p. 149). Por outro, o sentido emitido pelos colonos, sejam os degredados, escravos ou índios perseguidos, expulsos da sociedade colonial, o sertão representou o lugar da “liberdade e esperança”. Avançando-se para o início do século XIX, a palavra *sertão* esvaziou-se do significado português de “desconhecido” para retornar ao significado original de “interior”, ou, ainda, para os brasileiros, após o último quartel do século XIX, sertão passou a ser a categoria essencial para o entendimento da construção de “nação” (p. 150) ³³.

Trazendo esta questão para o sul do Maranhão, ou talvez estendendo-se para a transposição do rio Tocantins até Goiás, a produção de um “imaginário” ou da condição de fundador acaba por inverter o sentido de sertão. Por certo, enquanto o sertão de Pastos Bons, para os marinheiros, pudesse representar o “inferno deserto, terra distante desabitada”, para o sertanejo seu fundador era composto de “delícias, terra prometida”, repleta de recursos naturais e climatológicos (BEZERRA, 2010, p. 102).

Considerando que o século XIX foi o século marcado pelo “signo do território” (GARCIA, 2010, p. 107), pode-se dizer que a categoria de fronteira seria o resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, na medida em que foi capaz de diluir “a dicotomia litoral/sertão”, conciliando a qualidade positiva do litoral, como expressão da civilidade, com a crença no “interior/sertão” (OLIVEIRA, 1998, p. 10).

Para Leonardi (1996, p. 310) a primeira vista, e ainda nos tempos coloniais o conceito de sertão imbricou a idéia de fronteira operada no movimento da “imprecisão espacial” quase sempre “entre o legal e o ilegal” ou “o possível e o impossível”, resolvendo tudo na base da “invenção de soluções novas”, da perseverança e do sonho. Por esta concepção, pontuou o autor que o sertão como categoria histórica se situou “na metade do caminho entre a ficção e a realidade”, ou entre as descobertas e o desconhecido.

Por sua vez, para a província de Goiás, o desafio consistiu entre fazer parte da unidade territorial proposta pela Nação independente e a “quebra do isolamento” através da

³³ Na leitura de Amado (1995, p. 66) até meados do século XIX a historiografia no Brasil esteve voltada para o litoral, ignorando o sertão e Amazônia, o que ajudou a promover a imagem da costa como centro da civilização. Diferentemente da historiografia dos EUA que uniu mito e história na representação da conquista do Oeste americano e da nação com a expansão das fronteiras, no Brasil o sertão e a Amazônia, espaços simbólicos da conquista do Oeste não unificaram em uma narrativa em torno da nação, uma vez que segundo a autora, a historiografia brasileira não criou conceitos como “fronteira” ou similares.

navegação pelos rios Araguaia e Tocantins. A “força do território” tornou-se base explicativa dos problemas de seu isolamento, extensão e desconhecimentos referendados pelos relatórios provinciais ao longo do século XIX (GARCIA, 2010, p. 125). Da mesma lógica explicativa valeram-se as autoridades provinciais e locais sobre a distância da cidade e comarca de Boa Vista em relação à capital da província, em especial, nos momentos dos conflitos e desordens políticas instalados no final do século XIX.

De todo modo, estar na fronteira, no interior e sertão da província, e às margens do rio Tocantins, representou para a localidade como Boa Vista encontrar formas outras de lidar com a questão da distância e do isolamento e, porque não dizer, do “processo de significação” dos espaços em seu entorno (SANTOS, 2008, p. 8). Uma significação que por ventura potencializou-se na relação de proximidade com o Maranhão e com a presença das populações e aldeamentos indígenas, signos representativos de pertencimento ao sertão, o que permitiu uma maior fluidez no estabelecimento das “fronteiras” ou sua quase inexistência.

Grosso modo, fazendo uma aproximação entre os sentidos variados que a categoria sertão adquiriu segundo “a posição espacial e social do enunciante” (AMADO, 1995, p. 149), a relação de fronteira estabelecida com o Maranhão e o Pará também pôde apresentar outras significações para os moradores de Boa Vista. Um exemplo poderá ser visto na prática recorrente quanto ao recurso das fugas por parte de criminosos ou fugitivos para as províncias vizinhas, como até mesmo da circulação de moedas de ouro falsas nas fronteiras do Goiás e Maranhão ³⁴. Ou como nos tempos idos da mineração, em que o isolamento do sertão, nem sempre era tão absoluto, na medida em que “o fisco e os Direitos não estavam ausentes”, mas não impediram ao contrabandista do sertão de Goiás e do Mato Grosso obter “mais chances de êxito, dadas as dimensões das chapadas e a insuficiente presença dos cobradores de impostos” (LEONARDI, 2009, p. 310).

Assim, ampliando a discussão referente à fronteira, associada à “extremidade”, o limite representaria sinal de contato entre dois ou mais territórios, sendo que ambos, ao se aproximarem dos conceitos de ordem político-administrativa, passam a ser entendidos na perspectiva do domínio. Os limites no território pressupõem a projeção do trabalho e da cultura humana, e as fronteiras ressaltam a presença de “poderes internos”, e – como manifestações de exercícios de poder – o limite transforma-se em fronteira (HISSA, 2002, p. 36). Neste entendimento, tanto o limite como a fronteira incorporam, inevitavelmente, o

³⁴ AHG, Documentação Avulsa, 1870, Cx. 0196. Segundo informações do documento, a moeda de ouro falsa havia sido introduzida em Boa Vista por um morador do termo da Chapada do Bonfim (atual Grajaú), província do Maranhão.

conteúdo histórico e cultural e, portanto, são decorrentes do acúmulo de tempos e de espaços que se interpenetram e se redefinem no processo de ocupação e povoamento. Sendo assim, a demarcação de territórios, ao se constituir sempre numa manifestação do poder, não impede que limites e fronteiras sejam modificados e transgredidos em um contínuo processo de ajustes econômicos e políticos.

Com efeito, constatamos os múltiplos aspectos que implicaram a localização do extremo norte da província de Goiás, sua relação com os lugares próximos de Boa Vista do Tocantins e com outros espaços de fronteiras com as províncias do Pará e do Maranhão. Também ficaram evidentes que as particularidades de sua localização geográfica responderam à instalação de aldeamentos de conflitos fronteiriços no tocante à projeção do que viria ser portal de entrada de imigrantes da região Nordeste para a Amazônia, dando origem aos povoamentos e municípios às margens dos rios Araguaia e Tocantins durante o século XIX, fortalecendo a ideia de ocupação, integração e interação da região Norte do Brasil.

Ademais, ao longo do século XIX, as tênues fronteiras entre as Províncias alargaram-se em decorrência das interações e deslocamentos entre seus habitantes, e outras necessidades, tendo como referência Boa Vista do Tocantins. Consequentemente, isso representou entre as províncias e as comarcas limítrofes, as seguintes relações: dos portos de Belém do Pará, o movimento do comércio pelos barcos no rio Tocantins e o deslocamento, em especial, dos professores das escolas de Boa Vista em busca da cura das *molestias*³⁵; das vilas da Chapada (atual Grajaú), Carolina, entre outras localidades do sul maranhense, o deslocamento migratório no aumento da população de Boa Vista do Tocantins, e, em especial, a transposição dos ideais políticos engendrados nas histórias e conflitos das referidas localidades e região (CARVALHO, 2006).

Assim, as atividades comerciais pelo rio Tocantins, entre Porto Imperial e as praças de Belém, garantiram a Boa Vista um movimento de embarcações que perduraram na comercialização de matéria-prima, entre outros produtos manufaturados. Com a Província do Maranhão estabeleceu-se uma relação de caráter mais político, representada pelos ideais republicanos dos coronéis maranhenses, em que o cenário das “revoluções” de Boa Vista marcaria a representação de seu território nas fronteiras de Goiás.

³⁵ Os registros da ocorrência de moléstias entre os professores compreenderam anos variados, como em 1858, 1876 e 1878, no entanto, não apresentando descrições dos tipos de moléstias ou doenças que eram acometidas a população no período. AHG, Documentação Manuscrita, 1858, Livro 0402.

1.3 Catequese: práticas de poder e civilização

O processo de ocupação da região Norte do Brasil, através da formação das fazendas e pastagens nas fronteiras entre as províncias, refletiu, na primeira metade do século XIX, as transformações desencadeadas pela intensidade de conflitos com as nações indígenas Timbiras³⁶. Ademais, a presença significativa de povos indígenas em Goiás, distribuída nas diferentes regiões do território, representada pelos Akroá, Xakriabá, Karajá, Xavante, Javaé, Canoeiros, Xerente e Apinayé, entre outros, foram contatados de forma diferente e em períodos históricos distintos da colonização, conforme o processo de ocupação econômica e a definição das políticas por parte do governo imperial³⁷.

Para o extremo norte da província de Goiás e sul do Maranhão, a desestruturação das terras e o extermínio da população Caraô ou Krahô³⁸, bem como dos povos Apinayés, prolongou-se em diferentes momentos de conflitos, em consonância à organização interna de cada nação indígena e etapas de ocupação de seus territórios.

Pode-se aludir, grosso modo, que o processo de desterritorialização dos Apinayés realizou-se em diferentes etapas de ocupação da colonização, desde o século XVIII: a primeira, decorrente da instalação de um posto militar em São João das Duas Barras (atual São João do Araguaia) por parte do governo do Pará; a segunda, pela formação do povoado em Cachoeira das Três Barras (atual Itaguatins) no extremo norte de Goiás (região denominada como Bico do Papagaio), por parte dos maranhenses provenientes de Caxias; a terceira, no processo de conflitos com os colonos e forças portuguesas nas fronteiras entre São Pedro de Alcântara (atual Carolina) e a ilha da Botica, às margens do rio Tocantins.

Não obstante o extermínio através das guerras e o contágio da varíola, que assolou boa parte da sociedade Apinayé, que somava em 1823 mais de quatro mil indígenas (NIMUENDAJÚ, 1983, p. 5), esse expressivo número também foi apontado no relatório provincial sobre a “catequese” na aldeia de Boa Vista, informando que: “[...] não posso

³⁶ Timbiras, classificação geral que designa os canelas (apaniekra e rankokamecra) kricatis (carcatigês) e gaviões (pukobiê), habitantes do Maranhão; krahô e apinagé, do Tocantins; e gavião (purkategê), do Pará, todos de língua jê. Os xerentes e xavantes, também do tronco marco-jê, hoje habitantes no Estado do Tocantins.

³⁷ Sobre a literatura pertinente ao assunto ver: CHAIM (1983); AMOROSO (1988); ROCHA (1988); CARNEIRO DA CUNHA (2002); GIRALDIN (2002).

³⁸ Destacam-se, neste aspecto, os conflitos e extermínio dos povos Krahôs, que no momento da expansão das fazendas de gado, os criadores e fazendeiros aproveitaram-se das guerras e divisões internas da etnia, para construção de “falsas alianças” de enfrentamento aos bandeirantes, entre outras ocorrências, como o contágio de doenças, e a perda definitiva dos territórios tradicionais da cultura, como a incorporação de São Pedro de Alcântara (atual Carolina) para a província de Goiás. Sobre esta questão ver LIRA (2006).

prestar circunstanciadas informações a seu respeito, por que ainda não as recebi, porem afirma ser que nellas existem mais de 4.000 índios” (MACHADO, 1854, p. 234).

Após sucessivos processos de enfrentamentos, por volta dos anos de 1830, os apinayés estabeleceram-se na povoação de Boa Vista do Tocantins, a qual se tornou “o ponto principal de intercâmbio” e referência no entorno das aldeias, distribuídas posteriormente pela região à distância de uma légua da povoação. Por ventura, em torno dessa proximidade, e das vantagens de um processo civilizador em curso, muitas foram as alusões nos relatórios provinciais que, ao tratarem dos aldeamentos de Boa Vista do Tocantins e dos apinayés e gradahus, informaram que:

A Aldêa da Boavista é de todas a mais populosa; consta ella, segundo informações, que tenho, de Indios Apinagés, e Caraós, que vivem, uma, duas, e mais legoas, separados do respectivo Missionario, o qual cuida menos da civilis-os, do que fundar a povoação, que toma o nome de aldêa, e orna-a com uma rica Matriz [...] (GOMES, 1851, p. 45).

[...] estes aldeamentos, que supponho serem os melhores da provincia senão pelo numero de aldeados, *ao menos pela importante posição em que se achão collocados, a uma legua da cidade de Boa-Vista*, na margem do Tocantins, tendo em seu favor tudo quanto pode favorecer a lavoura, a industria da criação do gado, etc, estão sob a activa e energica superintendencia de frei Francisco do Monte de S. Vito, missionario que se tem distinguido por seus serviços á provincia e pelo seu zelo em favor da cathequese (ALENCASTRO, 1861, p. 29, GRIFO NOSSO).

No ano de 1862, informou o mesmo presidente sobre os aldeamentos³⁹ de Boa Vista do Tocantins que:

[...] Ao aldeamento de Boa-vista se compõem de quatro tribus da nação Apinagé, duas das quaes , mais a diante das nos hábitos de civilização, estão próximas á cidade que lhes dá o nome, e as outras duas na margem do Araguaia, a 33 legoas das primeiras, inteiramente sem direcção (ALENCASTRE, 1861, p. 29).

Assim como Boa Vista do Tocantins, outros aldeamentos anteriores ou posteriores à sua fundação constituíram o mapeamento administrativo do governo provincial e assunto recorrente de relatório anual enviado ao governo imperial. Nesse enfoque, as constantes mudanças na regularização e procedimentos políticos com as populações indígenas percorreram a colonização portuguesa e adentraram no período imperial, uma vez que os

³⁹ Segundo Vainfas (2001, p. 24) a política dos aldeamentos indígenas iniciou-se na segunda metade do século XVI, associada à ação dos jesuítas em diferentes etapas da colonização, que tinha por princípio um sentido *aculturador* na sua forma de instalação juntamente com a catequese. Além dos jesuítas, atuaram na “missão no Brasil”, os capuchinhos, franciscanos, carmelitas, mercedários e oratorianos.

subsídios econômicos de exploração dos rios e suas margens implicavam a proposição de mecanismos diversos nas relações com as nações indígenas.

A incursão das bandeiras de aprisionamento, ainda no final do século XVIII, para a formação dos primeiros aldeamentos no sul da capitania, até a instalação dos presídios militares no norte da província, ao longo do século XIX, constituiu estratégias para resolução do problema indígena, no que tange à ocupação e povoamento das margens dos rios Tocantins e Araguaia.

Um exemplo dessa alteração na política indigenista foi a publicação do Decreto de 25 de Abril de 1857, no qual a administração das aldeias passou a cargo dos religiosos, em substituição aos diretores oriundos do Ministério da Agricultura. Devido à falta de padres para suprir o trabalho das missões, foi preciso recorrer aos missionários estrangeiros. Entre 1841 e 1872 chegaram os capuchinhos italianos na província de Goiás, para atuar nas seguintes missões: São Vicente de Boa Vista (1841), São Joaquim (1845), São Pedro Afonso (1849), Teresa Cristina (Piabanhãs, 1851) e a missão dos Xambioá (1872) (KARASH, 1992, p. 405).

O programa denominado “Catequese e Civilização”, respaldado pelo Regulamento das Missões de 1845, ajustava-se ao projeto imperial no sentido de atender aos aldeamentos indígenas, como também aos “nichos de resistência político-religiosa”⁴⁰ propagados pelo Segundo Reinado (AMOROSO, 2006, p. 103). O Decreto 426 de 24 de julho de 1845, denominado “Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios” foi o único documento indigenista geral promulgado no Império. De acordo com Carneiro (1992, p. 138-9), o documento, de caráter mais administrativo do que político, ocasionou “o prolongamento do sistema de aldeamentos como uma transição para a assimilação dos índios”. Afirma a autora que a mudança com relação a esta política seria apontada, nos 70 do século XIX, a partir da experiência de Couto de Magalhães no vale do Araguaia, referente ao abandono da política de concentração em aldeamento dos índios e da criação de um internato para crianças indígenas, obtidas a troco de ferramentas e destinadas a serem “intérpretes” linguísticos e culturais. Em Goiás, essa experiência pôde ser verificada com a instalação do Colégio Isabel, à margem do rio Araguaia, destinado à instrução religiosa e profissional “do menino selvagem, como intermédio e auxiliar da propaganda” (SPINOLA, 1880, p. 4). Por outro lado, não seria nenhum equívoco considerar que foi essa a intenção que norteou o envio do missionário Francisco do Monte São Vítor a Boa Vista do Tocantins, num contexto de

⁴⁰ Os frades capuchinhos foram enviados para Pernambuco, sob controle dos protestantes holandeses; para a região de Canudos, controlada pelo movimento milenarista de Antônio Conselheiro e os encaminhados aos quilombos de africanos e afro-brasileiros do Pará (AMOROSO, 2006, p.130).

revoltas e rebeliões que figuraram na fronteira com o Maranhão, assinalados pelo movimento da Balaiada ⁴¹. Semelhante alusão nos remete à atuação dos dominicanos em Goiás, representados pelo padre Frei Gil de Vilanova, na intermediação dos conflitos políticos de Boa Vista do Tocantins, no final do século XIX, do qual daremos mais ênfase em outra parte deste trabalho.

Para além da doutrina cristã, os aldeamentos ampliaram o cumprimento de outros serviços no propósito da integração dos indígenas à sociedade majoritária e o aproveitamento da mão-de-obra através da criação de escolas de primeiras letras e de instalação de oficinas de formação profissional respectivamente. Uma experiência dessa natureza foi desenvolvida pela política indigenista na província de Goiás, na década de 1870, pelo brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães, que esteve na direção da catequese sediada no presídio de Leopoldina, no Araguaia, onde funcionava também o Colégio Isabel, fundado em 1871. A função do colégio junto às crianças indígenas, em sua maioria kaiapós e karajás, era educá-las na sua própria língua, pois “além de aprenderem ser intérpretes, eram alfabetizadas, aprendiam ofícios mecânicos e metalurgia” (KARASH, 1992, p. 405). Como ilustração o documento acerca das *Instruções para a organização direção e regimem economico do Collegio Isabel na Valle do Araguaya* pontuou entre os 11 artigos a seguinte indicação:

A educação e instrução que se prestarem serão por fim principal habilitar os meninos a serem para o intermediarios para com a tribus a que pertençam attrahindo aos hábitos sociais
(AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 170, CX 0195).

Em consonância à política dos aldeamentos, foi publicado, no ano de 1870, um documento pela Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, contendo as instruções aos religiosos carmelitas destinados à província de Goiás, pelo qual, dentre outros procedimentos, estabelecia as seguintes ordens:

1º Nos aldeamentos ou nos que se formaram nas localidades indicadas pelo Governo Imperial sob proposta do presidente da Provincia, os indígenas estarão sob a direcção immediata destes religiosos quer no espiritual, quer no civil sem interferência das autoridades Municipais ou Comarca; [...] 4º os Missionarios corresponder-se-hão com o Presidente da Provincia, não recebendo ordens de qualquer outro funcionario; 5º A cargo dos Missionarios fica tudo quanto se referir ao melhoramento material e moral dos *neophy-aos*, assim como o *ensino das*

⁴¹ Esta questão mereceu destaque do governo de Goiás no que tange à preocupação de “invasão dos desordeiros do Maranhão” (cidade de Caxias) e da necessária proteção aos “patrícios do norte” (AHG, *CORREIO OFFICIAL*, 13 mai, 1840).

primeiras letras, enquanto não crear-se escola primaria dirigida por professor especial; 6º Em cada aldeamento haverá um *mestre ferreiro e um mestre carpinteiro*, incumbido dos trabalhos de sua profissão e do ensino da mesma aos indigenas menores e adultos
(AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1870, CX. 0194, GRIFO NOSSO).

Muito embora a solicitação de criação das escolas de primeiras letras nos aldeamentos tenha ampliado as atividades das Missões e fortalecido a sua disseminação na Província, nem todas as localidades efetivaram o projeto proposto, como o aldeamento de Boa Vista do Tocantins, fundado em 1841. Da relação dos aldeamentos existentes na Província, Boa Vista não consta como “lugar de escola”, apenas a estimativa numérica de índios apinajés, guajajaras e craôs (SPINOLA, 1880, p. 13). Por outro lado, no documento em forma de resolução, emitido em maio de 1850, constou a seguinte redação: “*Ficam creadas duas cadeiras de instrução primaria huma na Aldea de Boavista e outra na de Pedro Afonso*”. Na publicação da resolução, no dia 6 de junho de 1850, alterou-se a localização de “aldeia” para “povoação”⁴².

Os aldeamentos contemplados com a criação de escolas foram: São José do Araguaia (antigo Jamimbu), Pedro Afonso, Piabanhas e Xambioás, todos com os respectivos diretores responsáveis, número de índios e nome dos “lugares de escolas”, sendo algumas escolas removidas ou fechadas, conforme a dinâmica dos recursos disponíveis que incidiam na sua durabilidade, entre a criação, o deslocamento ou o fechamento (SPINOLA, 1880, p.13).

Foi precisamente no ano de 1840, que o dominicano frei Francisco do Monte de São Vitor iniciou os trabalhos de catequese ou missão religiosa junto à nação indígena Apinayé e de outros povos da região, como os Gradaús e Caraôs, permanecendo na cidade de Boa Vista do Tocantins por um período superior a vinte anos. A durabilidade de sua permanência foi marcada por manifestações de desaprovação ou de reconhecimento, por parte das autoridades administrativas da Província, evidenciando, por assim dizer, os conflitos de projetos e ideais ainda em processo de definição, entre a instalação da ordem e das práticas empreendidas pelos “agentes” do Império.

Nesses termos, sua atuação nas atividades de “Catequese e Civilização” evidenciou o debate instaurado nos Relatórios da Assembleia Provincial, entre outras publicações no Correio Oficial de Goiás, nos anos de 1852 e 1853, período de intensa atuação. As denominações ao frei alteraram-se entre “genio criador”, “distinção dos serviços à província”,

⁴² AHG, Documentação Avulsa, 1848, Cx. 55. Muito embora Pedro Afonso e Boa Vista tenham sido indicados pela mesma resolução, Boa Vista não apresentou informações nos mapas demonstrativos da Província e a escola de Pedro Afonso (pertencente ao termo de Porto Nacional) foi removida para Leopoldina.

“zêlo pela catequese”, e até mesmo pelos elogios na observância à construção da cadeia de Boa Vista, como agente importante na regularização daquela povoação⁴³. Um exemplo constou no relatório provincial de 1845 ao referido frei que estando em Boa Vista “tem prestado grandes serviços á Religião, e á humanidade na cathequeze, e civilização dos Indios” (MASCARENHAS, 1845, p. 14).

De outra parte, à denominação de “fanatico” ou “missionário fanatisador”, exercendo grande influência sobre a população ao seu comando, somou-se a reclamação pela escassez de informações e envio de relatórios sobre o “objeto” da catequese às autoridades civis (AHG, *CORREIO OFFICIAL*, 7 MAIO, 1853).

Na ausência de informações, recomendou o então presidente Antonio Joaquim da Silva Gomes, no ano de 1852, ao Juiz de Direito da Comarca de Carolina, que:

[...] se passe nas Aldeas da Boavista, pertencentes a esta Comarca de sua jurisdição, e, entendendo-se com o respectivo Missionario, as examine com o maior cuidado para ministrar a este Governo as informações seguintes: 1ª qual a população de cada huma, com declaração dos sexos, idades prováveis, e Nação á que pertence: 2ª os ramos de agricultura, industria, ou commercio, em que se emprega a mesma população, ou alguma parte de'lla: 3ª quaes as necessidades mais urgentes das mesmas Aldeas: 4ª finalmente que meios, no seo conceito, serão mais próprios á conservar nas Aldeas os Indios actualmente aldeados, e a xamar ás mesmas as hordas errantes; accrescentando-se ás estas informações todas quantas julgar que devem, sobre este objecto, chegar ao conhecimento d'este mesmo Governo (AHG, *CORREIO OFFICIAL*, 12 MAI, 1852, p. 3).

Assim, observa-se a necessidade do controle dos aldeamentos pelo governo provincial que, no conjunto de proposições políticas construídas, implicou a afirmação pela mão-de-obra indígena e sua integração à sociedade. Em Goiás, no século XIX, a permissão de práticas ofensivas, aprisionamento através de expedições e escravização dos indígenas, além da construção de presídios por parte do governo e dos colonos, revelaram as oscilações da política indigenista, ora incentivando à guerra e à escravização, ora protegendo a “conversão mais paternalista”, assumida pelos religiosos nos aldeamentos (KARASH, 1992, p. 404).

Em contrapartida, procurou-se resolver o problema dos conflitos existentes entre as autoridades civis e os religiosos na observância das ordens e instruções, entre outras implicações, ilustrado em outro episódio, ocorrido no ano de 1853, quando o referido frei Francisco envolveu-se no atentado contra a autoridade do juiz de paz e subdelegado de polícia do distrito de Boa Vista, pedindo que esse fosse “expulso”, sob o “pretexto de viver vida

⁴³ Estas referências ao frei capuchinho podem ser vistas nos relatórios provinciais apresentados pelos presidentes da província de Goiás, no período de sua permanência em Boa Vista entre os anos de 1840 a 1860.

imoral e escandalosa”. Como providência, a Secretaria de Governo encaminhou ao referido missionário a seguinte solicitação:

Por mais de uma vez tem sido Vm. Advertido por parte d’este Governo, para que, limitando-se ao fim de sua Missão, em cujo desempenho pode prestar relevantíssimos serviços pela propagação de sãs doutrinas, deixe as autoridades civis o livre exercício das atribuições temporais; (...) insiste nas suas tentativas de usurpação; ou o que ainda é pior, promove a anarchia no seio de uma população, á quem deveria inspirar o respeito ás Leis, e as autoridades constituídas (AHG, *CORREIO OFFICIAL*, 06 ABR. 1853, p. 4).

De outra parte, as informações sobre a “Catequese e Civilização”, objeto de atenção nos relatórios da Província, responsabilizava o missionário São Vítor como responsável pela fundação do aldeamento de Boa Vista, inclusive localidade de maior embarcação, composta pelos índios apinayés, gradaús e craôs⁴⁴.

Um exemplo ilustrativo refere-se à “navegação do Tocantins”. Ao tratar das embarcações que percorriam as províncias de Goiás ao Pará, registrou-se em Boa Vista do Tocantins a maior embarcação, com capacidade de 150 a 210 toneladas e de 100 pessoas, comparada às povoações de Palma, Porto Imperial, Carolina de Santa Clara e Peixe. Tal informação, registrada no relatório provincial de 1851, ressaltava que:

A maior parte das pessoas, de que se compõem a tripulação das embarcações de Boa Vista, consta de Índios Apinagés, que se ajustam sob immediata inspeção do Missionario, por cuja conta corre a catequese desses índios (MACHADO, 1850, p. 41).

Essa ilustração reforça a posição do missionário quanto à manutenção da ordem e na regimentação dos serviços junto aos indígenas e demais moradores colonos de Boa Vista do Tocantins e ao que parece no treinamento da mão de obra⁴⁵. A oferta de “*brindes e ferramentas mandados vir do Pará*” fazia parte das negociações entre o missionário e os índios apinayés, como acordo estabelecido pela lei financeira da província⁴⁶.

⁴⁴ As referências ao missionário são indicadas nos relatórios dos presidentes da Província de Goiás, no período de 1850 a 1874, como fundador do aldeamento de Boa Vista. Ele faleceu no ano de 1873 no presídio de Santa Maria do Araguaia.

⁴⁵ Destacam-se nesse aspecto as conhecidas observações registradas quanto à prática do fanatismo e os malefícios realizados pelo frei Francisco do Monte São Vítor, em Boa Vista, pela escritora maranhense Carlota Carvalho em sua obra *O sertão* (2006), mas contestados pelo etnólogo alemão Curt Nimuendajú (1980, p. 5) quando esteve entre os apinayés na década de 1930, “em que os poucos que julgam saber do cristianismo o devem, os índios, ao contato com os moradores neobrasileiros vizinhos e não à missão”.

⁴⁶ AHG, Tocantinópolis, 1841, Cx 01. Os brindes representaram significativa parte das negociações entre as nações indígenas e representantes do governo provincial.

Noutro contraste, evidenciou-se, nos registros da presidência no ano de 1858, uma preocupação quanto aos desencadeamentos da catequese, sem controle por parte das autoridades do que se passava no interior dos aldeamentos e missões, sobretudo na comarca de Boa Vista:

[...] Das aldeias da Boavista nada sei absolutamente, porque nenhuma informação recebi do respectivo director em todo o decurso do anno pp.: refiro-me, por tanto, aos poucos dados que forão expostos no meu relatório do mesmo anno, do qual consta que erão, n'aquella data, povoadas por 1:176 das nações Apinagé, Gradahu e Caraó (...). *Este simples facto é bastante para dar uma Idea aproximada do estado em que existem aquellas missões e do grão de interesse que por ellas toma o respectivo director* (CERQUEIRA, 1859, p. 259, GRIFO NOSSO)⁴⁷.

No ano de 1861, a recorrência às informações sobre o aldeamento de Boa Vista sustentava as perspectivas dos benefícios do processo civilizatório através dos aldeamentos, atentando para os seguintes aspectos:

Os Apinagés da Boavista estão adiantados em civilização. Trabalhaõ no cultivo da terra, e são um poderosos auxiliar para o serviço da navegação do Pará. Já commerciaõ com o producto do seu trabalho; fabricaõ farinha e fumo com alguma perfeição, e usão de armas de fogo, e ferramentas de lavoura que adquirem, ou por troca dos seus productos, ou em pagamento dos seus serviços. O facto de comerem cosido, e viverem em correspondência amigável com os habitantes da Boavista prova quanto estão adiantados (ALENCASTRE, 1861, p. 100).

Em meados dos anos 60 do século XIX, os aldeamentos foram entregues à responsabilidade de João Francisco Baptista, enquanto frei Francisco foi encarregado do trabalho da reconstituição do presídio⁴⁸ de Santa Maria do Araguaia (atual Araguacema), que tinha sido construído em 1812 e destruído por uma coalizão das populações indígenas: Karajá, Xavante e Xerente. Para a referida missão informou o governo provincial:

⁴⁷ As ações desmedidas do referido missionário parecem ter correspondido a uma “certa autonomia” quanto aos procedimentos dos capuchinhos italianos em relação ao governo de D. Pedro II, que marcou por assim dizer o projeto das missões no Segundo Reinado (MARTINS, 2006, p. 6).

⁴⁸ A expedição constava de um bote de 8 remos, 4 igarités, 1 montaria e 1 ubá, conduzindo 15 pessoas, além dos víveres e outros objectos indispensáveis (ARAGÃO E MELO, 1859, p. 59). Anos posteriores, em 1863, diversos habitantes de Boa Vista abriam caminho para aquele presídio e pretendiam estabelecer fazendas de gado no Araguaia (VALÉE, E. J. C. *apud* DOLLES, 1973, p. 87). Sobre a localização do referido presídio de Santa Maria do Araguaia, lembrou o general Couto Magalhães o “relevantíssimo serviço” (...) que prestou o ex-presidente da Província de Goiás, José Martins Pereira de Alencastre, que, “para quem não conhece em Goiás as dificuldades com aquele administrador superou para colocar esse núcleo de população *no meio dos desertos, dos quais o menos tem cem léguas, sem um morador!*” (MAGALHÃES, 1975, p. 182, grifo nosso).

Apreciando o seu gênio empreendedor, sua coragem e tenacidade (frei Francisco do Monte de S. Victo, Missionario Apostolico) para as grandes cousas, mandei-o chamar da Boa-vista, e entreguei-lhe uma parte da direcção do presidio de S. Maria. Este respeitável Missionario é o mesmo que fundal-o em 1859 (ALENCASTRE, 1862, p. 147).

Para a missão, o referido Governo informava que “o frade esperava, [...] conduzir para o presídio de S. Maria na presente secca, numerosas famílias”. A estratégia de povoação tinha como base a experiência da fundação de Boa Vista do Tocantins, que transformou “um lugar quase deserto e que em pouco tempo elevou-se a perto de 4:000 habitantes”, concluía o documento (MAGALHÃES, 1863, p. 245).

O trabalho empreendido pelo frade inseriu-se no projeto das “escolas dos capuchinhos” que, na missão de Boa Vista do Tocantins, ao que tudo indica, esteve voltado para os ensinamentos da doutrina cristã e para a “formação de índios canoeiros” (AMOROSO, 1998)⁴⁹, requisitados como mão de obra para a navegação.

A existência de escola de ensino primário muito provavelmente deveu-se ao projeto da “Catequese e Civilização”, empreendida pelo padre João Rodrigues de Azevedo, que, nos anos 50 do século XIX, fez parte dos “sacerdotes de reconhecida aptidão e capacidade”, que veio somar-se ao trabalho dos missionários em Pedro Afonso e Boa Vista do Tocantins (MACHADO, 1850, p. 32). As cõngruas dos párocos poderiam ser ampliadas “a sobredita gratificação” em razão das aulas de primeiras letras, “por serem pessoas mais habilitadas, que existem nestas pequenas localidades para ensinar os rudimentos das letras á mocidade, a qual pelo duplo dever de pastor e mestre darão a educação religiosa” (CUNHA, 1854, p. 164).

Entre 1840 e 1850, as informações predominantes referiam-se às práticas do missionário junto à sua “gente”, indígenas e demais moradores, muito bem observadas pelo viajante francês Francis Castelnau:

Eram de profunda veneração os sentimentos que inspirava Frei Francisco à sua gente; durante os seus passeios, muitos vinham ajoelhar-se aos seus pés, beijando-lhe a túnica e pedindo sua bênção [...] distinguem-se os moradores de Boa Vista pela sua grande pureza de costumes [] Infelizmente, porém, ele às vezes usava do poder absoluto que tinha nas mãos para tomar certas medidas filhas de um exagerado zelo. Assim, todos os habitantes eram obrigados a comparecer três vezes por dia ao serviço divino [...] As mulheres eram forçadas a usar uma roupa uniforme, constituída de uma grande camisola branca, que lhes cobria completamente o corpo, deixando descoberto somente os olhos e o nariz (CASTELNAU, 2000, p. 207).

⁴⁹ Segundo Amoroso (1998), frei Francisco receberia do Imperador D. Pedro II uma medalha de honra ao mérito por seu trabalho junto aos indígenas da província de Goiás.

A profetização do missionário, por volta de 1854, permaneceu no imaginário dos colonos na época, lembrada pelos dominicanos quando aportaram em Conceição (atual Conceição do Araguaia) em 1896. Frei São Vítor havia anunciado que naquele lugar surgiria um dia uma cidade. Os fiéis que choraram sua morte, no ano de 1873, nunca se esqueceram dos avisos proféticos, sobretudo quando foram contemplados por “Religiosos vestidos de branco (missionários dominicanos) que chegariam de longe para com eles (fiéis) morar” (AUDRIN, 1946, p. 80). Pareceu o referido episódio repetir os anos de 1840, evidenciando o anúncio pela continuidade das missões e novamente o socorro prestado pelos missionários às populações fugidas das guerras e dos conflitos, agora prestado à população goiana de Boa Vista, em territórios do Pará, em decorrência da “revolução” de 1892.

Compunha o grupo dos “religiosos de branco” o dominicano francês Frei Gil de Vila Nova que, juntamente com os demais missionários, aportou em Goiás no último quartel do século XIX. Instalados primeiramente na diocese de Uberaba, em Minas Gerais, deslocaram-se para Porto Imperial no ano de 1891, então próspera cidade do norte de Goiás, que viria a se constituir a sede dos padres dominicanos e bispado representado pelo Frei Domingos Carrerot.

Um dos desafios da diocese era atender o sertão de Goiás, entre as margens dos rios Tocantins e Araguaia, dando continuidade aos trabalhos dos capuchinhos, primados pelos preceitos da disciplina e moralidade, apregoados pelo advento da República. Nesse intento, encontramos Frei Gil Vila Nova como fundador de Conceição do Araguaia no ano de 1897, e, ao longo de sua permanência de desobrigas⁵⁰ junto aos indígenas e sertanejos das fronteiras do Pará, Maranhão e Goiás, representou uma força político-religiosa dos dominicanos no tempo da República⁵¹.

No ano de 1892, o trajeto missionário cobria um curso de 150 léguas, estendendo-se pelo vale do rio Tocantins, desde Porto Nacional até Boa Vista do Tocantins. A intenção era contornar a margem esquerda e direita do rio Tocantins, nas fronteiras do Maranhão e Goiás, para enfim chegar a Boa Vista, de população composta de “elementos turbulentos e difíceis de governar” (GALLAIS, 1942, p. 164).

⁵⁰ A prática das desobrigas referia as visitas às regiões desprovidas de párocos ou assistência religiosa em função da administração dos sacramentos, como batismos e matrimônios.

⁵¹ A presença dos dominicanos deveu-se ao processo da “Reforma Católica”, caracterizada pela romanização da Igreja, em que os reformadores buscaram como fonte de inspiração o Concílio de Trento e em Roma a força econômica e política. O fenômeno da romanização da Igreja no Brasil caracterizou-se, entre outros aspectos, pela inserção das ordens religiosas estrangeiras, que atuaram na estruturação das dioceses, paróquias e seminários, e dos colégios particulares, com objetivo de assegurar o poder da Igreja, fragilizado com a separação do Estado pós-República (DIEL, 1997, p. 134).

Por outro lado, imagina-se que as narrativas perduraram sobre a “terra de Boa Vista” desde os tempos do Frei Francisco e estenderam-se ao período da República, na interpretação dos “negócios de Boa Vista”, publicados na imprensa do Estado sobre os contrastes da ordem republicana, ainda revestidos pelos “vícios” do Império.

Ademais, a base histórica que se desenhou entre as forças políticas no final do XIX em Goiás mereceu um estudo a parte que, filtrado pelos registros da instrução pública, pôde contribuir com outros recortes.

1.4 - Poder e ordenação social

No ano de 1854, a comarca de Boa Vista assegurou as longínquas fronteiras no extremo norte goiano, ocupando um expressivo território na Província⁵². Conforme Palacin (1990, p. 20), Boa Vista era uma das fronteiras mais vivas de Goiás na segunda metade do século XIX, sendo que no ano de 1872 constituía o sexto município ou comarca em povoação da província.

Anterior a Boa Vista, a vila de Carolina representou o município e a fronteira mais distante da Capital, recebendo a criação da escola de ensino individual no ano de 1831, provida somente em 1841⁵³. Como Comarca, agregou outros distritos, entre os quais, o de Boa Vista, até o ano de 1850.

Essa questão é ilustrada no documento enviado pela Câmara Municipal de Carolina ao presidente da Província, indicando dois pedidos, assim expressos:

[...] no 1º pede a Camara a creação d’huma Aula de Grammatica Latina para seo Municipio, dando as rasões do seio pedido, e no 2º á que seja elevada a Cathegoria de Villa a grande Povoação da Boa Vista, a Creação da Aula de Grammatica Latina, e algum auxilio pecuniário para a Igreja Matris, visto que a subscrição dos Povos não chega para levar a effeito a obra principiada. Igualmente passo as mãos de V.Ex^a. hum Officio do Coronel Ladislao Pereira de Miranda, pedindo á que seja elevada a Cathegoria de Villa a populosa Povoação da Boa Vista (AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1850, CX 079).

⁵² A comarca de Boa Vista, criada no ano de 1854, foi suprimida pela lei 495 em 29 de julho de 1914, aprovada pelo Congresso, na era dos conflitos políticos impetrados pelo padre João de Sousa Lima, na situação de oposição ao governo de Goiás (PALACIN, 1990, p. 169).

⁵³ A provisão da escola de 1º grau decorreu da instalação da primeira Lei sobre instrução primária na Província, a de nº 13, de 23 de julho de 1835. Entre 1831 e 1841, a escola de Carolina, juntamente com as escolas de Jaraguá, Bonfim, Amaro Leite e Anicuns, funcionou intermitentemente com provisões interinas. Ver Bretas (1991, p. 180).

As solicitações restringiram-se ao pedido do Coronel Miranda, fazendeiro e criador de gado na região de Carolina (CASTELNAU, 2000, p. 216) ⁵⁴. As aulas de latim existiram apenas em algumas localidades, contando com um número reduzido de alunos, sendo posteriormente fechadas (BRETAS, 1991, p. 183)⁵⁵. Todavia, a recorrência do pedido evidenciou por um lado o lastro que permaneceu entre as fronteiras de Goiás e do Maranhão, e de outro, a presença dos criadores de gado na pessoa do Coronel Ladislau Miranda, entre outros, como do Capitão João Acácio de Figueiredo, que na função de exploradores e organizadores de expedições serviram de apoio aos interesses do governo provincial. Em particular, o estabelecimento da família Figueiredo em Boa Vista perdurou na formação de uma geração que viria a ocupar funções nos cargos públicos, como da recebedoria e da intendência do município, além da manutenção dos filhos nas escolas da cidade.

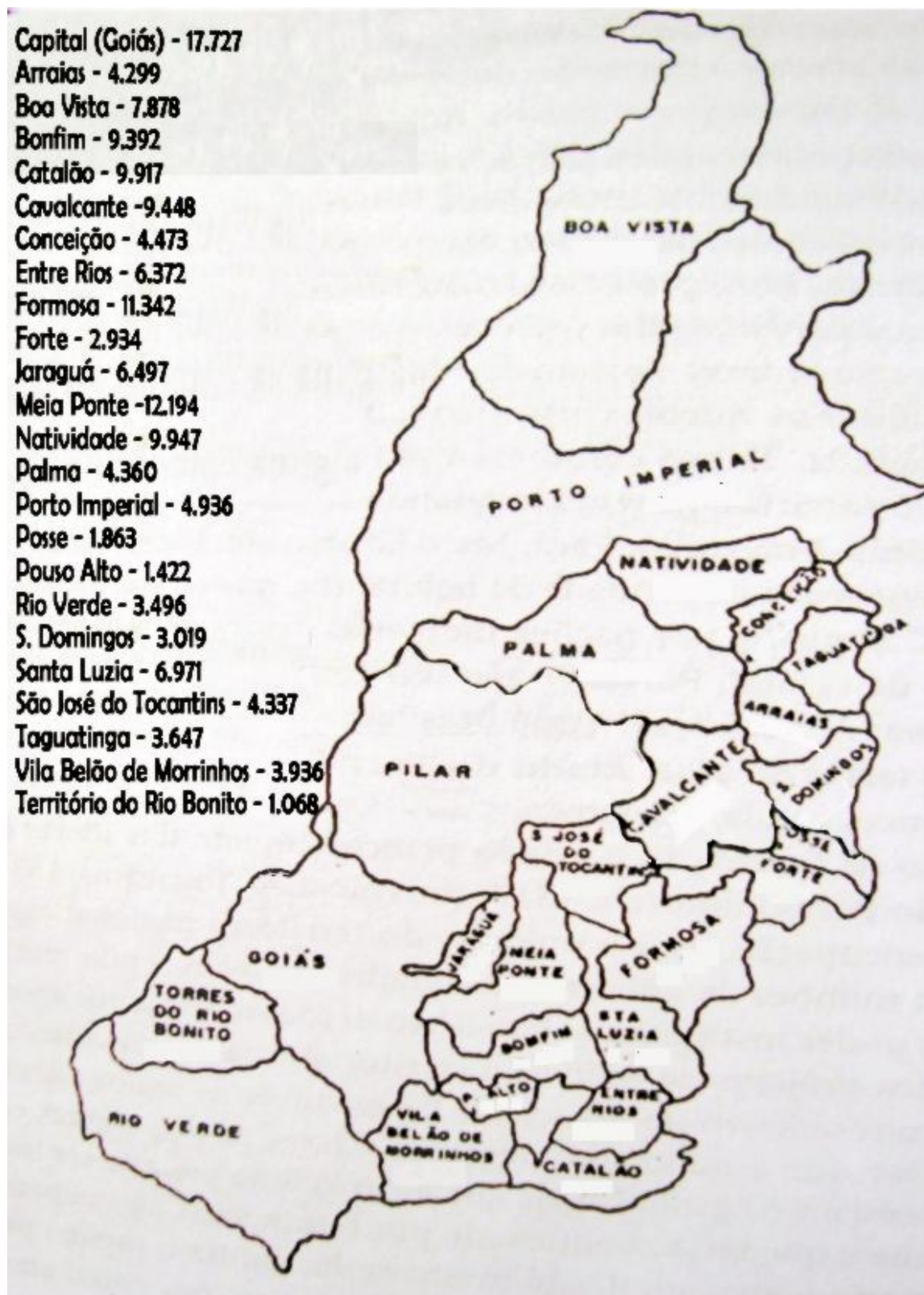
Como povoação “ribeirinha” ⁵⁶ às margens do rio Tocantins, Boa Vista recebeu contínuos deslocamentos de aventureiros, fugitivos, negociantes, criadores, famílias, entre outros. Os movimentos de ocupação obedeceram a frentes diferenciadas: os de iniciativa particular, em busca de melhores terras e atividades de subsistência, comércio e criação do gado, caracterizados pelo deslocamento de famílias oriundas da outra margem do rio Tocantins, como da região de Pastos Bons, das povoações da Província do Maranhão, como de Carolina, Chapada do Bonfim (atual Grajaú) além da Província do Pará. E como parte deste processo a visualização de que a fronteira do Sul do Maranhão no início do século XIX foi marcada essencialmente pela história das lutas étnicas e sociais, entre os povos indígenas, criadores e lavradores (BEZERRA, 2010, p. 104) que, entre outros efeitos provocaram a migração para o Goiás, na região de Boa Vista. Ainda num outro movimento paralelo, de caráter mais “oficial”, a ocupação de Boa Vista caracterizou-se pela organização das expedições e aldeamentos indígenas.

⁵⁴ Em expedição à América do Sul e algumas províncias do Brasil, o naturalista e viajante francês Francis Castelnau passou por Goiás, no período de 1843 e 1844, registrando importantes informações sobre as riquezas naturais e costumes dos habitantes do sertão e interior da província, inclusive das imediações de Carolina e de Boa Vista. Entre as façanhas do viajante estrangeiro esteve a “adoção” de um menino de seis anos, filho do chefe dos apinajés, com o objetivo de “acompanhar o desenvolvimento da inteligência numa criança selvagem” (CASTELNAU, 2000, p. 211).

⁵⁵ Ressalta-se que as cadeiras de ensino secundário eram compostas pelas aulas de latim, retórica, francês, aritmética, geometria e filosofia, que, segundo o professor Bretas (1991), tiveram pouca ressonância na Província. E as aulas de gramática latina vigoraram em alguns períodos nas localidades de maior povoamento, como nas vilas de Meia Ponte, Bonfim, Catalão, Natividade e da Capital (FLEURY, 1849, p. 178).

⁵⁶ Como cidades ribeirinhas ou “cidades fronteiras”, localizadas na margem direita do rio Tocantins, Porto Nacional e Pedro Afonso expressaram-se como centros dinamizadores da região norte de Goiás no século XIX (OLIVEIRA, 2010, p. 14).

Figura 3: Comarcas da Província de Goiás – 1872



Fonte: PALACIN; MORAES (2001); LIRA (2011).
 (mapa adaptado pela autora)

Um exemplo indicativo que tratou de ressaltar na nova povoação encontra-se nas informações enviadas ao comendador provincial, assim descrita:

Levo ao Conhecimento de V. Ex.^a que a Povoação da Boa Vista, muito tem prosperado e aumentado nassua População, por estarem emtrando e continuando a povoarem muitos Fazendeiros, pois já chegão ou estão a chegar nos limites da Provincia do Pará, o mesmo está acontecendo nas margens deste Rio, no rumo do Rio do Sonno, pois agora de proximo chegou hum homem de Parnaguá, Provincia do Piaui, estabalecer-se comporção de gados, segundo consta ([ilegível] de duzentas cabeças) Este mesmo dá noticia de outros que estão tão bem avir do mesmo Destricto, com seus gados e famílias [...]
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1850, CX 1).

É importante destacar a inserção de negociantes e fazendeiros, como o registrado pelo nome João Acácio de Figueiredo, que na exploração da navegação do rio Araguaia estabeleceu “lavoura e creação e amisade contratada por elle com a Nação de Indios Apinagés” (JARDIM, 1835, p.19)⁵⁷ na fronteira com o Pará; ou da reconhecida influência do Coronel Antonio Nicolau de Miranda, que, na estruturação das fazendas de gado em Carolina, aprisionou índios krahôs, empregados no serviço das pastagens e guarnição contra os ataques dos xavantes (CASTELNAU, 2000, p. 216). Em passagem pelas fazendas do referido Coronel com área de “vinte léguas quadradas” de propriedade, destacou o viajante francês Francis Castelnau a recorrência, ou o “sentido”, das bandeiras do sertão, como parte da apropriação das terras e proteção aos ataques indígenas:

O governo nunca se envolve nestas pequenas questões e enquanto a tropa regular vive nas capitais a acompanhar procissões, os habitantes do sertão, entregues a si próprios, organizam bandeiras, *se não se acham dispostos a morrer sem defesa nas mãos dos selvagens* (CASTELNAU, 2000, p. 216, GRIFO NOSSO).

Como evidência, instituiu-se a lógica das relações de dominação por parte dos proprietários com os indígenas e, por conseguinte, a estruturação do poder assegurada na figura dos fazendeiros. Para compor o processo de poder e arregimentação, os aldeamentos funcionaram também como sedimentação de outras relações, interesses e necessidades, como pôde ser verificado no período do Frei Francisco do Monte de São Vítor que, na prática da catequese traduziu para aquela realidade social um cenário de “lutas de representação” (CHARTIER, 1990) que perdurou ao longo do XIX entre representantes da Igreja e do Estado.

⁵⁷ AHG, Tocantinópolis, 1837, Cx 1.

Ademais, nada salutar destacar, nas palavras do viajante francês, o reforço de um olhar estrangeiro e colonizador sobre as práticas de aprisionamento dos “selvagens”, acrescido às outras observações que teceu na sua estadia em Boa Vista, entre outras regiões, por volta de 1843. Quanto a essa questão, Castelnau (2000, p. 207) ressaltou as proezas do missionário capuchinho frei Francisco. Sua presença e fama aumentaram consideravelmente entre a população, seja indígena, procedente dos aldeamentos do rio Tocantins, seja não índia, em grande parte aqueles que “havia atravessado os sertões do Maranhão para vir morar sob sua direção”, fazendo ascender a população a 1.500 pessoas, e a quantidade de casas atingisse de 200 a 300 unidades⁵⁸. Um número significativo comparado ao registrado em 1837, quando Boa Vista dispunha de 84 fogos e 432 pessoas, conforme os registros apontados nas negociações pela autonomia municipal⁵⁹. De toda forma, Porto Imperial já contava, no ano de 1812, com 1.867 habitantes, evidenciando a diferença populacional do centro sul da província, mas que sofreria alterações com o processo de desenvolvimento e ocupação de porções da região Norte.

No ano de 1850, a relação dos “jurados” do distrito de Boa Vista indicava a composição social do grupo a partir do local de “*morada*”, a “*profissão*” de criador e negociante, bem como das “*rendas líquidas*”, igual ou acima de 200\$000 réis⁶⁰.

Através da relação nominal veríamos que, de um total de 56 jurados, 36 eram pertencentes a Boa Vista do Tocantins, constando entre estes apenas 3 negociantes e os demais na função de “*criador*”. O indicativo da ocupação e, sobretudo, das rendas líquidas designava a participação nas eleições das Câmaras Municipais, conforme estabelecido pela Lei Imperial de nº 387 de 19 de agosto de 1846. A exclusão pelas rendas, proveniente da Constituição de 1824, já estabelecia o mínimo de 100\$000 réis aos votantes nas eleições de primeiro grau (eleitor de paróquia), restringindo a participação política e fomentando a não constituição de uma “*cidadania*” na sociedade brasileira (CARVALHO, 2010, p. 394).

A vila de Boa Vista como sede do município, no ano de 1852, instaurou os órgãos da administração com a criação da Câmara e da Cadeia, e nos anos seguintes, a nomeação do

⁵⁸ Importante registrar que entre os anos de 1838 e 1841 o sul do Maranhão, entre outras regiões, como de Caxias, foi marcado pelas ocorrências e convulsões políticas desencadeadas pela Balaiada. O movimento foi fortemente reprimido pelas tropas do governo e do seu desdobramento podemos aludir os movimentos de deslocamentos da população maranhense em direção ao extremo norte de Goiás.

⁵⁹ AHG, Tocantinópolis, 1837, Cx. 1.

⁶⁰ AHG, Tocantinópolis, 1850, Cx. 1. A renda de 200\$000 réis possibilitava participar nas “eleições de província” ou de segundo grau, após ser escolhido como “eleitor de paróquia”. Este requisito também era exigido para fazer parte da Guarda Nacional, sendo de 200 mil réis nas cidades e de 100 mil réis no interior (CARVALHO, 2010, p. 252).

delegado de polícia (1854)⁶¹, e da Recebedoria para cobrança de exportação, no ano de 1857⁶². Em 1858, foi elevada à categoria de cidade.

No mesmo ano, através da “Estatística da população da província de Goyas a partir das paróchias”, a cidade de Boa Vista do Tocantins apresentou, pelos registros da Nossa Senhora da Consolação, um total de 2.748 habitantes, com uma população livre de 1.293 homens e 1.273 mulheres, e a escrava de 96 homens e 86 mulheres. O relatório totalizava, em 1858, 43 paróquias. Ao fazer uma comparação entre os números de habitantes indicado no relatório, Boa Vista do Tocantins era superada por 13 outras paróquias da Província. Assim, numa estimativa entre as paróquias do norte de Goiás, visualizaram-se os seguintes dados populacionais:

Quadro 1 – População das paróquias do norte de Goiás (1858)

Paróquias	Municípios	População
Santa Ana de Cavalcante	Cavalcante	4827
São Felix	São Felix	862
N. S. dos Remédios de Arraias	Arraias	3648
S. Antonio do Morro do Chapéu	Chapéu (Monte Alegre)	1491
São João da Palma	Palma (Paranã)	3395
N. S da Conceição do Norte	Conceição	2429
São José do Duro	Duros (Dianópolis)	1722
Santa Maria de Taguatinga	Taguatinga	6120
N. S. das Mercês de Porto Imperial	Porto Imperial (Porto Nacional)	1824
N. S do Carmo	Monte do Carmo	1040
Santa Ana da Chapada	Chapada (Chapada de Natividade)	970
N. S. de Natividade	Natividade	2710
São Miguel e Almas	Almas	968
N. S. da Consolação de Boa Vista	Boa Vista (Tocantinópolis)	2748

Fonte: CERQUEIRA (1858, p. 111).

Posteriormente, no ano de 1862, o número de habitantes do município atingiu 3.304, composto de 3.122 pessoas livres e 182 escravos. Na leitura dos dados apresentados, as observações do Relatório Provincial incidiram sobre a falta do envio dos mapas parciais por

⁶¹ A nomeação dos delegados e subdelegados de polícia era de competência do Ministro do Império. As províncias deveriam acatar ou consultar o chefe de polícia, como funcionário do governo imperial. Com esta determinação, diminuiu o poder anteriormente conferido ao juiz de paz eleito, conforme estabelecido pela lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código de Processo Criminal de 1832. Maiores informações consultar Carvalho (2010).

⁶² AHG, Documentação Avulsa, 1857, Cx. 0116.

parte de alguns municípios e freguesias. O destaque assinalado no documento pontuava que “a população de Boa Vista tem tido um aumento considerável”, bem como as freguesias de S. Pedro do Tocantins e do Duro, atribuindo a estas últimas o problema das secas nos sertões da Bahia e do Piauí, em relação à migração (ALENCASTRE, 1862, p. 178). Apesar do “aumento considerável” atribuído a Boa Vista, notou-se que no quadro geral, parte significativa dos municípios apresentava dados populacionais superiores. A fundação como cidade, em 1858, e a expressiva distância da capital podem ter sido os motivos do referido apontamento.

A precariedade da organização estatística das paróquias caracterizou-se pela parcialidade dos dados enviados pela administração municipal às inspetorias gerais da Província. Somente no ano de 1871, foi criada a Diretoria Geral de Estatística, responsável pelo primeiro censo demográfico no Império, realizado em 1872, e também de organizar as estatísticas escolares, que se fortaleceram na República, em detrimento de se investir no desenvolvimento da educação no Brasil.

De acordo com as informações nos relatórios provinciais, entre outras fontes, os dados populacionais apresentados pela paróquia e depois Comarca de Boa Vista do Tocantins, assim se apresentaram nos referidos períodos:

Quadro 2: População de Boa Vista

Período/ano	População/ habitantes
1837	432
1843	1.500
1858	2.748
1862	3.304
1872*	7.872

Fonte: AHG, TOCANTINÓPOLIS, Cx. 1; CUNHA (1857); ALENCASTRE (1862); CASTELNAU (2000).

* No ano de 1873 registrou-se o número de 8.158 habitantes, conforme informações da comissão de recenseamento de Boa Vista (Tocantinópolis, 1873, Cx 1).

A organização dos serviços públicos atendeu às Câmaras Municipais, responsáveis pelos meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e o respaldo aos Códigos de Posturas, além da regularização dos edifícios e prédios urbanos. Às paróquias, na representação dos vigários, competia os registros de nascimento, batismo e óbitos, entre outras funções na atividade político-eleitoral. Como primeiro vigário, o padre João Rodrigues

de Azevedo responderia pela paróquia de Nossa Senhora da Consolação, bem como pela inspetoria da instrução pública primária a partir de 1850.

Embora as prerrogativas de organização municipal assegurassem instâncias de representação pela Câmara de Vereadores, esta ficou subordinada ao governo provincial através das Assembleias Legislativas, instauradas pelo Ato Adicional de 1834. Nesta estrutura o poder Executivo nos municípios não era independente do Legislativo o que fazia com que toda ação distributiva recaísse “na dependência da iniciativa dos poderes locais” (CARVALHO, 2010, p.154).

Como exemplo, dentre outros aspectos que regeram as relações entre o poder provincial e o poder local, os Códigos de Posturas propostos pela Câmara municipal de Boa Vista do Tocantins foram submetidos à aprovação pela Secretaria do Governo Provincial. Neste aspecto, os Códigos funcionaram como princípios da ordem civilizadora na regularização do uso adequado dos espaços públicos nas vilas e cidades, como forma de correção às posturas individuais e coletivas. A obediência às “posturas” fazia-se pela observância aos artigos e aplicação das multas no caso de negligência ou reincidência.

Em Boa Vista do Tocantins, a primeira proposição do Código ocorreu no ano de 1856, até mesmo anterior a sua elevação à cidade, no ano de 1858. O primeiro código possuía 07 artigos. Com as alterações ocorridas entre 1859 e 1874, o documento foi ampliado para 34 artigos. As modificações acompanharam outras obrigações sociais na organização do espaço urbano, sob responsabilidade de funcionários da Câmara Municipal e averiguadas pelo fiscal e o procurador. Os códigos infligiam na organização das moradias, das tabernas, dos gêneros alimentícios e dos pesos e medidas, entre outras regras.

A concessão das licenças compreendia “*levantar caça*”, com a demarcação correta dos terrenos, cabendo aos proprietários “*conservar as frentes de suas casas livres de matos, imundices e barracões*”; a proibição de “*riscar, escrever, estampar nas paredes dos edificios ou muros e pelas ruas palavras obsenas e figuras deshonestas*”. E nesse aspecto, “*os pais, tutores, curadores e senhores ficarão obrigados a multa quando forem negligentes em corrigir os filhos, pupillos e escravos, alem da reparação do danno causado*”⁶³, o que atribuía à família, as correções necessárias.

No tocante ao controle das atividades comerciais, estipulava a obediência aos pesos e medidas na venda de carnes e de gêneros alimentícios, bem como da limpeza de açougues,

⁶³ AHG, Tocantinópolis, 1856, Cx. 01; Fundação Frei Simão Dorvi, Cidade de Goiás - *Collecção das Leis da Provincia de Goyaz*, 1874, p. 41.

tabernas e matadouros. Para o uso do espaço público e sua moralidade, no ano de 1856, as regras estenderam-se na permissão “do tomar banho no porto grande da villa, das seis horas da manhã as seis e meia da tarde, salvo se tomar as devidas cautelas, para que não offenda à moral publica” ou que “levantem voserias que perturbem o socego publico”, além da proibição pelo uso de armas em geral dentro da cidade e povoações, salvo os “viandantes e pessoas empregadas na policia e em trabalhos dentro da cidade e povoações”⁶⁴.

A proibição estendeu-se à criação de porcos e gado nas ruas da cidade, e até mesmo conferiu regulamentação sobre a cobertura com telhas das casas construídas em terrenos adquiridos no prazo de um ano:

Artigo 1º Fica prohibida a conservação de gado vaccum solto dentro das ruas da Cidade. A infracção deste artigo será punida com um mil reis de multa por cada cabeça, duplicada na reincidencia. Artigo 2º Os que possuirem terrenos dentro da Cidade, e no decurso de um anno não derem começo a construir nellles casas cobertas de telhas, perderão a posse dos mesmos terrenos, que serão devolvidos a Camara [...]
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1859, CX 1).

Outros impedimentos indicados pelo documento estenderam-se às demais áreas e aspectos da vida social, como podem ser observadas nos artigos descritos:

[...]
Artigo 19 Fica prohibida toda função em que se levantem voserias que perturbem o socego publico, pena de 6\$ r^s ao dono da casa. Artigo 20 Fica prohibido ativar dentro da cidade, depois do sol posto, salvo nos dias de festejos religiosos ou nacionaes. Os infractores pagarão a multa de 4\$ r^s o duplo na reincidencia. Artigo 21 Todo aquelle que lançar mão de canôas e igarités, que se achem presos nos portos d’esta cidade sem consentimento do dono ou de quem o representem, será multado em 4\$ r^s o duplo na reincidência. Artigo 22 Aquelle que comprar a escravos, famulos, filho familia ou tutelados objectos de qualquer natureza e valor sem autorização das pessoas á quem são subordinados, soffrerá á multa de 8\$ r^s, alem de restituir os objectos a seus donos. Artigo 23 Fica prohibido fazer escavações nas ruas, praças e lugares publicos da cidade. O infractor será multado em 5 \$ r^s. Artigo 24 Todo aquelle que vender occultamente generos seus ou alheios, subrahindo-os ao pagamento de direitos municipaes, será multado em 10\$ r^s, o duplo na reincidência [...]
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1874, CX 1).

Por certo, a imposição dos artigos ilustrou uma realidade social em questão que, mediada pelas condições materiais existentes, expressou as formas e sentidos impressos nas relações com o espaço e das ações devidas às normas prescritas. Como uma composição social em ajuste, o “proibido” pela regra pôde evidenciar as práticas recorrentes e, num

⁶⁴ AHG, Tocantinópolis, 1874, Cx. 1.

segundo momento, tiveram que ser veladas em nome de uma ordem social em construção ou de um processo civilizador cada vez mais presente. Pode-se dizer que os Códigos funcionaram como leis de sociabilidade e convívio público – e por que não afirmar? – como subsídios à instalação das escolas de instrução primária que, permeadas pela moralidade e pela doutrina cristã, também tinham como função imprimir correções aos vícios e a formação de novos hábitos.

Outro elemento de ajuste da organização da cidade referiu-se ao pagamento do imposto à Recebedoria sobre os prédios da décima urbana⁶⁵, aplicado no ano de 1862. Esse delineou os valores indicados de acordo com as condições materiais dos “prédios” ou das propriedades na cidade, num total de 47 indicados. As taxas mais baixas incidiram sobre os prédios “em ruína”, ser de palha, pequeno, ser mal construído, e “*por achar-se em mau estado*”, e os preços variavam entre 1\$080 a 2\$160 réis. Pelas condições dos *prédios*, ou das casas, em sua maior parte de palha, a recente cidade parecia ainda mais um arraial da província, o que por ventura perdurou na descrição das escolas em meados dos anos de 1890.

No documento em apreço, observou-se a divisão das propriedades nas localidades da cidade, indicadas como: Rua da Praia, Ladeira de São João e os “Bêccos” denominados: dos Apinagés, da Rua Nova e dos Barqueiros⁶⁶. Os valores mais altos aplicaram-se sobre os prédios em que não se registraram precárias condições, apenas se indicava o nome do proprietário. Numa apreciação das condições materiais de moradia ou de comércio, a precariedade das construções pôde ser vista como uma forma de fazer “corrigir” os espaços ou diferenciá-los entre o material e funções atribuídas, como os desempenhados pela Câmara Municipal, a Cadeia e a Igreja, representantes da ordem e do poder local. Tanto a Cadeia como a Igreja foram alvos de reclamação por parte dos presidentes nos relatórios da Província no que se refere às reformas e os suportes materiais. De forma especial, a Cadeia de Boa Vista, entre outras de semelhante situação, carecia de segurança e de ampliação física. Em muitas oportunidades foi alvo de ataques e fugas, funcionando como estratégia de negociação entre as relações de força constituídas por interesse maior da política local, ou entre conflitos de indivíduos e grupos formados⁶⁷.

Voltando ao documento da Recebedoria de 1862, este sinalizava a indicação dos “prédios urbanos” na cidade, atingindo um número de 47 para uma população que

⁶⁵ Décima urbana - imposto cobrado sobre os prédios existentes na cidade em 10% do seu valor.

⁶⁶ AHG, Tocantinópolis, 1862, Cx 1. Na relação apresentada, constaram-se 47 prédios urbanos.

⁶⁷ AHG, Tocantinópolis, 1871, Cx. 1. A maior parte da documentação registrou-se como ofícios ou até relatórios das ocorrências enviados pelos subdelegados de polícia em exercício ao chefe de polícia da Província.

apresentava no referido ano um total de 3.304 habitantes. A reduzida concentração de moradias caracterizou um povoamento mais disperso e isolado da parte administrativa da cidade, sem contar o extenso território representado pela Comarca de Boa Vista, de maneira que o despovoado sertão imprimiu a formação de um “mundo rural” que se estendeu ao século XX (PALACIN, 1990, p. 28).

Entre os nomes dos proprietários do *Largo da Matriz* figuraram o frei Francisco do Monte São Vítor, o juiz Manoel Conrado de Miranda, o representante da família “*Germano*”, Francisco Germano da Silva⁶⁸, assim como os integrantes da instrução pública na cidade: o inspetor paroquial das escolas de ensino primário, João Antonio Pinto, e o professor substituto da escola de sexo masculino, José de Brito Manguiera, responsável pelo imposto de três “*predios urbanos*”.

Fazendo uma relação entre os referidos documentos que apontam a atividade econômica de “*criador*” de gado e dos responsáveis pelo pagamento na “*copia do lançamento dos predios urbanos*”, encontraríamos em Boa Vista alguns nomes que figuraram no quadro político entre os anos 50 e 60 do século XIX. Em consonância aos referidos documentos, a obtenção de um cenário social e, de certo modo, seu “movimento” em um largo período histórico ampliou-se com os registros da instrução pública, na vigência das escolas instaladas após o ano de 1850. Nessa lógica, dentre os estabelecimentos instituídos, a instrução pública, materializada pela escola de ensino primário, agregou em seu entorno famílias, proprietários, representantes políticos e jurídicos de Boa Vista, que, diferentemente dos demais serviços, representaria um espaço de visibilidade social, que imprimiu e mobilizou um conjunto de relações à localidade em questão.

No que se refere às atividades econômicas, o comércio atendeu aos gêneros de lavoura e da criação de gado. O movimento da arrecadação vinculava-se aos impostos sobre as reses mortas, da exportação do gado *vacum*, das taxas sobre as tabernas, dos rolos de fumo e aguardente, além da décima dos prédios urbanos. Entre os anos de 1852 a 1888, os registros sobre as receitas apontadas no “*Livro de Contas Correntes da Colletoria da Cidade da Boa Vista do Tocantins*”⁶⁹ não sofreram alterações significativas quanto à origem das arrecadações ou do saldo das receitas, perdurando assim uma economia de subsistência. Todavia, no entendimento a configuração econômica há que se considerar que a “presença de um progresso linear, exclusivamente material” não se verificou em regiões do sertão, como o que

⁶⁸ Suplente do delegado de polícia e avô do Coronel Carlos Gomes Leitão, ambos oriundos da vila de Caxias, no Maranhão, responsável pela deposição do juiz e pela instauração do domínio político nos anos de 1860.

⁶⁹ AHG, Documentação Manuscrita, 1853-1888, Caderno 0333.

caracterizou Boa Vista e outras de semelhantes contornos históricos. Na leitura de Leonardi (1996, p. 318) foi preciso entender que nestas regiões:

a desigualdade de ritmos tornou o processo histórico muito mais complexo, cheio de crescimentos e descensos, e com o passar do tempo desbaratando formas de vida que a ilusão dos homens já considerava como definitivamente adquiridas.

Na década de 1890, dentre os produtos agrícolas comercializados e que pagavam uma taxa especial, encontravam-se o fumo (40 réis por quilo) e a aguardente (60 réis por litro) e os demais “gêneros da lavoura” que pagavam um imposto de 5% do valor (PALACIN, 1990, p. 32). O gado representou nos anos de 1890 a principal riqueza e o primeiro produto de exportação, de acordo com o rebanho e número de fazendas. De todo modo, na leitura do autor, as cifras diminutas da comercialização agrícola e pecuária indicavam que “excedia um pouco o nível da pura subsistência”, ou da “situação de pobreza generalizada”, entendida na perspectiva de carência de dinheiro e de consumo supérfluo (p. 32).

Com base nessas informações, infere-se que Boa Vista, ao longo da segunda metade do século XIX, não alcançou cifras econômicas expressivas que atendessem por um lado a um desenvolvimento social e urbano relevante, na medida em que, mesmo apresentando um rebanho de grandes proporções, a comercialização de gado era muito reduzida, embora este tenha se tornado um dos suportes de sua produção econômica nas décadas posteriores (PALACIN, 1990, p. 32; CAMPOS, 1993, p. 44)⁷⁰.

Ainda no ano de 1850, a criação de gado constituiu não somente parte da economia de Boa Vista, como foi definidora na função dos “eleitores de paróquia” (CARVALHO, 2010, p. 252), composição da base política local, em torno do poder no município. Famílias e agregados, representantes ou líderes de partidos, coronéis proprietários de terras e de gado, compuseram os atores políticos que, em Boa Vista, assumiram contornos singulares na política coronelista, instalada desde meados dos anos de 1860.

Em nome do poder local, o domínio político e administrativo era representado pelos intendentess ou superintendentes das Câmaras Municipais e vereadores, entre os demais cargos dos delegados e subdelegados de polícia. Embora as instâncias do poder político provincial e central atuassem no âmbito dos referidos cargos no município, outros matizes operaram na composição do poder em Boa Vista, como os conflitos perpetrados pelo controle da família

⁷⁰ De acordo com os dados do Censo de 1920, apontados pelos autores, Boa Vista era o município com maior número de rebanho no norte e o quarto no Estado de Goiás.

Germano e seus agregados na representação e influência das lutas políticas provenientes do sul do Maranhão.

Nesse sentido, se por um lado o exercício da catequese vigorou entre os anos de 1840 a 1860, na representação do frei Francisco, em que, entre outras observações por parte do governo provincial, cuidou menos de civilizar os índios do que fundar a povoação com uma rica matriz, e inclusive tratou da reforma da Cadeia (GOMES, 1851, p. 45), por outro, sua saída de Boa Vista no ano de 1861 possibilitou maior visibilidade às discordâncias e conflitos entre os grupos e líderes políticos, acirrados nos anos de 1880, com a presença do coronel maranhense Carlos Gomes Leitão, representante da família *Germano*.

Dessa feita, entre os constantes ajustes e desordens que permearam as relações políticas, a instrução pública não somente aglutinou as famílias e grupos representativos do poder instituído, como convergiram outras necessidades sociais em questão, evidenciadas pela história do extremo norte de Goiás e suas tênues fronteiras com o Maranhão.

Pelo que se viu no processo de ocupação de povoamento das fronteiras de Goiás, as frentes de expansão⁷¹ revestiram-se das práticas arraigadas pela catequese da civilização ou pelos presídios militares como estratégia de exploração das margens dos rios Tocantins e Araguaia. O pulso pelo benefício econômico na estruturação de um Estado forte e centralizador desenvolveu-se paralelo às distantes localidades.

Boa Vista do Tocantins, muito embora afastada do poder político central, fomentou junto com as cidades limítrofes maranhenses movimentos de força política, representados pela ação desmedida de coronéis, como da extensão do poder republicano pela manutenção do Estado e do espaço da Igreja na administração dos conflitos.

Dos desdobramentos com relação às fronteiras, múltiplos aspectos puderam ser arrolados na história de Boa Vista e da visibilidade do extremo norte de Goiás. Como parte constitutiva do cenário, o caminho da instrução primária possibilitou outras fendas de leituras, em que a condição de um “lugar de escola” traduziu, por seu intermédio, as questões de seu tempo e da ocupação como um “lugar de fronteira”.

⁷¹ Este termo aproximou-se ao uso de “fronteiras da civilização”, conforme Martins (1996).

2. LUGAR DE ESCOLA: A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM BOA VISTA DO TOCANTINS

A criação de uma cadeira de instrução primária na povoação de Boa Vista é datada pela publicação da Resolução de nº 10 de 6 de julho 1850⁷² – juntamente com a do arraial de Pedro Afonso – no extremo norte da Província, distante muitas léguas no norte goiano, representado por Porto Imperial⁷³. As muitas léguas de Boa Vista – aproximadamente 350 da Capital de Vila Boa de Goiás – representaram na proporção da distância a tardia criação de um *lugar de escola* ou de uma cadeira de instrução primária, no atendimento à Lei de nº 13 de 1835, sobre a obrigatoriedade da instrução pública na Província.

Lugar ou lugares de escola, termo que passou a vigorar nos mapas demonstrativos apresentados pelos relatórios dos presidentes da Província no final dos anos de 1850, atendeu a institucionalização do poder público do Estado, no controle de criação ou supressão das escolas, em consonância à política de expansão das escolas públicas desencadeada pelo Império, advindas da reforma Couto Ferraz⁷⁴. De outra parte, a representatividade dos *lugares* agregou historicamente as relações produzidas em torno do projeto da instrução pública, imprimindo à escola espaço significativo de confluência das questões sociais que nortearam a política do ensino primário no Império.

Anterior à indicação de *lugar de escola* vigoraram os *lugares das aulas*,⁷⁵ concernentes às aulas de gramática latina e das escolas de instrução primária criadas nas povoações, arraiais, vilas e cidades de Goiás⁷⁶. Infere-se que a substituição do nome de *aulas*

⁷² Fundação Cultural Frei Simão Dorvi – Cidade de Goiás, Livro da Lei Goyana (1850, Tomo 16, p. 27). Ainda que a criação da cadeira de instrução primária tenha vigorado a partir de 1850, o aldeamento de Boa Vista, semelhante a outros aldeamentos, recebeu a criação de escola de primeiras letras, mas a cadeira permaneceu vaga, não havendo registros de sua efetivação.

⁷³ Porto Imperial (atual Porto Nacional) configurou-se como uma cidade em diferenciação demográfica e cultural entre o norte e o sul do estado, favorecido pelo comércio das embarcações no rio Tocantins com Belém (Pará) e do desenvolvimento da educação, o que lhe conferiu a construção de uma memória histórica como capital cultural do norte goiano. Sobre esta questão, ver Dourado (2010).

⁷⁴ As reformas do ensino primário e secundário realizadas nos anos de 1854 e 1855, sob o Ministério Couto Ferraz, previram entre outros diversos dispositivos, a difusão e a obrigatoriedade do ensino elementar e a criação de escolas primárias superiores, ou de 2º grau, no âmbito do município da Corte e das províncias (HAIDAR 1972, p. 115).

⁷⁵ AHG, Documentação Avulsa, 1852, Cx. 0089. Conferir também os relatórios provinciais entre os anos de 1846 a 1852, período em que apresentou a denominação de *lugares de aulas*.

⁷⁶ Observou-se que a alteração nos mapas demonstrativos ocorreu principalmente nos relatórios apresentados após o ano de 1858, o que por ventura poderia ser resultado das reformas do ensino primário com a promulgação do Regulamento de 1856.

por *escolas* deveu-se à obrigatoriedade no atendimento à instrução primária e da materialização dos estabelecimentos ou das casas-escolas, acrescida da supressão das aulas avulsas de latim criadas em algumas localidades da Província, priorizando assim os mapas demonstrativos as informações referentes ao ensino primário.

A ideia de “lugar” e desse como *lugar de escola* remete-nos pensar dois aspectos referentes a Boa Vista: um, associado à noção de longínquo, referente ao “extremo” norte; e outro, à representatividade da escola em potencializar o entendimento sobre localização, vista como “um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar” (SANTOS, 2008, p. 13). Nessa consideração, o conceito de lugar pode ser considerado como a apreensão de uma localização em movimento a formar uma totalidade representada pelo espaço. Ambos, na conjunção “*lugar de escola*” expressaram um conjunto de forças que, entre outros dispositivos, pode ser lido na materialização da forma e dos conteúdos da instrução primária na representação da escola pelos diferentes registros produzidos.

Com o intuito de apresentar a escola de Boa Vista no contexto das políticas que regeram a organização da instrução primária na Província de Goiás, este capítulo visa caracterizar alguns elementos que subsidiaram o projeto da educação no Império, traduzido nos relatórios oficiais pelos preceitos da ordem e da civilidade. Para uma longínqua e singular região no sertão da Província convergiram as formas tomadas pela escola, com suas particularidades e sentidos, dispostos nos registros dos professores e inspetores paroquiais.

Do projeto da catequese, na atuação da Igreja, aos litígios de proximidade com a Província do Maranhão na definição das fronteiras, a instalação da instrução primária atendeu os preceitos da visibilidade propostos pelo Estado, em meio às forças políticas e sociais locais. Dessa confluência, a escola ocupou um *lugar* e se fez representar na ação dos mestres-escolas e professores, nas condições materiais do ensino, nos registros dos mapas de aulas, e como espaço de convergência e sociabilidade apresentou as demandas da realidade social em questão explicitada por Boa Vista do Tocantins.

2.1. A instrução como obrigatoriedade: preceitos de civilização

Provida interinamente, ou em funcionamento⁷⁷ após um ano de sua criação, a escola de Boa Vista pertenceu à vila de Carolina até o ano de 1854, quando Boa Vista do Tocantins

⁷⁷ Escola “provida” significava que havia um professor e estava em funcionamento; escola “não provida” significava que a escola tinha sido criada, mas nenhum professor havia sido designado, seja por concurso ou interinamente, o que queria dizer que a escola não havia sido efetivada (ABREU, 2006, p. 30).

foi elevada à ordem de comarca após a incorporação do território de Carolina à Província do Maranhão (GOMES, 1851, p. 117). À recém-comarca coube assegurar a extensão do território político no extremo norte de Goiás, em especial na fronteira com o Maranhão, problema acirrado posteriormente no movimento das “revoluções”⁷⁸ nos anos iniciais da República.

Embora a obrigatoriedade da instrução primária tenha vigorado na Província de Goiás a partir da publicação da Lei nº 13 de 23 de julho de 1835, a povoação de Carolina, a mais distante da Capital de Vila Boa, já no ano de 1831, recebeu a criação da escola de primeiras letras de ensino individual, entre outros arraiais da comarca do Norte, como Cavalcante, Flores, Carmo, Conceição e Porto Imperial, e demais arraiais pertencentes à comarca do Sul (BRETAS, 1991, p.129).

A criação das escolas de primeiras letras correspondeu à promulgação da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, a qual determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria de se instituir escolas que fossem “necessárias” e “onde mais aproveitem” o seu funcionamento⁷⁹. De certo modo, a regulamentação da instrução pública e sua criação pela Lei Imperial procuraram sedimentar a educação elementar de meninos e meninas, relegada ao limitado e precário atendimento das escolas régias no período colonial português.

Em Goiás, a “missão pioneira” das escolas régias, até meados de 1825, restringiu-se à criação de algumas cadeiras de primeiras letras em Vila Boa, Pilar, Traíras, Meia Ponte, Santa Luzia e Natividade, e latim na capital, funcionando com base nos ínfimos subsídios literários repassados pela Coroa portuguesa (BRETAS, 1991, p.88). Embora não empreendendo um estudo aprofundado sobre as escolas régias na província, abordagem ainda em aberto nos estudos de história da educação, na avaliação do autor, a indicação do baixo salário e o atraso no pagamento dos professores, além da falta de inspeção nas escolas, figurou como sintomas anunciados pelas escolas régias, e se tornaram recorrentes no quadro da instrução pública durante a Regência⁸⁰ e ao longo do Segundo Reinado, como um “desafio” que haveria de “continuar indefinidamente” na Província (p. 206).

⁷⁸ O termo “revolução” foi utilizado pelo historiador espanhol Luis Gomes Palacin, no livro *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista* (1990). A indicação fez referência aos movimentos políticos desencadeados entre as forças coronelistas em disputa pelo poder local nos anos de 1892; 1907 e 1936. Veremos mais adiante o uso do referido termo nos documentos e fontes de pesquisa do período histórico tratado.

⁷⁹ Coleção das Leis do Brasil: Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827. O mesmo procedimento coube a criação das escolas femininas.

⁸⁰ Segundo Bretas (1991, p. 205), a instrução pública na Província, no período dos presidentes goianos (1835-1845) apresentou um montante de seis grandes problemas: a evasão escolar devido ao desinteresse dos pais; o

Ainda que, os problemas anunciados pudessem acarretar na inviabilidade das escolas e na organização de um sistema de ensino no âmbito das províncias, de outra feita não impediram a aplicação de medidas legislativas e administrativas em torno da instrução pública. Grosso modo, sua institucionalização não necessariamente alterou as condições de sua efetivação numa conjuntura de dificuldades econômicas enfrentadas pela Província goiana e demais províncias, ao longo do período imperial. Inclusive, anos posteriores, em 1870, em sua obra *A Província*, o liberal defensor da autonomia provincial, Aureliano Tavares Bastos, sinalizava que os esforços em combater “a ignorância e a rudeza do povo” estacavam diante da questão financeira das províncias, sinalizando o sentido de que “não há sistema de instrução eficaz sem dispêndio de muito dinheiro” (TAVARES BASTOS, 1937, p. 224).

Do ponto de vista político, a promulgação da Lei de 1827 sobre a instrução pública serviu como “mecanismo de governo” a ser efetivada pelo Estado Imperial, ou como possibilidade de “governabilidade” dos problemas de uma sociedade escravista, profundamente desigual, e de diferentes contornos históricos nas províncias (FARIA FILHO, 2007, p. 137). De acordo com o autor, no conjunto das execuções atribuídas ao projeto da instrução pública vigoraram perspectivas diversas no âmbito do Estado, na construção de uma nação independente. A efetivação da instrução elementar poderia servir como “estratégia civilizatória” através do domínio do ler, escrever e contar, bem como dotar o Estado de mecanismo de atuação sobre a população. E nesse aspecto, coube à instrução pública, por meio das escolas de primeiras letras, subsidiar a construção de identidades e laços de interdependência sociais entre os habitantes do Império e o “mundo do governo”⁸¹. Para tanto, um conjunto de outras medidas fez-se necessário na sedimentação dos preceitos da moralidade e da civilidade, na busca e na construção de uma identidade nacional.

No procedimento em executar tão árdua tarefa visando à construção de uma civilidade, estavam postos conceitos fundamentais na regência da educação ou de formulações implícitas ao pensamento social do século XIX. Essa alusão, trazida por Coser (2005, p. 238), pode ser vista na discussão entre “civilização e barbárie”, a partir do dicionário de Antonio Moraes Silva (edição de 1813), em que o termo *educação*, mereceu destaque:

despreparo dos professores; a baixa remuneração; o número reduzido de matrículas no atendimento às crianças em idade escolar; a ineficiência da fiscalização escolar e, por último, a pobreza e precariedade das instalações das escolas, acrescida a falta do material didático.

⁸¹ Ressalta-se a ideia da instrução como um dos direitos individuais estabelecido pela Constituição de 1824, sendo “gratuita a todos os cidadãos”, muito embora os limites da cidadania se baseassem aos conceitos liberais da liberdade e da propriedade, em que grande parte da população não teria acesso.

Entre a “ignorância”, que define a barbárie, e a “cortesia”, que caracteriza a “civilidade”, ocorre um processo de depuração e educação [...]. Vejamos o termo “ignorância”, presente no vocábulo “barbárie”, que remete à falta de “educação” e de “ilustração”. Um dos sentidos do verbo *educar* vem a ser o de *respeitar o decoro* e, nesse sentido, remete à *polidez*. Outro sentido remete ao ato de passar um conhecimento ao outro, num processo de aperfeiçoamento do gênero humano. Da mesma maneira que “polir” apara as partes bárbaras do homem, “ilustrar” significa *tornar nobre (...) ilustrar o entendimento com razões e conselhos*. [...] Há aqui uma outra dimensão que pode ser associada à noção de “educação”: educar o indivíduo no sentido de orientar suas paixões e seu intelecto; [...] “educar” como um aperfeiçoamento que ensina as regras do *decoro*, mas também, traz o sentido de *dar ensino, doutrinar*; aquele que é doutrinado possui a capacidade de *dirigir a vontade*. (COSER, 2005, p. 238, GRIFO NOSSO)

Os termos explorados pelo autor possibilitam visualizar a dimensão com que a educação e o ato de instruir abrangeram outros processos, que não somente o domínio das letras, da materialização das escolas, mas também dos subsídios de sua natureza, função e composição para a sociedade do período. No entanto, como proceder a implementação dos princípios da moralidade, da ordem e dos preceitos sociais numa sociedade de estrutura hierárquica e profundamente desigual, por vezes revestida de conflitos políticos historicamente sedimentados? Ou ainda como imprimir novas condutas e aplicar instrumentos de normalização à população livre – disseminada nas cidades e em especial no *sertão*, espaço social marcado por valores distintos da civilização e da urbanidade –, esse lócus das formulações políticas da instrução e escolarização? Estariam as escolas voltadas somente à essas questões?

No intuito de afirmar esses entre outros apontamentos, a estruturação do ensino procurou responder a instituição de um Império ordeiro e civilizado, primado pela “moralidade pública” ou de uma “pedagogia da moralidade”, diante de um contexto de conflitos apresentado pelo período regencial (CASTANHO, 2006, p. 02). Não obstante, atribuiu-se à instrução elementar a possibilidade de resolução das desordens e dos desequilíbrios sociais vigentes nas províncias, mas ficou longe de provocar significativas alterações numa estrutura social engendrada, advinda da colonização. Segundo o autor, cabia à instrução formar as crianças e jovens como futuros trabalhadores, disciplinando-os e preparando-os “para desempenhar um certo papel social”; e à escola e ao professor, bem como à instrução pública reservava-se a tarefa de “construção de uma *ordem* e difusão da *civilização*” (CASTANHO, 2006, p. 12, grifo do autor).

Como mecanismo político que em parte fortaleceu o poder central e designou às províncias a responsabilidade pela construção do Estado, a promulgação do Ato Adicional de

1834 atribuiu às assembleias provinciais a obrigatoriedade no atendimento à instrução pública, com a incumbência de regulamentar e promover a educação no âmbito de sua jurisdição. Com efeito, o aparato das leis provinciais acabou por isentar do poder central sua participação efetiva na universalização da instrução primária, ficando reservada sob sua responsabilidade a educação de nível superior. Nesse aspecto, se às províncias coube o dever de legislar sobre o funcionamento da instrução pública primária e secundária, no conjunto de outros serviços instalados (SUCUPIRA, 2005, p. 06), de outra parte a esfera nacional encarregou-se das escolas de ensino primário e médio no Município da Corte e do ensino superior em todo o país.

Todavia a “pseudodescentralização dos estudos secundários” ainda assegurou indiretamente o seu controle por parte do poder central em todo o Império, seja na reprodução do currículo e das disciplinas para exames de ingresso nas academias, como da avaliação dos candidatos pelos exames gerais aplicados pelo governo central (HAIDAR, 1972, p. 19). Na leitura da autora, o Ato Adicional manteve o poder moderador, conservou a vitaliciedade do Senado e rejeitou a autonomia municipal, embora tenha conferido às Assembleias Legislativas provinciais importantes atribuições, entre as quais o direito de legislar sobre a instrução pública, ao passo que instituiu no Império uma “dualidade de competências”, na medida em que se criava em cada província dois sistemas paralelos de ensino: o provincial e o geral (p. 17).

Embora o projeto da descentralização concretizado pelo Ato Adicional de 1834 tenha figurado como vitória dos liberais sobre os conservadores, a política centralizadora construiu mecanismos de poder ou de controle sobre as províncias. De acordo com Castanho (2006, p. 12), um destes mecanismos incidiu, por um lado, na escolha dos presidentes de província geralmente indicados a partir do Município Neutro ou da província fluminense e, portanto, restringindo as ações políticas das Assembleias. Por outro, residiu na formulação de políticas de instrução pública no Império, expressa nas legislações educacionais das provinciais sob o conjunto de leis voltado para “uma direção” ou “uma filosofia” que atendesse “à instrução elementar, o controle do trabalho do professor, o caráter moral, e o projeto político e social para aquela sociedade”, semelhante ao modelo das escolas do município fluminense.

Com efeito, a descentralização remeteu às províncias a organização da instrução pública e, por isso, a responsabilidade pelo seu limitado avanço na definição das políticas de instrução pública no Brasil do século XIX, ao passo que, visto pela ótica da centralização,

vigorou um Estado conservador, representado pelo Município Neutro. Como núcleo organizador de um projeto de Estado e sociedade, este serviu como “força irradiadora” a ser assimilado pelas províncias, sobretudo tendo como instrumento a legislação educacional (CASTANHO, 2006, p. 3). Segundo essa interpretação, as ressonâncias da centralização no espaço social das províncias não poderiam ser diferentes, considerando ser essa uma sociedade conservadora, escravocrata e essencialmente rural.

Ainda no entendimento de Castanho (2006), o Ato Adicional de 1834⁸², do ponto de vista político significou por um lado uma forma de contenção às revoltas e levantes regionais no período da Regência em decorrência dos interesses na disputa pelo poder entre liberais e conservadores, com a vacância do Monarca. Por outro, representou, do ponto de vista histórico, um marco fundamental e determinante na organização da educação brasileira no âmbito do poder público, delegando às províncias a organização da instrução primária e secundária (CASTANHO, 2006, p. 3)⁸³.

No ano de 1835, como reconhecimento à Lei Imperial e à importância da educação, o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás pronunciou um agradecimento ao Imperador, que em nome da garantia da paz e para o bem da ordem da Província, “lançastes os fundamentos da grande obra de melhorar a Província: a Instrucção Publica, primeira base da prosperidade dos Povos [...]” (JARDIM, 1835, p. 29).

Como procedimento da propagação da instrução pública e das demandas de efetivação, assegurou o referido presidente:

He minha opinião que se estabeleça Aulas de primeiras Letras em todas as Povoações, em que se possam reunir hum dado numero de Alumnos, que designardes; que nestas Aulas se ensinem ler, escrever, as quatro operações de contas, e a doutrina Christã (...) Parece me mui conveniente, que organizeis *um Regimento pelo qual os Mestres se regulem*, o qual tirando lhes o arbítrio nas punições, não deixe tambem em plena liberdade os Alumnos para cometerem excessos, que cohiba com severidade a imoralidade, e a desobediência formal, que ponha a cuberto os Professores dos insultos, que algumas vezes soffrem dos Pais, menos circunspectos (JARDIM, 1835, p. 8, GRIFO NOSSO).

De acordo com as recomendações que requereram a disseminação das aulas de primeiras letras, a eliminação da “imoralidade” e da “desobediência” da população escolar

⁸² Segundo Carvalho (2010, p. 204), as consequências da descentralização provocada pelo Ato Adicional de 1834 como da reformulação do Código de Processo Criminal de 1832 e das rebeliões provinciais da Regência resultaram na formação dos dois grandes partidos que dominaram a vida política do Império: o Partido Conservador e o Partido Liberal. Veríamos as “inspirações” ou ressonâncias desses nas relações de forças políticas no âmbito do poder provincial e local de Boa Vista.

⁸³ Sobre o debate da descentralização abordada pela historiografia educacional, ver Castanho (2006).

atendeu o trabalho dos mestres, entre outros dispositivos postulados pelos demais serviços públicos. Os ideais da civilização⁸⁴ nortearam a aplicação de resoluções administrativas e legislativas que no âmbito do Estado Imperial visavam garantir a ordem social e política interna das províncias, ou até mesmo das instâncias do poder local, como observado nos Códigos de Posturas, entre outros mecanismos voltados para a tranquilidade e segurança pública.

Em nome da sociedade e do fortalecimento do Estado Imperial, a instrução pública significou um meio de civilizar a população livre e pobre, submetendo-a às leis e ordens em favor do trabalho e da moralidade, como bem registrou o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, no ano de 1845:

[...] a instrução he o ponto de partida, e a base, em que se deve assentar o edificio social, não falo só da instrução, que se costuma á dar nas escolas, ler, escrever, contar, doutrina Christã; demais alguma cousa se precisa, he necessário inspirar nos meninos os princípios da Moral, o amor ao trabalho, o horror a preguiça, para a qual tanto nos atrae a espantosa fecundidade deste solo abençoado [...] Tenho feito derramar por toda a Província á Instrução Primaria (MASCARENHAS, 1845, p.7).

Portanto, caberia à instrução edificar socialmente não apenas o domínio das letras e números, mas atender o ensino da educação moral e da ordem, em fazer construir os preceitos sedimentados da civilização como norteadores das práticas sociais. Na missão de instruir e educar, a tarefa maior da escola residiu mais na formação do caráter e dos hábitos do que educar na aquisição dos domínios das matérias, sobretudo da educabilidade da criança pobre (GOUVÊA; JINZENJI, 2006, p.125)⁸⁵. Para essa população, pontuou as autoras, a escola representaria a instância de sociabilidade por recuperar os alunos dos vícios oriundos da convivência familiar e ao mesmo tempo imprimir novos hábitos na manutenção da sociedade imperial.

De todo modo a descentralização não dificultou ao governo imperial um relativo controle no acompanhamento das questões políticas no interior das Assembleias Legislativas, seja através dos relatórios provinciais e da nomeação dos presidentes de província, funcionários e outros agentes como extensão do poder, seja através do domínio na

⁸⁴ Tomo o conceito de *civilização* a partir da referência indicada por Ivo Coser (2005) no dicionário de Antonio Moraes Silva (1813), em que o termo *civilização*, em substituição ao termo *civilidade*, passou a designar nos anos de 1820 e 1830 um autocontrole do indivíduo na constituição da autodisciplina (p. 241). Sobre a evolução do conceito, ver o estudo de Norbert Elias (1993).

⁸⁵ Sobre a diferenciação entre *educação* e *instrução* verificar o dicionário de Campagne (1886), o qual afirma que o “fim da educação é desenvolver as faculdades moraes, enquanto a instrução visa enriquecer as faculdades intellectivas” (Campagne, 1886, p. 466, v. 1, *Apud* GOUVÊA, JINZENJI, 2006, p. 125).

distribuição dos recursos públicos. No conjunto dos ramos do serviço público, vigoraram no interior dos relatórios os aspectos referentes à administração das rendas, à segurança e à tranquilidade públicas, à catequese, à cadeia, à instrução primária e secundária, às obras públicas, à tipografia provincial. Esses, entre outros “objetos”, garantiram de certa forma uma maior visibilidade da Província no que se refere aos problemas e avanços administrativos processados em favor de uma sociedade civil e ordenada (CASTANHO, 2006, p. 10).

Ainda que a parcialidade dos dados, representados pelos “mapas demonstrativos”⁸⁶ oriundos das repartições e secretarias dos governos, tenha sido em parte um dos obstáculos à regularização das informações, outras questões implícitas à narrativa do documento permearam ideias e concepções do pensamento daquela sociedade no século XIX. Nesse aspecto, os discursos e representações produzidos pelos referidos relatórios de Goiás não diferenciaram da expressão de um pensamento das elites em semelhantes documentos apresentados por outras províncias, quanto aos ideais de civilização ou aos parâmetros de uma “sociedade civilizada”⁸⁷, quando tomados na perspectiva da instrução pública. Segundo Faria Filho (2008, p. 81), a atuação do Estado e das elites senhoriais na Província de Minas Gerais foi marcante na articulação entre escolarização e civilização, funcionando “como discurso fundador do campo educacional” na medida em que pretendeu mostrar “a centralidade da educação escolar e da instrução na constituição da civilidade e, mais tarde, da ordem e do progresso”.

Por outro lado, remetendo-se a Goiás, os registros, quando não se mostraram de maneira evidente, como no projeto da catequese que agenciava a redução das populações indígenas, promovendo-as ao “estado de civilização”, fizeram-no quando das atribuições da instrução primária, ou do papel atribuído à escola, entre outros preceitos contidos na descrição da realidade e das necessárias correções. Nesse sentido, pode-se dizer que a sedimentação dos parâmetros da instrução moral e religiosa no “agenciamento” da escolarização estendeu-se à população livre das províncias tendo como referencial os ditames da civilização.

De acordo com Elias (1994, p. 113), o conceito de *civilização* semelhante ao de cortesia e civilidade pode ser apreendido nos diferentes estágios de desenvolvimento social

⁸⁶ Os mapas demonstrativos eram construídos pela Secretaria do Governo, com base nos dados enviados pelas inspetorias ou outras repartições dos órgãos públicos da província e, em geral, eram documentos anexos aos relatórios provinciais.

⁸⁷ Em especial os estudos sobre a instrução primária nas províncias de Minas Gerais (FARIA FILHO, 1998; FARIA FILHO, RESENDE, 2001; GOUVÊA, JINZENJI, 2006; VEIGA, 2005) e Mato Grosso (CASTANHO, 2006) e sua relação com o discurso civilizador que permeou, entre outros documentos, os anseios e as práticas requeridas nos relatórios dos inspetores ou presidentes da Província.

das sociedades europeias entre os séculos XVI e XVIII. A recorrência ao conceito de civilização como uma “nova forma de autoconsciência” indica, em seu uso no século XIX, que “o *processo* de civilização, ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo fora completado e esquecido”, permitindo sua incorporação por parte de outras nações, que não somente a francesa, como também estendida às classes inferiores ou mais baixas da sociedade, já que, para as classes alta e média da sociedade, a civilização pareceu firmemente enraizada. Por sua vez, há de se considerar que a “curva evolutiva” do conceito quando atribuído aos hábitos e costumes processou-se num movimento de fases diferenciadas, como resultado entre a tecnologia da produção e do consumo na expressão da materialização da vida social e mental (p.113). Ainda como parte significativa desse processo, completa o autor:

a transmissão dos modelos de uma unidade social a outra, ora do centro de uma sociedade para seus postos fronteiriços (como por exemplo da corte parisiense para outras cortes) ora na mesma unidade político-social (como, por exemplo, na França ou Saxônia, de cima para baixo ou de baixo para cima), deve ser considerado, em todo o processo civilizador, *como um dos mais importantes dos movimentos individuais* (ELIAS, 1994, p. 116, GRIFO NOSSO).

No destaque, podemos remeter o tratamento da instrução à formação do indivíduo na incorporação dos valores e do conjunto das normas sustentadas pelas representações e práticas sociais em curso na sociedade imperial do século XIX. Nesse processo, a escolarização como condição à civilização atribuiu esta responsabilidade aos mestres e professores do ensino elementar como indivíduos portadores de uma “pedagogia da moralidade”, ou de “costumes virtuosos”, na formação de outros indivíduos e grupos sociais. Em uma das representações que compôs a figura do professor e do magistério como solução à ignorância, referiu-se o presidente da Assembleia, no ano de 1851:

É principalmente, Senhores, pelas primeiras idéias, bebidas nas escolas, e comunicadas com habilidade por preceptores inteligentes, de costumes virtuosos, e irrepreensíveis, de incansável paciência, e zelo inabalável pelo fiel desempenho das importantes funções do Magisterio, que se prepara o espirito da juventude a seguir, nas diferentes posições, que ocupar um dia na sociedade, a brilhante, mas espinhosa, senda da virtude (GOMES, 1851, p. 114).

Um exemplo ilustrativo sobre os “benefícios da instrução” pode ser visto numa pequena passagem do relatório de Goiás do ano de 1862:

Nada é dado a pessoa alguma desconhecer os benefícios da primeira instrução. A ignorância do povo é um grande mal, que não deve escapar as vistas protectoras do

governo, que se vê no vasto círculo da estatística da ignorância grandes perigos para a sociedade (ALENCASTRE, 1862, p.107).

Esta, entre outras passagens proferidas nos relatórios provinciais, figurou um “ato enunciativo” (CERTEAU, 1994, p. 40) na apropriação dos sentidos pelos quais os benefícios da instrução poderiam atender à civilização em curso, permitindo descobrir os procedimentos e os efeitos necessários de sua efetivação quando aplicado ao universo das “práticas”⁸⁸ na realidade social em questão. Traduzido para o âmbito da educação, a representação da escola corresponderia à operacionalização das funções desempenhadas pelos professores, inspetores e outros agentes do universo da instrução pública de acordo com os parâmetros dos regulamentos e leis educacionais, imbuída também das relações e experiências decorrentes.

Ademais, imagina-se que no conjunto dos relatórios produzidos – em sua maior parte oriundos dos presidentes ou vice-presidentes da Assembleia Legislativa, afora os registros das secretarias e da Inspeção Geral de Instrução Pública – a sistematização das informações descritas sobre as condições do Estado e os avanços obtidos pelos órgãos públicos funcionaram como demonstração dos esforços empreendidos pelo governo.

Notório que junto com a instrução pública outros mecanismos de ordem social, ou em favor da tranquilidade pública, concorreram na execução dos serviços prestados pela organização dos funcionários designados pelo Estado ou pela instância das províncias e até mesmo das câmaras municipais. A hierarquia das funções e respectivas obrigações para a garantia da segurança pública eram compostas pelo corpo da polícia, entre chefe, delegados e subdelegados; do juiz municipal de direito e promotor público, conforme postulava a Lei de nº 261, de 3 de dezembro de 1841, referente à Reforma do Processo Criminal.

Ainda como uma ferramenta de fortalecimento da escola, lembrou o então presidente Antero de Assis, no ano de 1872, a necessária presença dos párocos nas freguesias:

A igreja é por toda parte do mundo o mais certo refugio da humanidade afflicta, e, entre nós, em algumas províncias, como bem esta, o único foco de luz a espantar as trevas do embrutecimento. Sem a igreja o sertão do Brazil seria um campo de desordens [...] Não percamos, senhores, de vista, tudo quanto for necessário para conservação de nossas crenças religiosas [...] *Da igreja é que o menino se acostuma a ir pra escola: se Ella desaparecer de certos lugares, não teremos ensino possível.* Pensae bem, reflecti sobre os actos da vida commum, e vereis se é assim ou não (ASSIS, 1872, p. 17, GRIFO NOSSO).

⁸⁸ Segundo Certeau (1994), o “ato enunciativo” compreende quatro aspectos: o primeiro, pelo “ato de falar”, vinculado a um sistema da língua; o segundo, vinculado à “apropriação” e “reapropriação” dos sentidos; quando inserido num determinado lugar, como um terceiro momento; e, por fim, quando se estabelece uma rede de lugares e relações onde essas apropriações são aplicadas sobre o universo das “práticas”.

A referência à instrução moral e religiosa materializada pela Igreja pareceu sobrepor-se, ou melhor, ainda ser a base do resultado da formação escolar como via de superação da condição da sociedade brasileira e, por sua vez, da representação da escola elementar como o local destinado ao cuidado da infância, afastando-se de outras instituições, como a própria Igreja e a família (VIDAL; SOUZA, 1999, p.7). Por outro lado, poder-se-ia também refletir que a dificuldade de imposição da ordem e dos preceitos civilizatórios não encontrasse ressonância no âmbito da sociedade ou nos *actos da vida commum*, que não fosse atrelado ao universo dos valores religiosos representados pela Igreja.

Esta questão, entre outros obstáculos, que requereu a construção de uma sociedade civilizada, não somente se mostrou agravada por localidades desprovidas de ordem, como representou o *sertão* no pensamento político social do século XIX (COSER, 2005), mas também não foi capaz de promover alterações no plano da *vida commum* do cotidiano das populações, o que pode ser notado na ausência da formulação de um pensamento da elite política no âmbito da monarquia (CARVALHO, 2010).

Desta feita, se por um lado a criação do Ato Adicional garantiu em certa medida uma estrutura federativa no espaço do poder e das relações políticas no Império, por outro, a manutenção da centralização política reassumida pelos conservadores e diretamente pelo Conselho de Estado, criado em 1841, não correspondeu necessariamente à formulação de um “modelo” civilizador e da inserção do Brasil na esfera da civilização cristã europeia, por parte dos conselheiros⁸⁹. Segundo Carvalho (2010, p. 375), entre os fatores que implicaram a não construção de um “modelo” ou de um padrão de “civilização”, residiram a falta da formulação de uma ideologia própria e a ausência do respaldo de uma referência concreta, agravadas, sobretudo, na própria posição social e institucional ocupada pelos conselheiros, que, na defesa pela soberania do Estado, adotaram uma grande distância social e cultural em relação ao grosso da população e sua proximidade do centro do Estado.

Ainda na proposição do autor, a inspiração por um modelo de civilização, ou da “adoção de ideias e instituições alheias”, não representou um desconhecimento da realidade por parte dos conselheiros, mas antes uma estratégia de articulação com o “mundo de origem ou de referência”, ou da discrepância entre a norma e a realidade. Para Carvalho, embora os

⁸⁹ Criado em 1841, o Conselho de Estado representou a identificação de um pensamento da elite política produzida pela Monarquia. Os conselheiros eram escolhidos pelo Imperador e seus membros representavam os dois importantes partidos monárquicos, os liberais e os conservadores, entre outros servidores públicos apartidários (CARVALHO, 2010, p. 375).

conselheiros visualizassem o ideal de progresso e civilização, “faltava-lhes o embasamento social, fugia-lhes o chão por debaixo dos pés, e acabavam firmando-se apenas no familiar arcabouço mercantilista do Estado” (CARVALHO, 2010, p. 383).

Em que pese as prerrogativas que requeriam um modelo de sociedade, ou de um consenso sobre o que fosse um “país civilizado”⁹⁰ no âmbito das proposições políticas da elite imperial, de outra parte, pode se dizer que os documentos legislativos quanto à instrução pública, como os Regulamentos de Goiás e de certa forma os relatórios da Assembleia, convergiram na organização e no estabelecimento de uma sociedade ordeira e civilizada.

Todavia, as medidas legislativas propostas pelas províncias, embora tenham acarretado uma significativa distância entre as leis e a prática educacional e, portanto, desencadeado formas heterogêneas de educação e do acesso à instrução, de outra parte contribuiu na consistência das instituições escolares no âmbito das províncias e do Estado imperial.

O esforço na sistematização dos dados estatísticos apresentados a cada sucessão presidencial na Assembleia Legislativa de Goiás, entre o aumento ou supressão das escolas e do correspondente número de alunos e alunas matriculados, representou no item “instrução primaria” a apreensão de uma política em curso. As avaliações nos relatórios não deixaram de elucidar as dificuldades na efetivação do “importante ramo do serviço publico” e das “muitas cauzas” que impediam o seu desenvolvimento, que, por vezes, ficava “fora do alcance de medidas Legislativas, e da ação do poder Administrativo”. Como um dos fatores assinalados, registrou o então presidente Joaquim Ignácio Ramalho, no ano de 1846,

[...] que os pais de familia, salvas algumas excepções, ou não estão bem persoadidos da necessidade da instrucção, ou lhes faltão os meios para darem à seos filhos huma educação regular. Pelos mappas remetidos trimensalmente à Secretarias do Governo, se observa que o número de Alumnos, que freqüentão as aulas não está em proporção com a população dos lugares, e os mesmos matriculados são pouco assiduos, salvo moi raros, filhos de pessoas mais abastadas ou mais esclarecidas (RAMALHO, 1846, p.75).

Na operacionalização atribuída à escola recaiu a superação de uma educação não mais “doméstica”, ou que estivesse a cargo das famílias, mas sim “regular” e cada vez mais expansiva sob os cuidados do governo. O desafio em convencer os pais de família extrapolava

⁹⁰ Na acepção utilizada de Carvalho (2010, p. 381), país civilizado representou “um governo constitucional e estável; administração bem organizada e eficiente; certo grau de liberdade e de igualdade; certos padrões de comportamento internacional; uma população relativamente educada e morigerada; e progresso material”, conforme anúncios do conservador Itaboraí nas atas do Conselho.

as medidas legislativas e estendia-se à incorporação dos demais alunos que não somente das “famílias abastadas ou mais esclarecidas”.

O desafio em “regular” ou homogeneizar uma escolarização significou compreender as formas do ensino escolar no Brasil que, ao longo do século XIX, “não foi uniforme, indiferenciado ou contínuo”, porque resultou da desigualdade de condições entre as províncias, bem como não se resumiu na ação do Estado (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 38). E nesse caso, a participação das famílias e parcelas da população local, entre outros procedimentos, conferiram à instrução formas diferenciadas, que a escola encarregou-se de aglutinar em seu entorno.

Por outro lado, segundo Sucupira, a descentralização provocada pelo Ato Adicional relegou a instrução pública às iniciativas das elites regionais, que se mostraram omissas ou desinteressadas pela educação popular (SUCUPIRA, 2005, p 61). Segundo sua leitura, o Ato não produziu o efeito desejado ou “não fez nascer nas assembléias provinciais a consciência do imperativo democrático-liberal de universalizar a educação básica” uma vez que o interesse maior do governo central ou das “classes dirigentes”

era uma escola superior destinada a preparar as elites políticas e quadros profissionais de nível superior em estreita consonância com a ideologia política e social do Estado, de modo a garantir a “construção da ordem”, a estabilidade das instituições monárquicas e a preservação do regime oligárquico (SUCUPIRA, 2005, p. 67)

No balanço final, o ensino secundário foi assumido, em geral, pela iniciativa particular, especialmente pela Igreja, e o ensino primário restringiu-se às políticas dos regulamentos e dispositivos legais elaborados pelas províncias. De toda sorte, foi no espaço da sociedade provincial, e nos lugares remotos das vilas, freguesias e arraiais que os procedimentos diversos da escolarização elementar sedimentaram-se na visibilidade da escola nas interações sociais e políticas dos diferentes seguimentos da população.

Como ilustrativo, os desencontros, percalços e alcances do ensino elementar em Goiás produziram caminhos diversos ao longo do Segundo Reinado e nos iniciais da República. A difusão das escolas na Província, entre os movimentos de “criação, expansão e supressão”, não diferiu do projeto maior pela formação moral e religiosa dos que a elas tiveram acesso (ABREU, 2006, p. 254). Mesmo não fugindo à regra geral de ser destinada à propagação da ordem e da civilidade, a instrução pública primária permitiu em seus registros outros recortes de leitura que puderam traduzir a constituição de um pensamento que perdurou

nas práticas políticas e sociais nas localidades de sua efetivação. De certa forma, seria considerar na presente análise de que a organização da instrução primária desenvolveu-se à luz das condições sociais e materiais do século XIX e, claro, das ações e representações delas decorrentes.

Não obstante, Boa Vista do Tocantins respondeu às condições históricas engendradas de sua formação e como “lugar de escola” atendeu as formas que envolveram o ensino das primeiras letras, a instalação das escolas de ensino primário. Ao extrapolar o “lugar”, os sentidos da escola ampliaram-se para outros espaços, ou frações do social, assumindo uma dimensão outra na dinâmica das relações, dos interesses e das forças políticas constituídas. Por certo, pode-se inferir que a prática da instrução conheceu uma representação de escola que foi anterior aos princípios institucionais da Igreja, pela “catequese” do frei Francisco em meados de 1840, ou pela criação da cadeira de instrução primária, promulgada pelo governo provincial uma década posterior, vinculada aos tempos das escolas domésticas ou das iniciativas dos mestres-escola.

Essa menção encontra-se nas narrativas construídas pela literatura maranhense sobre o sul do Maranhão⁹¹ e, em especial, que tratam sobre a história de Boa Vista do Tocantins e porventura permaneceram nas demais publicações sobre a cidade. Ademais, Boa Vista fez parte do contexto político e social e esteve no cerne dos conflitos que se instalaram nas vilas e freguesias maranhenses ainda nas primeiras décadas do século XIX. Acrescido a esta condição, imagina-se que a criação da cadeira de instrução primária em Carolina, no ano de 1831, tenha fortalecido a difusão do ensino de primeiras letras, entre outras práticas, por parte dos mestres-escolas na região e sua extensão a Boa Vista.

Diferentemente dos relatórios provinciais, em que a fundação de Boa Vista fora atribuída ao missionário Francisco do Monte S. Vitor, no ano de 1841, pelos feitos da catequese, as informações sobre o seu surgimento decorreram da instalação de dois pobres agricultores, Antonio Faustino e do velho Venâncio, que, provenientes de Pastos Bons por volta do ano de 1818, atribuíram à elevação de “grande descortino sobre o rio” o nome de Boa Vista (CARVALHO, 2006, p. 122)⁹².

⁹¹ Destacam-se as publicações dos irmãos maranhenses Carlota Carvalho (2006) e Parsondas Carvalho (2007), além da obra *A esfinge do Grajaú* (1993), de autoria de Dunshee de Abranches, os quais serão referendados ao longo deste trabalho. Um dos exemplos que faz referência à versão maranhense de Carlota Carvalho está na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, 1858.

⁹² Ressalta-se que a obra *O sertão*, de Carlota Carvalho, apresentou uma parte da obra dedicada à história de Boa Vista, desde sua fundação ao tempo do missionário frei Francisco do Monte São Vitor. Os registros da autora serviram de referência às demais publicações que trataram de Boa Vista, como da escritora Aldenora

Além das riquezas naturais e da fertilidade do lugar, Boa Vista ampliou-se nos negócios e nas festividades religiosas à Santíssima Trindade, empreendidos pelo paraense Pedro José Cipriano, que aportou à margem esquerda do rio Tocantins por volta de 1825. Assim, presente na literatura regional composta primeiramente por Carvalho (2006) desde a primeira edição de sua obra, *O Sertão*, no ano de 1924, e propagada pela boa-vistense Aldenora Correia (1970), entre outros escritores, os marcos de fundação de Boa Vista não somente atendeu as razões da natureza e dos motivos religiosos, mas deveu-se, sobretudo, à representação da escola e do ensino das primeiras letras (CARVALHO, 2006).

2.2 A “luz” da escola de Manoel sapateiro

De acordo com as indicações sinalizadas pela escritora maranhense Carlota Carvalho, um terceiro e determinante fator conferiu a importância de Boa Vista: a chegada da abastada família de Dona Apolônia e do seu genro Manoel dos Santos, “herói lendário, sapateiro e mestre-escola”, que seria responsável pela propagação do ensino das primeiras letras. Referendada como “dona”⁹³, assim como seriam lembradas as mulheres professoras da escola de sexo feminino de Boa Vista, Apolônia, somente pelo primeiro nome, teria saído do povoado denominado Taurizinho, localizado acima do povoado Santo Antonio (atual cidade de Itaguatins), após a morte de seu marido Antonio Moreira, e se deslocado para Boa Vista, “lugar prodigiosamente favorecido pela natureza, cuja fertilidade não tem igual em todo Tocantins-Araguaia, não consta haver outro em todo o Brasil”. Segundo Carvalho (2006, p. 121), a viúva Dona Apolônia mudou-se com todos os seus filhos, filhas e genros, construindo cada um uma casa própria em disposição de rua no “bairro dos piriquitos”, como ficou conhecido, atribuindo a ideia de que “a gente de dona Apolônia falava muito”.

Foi significativa a presença do mestre-escola Manoel dos Santos, que, como amante dos livros, tinha “paixão pela leitura”. “Ensinava a ler, e contar por mania, vocação ou altruísmo e mais gosto pelo gosto de ensinar que por interesse de salário”. Abriu escola em que ensinava a ambos os sexos, atendendo “grande círculo de território do Maranhão, em que os pais levaram os filhos para a escola de Manoel dos Santos” (CARVALHO, 2006, p. 122).

Alves Correia, natural de Boa Vista, autora do livro *Boa Vista do Padre João* (1977). Seu livro, composto de crônicas e memórias faz uma apologia da história da cidade de Boa Vista, posterior Tocantinópolis, em reverência à atuação e importância do líder e coronel político Padre João de Sousa Lima (1897-1947).

⁹³ Outro elemento que ajuda entender esta denominação esta relacionada às mulheres de posse ou proprietárias de escravos, terras, além de filhos e agregados, referência também que se estendeu às professoras.

Boa Vista assim seria denominada pela autora como “um foco de luz”, em decorrência da escola de Manoel sapateiro, onde “[...] Aí aprenderam a ler os que depois foram mestres-escolas do Riachão⁹⁴ e outros lugares; aí aprenderam a ler muitos dos que posteriormente fizeram figura política nos municípios do Maranhão”. Inclusive registra ainda que “para aí vieram João Acácio de Figueiredo e Francisco Germano da Silva, que não primavam pela cordura nem por escrúpulos de consciência”, fazendo referência às lutas políticas e de dominação por parte das famílias Germano e Figueiredo que perduraram no cenário de Boa Vista até o final do século XIX (CARVALHO, 2006, p. 123).

Assim, na leitura de Carlota Carvalho, a “luz” pelas primeiras letras dos mestres-escolas maranhenses constituiria fator preponderante do crescimento populacional e cultural de Boa Vista, não distanciando por sua vez da própria experiência como professora⁹⁵, bem como de uma leitura apologética à fundação das localidades geralmente vinculadas aos feitos de uma grande obra ou ação.

Com base nessas informações, podemos constatar dois aspectos pertinentes à educação na região. O primeiro, da representação da “escola” no tempo dos mestres-escolas, ou de Manoel sapateiro, período em que vigorou uma multiplicidade de formas e locais de ensinar a ler e aprender a escrever e contar, além da relação estabelecida pela literatura e pela historiografia, da escola aliada à fundação da localidade.

Seja no âmbito doméstico ou particular, ou sob o trabalho de professores, mestre-escola, religiosos, entre outros agentes do letramento, o ensino das primeiras letras se sustentou no atendimento às famílias abastadas para a educação dos filhos, agregados, ou a depender até de escravos, conforme as relações existentes (VILELA, 2000, p.99)⁹⁶. Em Boa Vista, a escola de Manoel sapateiro pareceu não ter se originado de forma diferente de outras localidades, em que a escolarização foi acolhida ou promovida pelo interesse de famílias abastadas, como da Dona Apolônia, em benefício da educação dos filhos e parentes.

A partir desse movimento em favor da instrução elementar, cabe lembrar os modelos de escolarização que existiram durante muito tempo no século XIX, seja de cunho particular ou doméstico, que chegaram a superar o número das escolas em que os professores tinham

⁹⁴ A fundação de Riachão é datada do ano 1808, e em 1841 foi elevada à condição de Comarca de Pastos Bons, constituindo um importante município que exerceu influência política e econômica nas áreas entre os rios Farinha e Manoel Alves Grande, sendo depois substituída pela vila de Carolina, fronteira com a capitania de Goiás (1836), destacando-se na liderança do comércio com Goiás e Pará, como porto fluvial das embarcações do rio Tocantins.

⁹⁵ Sobre a trajetória da escritora maranhense ver MOTTA (2002).

⁹⁶ Sobre atuação e importância dos mestres-escolas em Goiás, ver FRANÇA (1998); INÁCIO (2005).

vínculo com o Estado (FARIA FILHO & VIDAL, 2000, p. 21). O segundo aspecto, destacado por Carvalho (2006), tratou da contribuição das letras para a formação dos líderes políticos que atuaram em Riachão, no Maranhão, entre outros migrantes maranhenses, e dos nascidos em Boa Vista, como dos irmãos Venceslau Gonçalves da Silva e Jorge Gonçalves da Silva ⁹⁷.

A ausência de escolas na região pode ser respaldada na informação de Cabral (1992, p. 179) no que se refere ao quadro “ínfimo” do desenvolvimento cultural em Pastos Bons, uma vez que até a década de 1820, em todo o distrito, “não havia uma escola, nem mesmo de alfabetização”. As primeiras escolas públicas surgiriam nos meados do século XIX, uma vez que a preocupação maior da população girava em torno do gado.

Almeida (2000, p.71) corrobora tal quadro ao informar que a instrução primária na Província do Maranhão restringiu-se a um número limitado de escolas na medida em que os esforços estiveram voltados para a educação do Liceu de São Luis. De todo modo, ressalta-se no quadro das escolas apontadas pelo autor a fundação da escola primária na freguesia de Chapada do Bonfim (atual Grajaú) no ano de 1838.

Inferese que a relativa proximidade das vilas de Carolina e da Chapada do Bonfim com a povoação de Boa Vista, dentre outros elementos, possibilitou que as dissidências liberais que fomentaram a organização política dessas freguesias influenciassem na propagação do ensino pelos mestres-escolas e, inclusive, seriam responsáveis pela formação e atuação de líderes políticos, como o destacado Militão Bandeira de Barros, propagador da “roda de amigos” e por constituir “agremiações literárias”. Da relação entre o conhecimento, ou o “gosto das letras”, e a atuação dos líderes políticos, assinala Carvalho (2006, p. 191), havia uma estreita proximidade.

Todavia, se Boa Vista serviu de “luz” pelo ensino das letras e para a formação dos líderes políticos, ao frei Francisco coube assegurar a restrição do ensino, pelo fechamento das escolas e proibição da “leitura de livros por serem veículos de heresia”, substituindo “a instrução literária pela instrução auricular religiosa” (CARVALHO, 2006, p. 123) ⁹⁸. Embora

⁹⁷ Vale a pena conferir a nota do organizador do livro *O sertão*, de Carlota Carvalho (2006, p. 379), sobre a biografia de Jorge Gonçalves da Silva. Nascido em Boa Vista, no ano de 1834, foi um dos maiores líderes políticos de oposição e chefe do Partido Liberal da Vila de Imperatriz (Maranhão), onde foi capitão da Guarda Nacional e juiz municipal da Comarca de Imperatriz, no período de 1876 a 1889. Após a República, atuou junto aos liberais republicanos e no ano de 1899 foi assassinado em crime político pela milícia, a mando do senador do Maranhão Benedito Leite, que perseguiu, desde Grajaú até o Balsas, os aliados e sertanejos do coronel Leão Rodrigues de Miranda Leda, chefe dos liberais de Grajaú (antiga Chapada do Bonfim) e defensor da criação da “República dos Pastos Bons”, assunto esse que trataremos com maior ênfase no terceiro capítulo.

⁹⁸ A leitura produzida pela escritora maranhense sobre a prática do “poder teocrático” em Boa Vista, é atribuída a atuação do capuchinho frei Francisco do Monte São Vitor (1840) e que perdurou com os dominicanos, frei Gil

a autora maranhense possa ter exagerado na informação sobre as “escolas” de Boa Vista, dá a entender que as atitudes do missionário fossem de enfrentamento a outro pensamento diferenciado ou que tivesse origem política oriunda dos liberais “revoltosos” do Maranhão, sobretudo do partido Bem-te-vi que, segundo sua leitura, era o partido que na Capital do Maranhão “possuía maior número de inteligências cultas, literatos, jornalistas, escritores, o qual “irradiava na província essa superioridade” agregando “os homens mais instruídos” (p. 190). Por essa interpretação a irradiação dos liberais maranhenses pelo território de Boa Vista poderia prejudicar o projeto religioso e de domínio exercido pelo missionário capuchinho frei Francisco do Monte São Vitor.

Por outro lado, questionou-se que o envio de um missionário capuchinho a uma “região de fronteira”, como a de Boa Vista, não foi por coincidência ou acaso do projeto das missões no século XIX. Sua presença e fundação dos aldeamentos de Boa Vista corresponderam aos interesses políticos do governo imperial numa conjuntura de instabilidade desencadeada pelo movimento da Balaiada, deflagrado desde o ano de 1838, que teve como um dos espaços de conflito a cidade de Caxias no Maranhão.

Os desdobramentos do expressivo movimento da Balaiada, de cunho popular e que sofreu fortíssima repressão pela força militar do Império, permitiram congregar grupos sociais diversos, favorecendo a formação de um pensamento político que perdurou nos ideais canalizados pelos adeptos do partido dos Bem-te-vis⁹⁹, reconhecido como o partido dos liberais do Maranhão. Sua extensão disseminou-se nas ações de representantes políticos e/ou expoentes de oligarquias locais, ocupando algumas vilas e cidades do sul do Maranhão, como Riachão, Carolina, Pastos Bons e da Chapada do Bonfim (atual Grajaú).

Na leitura de Carvalho (2006, p. 143), as famílias que afluíram para essas regiões, desde os tempos da Independência, caracterizavam-se por ser de “espíritos liberais”, ou “homens de melhor cultura intelectual, mais conscientes, mais altruístas e mais amigos da liberdade” e, também, partidários dos Bem-te-vis. Na Vila da Chapada, em especial, vigorou a influência de Militão Bandeira Barros¹⁰⁰, de elevada instrução e cultura intelectual, na versão dos livros de história e literatura. Essa referência mereceu uma parte na obra de Carlota

Vila Nova (1892) e frei Domingos Carrerot (1907). Ver CARVALHO, 2006, p. 124; os dominicanos atuaram no período das denominadas “revoluções” em Boa Vista.

⁹⁹ Denominação empregada para designar os liberais maranhenses no período regencial (1831-1840). A origem do termo refere-se ao nome do jornal que os liberais usavam para propagar seus ideais no Maranhão.

¹⁰⁰ Chefe do partido Bem-te-vi no ano de 1839 e balaio proscrito no período de 1840 e 1841, Militão tornou-se rico fazendeiro e tenente coronel da Guarda Nacional na Vila da Chapada (Grajaú) e foi deposto e preso pelo prefeito de Pastos Bons, membro do Partido Saquarema, ou Conservador, na época referida.

Carvalho denominada “vida intelectual”, na qual enumera e comenta alguns expressivos nomes das letras e dos jornais de Grajaú¹⁰¹.

Se, por um lado, as referidas vilas e freguesias do sul maranhense receberam esse contingente de “espíritos liberais”, por outro, a povoação de Boa Vista não ficaria imune ou isolada dos acontecimentos da vizinha província maranhense. Para o seu território, segundo Carvalho (2006, p. 184), migraram:

multidões inumeráveis de mulheres, crianças e homens escapos, salvando as vidas e deixando quanto possuíam de bens, em poder dos legais, atravessaram o Tocantins. Espavoridos e consternados, sem haveres, sem roupa, sem jóias nem dinheiro, sem ter o que comer, esses proscritos tinham por único conforto os ardores de uma fé religiosa que o crisol da desgraça fundiu em um delírio religioso [...] O espetáculo dos suplícios alucinou aquela gente [...] foi essa população alucinada pela desgraça, e padecendo delírio religioso, que Frei Francisco encontrou em Boa Vista, povoação começada em 1818.

Junto às práticas de um fanatismo religioso acentuado pela polêmica missão do frei Francisco, também se desenvolveu as preocupações quanto às influências das ideias, que por ventura pudessem transpor as margens do rio Tocantins e instaurar a “desordem” pública. Tanto que, no âmbito da Província de Goiás, o pronto atendimento e socorro aos “patrícios do norte” com destacamentos, armas e munições representaram o temor gerado pela ação dos “desordeiros” e “sanguinários” de Caxias, os quais poderiam invadir também o norte de Goiás (AHG, *CORREIO OFFICIAL*, 1840, 11 mai, p.3).

Em que pese a atenção sobre as fronteiras por parte dos poderes civil e religioso de Goiás, isso não impediu que no contexto das forças políticas republicanas representantes ou coronéis dissidentes de oligarquias políticas de Grajaú fizessem de Boa Vista cenário de novas relações de força e conflitos.

Em fins do século XIX e primeiros anos do século XX, ou nos tempos da República, a atenção do governo do Estado redobrou-se para o extremo norte de Goiás, nos episódios desencadeados pelas “revoluções”, o que os registros oficiais bem como os relatórios presidenciais e jornais da imprensa denominaram de “negócios de Boa Vista”¹⁰².

De todo modo, essa particularidade histórica da relação de fronteira que se estabeleceu entre Boa Vista do Tocantins e Grajaú, dentre outras cidades do Maranhão, refletiu, em meio a outras questões, os elementos subjacentes ao pensamento social no século XIX, que se

¹⁰¹ Entre os componentes da “roda de amigos” fazia parte Miguel Olímpio de Carvalho, pai de Carlota e de Parsondas Carvalho, ambos de Grajaú, Maranhão.

¹⁰² Para esta parte da história reservamos uma atenção especial em vista dos seus desdobramentos na ordem social e política da região e, sobretudo, nas irregularidades das escolas públicas vigentes no período.

apresentaram na contraposição entre civilização e barbárie e/ou entre civilização e sertão (COSER, 2005). Nesse aspecto, funcionou como fundamento de um “processo civilizador” (ELIAS, 1994) em curso ou da representação da civilização que norteou o pensamento de políticos, partidários e/ou funcionários da elite imperial, no que diz respeito à construção da civilidade em contraposição à representação de sertão.

Caracterizado pela situação de desordens e rebeliões, o “interior”, ou o “mundo do sertão”, significou no contexto do século XIX a ausência de urbanidade. Entre a civilização e o sertão, a distinção construída baseou-se, por um lado, na relação com o desenvolvimento do interesse, da opinião pública, contra as “paixões desencontradas” de um mundo sem vínculos à propriedade e, portanto, suscetível à desordem (COSER, 2005, p. 241). Segundo o autor, a elite política imperial assinalava a “associação entre a dispersão de uma população por áreas rurais, sem vínculos fundados no interesse, que vivia em áreas pouco desenvolvidas economicamente, e a carência de civilização” (p. 240). Como parte desse entendimento, assinala a evolução do conceito de civilização ao longo dos 20 e 30 do século XIX, que passa a:

a denotar a existência de um autocontrole introduzido no indivíduo, decorrente agora não apenas do apuro, como um acréscimo, um polimento final (um *adorno*), mas como um processo que molda a personalidade social do indivíduo (...) a autodisciplina, não apenas como o resultado de um aprendizado formal – uma *instrução* – mas de um hábito, uma repetição costumaz, qual seja, o trabalho (COSER, 2005, p. 241, GRIFO DO AUTOR).

Este, entre outros dispositivos, postulou a formação do pensamento social no XIX, na medida em que o termo “civilização” significou o ponto de inserção social e, portanto, caracterizado pela construção de vínculos como o “amor à propriedade”, ao trabalho, e ao desenvolvimento do interesse. De outro lado, o “mundo do sertão”, que não está influenciado pelos efeitos do trabalho ou submetido a uma atividade econômica regular, sofre a influência de ódios ou de “paixões desencontradas” (p. 241). Todavia, essas “paixões” não poderiam possibilitar a criação de partidos, mas a constituição de “facções”, de famílias ou influências locais. Outra questão postulada à referência de sertão residia na ausência de “instrução”, a qual não possibilitava a formação da “opinião pública”, no que se refere à instalação do júri popular ou juiz de paz, diferentemente das cidades marítimas, em que, em razão da educação, esse mecanismo poderia ser adotado.

Para ilustrar, o Relatório de Goiás de 1858 apontou que, entre as causas do estado da agricultura na população do norte da Província, encontrava-se a preferência que atribuía à

criação do gado por ser uma “indústria mais fácil e lucrativa” e por fim “a vadiação, a ignorância e falta de educação religiosa nas classes inferiores da população que se mostram, por isso, pouco propensas ao trabalho” (CERQUEIRA, 1858, p. 36). Por essa via, referenda a relação entre o interesse pelo desenvolvimento do trabalho e do trabalho como resultado da “autodisciplina” proveniente da instrução ou, de fato, da escola como espaço propício à formação do indivíduo requerida pela sociedade civilizada.

O conjunto das questões que permeia o entendimento da dicotomia entre civilização e sertão, ou do sertão como fronteira na representação de “nação” no século XIX (AMADO, 1995), reflete a posição ocupada por Boa Vista, a partir de dois aspectos: o primeiro, da localização de fronteira, ou do interior, e, portanto, da pertença ao “mundo do sertão” caracterizado pela expressiva distância da Capital ou da urbanidade; um segundo, do cenário de conflitos, provocado pelo fanatismo religioso de frei Francisco, nas primeiras décadas do século XIX, e das “revoluções” desencadeadas pela força política dos coronéis no final desse mesmo século. Essas ponderações com certeza puderam contribuir na ideia de extremidade, de fronteira, ou até mesmo da organização do espaço social e dos sentidos dos “lugares”, e entre estes, na Província, um “lugar de escola”.

2.3 “Lugares de escola”: a casa-escola e o ensino elementar

A criação de uma cadeira de instrução primária em Boa Vista, no ano de 1850, inseriu-se no “estado desanimador”, conforme julgava o presidente da província quanto à instrução pública na Província. Os “sacrifícios” empreendidos pelo Cofre Provincial em sua melhoria em nada resultaram, pelos resultados esperados no referido ano bem como nos demais períodos assinalados pelos relatórios. Como medidas necessárias, duas coisas faltavam na Província e que, porventura, seriam recorrentes nos discursos presidenciais da Assembleia: “escola de habilitação para os Professores; inspecção severa das aulas” (MACHADO, 1850, p. 30), de tal maneira que a restrição aos recursos não poupou ao referido ramo de serviço algumas medidas aplicadas no ano de 1853:

Finalmente tenho de pedir-vos, que elimineis a quota, que costumaes consignar para o expediente das aulas. Não é com meia duzia de folhas de papel distribuidas annualmente por cada menino, que se lhes ha de ensinar a arte calligráphica; entretanto que essas pequenas addições reunidas formao uma somma, que muito avulta no estado de penuria, a que estão reduzidos os Cofres Provinciaes (MARIANI, 1853, p. 264).

Distante muitas léguas da Capital, a escola de sexo masculino da Vila de Boa Vista seria o “lugar de escola” mais longínquo do pólo administrativo da Província. Embora apresentasse uma relativa população em decorrência da migração maranhense, pode-se dizer que a tardia instalação da escola representou o tempo político de resolução das fronteiras do extremo norte de Goiás com o Maranhão, além dos problemas internos representados pelo poder da catequese aplicada pelo frei Francisco.

Já a criação da escola de sexo feminino foi atendida pela resolução de nº 3 de 7 de junho de 1858¹⁰³, iniciando a aula somente no ano de 1861. Sua posterior criação atendeu a ordem de prioridade na formação dos meninos em detrimento da criação de escolas para meninas, uma regularidade que caracterizou as escolas de primeiras letras na Província e, em certa medida, a instrução pública na época Imperial.

No tocante à escola de primeiras letras do sexo masculino da paróquia de Boa Vista, esta não apresentou registros da frequência dos alunos nos anos 50 do século XIX ou, se produzidos, não foram arquivados. De acordo com os documentos arrolados,¹⁰⁴ prevaleceu a emissão de ofícios sobre nomeações, pedidos de exoneração, contratação e recibos de pagamento dos professores, entre outros comunicados sobre licença para tratamento de moléstias por parte dos professores, visitas às aulas pela inspetoria paroquial, e até mesmo ofícios encaminhados sobre os “*mappas d’e Aula*”¹⁰⁵. De todo modo, no Relatório Provincial de 1856 constou a relação dos “lugares das aulas” referentes ao ano de 1855, em que à escola de Boa Vista é conferido o avultado número de 78 alunos, perdendo somente para a Capital, ainda que o quantitativo pudesse representar os dados em conjunto com a vila de Carolina. Ressalta-se que, diante das cadeiras criadas sobre a instrução primária, registrou a inspetoria paroquial de Boa Vista um ofício enviado pela ordem do governo provincial, em que

remetia os tres emcluzas em exemplares dos relatorios, pertencentes as tres ultimas adeministrações da Província, emclusivel a Atual. E que por esta m.^{ma} ocasião, emviáva também para minha intteligencia e governo, um exemplár do Regulamento sobre a instrução primaria, do 1º de Dezembro de 1856 e uma copia da rezulução da Prezedencia derogando os art. 97 e 98 do mesmo Regulamento (AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1862, CX 1).

¹⁰³ AHG, Tocantinópolis, 1858, Cx 01.

¹⁰⁴ Registra-se que nos documentos organizados por ano nas Caixas de Tocantinópolis existentes no Arquivo Histórico Estadual de Goiás (AHG) constam registros de diferentes setores administrativos do período histórico em questão, dentre os quais os que tratam da instrução pública de Boa Vista, caracterizados em sua maior parte por ofícios, requerimentos e mapas estabelecidos entre as inspetorias Paroquial e a Geral.

¹⁰⁵ Os mapas de aula representaram para a organização administrativa da Província o registro e o controle do trabalho do professor, na inspeção da matrícula e da frequência dos alunos. Abordaremos com mais detalhe no próximo item da presente unidade.

De acordo com a informação emitida pelo inspetor João Antonio Pinto, Boa Vista tomava ciência dos relatórios provinciais e, ainda, das reformas apresentadas pelo Regulamento com relação ao ensino primário e secundário, de 1º de dezembro de 1856, elaborada no governo de Antonio Augusto Pereira da Cunha. O referido Regulamento alterava a legislação vigente do ensino, sob a Lei nº 13 de 23 de julho de 1835, embora não apresentasse “mudanças fundamentais”, mas tornava mais explícita a matéria do ensino e sua ordem de regulamentação (BRETAS, 1991, p. 237).

Vimos que, ao se constituir como um “lugar de escola”, Boa Vista se fez representar pela instância da inspetoria paroquial, que funcionou como medida na relação de poder do Estado e da afirmação da Igreja como base constitutiva de formação. A produção dos registros entre as inspetorias e professores materializou-se na forma de requerimentos ou ofícios, em especial como demonstrativo no cumprimento das aulas e na requisição do pagamento dos professores. Afora os assuntos ou objetos relativos à instrução, outras necessidades e sentidos também perfilarão entre as correspondências, mostrando a interação do social nos espaços de sua manifestação.

Essa condição “particular” dos registros, da validade dos documentos e da necessidade das informações, representou a organização das relações e das funções que circularam no universo da instrução pública no século XIX. Um exemplo desse suposto “controle” nos modelos dos registros pode ser ilustrado numa Circular do Ministério dos Negócios do Império, no ano de 1864, quanto à exigência das informações pela Inspetoria Geral da Instrução Pública de Goiás em enviar os documentos com base nos modelos de mapas a serem remetidos anualmente para a referida Secretaria¹⁰⁶.

O desdobramento de tal pedido desencadeou uma solicitação do presidente João Bonifacio Gomes de Siqueira ao inspetor geral da instrução pública, assim proferido:

Remeto-lhe por copia e Aviso Circular do Ministerio do Imperio, acompanhado do modelo de mappas a que lhe se refere, afim de que Vm.^{ce} me envie com urgência as informações exigidas no mesmo Aviso acerca da intrucção primaria e secundaria n’esta Provincia. Deos Gardue a Vm.^{ce}
(AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1865, CX 0163)

¹⁰⁶ Documentação Avulsa (1865, Cx. 0163). Imagina-se que os mapas demonstrativos anexos aos relatórios dos presidentes de Província representaram esse modelo de sistematização das informações e seu controle por parte das secretarias ou ministérios do Império.

Vale lembrar que para além do “lugar de escola” ou da casa-escola, entre o professor e os alunos instalaram-se outras funções diretamente desempenhadas pela inspetoria paroquial, ainda como instância de poder nos municípios junto às Câmaras Municipais, e da Inspetoria Geral como responsável pelo quadro da instrução pública na Província, entre outras atribuições. Os documentos emitidos entre as inspetorias e, em especial, por parte dos professores compuseram um conjunto particular de registros voltados à linguagem do cotidiano, suas situações e problemas específicos. Embora a estrutura dos ofícios, dos requerimentos ou petições represente o sentido primeiro, como uma “leitura única” ao cotidiano das relações daquele “lugar de escola”, por outro lado, suas particularidades traduzem-se nas ressonâncias de um cenário maior da organização da educação. Entendem-se, nessa dinâmica, constantes ajustes entre a escola e a sociedade, ou entre a realidade social e a função da educação.

De modo particular, a escola disputou espaço com outros setores do ramo público, ao mesmo tempo em que concorreu com as dificuldades de inserção social, apresentando como um dos sintomas o problema da frequência dos alunos e sua manutenção. Para correção dessa instabilidade, a indicação de um número mínimo de alunos por escola foi estabelecida pelos Regulamentos da instrução pública como aplicação em forma de Lei o universo da educação e da escolarização na Província.

Neste caso, a primeira Lei goiana, de nº 13 de 23 julho de 1835, estipulou o quantitativo de 16 alunos para as escolas públicas de 1º e 2º graus; já no Regulamento de 1869, o número diminuiu para 10 alunos. No Regulamento de 1884, o número ampliou de 20 alunos para escolas de meninos e 15 alunas para escolas de meninas, e no Regulamento de 1887, o quantitativo variou de acordo com as localidades: Capital, vilas, freguesias ou povoações, dividindo-se em escolas de 1ª, 2ª e 3ª classe, uma vez que essa diferenciação correspondeu ao Regulamento anterior, do ano de 1884, no qual se atribuiu ao presidente da Província dar “maior ou menor desenvolvimento no ensino, conforme as circunstancias locais”¹⁰⁷.

Embora a obrigatoriedade do ensino vigorasse como lei de garantia social em favor da formação dos hábitos de civilidade e moralidade, a escola necessitou de um tempo maior de receptividade ou do interesse por parte da população livre, ou, quiçá, de representações construídas sobre sua função social. E, nesse caso, apresentou, no plano legislativo, um conjunto de expectativas e/ou resultados construídos pelo universo de sua representação e, por

¹⁰⁷ AHG, Goyaz - Ato nº 3397 de 9 de Abril de 1884 – Regulamento da instrução publica.

outro, uma realidade social que sobrepôs a sua regularidade. Ilustrativa, nesse aspecto, a observação quanto ao estado da instrução elementar no ano de 1851:

E que me resta pois a tal respeito? Deplorar convosco que não se haja levado, e nem se possa esperar, que tão cedo se eleve á altura do *interesse social* o ensino primario, de que depende o desenvolvimento das faculdades nascentes de uma alma tenra (SILVA GOMES, 1851, p. 114, GRIFO NOSSO).

Afora a falta de professores habilitados e de ordenados adequados a sua função, sem contar a escassez de recursos para a compra dos materiais de ensino, outros aspectos foram determinantes, como, por exemplo, o descrito abaixo, no ano de 1861:

[...] quando foram extraídos do mappa organizado pela inspeccoria geral da instrucção publica, ou que tem havido diminuição, de então para cá, na freqüência das escolas, como presume o inspector geral interino, attribuindo esse facto á *crise alimentícia por que estamos passando*, da qual terá provavelmente resultado para muitos pais de família menos abastados, que residem longe das sedes das escolas, *a necessidade de retirarem d'elas seos filhos, por não poderem supportar as despesas da alimentação*, que, em verdade, tem-se tornado onerosissimas (ARAGÃO E MELO, 1861, p. 46, GRIFO NOSSO).

Pelas considerações colocadas, a escola, além de não ter despertado “interesse social”, conviveu num cenário em que as condições materiais de vida foram superiores às suas contribuições ou benefícios. Alguns anos depois, a ausência dos alunos nas escolas foi decorrente do trabalho empregado pelas famílias no auxílio às condições de sobrevivência, o que não contribuiu para o bom resultado esperado, uma vez que

Uma população por tal forma disseminada que ainda que se multipliquem as escolas, ficará sempre uma grande parte privada de receber instrucção; a pobreza de muitos pais de família que não lhes permite dispensar o auxilio do trabalho de seos filhos e collocar-os convenientemente junto ás escollas; o nenhum interesse que podem ter o professores no augmento de numero de seos discipulos; e finalmente a falta de necessária instrucção: *eis as causas que concorrem principalmente para obstar o desenvolvimento e progresso da instrucção publica nesta província* a pobreza de muitos pais de família que não lhes permite dispensar o auxilio do trabalho de seos filhos e collocar-os convenientemente junto ás escollas” (MAGALHÃES, 1863, p. 219, GRIFO NOSSO).

Pelas evidências dos relatórios, entre outros dados apresentados pelos mapas demonstrativos por parte da Secretaria de Governo, os anos 50 do século XIX não corresponderam a um cenário satisfatório quanto ao desenvolvimento da instrução pública. Os “frutos” dos investimentos pela Fazenda Provincial repercutiram no problema da frequência,

entre outras causas como o pequeno número de escolas, a distância entre a escola e o local onde residiam os alunos, o não preenchimento das cadeiras postas para concurso e a ausência de uma lei que obrigasse os pais a colocar os filhos nas escolas. Assim descreveu o relatório provincial a situação da instrução primária no ano de 1858:

Numero insufficiente de escolas, instrucção na realidade limitadíssima e quase nem uma educação, professores mesquinamente retribuídos, e por tanto pouco habilitados, e menos exactos ainda no cumprimento dos seus deveres, falta absoluta de edifícios próprios para as escolas e dos objectos e livros mais indispensáveis para uso d'ellas; frequência diminuta; uma inspecção imperfeita e difficilima: é o que encontrara aquelle que quizer estudar, por qualquer das suas faces, a nossa instrucção primaria (CERQUEIRA, 1858, p. 191).

Vê-se que os “problemas” enfrentados pela instrução primária na Província mereceram atenção no tratamento avaliativo dos administradores da Província. Nesse aspecto, as medidas legislativas, ou a legislação escolar, constituíram uma forma de fazer assegurar expansão e manutenção da escola, ao passo que num plano mais amplo contribuiu na necessária ordenação social (FARIA FILHO, 1999).

A primeira Lei goiana sobre Instrução Pública, publicada em 1835, e ainda em vigor no período, instituiu a obrigatoriedade da instrução primária em Goiás, a qual deveria ser atendida pela família através da matrícula dos seus filhos nas escolas públicas, particulares ou no âmbito domiciliar, entre a idade de cinco a quatorze anos. A multa aplicada seria de 10 a 20 mil réis, caso a norma não fosse atendida. Os procedimentos das multas foram recorrentes como práticas de coerção no plano de organização do social, lembrando a observância aos “Códigos de Postura” instituídos nas vilas e freguesias, semelhante aos que vigoraram em Boa Vista.

Ainda conforme o texto da referida Lei, os primeiros artigos procuraram atender a organização inicial das escolas públicas:

Art. 1º - A instrucção primaria consta de dous grãos: no 1º se ensinará a ler, escrever, a pratica das quatro operações Arithmeticas, e a Doutrina Christã; e no 2º a ler, escrever, Arthmetica, até as proporções, Grammatica da Lingoa Nacional, e as noções gerais do deveres Moraes, e religiosos.

Art. 2º - O Governo estabelecerá Escolas publicas do 2º grão na Capital da Provincia, e nas Vilas, em que julgar: e do primeiro grão em todos os lugares, em que, attenta a População, poderem ser habitualmente freqüentadas por desesseis Alumnos ao menos.

Art. 3º - O Governo poderá estabelecer tambem escolas para meninas nos lugares, em que hover do 2º grão, e em que, atenta a população, poderem ser freqüentadas por desesseis Alumnos ao menos. N'estas Escolas se ensinarão, alem das matérias

do 1º grão, Ortografias, Prosodia, e noções geraes dos deveres Moraes, religiosos, e domésticos.

Art. 4º - As Escolas publicas já estabelecidas, e as que no futuro forem, serão abolidas, quando não as freqüente o numero de Alumnos, que exigirem os Artigos 2º e 3º, e não estejaó nas circunstancias em os mesmos declarados [...] (BRETAS, 1991, p. 615).

Ao tratar da função das famílias e professores e ou dos grupos envolvidos na efetivação das escolas de instrução primária, assim estipulou a Lei:

[...]

Art. 8º- Sómente as pessoas livres podem freqüentar as Escolas Publicas, ficando sujeitas aos seus Regulamentos.

Art. 9º - Os Pais de famílias são obrigados á dar a seus filhos a instrução primaria do primeiro grão, ou nas Escolas Publicas, ou particulares, ou em, sua próprias casa; e não os poderão tirar d'ellas, em quanto não souberem as matérias próprias do mesmo grão. [...]

Art. 10º - A obrigação imposta no Art. Precedente aos Pais de famílias, começa desde cinco até oito de idade dos meninos, mas estende se aos que actualmente tiverem quatorze annos.

Art. 11º - Podem ser Professores os cidadãos Brasileiros, ou Estrangeiros, que professarem a Religião Catholica Romana, e que mostrarem ter:

1º - Mais de vinte hum annos de idade.

2º - Bom comportamento.

3º - Os conhecimentos exigidos nesta Lei.[...]

Art. 12º - Não podem ser Professores:

1º - Os que tiverem sido duas vezes dimitidos, ou três vezes suspensos do Ensino Publico

2º Os que tiveres condemnados por furtos, ou roubo.

Art. 13º - O bom comportamento se provará por documentos fidedgnos, em que não se declare expressamente que o pertendente he de vida regular, e próprio par ao ensino da mocidade; mas também onde residio os quatro últimos annos, e que durante esse tempo não foi condemnado pelos crimes mencionados no § 2º do Artigo precedente. E provando-se a todo o tempo, que o Professor por factos anteriores, ou posteriores ao seu Magisterio está comprehendido em algumas das disposições dos parágrafos do Art precedente, será demittido.

Art. 14º - Os conhecimentos exigidos nesta lei, se provarão por exames públicos feitos com approvaçáo perante o Governo, ou os Delegados, á quem elles os commeter. [...] (BRETAS, 1991, p. 616).

Das formas de controle por parte do governo, seja no âmbito da “integridade do Imperio a custa dos maiores sacrificios”, como das visitas às escolas localizadas no município, prescreveu o documento as seguintes medidas:

[...]

Art. 21º - O Governo nomeará em cada Municipio hum seu Delegado, e hum Supplente, que substitua a este na sua falta, e impedimentos

Art.22º - Ao Delegado compete:

1º Nomear Visitadores parciais das Escolas, que se regularão pelas Instrucções, que o Delegado receber do Governo.

2º Nomear Substitutos, nos casos de falta, ou impedimento dos Professores, dependendo da proposta dos mesmos; e sem ella, quando da demora se sigao graves

males; e de aprovação do Governo para cobrarem o Ordenado, que será a metade só quando o impedimento for por enfermidade.

3º Impor, e fazer realizar perante o Juiz de Paz as multas do §9º.

4º Fazer observar esta lei, e os Regulamentos, e Ordens do Governo; esmerando-se em que seja a mocidade doutrinada nas mais puras idéas religiosas, e moraes, e nas da importância da união, e integridade do Imperio, ainda a custa dos maiores sacrifícios.

Art. 23º As Camaras Municipais, quando o julgarem necessário, poderão convidar os Delegados para que estes visitem alguma, ou algumas Escolas do seo Municipio; e, se os Delegados se recusarem, representarão ao Presidente da Provincia.

Art. 24º - Todas as disposições desta lei a respeito dos Professores são extensivas ás Professoras naquillo, em que poderem ser-lhes applicaveis.

[...] (BRETAS, 1991, p. 618).

Ainda caberia ao governo atender, em forma de regulamentos, atos e resoluções, outras necessidades para a execução e providências da Lei, como o estabelecimento do calendário, o método dos exames e a maneira dos concursos públicos, entre outros aspectos. Como primeira Lei que vigorou na Província, no período superior a duas décadas, até a reforma proposta pelo Regulamento de 1856, as dificuldades averiguadas pelos relatórios envidou urgências quanto à composição de comissões de estudos ou reformas do documento em vigor.

Com efeito, no ano de 1862, o governo de José Martins Pereira de Alencastre instituiu o Ato n. 26 de 8 de janeiro de 1862 com atenção sobre a obrigatoriedade do ensino. A aplicação e ampliação do valor das multas aos pais, tutores ou responsáveis foi uma forma de fazer vigorar a obrigatoriedade da escolarização. Entre outras medidas, afirmou o presidente:

[...] As instrucções provisórias que expedi em janeiro do corrente anno estabelecem o ensino obrigatorio em uma *zona de quarto de legoa da sede da escola*, e dá providencias no sentido de tornar-se effectiva a freqüência dos alumnos [...] A falta de livros elementares era um grande embaraço para o desenvolvimento das escolas, e desempenho das obrigações do professor.

Removi este óbice, mandando vir da corte *compêndios e livros elementares que fiz distribuir pelas escolas primarias*, e n'essa occasião expedi a circular de 8 de Janeiro passado, corrigindo certas abusivas que a observação me fez conhecer [...]Tendo visitado varias escolas, *observei que o methodo individual* era o único n'ellas conhecido, methodo este que os professores exercem como podem e o tempo lhes permite. Sendo a applicação deste methodo um das cauza maiores do atraso da instrucção, procurei remediar la, mandando publicar o *manual do ensino simultâneo* adoptado na escola normal da Bahia e o fiz espalhar pelos professores, recomendando muito expressamente, e até onde fosse possível, sua execução. V. Ex.^a. sabe que toda sciencia da escola tem por base a methodica e a pedagogia (ALENCASTRE, 1862, p. 106, GRIFO NOSSO).

Representativo o conjunto de questões que comprometeram a organização do ensino primário e das providências do governo, ainda que a realidade dos “lugares de escolas”

parecesse superior às medidas propostas, ou de que o índice de matrícula não atendia a expectativa indicada, prevalecendo por vezes uma distância entre o prescrito e o vivido.

Nesse aspecto, a solicitação quanto ao estabelecimento de um mínimo de distância de uma “*zona de quarto de legoa da sede da escola*”¹⁰⁸ foi uma tentativa de superar as distâncias ou aproximar a criação de escolas às moradias dos alunos, no esforço entre a visibilidade do espaço escolar e a frequência da população destinada. Isso evidenciou, entre outras questões, um obstáculo de difícil superação, visto ser Goiás uma província de expressiva extensão territorial, e de uma população caracterizada pelo isolamento em pequenas povoações, como bem registrou o relatório do governo quanto a prática da lavoura e a criação de gado, ser ainda revestida de “pessimos e atrasados methodos n’essas especies de industria”, o que faz a população “viver muito disseminada” (SANTA CRUZ, 1858, p. 5).

Em relação à questão da distância, tomou-se como exemplo uma *Tabela* organizada pela Inspetoria Geral de Instrução Pública, referente ao ano de 1858, na qual se registrou em léguas o espaço ou intervalo entre as quarenta e oito (48) escolas existentes na província. Salutar do ponto de vista administrativo o exercício de visualizar os lugares e os espaços correspondentes entre as escolas, na tentativa de identificar a necessidade de sua criação, como do esforço pelo controle dos dados, mesmo que parciais trabalhados pela Inspetoria Geral de Instrução Pública.

Quadro 3 – Lugares de Escolas na Província de Goiás – 1858

Nº das escolas	Municípios	Logares das escolas	Distancia da Capital	Idem da escola mais proxima	Para o Sexo	Natureza do provimento
1	Capital	Cidade de Goiás	(léguas)*	(léguas)	Masc.	Interino
2					Idem	Idem
3					Fem.	Vitalício
4		Curralinho	7	7	Masc.	Interino
5		Santa Rita	16	16	Idem	Vitalício

¹⁰⁸ Esta questão mereceu atenção no Regulamento de 1884, o qual estabeleceu que a obrigação do ensino não atenderia as crianças residentes em uma distância da escola superior a 2 quilômetros para o sexo masculino e 1 quilometro para o sexo feminino (Regulamento de 1869, Caixa de Regulamentos).

6		Anicuns	12	12	Idem	Idem
7		Rio Claro	18	18	Idem	Vaga
8	Pilar	Pilar	36	11	Masc.	Interino
9		Idem	36	36	Fem.	Idem
10		Crixás	33	11	Masc.	Idem
11		Jamimbu	60	27	Idem	Vaga
12		Amaro Leite	62	28	Idem	Idem
13	Rio Verde	Rio Verde	60	48	Idem	Vaga
14	Jaraguá	Jaraguá	20	8	Idem	Vitalício
15		Idem	20	8	Fem.	Interino
16	Meia Ponte	Meia ponte	28	4	Masc.	Vitalício
17		Idem	28	8	Fem.	Interino
18	Corumbá	Corumbá	32	4	Masc.	Vitalício
19	Trahiras	Trahiras	62	2	Idem	Interino
20	S. J. do Tocantins	S. José	64	2	Idem	Vitalício
21	Bom Fim	Bom fim	40	14	Idem	Idem
22		Idem	40	16	Fem.	Idem
23		Campinas	24	14	Masc.	Interino
24	S. Lusía	S. Lusía	49	10	Idem	Vitalício
25	Formosa	Formosa	58	10	Idem	Interino
26	Sta. Crus	Sta. Crus	56	8	Idem	Vitalício
27	Vila Bella	Villa Bella	50	9	Idem	Idem
28		Pouso Alto	40	9	Idem	Vaga
29	Catalão	Catalão	80	20	Idem	Interino
30		Rio Verde	-	-	Idem	Vaga
31	Alcaçates	Cavalcante	90	20	Idem	Vitalício

32		Idem	90	30	Fem.	Idem
33		S. Felix	110	20	Masc.	Vaga
34	Flores	Flores	76	30	Idem	Interino
35		Idem	76	30	Fem.	Idem
36	Arraías	Arraías	114	14	Masc.	Idem
37	S. Domingos	S. Domingos	140	26	Masc.	Vitalício
38		S. Maria	140	26	Idem	Idem
39	Porto Imperial	Porto Imperial	186	8	Idem	Interino
40		Carmo	172	8	Idem	Vaga
41	Natividade	Natividade	150	15	Idem	Idem
42		Idem	150	60	Fem.	Idem
43		S. Miguel e Almas	150	15	Masc.	Idem
44	Palma	Palma	119	150	Idem	Vitalício
45	Conceição	Conceição	134	16	Idem	Idem
46		S. J. do Duro	164	12	Idem	Vaga
47	Boa Vista	Boa Vista	350	90	Idem	Interino
48		Pedro Affonso	210	30	Idem	Vaga

Fonte: AHG, DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA, 1858, Livro 0402.

* Cada légua equivale a 6 mil metros ou 6 quilômetros.
(quadro elaborado pela autora)

De acordo com o documento, o município de Boa Vista representou o “lugar de escola” mais distante: 350 léguas (aproximadamente dois mil quilômetros) da Capital e 90 léguas da escola mais próxima, do município de Pedro Afonso.

Interessante notar que a disposição geográfica de Boa Vista também se correlacionou aos seus registros nos documentos oficiais, imaginando que a ideia de fronteira, de afastamento, também figurasse na disposição do papel, assim como nos quadros demonstrativos apontados pelos relatórios em que ocupou posição semelhante. De outra parte, os detalhes, a observância dos dados, e entre estes as distâncias e os lugares de escolas, conferem uma base estatística de organização da Província, funcionando como ferramenta no

âmbito da representação do espaço social, e deste o reconhecimento do serviço público no conjunto das mudanças e perspectivas anunciadas.

Um exemplo sobre o mapeamento das escolas e a relação das distâncias pode ser conferido no relatório provincial que, diante de um mapa dos lugares de escolas, assim considerou o presidente:

Do mesmo mappa vê-se que todas essas escolas, excetuadas mui poucas, estão collocadas a 10, 15, 20, 30, e muitas legoas de distancia das que lhes ficão mais proximas; e que as sedes das freguesias, que carecem do beneficio da instrucção elementar estão igualmente todas, menos tres do municipio d'esta capital, a mais de 10 legoas dos lugares, que gosão d'este beneficio. Parece-me de necessidade a creação de escolas em todos esses logares, menos nas tres freguesias já exceptuadas, *não exigindo se que se dê aos alumnos n'essas novas escolas mais do que uma instrucção puramente elementar, e a indispensavel educação religiosa* (CERQUEIRA, 1858, p. 3, GRIFO NOSSO).

Como parte da expansão, criar lugar de escola parecia ao governo apenas atender “uma instrucção puramente elementar” acompanhada da “indispensavel educação religiosa”. Na conclusão do relatório, pontuou o presidente que o Regulamento de 1856 “não faz distinção alguma do ensino que deve ser dado na escola de uma cidade ou villa da de um simples *arraial*”. No plano de difusão das escolas elementares ou de instrucção primária talvez já vigorasse a ideia posteriormente referendada no Regulamento de 1884, da diferença social dos respectivos *lugares* quando por Lei se estabeleceu que “o presidente da província dará maior ou menor atenção ao desenvolvimento no ensino conforme as circunstancias locais”. Infere-se que subjacente a esta ideia postulava-se alusões às localidades do interior ou pertencentes ao sertão da sociedade provincial, como sujeitas ao precário ou nulo atendimento da escola elementar.

Como elemento importante providenciado na criação de escolas correspondeu a sua materialização como “lugar” representado pela “casa” ou “*vivenda do professor*”. O aluguel da casa foi uma medida em favor de melhoria do espaço físico das escolas, inclusive obrigando os professores “a ter as respectivas escolas em casas, q[^] tenhaõ os commodos e condições necessárias”.¹⁰⁹ Esta preocupação com o lugar da escola, entre outras medidas que moldaram organização do “espaço escolar”, foi proposta no ano seguinte mediante a publicação do Regulamento de 1869, o qual aplicou as seguintes orientações:

¹⁰⁹ Documentação Manuscrita, 1858-1868; Livro nº 0397.

[...]

Art. 36 - A casa onde funcionar a escola que também servirá p.^a vivenda do professor, será alugada logo que seja possível e a provincia não possua predio proprio, p.^r conta dos cofres provinciaes; pelo m.^{mo} modo serão fornecidos os utensilios necessarios p.^a a aula.

Art. 37- Se o professor quizer alugar casa maior e p.^r preço mais elevado que o que se costuma pagar p.^r uma casa sufficiente p.^a a escola; e poderá fazer, pagando porem [rasurado] a sua custa, o que exceder ao preço estipulado pelo inspector parochial

(AHG, GOYAZ, REGULAMENTO DE 1869)

O Regulamento de 1869 fez referendar em forma de lei o que na prática vinha sendo proposto por medidas legislativas. O controle do Estado pela escolarização, ou da criação das casas-escolas públicas atribuídas à responsabilidade do professor, sob a subvenção do poder público foi uma forma de superar o “governo da Casa” pelo “governo do Estado” (MATOS, 1994, p. 259). O “governo da casa” era exercido pelo controle da família através da educação domiciliar, quando concedida por um professor particular, como da responsabilidade pelo envio dos filhos às escolas. De todo modo, por mais homogênea ou regular que quisesse ser a ordem pública, abriu-se um artigo no Regulamento de 1869, assim descrito:

[...]

Art. 34- Na casa destinada p.^a a escola ou em casas particulares *poderão os professores ensinar outras materias ou as m.^{mas} do ensino primario, com tanto que fação em horas diversas das marcadas p.^a a aula publica* que não causem o minimo inconveniente p.^a o exacto cumprimento de suas obrigações, e que preceda licença do governo com informação do inspector parochial

(AHG, GOYAZ, REGULAMENTO DE 1869).

Para a eficácia do cumprimento proposto pela Legislação escolar, a inspeção funcionou como forma de fiscalização e controle exercida pela presidência, pela inspetoria geral e paroquial. As funções da inspeção ocuparam os quatro artigos iniciais do Regulamento de 1869. Um destaque ao 3º Capitulo do referido Regulamento deveria cumprir a inspetoria paroquial um conjunto de obrigações, no que se refere à instalação das escolas, e os registros de seu funcionamento, compreendendo desde as condições do “edifício” e das casas, mobiliários, livros e utensílios, como do acompanhamento ao trabalho do professor, da frequência e do aproveitamento do aluno. O envio de relatórios à inspetoria geral e à presidência, bem como dos requerimentos dos professores compuseram parte do conjunto documental intermediado no trabalho da inspetoria.

Assim, dentre os artigos e parágrafos do documento, aos “inspectores parochiaes” incumbia:

§ 1º Vetar sobre o ensino publico e particular, inspeccionando pelo menos mensalm.^{te} todos os estabelecimentos de instrucção de sua freguezia, e exacto cumprimento das obrigações dos professores, syndicar de sua conducta requisitando do inspector geral todas as providencias que por si não puderem tomar.

§ 2º Quando visitarem as escolas publicas, lavrarão no livro competente o termo de visita onde declararão o seguinte:

1º Se os professores cumprem com zelo as suas obrigações.

2º Se ha assiduidade e adiantamento nos alumnos em relação a instrucção litteraria e religiosa, seu tratamento, quaes as cauzas da irregularidade da frequencia, o pouco aproveitamento dos alumnos, qual o numero dos presentes no dia da visita.

3º Qual o estado do edificio da escola e suas condições hygienicas.

4º Se a escola tem os livros necessarios e o estado em que se achão.

§ 3º Alem destas observações ainda declararão no livro competente o dia da visita, o nome do professor e sua classe.

§ 4º Nos mezes de Maio e Outubro de cada anno remetterão ao inspector geral um relatorio do estado das escolas ou outros estabelecimentos de instrucção de sua freguezia, apresentando as informações colhidas nas visitas que fizerem [...]

§ 8º Encaminhar ao governo todos os requerim.^{tos} dos professores fazendo as observações que julgarem necessarias.

§ 9º Remetter ao inspector geral no fim de cada trimestre e com as precisas informações mappas das escolas, de conformidade com o modelo junto, assim como o mappa mensal que os professores, lhe remetterem [...]

(AHG, GOYAZ, REGULAMENTO DE 1869)

Estas determinações foram fortalecidas na promulgação do Ato de 9 de abril de 1884, acrescentando-se outras atribuições, entre as quais:

[...]

§ 6º Presidir ao conselho parochial, exercendo conjuntamente com os respectivos membros as attribuições relativas ao ensino obrigatorio.

§ 7º Empregar o maior zelo e todo seo prestigio na propagação do ensino, procurando obter dos particulares donativos para constituir se o fundo escolar.

§ 8º Corresponder-se constantemente com o inspector geral communicando-lhe os methodos de ensino adoptados pelos professores, o aproveitamento dos alumnos, o numero de escolas particulares, a frequencia, os nomes dos professores que as dirigem e as disciplinas que nellas são leccionadas.[...]

§ 13 Assignar com o professor os attestados, e os respectivos talões dos alumnos que houverem sido julgados approvados em todas as materias do ensino obrigatorio.[...]

§ 17 Fazer a distribuição do fundo escolar de conformidade com as instrucções que lhes forem remettidas.

§ 18 Exercer além disto todos os actos de inspecção e fiscalisação das escolas ou estabelecimentos de ensino, de conformidade com as ordens transmittidas pelo inspector geral.

(AHG, GOYAZ, REGULAMENTO DE 1884)

As Seções descritas pelo Regulamento de 1884, além de apresentaram as incumbências da inspetoria paroquial e geral, criou, sob a presidência da inspetoria, o Conselho Paroquial. Neste aspecto, aos lugares de escolas ampliaram-se as obrigações da inspetoria e a constituição de outros serviços diante das necessidades e garantias da escolarização. Grosso modo, pode-se dizer que a atribuição do Conselho Paroquial assumiu

atividades de “cunho social” no “arrolamento” dos meninos em idade escolar; da formação do fundo escolar e dos donativos de artigos, como de calçados e vestuários para os meninos pobres, bem como da função de *“empregar todos os meios afim de obter que os pais, tutores e curadores mandem ensinar-lhes as matérias que constituem o ensino obrigatório.*

De acordo com o proposto, a instalação do Conselho Paroquial procurou resolver no âmbito social medidas que extrapolaram a função da inspetoria e do ensino do letramento e catecismo oferecido pelas escolas das paróquias ou municípios. Ainda no ano de 1882, em função da “propagação do ensino primário na maior extensão possível” da Província, solicitou-se ao Conselho as seguintes informações: registros do número existente de meninos de um e quatro anos e de seis a doze anos de idade na circunferência de um quilômetro da escola da Freguesia, como também os que a não frequentavam; os nomes e filiação; as causas que os impediam de ir à escola: se relaxamento, pobreza, ou interesse dos seus pais ou tutores e, por fim, o custo de um aluno, em cada ano escolar no que se refere à roupa e utensílios¹¹⁰. Novamente a questão da distância entre a escola e a moradia das famílias foi colocada como avaliação às medidas da obrigatoriedade do ensino. Inclusive este ponto mereceu atenção por parte dos projetos de reforma da educação no âmbito do Município da Corte, por Leôncio de Carvalho, no ano de 1879, no que se refere à obrigatoriedade do ensino, ficando dispensados os alunos que residissem a uma distância maior de um quilômetro e meio para meninos, e um quilômetro no caso das meninas, de uma escola pública ou subsidiada (MACHADO, 2010, p. 95).

As solicitações encaminhadas ao Conselho Paroquial demonstraram por um lado a legitimação da legislação escolar como medida de inserção social, e por outro, a sua adequação às outras necessidades que requereram a população em idade escolar. Todavia, as propostas administrativas e legisladoras pareceriam muito aquém do expressivo quadro da população livre e do ínfimo número de alunos atendidos pelas escolas de sexo masculino e feminino.

Um exemplo ilustrativo pode ser verificado nos dados divulgados pelo Relatório da Diretoria Geral de Estatística referente ao ano de 1876, em que a Província de Goiás totalizou um quantitativo de 149.743 pessoas livres, constando apenas 2.414 alunos, totalizando 22.656 que sabiam ler e escrever (SPINOLA, 1879, p. 248). No mesmo relatório, como parte da avaliação sobre a instrução pública, ponderou o presidente a “pobreza” do quadro apresentado pelas escolas particulares na Província, em relação à predominância das escolas públicas. O

¹¹⁰ AHG, Documentação Manuscrita, 1882, Livro 0690.

trabalho empreendido pelo governo significou o “movimento único impresso á instrucção”, no entendimento de que os habitantes da Província “não comprehendem instrucção que não seja dada pelo governo” (SPINOLA, 1879, p. 19).

Juntamente com a escola como lugar destinado à instrução e do governo como protagonista do processo, a vigência da legislação primou pela ordenação social, fazendo com que o “império da lei” ditasse normas de civilidade, funcionando tanto como uma forma de ação estatal quanto um ato de estruturação do estado (FARIA FILHO, 1999, p. 119).

A extensão desse serviço residiu no processo de contratação do professor nas provas de moralidade ou do exame “das suficiências”, disposto pela “*corrida dos lugares onde tenha rezidido nos trez ultimos annos*” e depois pelo exame da capacidade profissional, além do gozo de boa saúde, como condições exigidas pelo magistério, assim descritas no documento de 1869:

[...]

Art. 10 – Todos os q.^e pretenderem exercer o magisterio publico p.^a serem admittidos a exames instruirão os seus requerimentos com os seg.^{tes} documentos:

Certidão d’idade que demonstre ter o candidato, pelo menos 21 annos.

Folha corrida dos lugares onde tenha rezidido os trez ultimos annos. Attestados do parocho p.^a prova de que professão a religião do estado, e que tem costumes morigerados [sic].

Attestado de medico que declare não soffrer molestia contagiosa

(AHG, GOYAZ, REGULAMENTO DE 1869)

Como professor interino, vitalício ou efetivo, e em sua maior parte substituto, a não permanência do professor no exercício das aulas deveu-se a um quadro precário caracterizado por baixos vencimentos ou atrasos no pagamento, como dos pedidos de demissão ou simplesmente abandono do emprego, sem contar a rejeição por parte dos pais ou responsáveis na avaliação do trabalho. Exemplos desta natureza perfilarão as realidades dos lugares de escolas, como o de Boa Vista, incidindo sobre a regularidade das aulas e dos registros nos mapas.

À inspetoria paroquial caberia a fiscalização através das “visitas” e registros em livros próprios informando a situação das escolas e do trabalho dos professores, como o demonstrado no exemplo de Boa Vista:

[...] em resposta tenho á informar a V. S.^a que a aula do sexo Masculino, que é Professor João Mauricio Pachêco, nem úm adiantamento tem tido os allunos, e attribuo a ignorancia e pôca assiduidade do dito Proffessor; além dos muitos exfôrsos e concelhos que a o dito Professor tenho prestado; e o melhor meio que há de remover esta deficuldade é elle ser demettido e ficar vaga a Cadeira até que

apareça um que possa ser nomeado em lugar do mesmo Professor actual: pois alguns Cidadãos que aqui se achão abellitado para occupar este dito emprego, na não querem, allegando ser muito deminuto ordenado, e custozo de o receber[...]
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1863, CX. 1).

Ainda no mesmo documento informa o inspetor sobre as aulas do sexo feminino, assim descritas:

Quanto a aula do sexo fiminino, acha-se no mesmo estado; por que não é frequentada senão apenas por quatro a cinco allunas; e por isso ácho muito mal empregado á despêza feita com estas aulas sem fruto algum: não para es-ta dificuldade aprezo em lugar della a Senr.^a D. Benedicta Lopes de Ara-ujo Marinho mulher do Promotor Publico desta Comarca José Raymundo Marinho, pois tem as qualidades necessarias para occupar semilhante emprêgo, tanto para o melhoramento da aula, como porque mesma á actual Professôra já pedio demissão. É o quanto tenho a informar a V. S.^a
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1863, CX. 1).

Pelos termos descritos, a função do professor e o desempenho da instrução na regularidade das aulas marcaram intervalos entre a exoneração e a contratação de um novo candidato. Como parte das decisões da inspetoria cabia indicar outro professor que, em muitos casos acabavam sendo ocupados por amigos e familiares. Outro dado residiu no fato de que nem sempre o professor contratado correspondia às expectativas do ensino e da moralidade, a depender da avaliação por parte dos pais ou da inspetoria, evidenciando parte das tensões ou acordos que moveram as relações no funcionamento da escola.

Em Boa Vista, essa questão ganhou relevância na inspetoria de João Antonio Pinto, no período de 1862 a 1868, traduzindo-se no “cotidiano” da escolarização a influência da família sobre aprovação ou não do trabalho do professor e da forma de funcionamento da escola. Conforme registros enviados pelo inspetor:

[...] a Aula de primeiras Letrás, do sexo masculino desta Cidade, por quanto o Proffesor actual João Pacheco nada adianta os alumnos, epor cujo motivo os hâbitantes deste lugar, desgastados por esta causa tirarão seus filhos da Aula, e todos os dias ouço aqui queixas dos Pais de Familias a este respeito, pois tendo aqui tantos meninos suficientes da Escola, por falta de um Proffesor estas ensinando se sem a devida educação; epor isso acho que V.S.^a das um grande beneficio a este lugar, em nomear outro Proffesor, uma vez que os Pais de Familias já [molestaraõ?] com o actual, alem de ser homem probo, e honrado, mas todavia, sua escola não é freqüentada [...] , porquanto oque participo a V.S.^a é a beneficio da mocidade deste lugar, e em credito meu, independente de ódio [...]
(AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1868, CX 184).

Observou-se, de todo modo, que nem sempre os documentos enviados pela inspetoria de pronto provocavam alterações, como do pedido de exoneração do professor João Mauricio Pacheco, o qual perdurou no cargo até 1868. No mesmo documento, apresentou a inspetoria o “estado” da escola de sexo feminino, como forma de comparação à situação da escola de meninos, assim disposta:

[...] visitei as Aulas desta Cidade; e assim como fiquei satisfeito com a Proffessora do sexo femenino, encontrando a li 27 alumnas com grande adiantamento, e com a maior decência profissional, a qual não me agradou o Proffessor do sexo masculino, que encontrei 7 alumnos, e estes sem a diantamento. Emquanto os Mappa que incluso remeto a V.S. contendo o n^o de 18 alumnos, taes alumnos não frequentão a Aula como assim livro dito, epelo officio também assima apontado se vê *contradição*. É oquanto tenho a commonicar a V.S.^a a tal respeito [...]
(AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1868, CX. 184, GRIFO NOSSO).

Se a escola de sexo feminino progredia no adiantamento e número de alunas, o mesmo não ocorria com a escola de sexo masculino, colocando inclusive a “contradição” dos dados da frequência apresentados pelo professor. A desconfiança ou confiabilidade dos números sobre a frequência escolar fez parte de negociações e estratégias que cercaram as relações entre professores e inspetores das escolas

Outro aspecto concernente à contratação do professor, que a depender da “má escolha” interferia no trabalho das aulas, evidenciou-se no ofício expedido pela inspetoria, no ano de 1879:

[...] por nomeada de má professora habel e de que desempenhe as funçoens do cargo, se é que o resultado da supressão pela não frequencia de alumnas em numero sufficiente é da escolha má da respectiva funcionaria que mal tem cumpreendido a inportancia da missão para bem desempenhala e outras veses o da carência de abilitações circunstancias estas que effectivamente experimentamos [...]
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1879, CX. 02).

Além da fiscalização ou controle sobre o trabalho, contavam os professores com os baixos vencimentos para os suprimentos de gêneros alimentícios ou até mesmo sobre o alto valor na compra do papel para as aulas, como salientado pela professora Ana Joaquina da Luz. Nesse aspecto, mereceu atenção por parte da nspetoria geral a atribuição de valores diferenciados nos salários dos professores residentes por vezes em “lugares insalubres” (BRETAS, 1991, p. 239), ou numa outra tradução, “longínquos da civilização”, como os representados pelas escolas de Pedro Afonso e de Boa Vista, que recebiam a importância de

400\$000 réis, enquanto em outras localidades variavam em torno de 240\$000 a 300\$000 réis, conforme a situação de vitalício ou interino¹¹¹.

Ainda sobre a contratação do professor, residia a avaliação do estado de saúde, comprovado mediante “*Atestado de medico que declare não soffrer molestia contagiosa*”, ou sua posterior concessão de licença-saúde de até três meses, conforme o Regulamento de 1884. Em Boa Vista, foi salutar observar as ocorrências de “moléstias”, no que se refere às ausências ou exoneração dos professores e até deslocamentos, por vezes à Província do Pará, em busca de cura¹¹².

Quanto ao cometimento de uma moléstia, um episódio curioso que mereceu atenção da delegacia de polícia de Boa Vista envolveu a denúncia de um caso de morte ou de acusação “*intentada de má fé*” por parte João Vieira de Souza contra o presidente da Câmara Municipal pela morte de sua esposa Dona Raymunda Nonata das Neves. O desvendamento do caso fez reunir “*todos os magistrados da localidade*” representados pelo juiz da comarca, o delegado e o subdelegado de polícia, o juiz de paz, assim como o juiz municipal, e ainda da averiguação feita pelos advogados, “*por serem os mais habilitados em medicina*”. Até mesmo as “*Donas Professora Publica*”, Anna Joaquina da Luz e Ursula Olimpia de Carvalho Araújo, compareceram no testemunho para provar que a morte não fora ordenada pelo presidente da Câmara, mas sim, “*occasionada por apoplexia*”¹¹³. A atenção ao caso que envolveu autoridades políticas e administrativas do município ilustrou um cenário em que a averiguação de determinadas ocorrências eram compactuadas ou tensionadas pelo interesse de representantes do poder público, e, no caso, em defesa do presidente da Câmara. Embora se trate de um caso esporádico, como do desconhecimento de determinadas moléstias, episódios como os exames finais de aprovação dos alunos das escolas, também exigiam a reunião de autoridades representativas no referendo aos filhos das famílias e dos acordos políticos em questão.

¹¹¹ Documentação Manuscrita, 1858, livro 0402. Outra observação assinalada pelo professor Bretas (1991) está na comparação entre o custo dos alimentos e os vencimentos dos professores, tomando como parâmetro os valores dos produtos na Capital de Vila Boa, a confirmar os baixos salários e a dificuldade da permanência do professor no emprego.

¹¹² Segundo observações do médico que acompanhou a expedição do naturalista francês Francis Castelnau (2000, p.212) na região de Boa Vista por volta de 1843, as incidências de moléstias foram identificadas na manifestação do bócio, afecções do aparelho respiratório, elefantíase do escroto, oftalmia e clorose. Acrescenta ainda que “em nenhum outro lugar encontrei tão grande número de cataratas. Há muita gente sofrendo de doenças de pele, particularmente as chamadas afecções populosas”. Diferentemente de um diagnóstico mais “científico”, o censo de Boa Vista registrou no ano de 1873 as enfermidades e não moléstias compostas de aleijados, paralíticos, mudos, idiotas, quebrados e surdos (Tocantinópolis, 1873, Cx 1).

¹¹³ AHG, Tocantinópolis, 1876, Cx 2. Apoplexia conhecida como lesão vascular cerebral.

Os registros da inspetoria, em face das “moléstias” dos professores, atentaram para os casos como do professor Tenente José Vieira de Brito Mangueira, que ficou doente quando foi substituir o professor interino Ignácio José da Luz, que “*seguir sem licença para a Província do Pará tratar dos seus negócios*”¹¹⁴. Semelhante situação enfrentou o professor Joaquim Pinto Lima que trabalhou na escola de sexo masculino de janeiro a setembro de 1878, mas pediu exoneração do emprego por “*problemas de saúde*” e “*lhe sendo a aconselhado mudança de ar*” (...) retirando-se para fora da Província¹¹⁵.

Outro caso foi da professora Dona Raquel de Salles Maciel, que pediu sua demissão, “*declarando que não podia continuar a exercer seu magisterio por motivo de Moléstia*”, ou de D. Quintina Romarina Maranhão e Silva, que obteve três meses de licença para tratamento de saúde, conforme informações no relatório do presidente da Província, no ano de 1889. Embora não dispondo de registros concretos ou comparativos de semelhantes situações enfrentadas por outros professores na província, pode-se inferir que em Boa Vista, a mobilidade pelo rio Tocantins em direção ao Pará beneficiou o deslocamento em função dos problemas de saúde, como facultado o direito a concessão de licença, conforme previam os Regulamentos da Instrução Pública.

Do quadro dos professores de Boa Vista, alguns denominados pelas patentes oriundas da Guarda Nacional, como de tenente, capitão ou major, ou das professoras, apenas referendadas como “donas”, dependeram as escolas o seu funcionamento. A variedade dos nomes e os diferenciados tempos de permanência na função retrataram o movimento das escolas no processo marcado entre as dificuldades das condições materiais do ensino, como das relações de força que foram se sedimentando entre grupos ou agentes representativos e que ganharam relevo em momentos históricos da cidade.

Como parte do todo social, a ocupação de outros cargos intercalava-se entre a função de professor como de coletor, administrador da recebedoria, inspetor paroquial e, muitos dos quais, pais ou tutores dos alunos matriculados nas escolas da cidade. Por esse indicativo, a relação entre a escola e a função de professor acrescia-se aos demais cargos, sendo que, na oportunidade de haver um “habilitado”, isto merecia destaque, como bem pontuou a inspetoria na contratação de José Antonio da Cunha, no ano de 1871: “[...] *Parece-me que será o primeiro professor hábellitado na forma da lei, que tivemos nesta Cidade*”¹¹⁶.

¹¹⁴ AHG, Documentação Manuscrita, 1858, livro 0402.

¹¹⁵ AHG, Documentação Avulsa, 1878, Cx. 2. O professor viajou para a Província do Pará.

¹¹⁶ AHG, Tocantinópolis, 1871, Cx 1.

De todo modo, no ano de 1858, a disposição da função de professor deveria disputar com outras funções, como o descrito pela inspetoria paroquial:

Em data de 29 de Outubro findo officiei ao Proffessor interino da Instrucção primaria d'esta Cidade, comunicando-lhe a sua demissão dada pelo Exm.º Sñr. Presidente da Provincia, segundo me cõmonicou V. S. em seo officio di 31 de Julho do corr.º *porem, acontecendo que o substituto approved pelo mesmo Exm.º Sñr. não podesse acceitar a Aula por achar-se occupado nos empregos de Tabellião, escrivão das duas Colectorias, Secretario da Camara Municipal, e negociante; e para que não sofresse esse ramo do serviço publico, tão interessante, nomiei ao Cidadão Basilio de Oliveira Arala, Substituto interino da referida Aula, o que communico a V. S (AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1858, CX. 1, GRIFO NOSSO)*

Assim, entre a construção do interesse social pela escola aos mecanismos propostos pelos regulamentos havia a superação das condições materiais dos lugares de escola, como o representado pela distância significativa de acesso da inspetoria geral da Capital rumo às inspetorias no interior da província, como o representado por Boa Vista. Se as dificuldades operaram na lógica das condições necessárias ao funcionamento das escolas de uma forma geral, em Boa Vista este impedimento poderia ter se acentuado, o que nos leva acreditar as formas diversas assumidas pela escola, como obra das ações e práticas que requereram a construção de mecanismos à sua representação.

3. ESCOLAS DE MENINOS E MENINAS: REGISTROS E MATERIALIDADES DO ENSINO

Foi na dinâmica das relações processadas por parte de uma longínqua e singular região no sertão da província como a representada por Boa Vista que convergiram as formas tomadas pela escola de meninos e meninas, com suas particularidades e sentidos, dispostos nos registros dos professores e inspetores paroquiais. Para tanto o presente capítulo objetivou adentrar ao tempo das escolas, da representação e das práticas que requereram seu funcionamento, na materialidade das condições sempre intermediadas pelos professores e professoras, que entre o cumprimento dos regulamentos e a ordem social a escola pareceu moldar uma ordem social em formação.

Não muito distante do projeto da catequese, na atuação da Igreja, a instalação das escolas de instrução primária procurou atender os preceitos da ordem e da moralidade advindos do Estado, em meio às forças políticas e sociais locais. Dessa confluência, a escola ocupou um *lugar* e se fez representar na ação dos mestres-escola e professores, nas condições materiais do ensino, nos registros dos mapas de aulas, e como espaço de convergência e sociabilidade, apresentou as demandas da realidade social em questão representada por Boa Vista do Tocantins.

3.1 *hum Professor n'esta terra trabalha só, para principiar alumnos, e vai-se pelejando sempre em princípios*¹¹⁷

O registro acima proferido pelo professor Benedito Marques, no ano de 1876, ilustra um pequeno recorte do conjunto das reclamações ou das condições que perfilaram a organização das escolas de ensino primário em Boa Vista. Como parte significativa da leitura das formas e das condições da escolarização, os documentos emitidos pelos professores

¹¹⁷ AHG, Tocantinópolis, 1876, Cx. Citado pelo professor público Benedito Marques de Sousa, Boa Vista do Tocantins, no ano de 1876. Interessante que a recorrência a condição de ser professor *n'esta terra* não se diferenciou da situação de outros professores ou professoras, conforme pronunciou Maria d'Annuniação Fonseca, de Curralinho, em 26 de outubro de 1888, no que se refere às atitudes autoritárias do delegado literário pelo fechamento da escola feminina, que entre as palavras proferiu: “Triste condição é a da professora n'esta terra [...]” (PRUDENTE, 2009, p. 88).

constituíram fontes importantes das representações do lugar de escola e sua organização no Brasil imperial.

Os professores e professoras que atuaram nas escolas de sexo masculino e feminino e aqui identificados nos quadros compreenderam o período entre os anos de 1850 aos anos iniciais da República ou, precisamente, até a eclosão da “primeira revolução” de Boa Vista, no ano de 1892. O marco proposto permitiu ampliar os desdobramentos da relação entre o movimento político desencadeado pelo evento da “primeira revolução”¹¹⁸ e suas repercussões no âmbito da educação primária, a qual somente conseguiu apresentar registros após o ano de 1896.

Na investigação aos mapas de aulas e os ofícios da inspetoria paroquial, entre outras informações recolhidas no acervo da documentação avulsa ¹¹⁹, figuraram os nomes dos professores e professoras das escolas públicas de Boa Vista.

Como funcionário ou “servidor estatal”, o perfil do docente de primeiras letras que vigorou no Brasil Império e até a Primeira República compreendeu, segundo o estudo de Palhares de Sá (2006, p. 99), entre o sacerdote, o servidor estatal e o proletário. O primeiro perfil atendeu o monopólio jesuítico do período colonial; o segundo abrangeu o tempo do Império e início da República, e o terceiro resultou da ocupação como funcionário público, oriundo da escola estatal do Império. Segundo o autor, o perfil da categoria docente foi desenvolvido no Império e nas Repúblicas, considerando duas qualidades: as transformações no processo de trabalho e apropriação privada das condições de trabalho, embora tenham ocorrido as sobreposições dos diferentes aspectos entre o movimento de transformação da escola e o perfil docente.

Um exemplo pode ser conferido na desqualificação do mestre-escola ao longo da reorganização da função docente como decorrente, entre outros fatores, da divisão do trabalho (SÁ, 2006, p 103). Por essa via, ao mestre-escola Manoel sapateiro resultou as iniciativas das primeiras letras, de uma instrução mais “doméstica”, oferecida para ambos o sexos; aos demais professores, indicados pelo poder público, a incumbência dos métodos do ensino e do

¹¹⁸ Os termos atribuídos na ordem de primeira (1892), segunda (1907) e terceira (1936) revolução foram utilizados com maior propriedade no estudo realizado pelo historiador Luis Gomes Palacin (1990). Para a presente pesquisa restringiu-se a abordagem até as repercussões da 1ª revolução (1892). Não se avançou em termos de análise e desdobramentos desse recorte no século XX, em vista de outras questões políticas produzidas no cenário de Boa Vista, acirradas, sobretudo, no contexto denominado como a “era política do Padre João de Sousa Lima” (1897 a 1947), muito bem explorado pelo referido autor.

¹¹⁹ A Documentação Avulsa disposta no Arquivo Histórico Estadual de Goiás (AHG) está organizada por ano e identificada por caixas numeradas, contendo um rico acervo em documentos diversos, entre os quais os referentes à instrução pública na Província de Goiás.

uso dos compêndios e livros, além da moralidade e virtude, acrescida da instabilidade no emprego que, à mercê do Estado, poderiam ser “*nomeados, demittidos, ou removidos livrem.^{te} pelo presid.^e da provincia, salvas as excepções*”, conforme estipulava o Regulamento de 1869. Ainda no mesmo documento constava, no Artigo 25:

Nas escolas devem os professores observar as seg.^{tes} obrigações:

§ 1º Apresentarem-se na aula vestidos com decencia.

§ 2º Não empregar alumno algum em mister alheio ao ensino.

§ 3º Tomarem p.^r si as lições a todos os alumnos e dividirem o trabalho p.^r tal modo q.^a a instrucção possa ser dada a todos com igualdade.

§ 4º Empregarem na aula o methodo de ensino simultaneo.

§ 5º Aconselharem com bondade e paciencia q.^{do} sejam informados de faltas commettidas pelos alumnos fora da aula.

§ 6º Manterem na aula a ordem e disciplina

(AHG, GOYAZ, REGULAMENTO DE 1869)

As obrigações estendidas aos professores representaram uma forma de controle sobre o trabalho na função de “agente do Estado e responsável pela difusão da instrução elementar e de uma moral civilizadora” (CASTANHO, 2006, p. 470). Na categorização do tempo de permanência na função dos professores como “servidor estatal”, acresceram-se as seguintes denominações no Regulamento de 1887:

[...]

Art. 10. Os professores publicos de instrucção primaria da provincia, são effectivos, interinos e substitutos.

§ 1º Entende-se por effectivo o que por concurso obtiver nomeação do presidente da provincia.

§ 2º Por interino o que for nomeado pelo presidente da província sob proposta do inspector geral, para exercicio de qualquer cadeira vaga até definitivo provimento.

§ 3º Por substituto o que for designado pelo delegado litterario para suprir a falta no impedimento provisorio de algum professor, não excedendo de 30 dias.

Art 11. Fica abolida a cathegoria de professores vitalicios, conservando-se, porem, o direito d’aquelles que já o adquirirão em virtude do regulamento e leis anteriores.

(AHG, GOYAZ, REGULAMENTO DE 1887)

Do conjunto de documentos produzidos entre a inspetoria paroquial e os professores foi possível identificar a relação dos nomes, o tempo compreendido na escola e o perfil ocupado na função, como substitutos, interinos ou efetivos, e de outra parte os cargos públicos ocupados por eles.

**Quadro 4 – Professores da Escola de sexo masculino de Boa Vista do Tocantins
(1850-1896)**

Professor	Ano/Período	Observações/Outros cargos
Padre João Rodrigues de Azevedo	1851	Pároco e inspetor paroquial de Boa Vista (1852-1858); Presidente da Junta Eleitoral (1858)
Capitão Ignácio José da Luz	1852/ 1858	Coletor da Recebedoria (1864-1867)
Tenente José Vieira de Brito Mangueira	Ago a Dez/ 1858	Coletor e administrador da Recebedoria (1868); professor substituto
Basilio de Oliveira Aralla	1859/1863	Professor interino proveniente de Carolina (Maranhão)
João Mauricio Pacheco	1863/1868	Professor interino
João Francisco Baptista	1865/ 1869	Diretor do aldeamento de Boa Vista (1863); Substituto do Delegado Literário (1886); inspetor paroquial interino (1888)
Francisco Ruffino de Cerqueira	1869	Professor interino
José Antonio da Cunha	1871	Professor substituto
Benedito Marques de Souza	1874/1877	Professor efetivo
Capitão Avilino Augusto da Silva	Jun/1877 a Dez/1877	Professor interino
Joaquim Pinto Lima	Jan a Jul de 1878	Professor substituto
José Raimundo Marinho	Nov /1878 a 1880	Promotor público (1863), escrivão e encarregado da Recebedoria (1874/1875)
Major Ramiro Francisco de Negreiros	1880	Professor interino
Francisco Gonçalves Santiago	1882/1890	Professor efetivo
Capitão Manuel Felipe Nery	1890/ 1893	Atuou junto ao grupo do coronel Carlos Gomes Leitão
José Christerio Cortez	11 Ago/ 1896	Professor interino

Fonte: AHG, TOCANTINÓPOLIS, Cxs. 01 a 05; DOCUMENTAÇÃO AVULSA, CAIXAS: 0150; 0157; 0163; 0184
(quadro elaborado pela autora)

A indicação dos anos e alguns meses entre o processo de contratação e exoneração do emprego compreendeu o tempo de trabalho de alguns professores, embora não tenha sido

possível rastrear o período de permanência de todos os que atuaram na escola do sexo masculino, havendo em alguns casos, curtos períodos de vigência na função. Outro detalhe consistiu no uso de forma indistinta, pela documentação, de professor interino e substituto, o que dificultou sua exata ocupação.

Como primeiro professor de primeiras letras de Boa Vista, Ignácio José da Luz era proveniente da Vila de Flores¹²⁰, juntamente com sua esposa Ana Joaquina da Luz, que se tornaria também a primeira professora adjunta da escola do sexo feminino. Embora tenha ocupado a função por um período aproximado de seis anos e alcançando a jubilação, não se localizou registros de aulas ou mapas de frequência, apenas atestados da inspetoria relativos a sua frequência no Magistério. Ademais, no momento de retorno de viagem que fez a Capital do Pará “*em arranjo de seus negocios particulares*”, informou o professor à inspetoria, “(...) *ao retomar em exercicio do meu cargo que não excederá de quatro, á cinco dias em rasão das casas que se estão apromptando para nella funcionar*”¹²¹.

Na referida informação, o lugar ou a casa adequada para o funcionamento da escola pareceu ser um dificultador aos tempos do professor Ignácio, agravado diante das condições atribuídas sobre aos prédios urbanos no pagamento do imposto aplicado pela Recebedoria no ano de 1862¹²², o qual ilustrou as condições das casas ou moradias existentes.

Por outro lado, a atenção sobre o professor Ignácio da Luz, posterior coletor da Recebedoria da cidade, chegou até mesmo render-lhe honras por parte do sacerdote em exercício quanto às providências de sua morte no ano de 1867 “*com todos os Provim.^{tos} da Igreja*”, solicitadas pela esposa Ana Joaquina da Luz à inspetoria paroquial no pedido de atestado de morte¹²³.

Dentre o conjunto dos professores, inclusive os que mais tempo permaneceram como efetivos e, por assim dizer, expuseram as dificuldades de um *lugar de escola* em Boa Vista, destacaram-se Benedito Marques de Souza (1874 a 1877) e Francisco Gonçalves Santiago (1882 a 1890). Ambos não exerceram outros cargos públicos, o que garantiu lhes de certa forma avaliar as condições da escola de meninos e utilizar de estratégias na sua melhoria,

¹²⁰ Embora tenha sido nomeado o primeiro professor da escola de sexo masculino de Boa Vista, consta que José Ignacio da Luz já havia se aposentado na Vila de Flores (FLEURY, 1849, p. 156), representando a localidade a oportunidade de serviços nas escolas, onde Ana Joaquina da Luz, sua esposa também exerceria semelhante função.

¹²¹ AHG, Tocantinópolis, 1858, Cx 1.

¹²² O valor da décima urbana insidia sobre as condições materiais dos “prédios”, em ser em sua maior parte de palha, “*em ruínas*”, em “*mao estado*” ou mal construídos. Nessa situação se encontravam 47 prédios urbanos. AHG, Tocantinópolis, 1862, Cx 1.

¹²³ AHG, Documentação Manuscrita, 1867, Livro 0402.

como na recorrência a familiares ou agentes da cidade no empréstimo de mobiliário. Outro aspecto significativo intermediado pelos referidos professores foram as relações de tensão que marcaram as instâncias administrativas que, em momentos políticos do município, dificultaram as atividades da escola.

No ano de 1876 o professor Benedito Marques de Souza apresentou as condições materiais e de ensino da escola de Boa Vista através de um ofício enviado à Inspeção Geral da Instrução Pública da Província. No relato do professor mereceram destaque as dificuldades enfrentadas na realização do trabalho, seja da falta de acesso ao material, como o papel para a escrita, como da acomodação dos alunos, expondo também a morosidade no repasse dos recursos.

Além desses fatores de ordem administrativa, ressalta ser a *pobreza* um dos grandes problemas da população e sua incidência na frequência dos alunos. O descaso da inspeção na observância da escola relegou suas condições de funcionamento à responsabilidade única do professor. Esta condição descrita ilustrou, por um lado, a quase ausência do Estado na representação da inspeção e, por outro, o predomínio das relações de força local na instância dos órgãos, como da Recebedoria, na viabilidade dos recursos, dos atrasos no repasse dos vencimentos do professor, ou dos auxílios enviados às escolas.

De todo modo, cabe observar que lugar e condições ocupou a escola de Boa Vista, conforme expresso abaixo:

Tenho a honra de communicar a V. Rm^a que achando-me freqüentando o Magisterio da instrução primaria d'esta Parochia, vejo-me Coagido com trabalho; porque tudo quanto he contrario existe, e os recursos laborão em converça, demaneiras que, se vem hum recurso incumbido a camara n'ella fica, e quando acontece esta dirigir-se a collectoria sobre esses recursos, na Collectoria fica, deformas que, a aulla he que está sempre disfalcada, e o Professor sujeito a tudo quanto a felicidade reprova, porq. n' esta aulla só existe huma meza com hum metro, quarenta e oito Centimetros de Comprimento, e he ondi deve accommodar-se huma multidão de alunnos para escrever, *o que valle, he quaze todos serem filhos de pessoas tão indigentes* que estando eu com tres annos completos, e estando nos quatro, muitos que eu já achei freqüentando a aulla ainda não escrevem por falta de papel, o Professor não pode suprir, porque a terra he faltissima de dinr^o e os seus ordenados estão morando na Recebedoria, e quando estes não se recebe, mal utíncilios: Passemos agora a freq^{ca} dos alunnos, *sendo o povo como já disse pobre, levão a maior parte do tempo com os filhos empalhados em serviços*, a prova dou pelos gr.^{des} o 1º Juiz Municipal, e hoje Inspector Parochial no annual de 1º de Julho de 75 a hoje tem tido de frequencia trinta e dois dias, estas faltas são por prizições, *imaginemos se a pobreza não sofre dobrada a daquelle e d'outra! de formas que hum pobre Professor n'esta terra trabalha só, para principiar alunnos, e vai-se pelejando sempre em princípios* (AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1876, CX 2, GRIFO NOSSO).

Além dos aspectos destacados, ressalta-se no olhar do professor a razão de ensinar *princípios*, uma vez que a determinação da pobreza constituísse um grande obstáculo para a realização de outros conhecimentos. Todavia, em que pese o quadro da pobreza como uma recorrência pela baixa frequência escolar a tomar corpo nos relatórios oficiais, por sua vez não é de se duvidar que nos lugares de escolas, como o ocupado por Boa Vista, essa realidade pudesse se tornar mais evidente, como bem ponderou o professor quanto à falta de papel e dinheiro para compra, e quanto às necessidades da escola, que perduraram por um período de quatro anos.

Ademais, a visibilidade com que a pobreza ou a escola tornaram-se recorrentes na documentação entre professores e inspetorias da instrução pública, e até mesmo nos relatórios provinciais, pode ser entendida no quadro amplo de expansão das escolas e da matrícula de uma população mais pobre, em especial na década de 1870. Segundo Castanho (2009, p. 252), esse período caracterizou uma campanha pela difusão da escola entre as camadas populares, e em grande parte das províncias houve reforma da instrução pública, o que possibilita entender o aumento do número de alunos, decorrente da incorporação da população, já que a imensa maioria das crianças das camadas sociais remediadas e abastadas já frequentava as escolas.

Em Goiás, para adequar a expansão no atendimento escolar, o Regulamento de 1884 passou a exigir a frequência de ao menos 20 alunos no funcionamento da escola de sexo masculino e de 15 alunas para a escola do sexo feminino, enquanto no Regulamento anterior, de 1869, o quantitativo proposto era de 10 alunos.

Um exemplo pode ser visto no Regulamento de 1884 quanto à Inspetoria Paroquial em “*Promover o fornecimento de calçado e vestuário aos meninos pobres, apelando para os sentimentos phylantropicos dos seus conterraneos, afim de que elles possam frequentar as escolas*” ou, conforme prescreveu o Regulamento de 1887, do “*fornecimento do expediente, livros e compendios aos alumnos pobres*”, a pedido do professor.

Ademais, imagina-se que a natureza e o teor semelhante ao documento enviado pelos professor Benedito Marques ocorressem com certa frequência, uma vez que acabou merecendo a inclusão no artigo 5º do Regulamento de 1887, cabendo aos Delegados Literários, entre outras atribuições, “*Proibir expressamente que os professores se correspondam directamente com o presidente da provincia e inspector geral*”. Perspicaz em sua leitura, o professor Benedito pontuou que se o problema da falta de frequência dos alunos devesse em função de que as famílias “*levão a maior parte do tempo com os filhos empalhados em serviços*”, também assim acometiam os “*grandes*”, a exemplo do juiz

municipal e atual inspetor paroquial (Honorato José de Almeida) que, por conta das “*pricizões*”, apresentavam problemas de frequência às visitas na escola. E ao final conclui: “*imaginemos se a pobreza não sofre dobrada a daquelle e d’outra*” condição social, o que não permite uma regular frequência à escola, restando ao professor o ensino de “*princípios*”, ou de preceitos e regras, do que os conteúdos destinados. Outro detalhe relacionado à frequência dos alunos deve-se à predominância de ofícios como atestados da entrega dos mapas de aulas por parte do professor, registrando a Inspetoria a presença de 20 a 30 alunos para o ano de 1875, ou de 16 a 20 alunos no ano de 1876. Embora o atestado da Inspetoria tenha acusado o recebimento dos mapas, estes não foram localizados no conjunto da documentação.

Uma observação quanto à condição dos professores interinos na Província e, em especial, dos professores de Boa Vista, mereceu destaque a seguinte nota por parte da Secretaria do Governo:

O professor da Boa Vista, se é interino, esta exonerado, como foram todos os interinos aos quaes o sr dr. Spinola applicou a seguinte sentença: individuos sem instrucção, sem vocação para o magisterio, de moralidade duvidosa, que não têm coração para o trabalho.....pretendentes incapazes, repellidos do commercio e das industrias, os quaes para evitarem a miseria, se transformam em mestres interinos (AHG, *CORREIO OFFICIAL*, 26 MAR. 1881).

Nota-se que na avaliação atribuída ao professor recaía o controle cada vez mais forte por parte do Estado quanto às relações de trabalho e ao “perfil” adequado às exigências da função. Por outro lado, na publicação direcionada ao “professor de Boa Vista” imagina-se a configuração de um quadro não muito favorável ao desenvolvimento das aulas quando, em decorrência da saída do professor efetivo Benedito Marques, que ao encerrar suas atividades no ano de 1877, a escola de sexo masculino passou a apresentar um quantitativo de cinco professores interinos, até a nomeação do professor efetivo Francisco Gonçalves Santiago, em 1882. De outra feita, poderiam os professores interinos não atender ao dispositivo do Regulamento de 1869 ainda em vigor, uma vez que no referido período poucos mapas de aulas foram apresentados. Inclusive, no ano de 1881, houve a rejeição à nomeação, por parte do governo, sobre a indicação da Inspetoria Paroquial, de Francisco José de Souza para reger as aulas da escola de sexo masculino de Boa Vista¹²⁴.

¹²⁴ AHG, Documentação manuscrita, 1881, Cx. 0690. No ano seguinte, Francisco José de Souza ocuparia a função de promotor na Comarca de Boa Vista (BRANDÃO, 1978, p.154).

Na correção ou restrição do tempo de permanência do professor interino na regência das aulas, o Regulamento de 1884 apresentou normas que preconizava que “os *professores interinos nomeados para as cadeiras vagas não podem obter licenças*”, os quais ao receberem a gratificação de 40 mil réis anuais “*serão demittidos si não forem approvados em concurso depois de estarem em exercicio ha mais de anno*”.

Ao encerrar o tempo de exercício ou cumprimento dos anos de trabalho, enviou o professor Benedito Marques um documento à Inspetoria Geral da Instrução Pública no ano de 1877 expondo os impedimentos diversos e os motivos de sua saída. No documento de petição, assim escreveu:

[...] achando-me exercendo o magisterio publico da instrucção primaria d'esta Cidade, vejo-me coagido em todos os pontos; 1º é sobre as nesecidades pertecente a aula, a qual administro, as quaes estando já cansado de procurar recursos,deixo mais de o fazer. 2º Que estando eu com quatro annos e trez mezes vencidos, só apenas tenho obtido receber doze mezes, estando já dois annos em exercicios findos, e qual a causa? Porq aqui o Administrador não quer pagar, e envial-os para a Thesouraria é difficil; pq. tanto que se entregue na Agencia, fica-se logo como aquelles que estão por sonhos, mettidos em repetidos pesadellos, em afflições; temendo já o extravio de seus recursos, como de facto que tendo muitas vezes acontecido extravios de papeis, tanto em sahida daqui, como em chegada, é fácil de se crer o que vou de expor. Não tendo achado outro Recurso, determinei-me a metter na Agencia seis attestados, consernentes a um conto de reis, e tendo já decorrido cinco mezes, tem chegado todas as correspondências daquelle correio, e não tenho tido solução nennhuma de meus attestados, crendo já segundo o uso, terem sido extraviados, e privado me vejo de mandar as duplicatas dos attestados, receando ter novo contratempo, e ficar de todo sem recursos; porque o Inspector daquelle tempo é falecido: a vista do que recorro a V. Ex.^a Rm.^a da sua valioza proteção afim de ver se obtenho o Recebimento do meus vencimentos, que tão caro me tem custado. Confiado na proteção de V. Ex.^a Rm.^a, certo fico que serei servido, e de já dou a V Ex.^a Rm.^a os devidos agradecimentos. Aqui sempre estarei as ordens de V. Ex.^a Rm.^a, dezejando a mais pura saude e felicidades, e confessando que sempre fui, e com muito mais acrescimo devo ser

(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1877, CX 2)

Na exposição do documento, verificam-se muitos dos problemas que envolveram as condições de trabalho do professor em Boa Vista, ilustrando parte dos agravos administrativos quanto aos vencimentos, à viabilidade da comunicação pelo correio, como da morosidade ou perda dos pedidos, acentuados ainda mais numa localidade expressivamente distante da Capital da Província. Outro dado evidenciado parece residir na incredibilidade do professor junto à Inspetoria Geral em atestar o seu tempo de aulas para receber os vencimentos, uma vez que o inspetor paroquial daquele período (padre Ignácio Joaquim Cortês) havia falecido.

Anos depois, em 1882, ao assumir o cargo como professor efetivo da escola de sexo masculino, Francisco Gonçalves Santiago apresentou uma solicitação na reparação dos utensílios da escola que, até então, fora “*regida interinam.^e por diversos*”, expondo as seguintes dificuldades:

[...] á V. S.^a compenetrar-se das difficuldades com que, desde então, tive de lutar para obter de um, ou outro cidadão, aqui morador, os empréstimos de sem maior, ou menor banco e rudes tamborêtes, para assentar os alumnos, fazendo-os mesmo escrever sobre os bancos; e de uma pequena Meza para deposito de livros e escriptos, pois que n’ usa Cap.^{al} apenas recebi alguns compendios para começo do ensino. Agora, porem, que os objectos emprestados estão sendo reclamados, e que o numero de alumnos é de 36, devendo augmentar-se, seg.^{do} me consta; e tornando-se incontestavel que assim me seja quasi privado de poder leccionar p.^r falta dos indispensáveis utencis [...]
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1882, CX 3).

As providências para o funcionamento da escola pareceu mobilizar a todos com os préstimos dos tamboretas, bancos e mesas, requisitando da Inspeção Geral da Instrução Pública apenas os compêndios para as atividades do ensino. Por sua vez, por mais que os documentos de petições dos professores reclamassem a necessidade do mobiliário, não se localizou na documentação da Inspeção de Boa Vista o atendimento do referido pedido.

Os registros produzidos pelos respectivos professores ilustram os enfrentamentos às condições materiais da escola e dos sentidos representados nas estratégias de sua viabilidade, à medida que também dialogaram num universo de relações marcado pelas iniciativas ou interesses daquela realidade social. E, nesse aspecto, outros fatores representados pelos demais órgãos, como a Coletoria, a Recebedoria e a Câmara Municipal, e até mesmo a função desempenhada pela Inspeção, interferiram na dinâmica da educação.

Expressiva como exemplo foi a atuação do inspetor paroquial Honorato José de Almeida, que exerceu a função entre os anos de 1879 a 1886, inclusive, no contexto das petições dos professores mencionados¹²⁵. Sua atuação política iniciou-se na suplência de Delegado de Polícia em 1871, como também desempenhou o cargo de juiz municipal em meados de 1875. Entre outras atribuições, foi presidente de uma comissão sobre o recenseamento da paróquia e Comarca de Boa Vista no ano de 1873.

Em documento encaminhado à Presidência da Província sobre os dados recolhidos pela comissão, Honorato José de Almeida justificou o atraso no envio das informações e

¹²⁵ Destaca-se entre as reclamações registradas pelo professor Francisco Gonçalves Santiago a ausência do inspetor por residir a mais de 16 léguas da cidade e aparecer na escola com intervalos de 2 a 5 meses (Tocantinópolis, 1885, Cx 3).

alegou que, com base nos dados, a inclusão do “território”, ou do distrito do Jalapão como pertencente à Comarca de Boa Vista e não à Comarca de Porto Imperial¹²⁶. Mediante essa justificativa, ele apresentou os dados mais gerais do recenseamento da paróquia de Boa Vista, incluindo, na abertura do documento, “*as diversas Secções ultimamente criadas*”, totalizando 8.158 pessoas, sendo 7.872 pessoas livres e 286 escravos. Dos dados da “instrução” consta a seguinte classificação: 825 “*sabem ler*”; 107 “*frequentão a escola*” e 7.226 são “*analphabetos*”¹²⁷.

Embora a inclusão da seção do Jalapão tenha ampliado os dados populacionais da Comarca, e quiçá alterado substancialmente o quadro da paróquia, as informações corresponderam a uma realidade social caracterizada pela ausência das escolas de instrução primária. Nesse caso, pode-se inferir que a escola dos “pobres e indigentes”, como apontou o professor Benedito Marques, atendeu a um número ínfimo de crianças em idade escolar, quando o censo apontou numa faixa de 1 a 10 anos, um número de 2.630 crianças e de 11 a 20 anos, um número de 1.891, uma vez que as idades diferenciadas eram comuns de acordo com a relação dos alunos apresentados pelos mapas de aulas. Este documento sobre Boa Vista instigou-nos a fazer uma aproximação em relação aos dados do recenseamento apresentado pelo Relatório Provincial de 1875, o qual informou, no período, que faltaram os papéis do censo das paróquias Santa Rosa e Boa Vista do Tocantins, que foram enviados posteriormente¹²⁸.

Essa particularidade da representação de Honorato José de Almeida e de outros personagens que figuraram no cenário político de Boa Vista permite observar os trâmites estabelecidos pelos cargos administrativos e das relações historicamente construídas entre os meios e os interesses promovidos na interação do indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994, p. 45). Para o autor, a história de uma sociedade é sempre de uma sociedade de indivíduos, entendida de que a condição da existência humana passa por uma condição relacional, ou das dimensões adquiridas pela figuração social, de maneira a revelar as relações de equilíbrio, tensões, formas de poder, entre outros elementos constituídos nas forças em disputa.

¹²⁶ Na avaliação da comissão, Honorato relacionou as gratificações a serem pagas aos membros e, em especial, o trabalho realizado por Alexandre Francisco Gomes e Marcellino José de Freitas. Alexandre Francisco Gomes (irmão do coronel Carlos Gomes Leitão) foi assassinado no contexto dos conflitos políticos em Boa Vista em 1892; Marcelino José de Freitas foi subdelegado de polícia (1871) e Chefe da Polícia (1871); outro membro da comissão foi Aureliano Barros de Lima, substituto do delegado literário (1890).

¹²⁷ AHG, Tocantinópolis, 1873, Cx 1. O número dos que “frequentão a escola” pareceu vago diante de uma comarca que até o referido ano somente dispunha de duas escolas de instrução primária.

¹²⁸ Sobre o recenseamento da Província de Goiás divulgou-se no ano de 1875 um total de 1.438.381 pessoas livres e 10.548 escravos (ASSIS, 1875, p. 43).

Por essa alusão, podemos entender a constituição social de Boa Vista a partir de um processo histórico mobilizado por indivíduos, líderes ou agentes políticos que, na postura dos cargos, moveram naquela realidade estratégias aos problemas apresentados, acrescidos às representações sociais que requereram as funções no âmbito do governo e do poder provincial.

3.2 *Donas ou senhoras: professoras da escola feminina de Boa Vista*

A escola do sexo feminino, ou a escola de meninas, de Boa Vista não diferiu da política de escolarização adotada na Província em consonância às diretrizes da instrução pública e particular proposta pelo Império. Como salientado, a criação da escola feminina decorreu aproximadamente uma década posterior, no ano de 1861, à criação da escola do sexo masculino. Esta, tal como prescrevia a Resolução, encontrava-se incorporada à primeira cadeira de instrução primária na vila de Boa Vista, em 1850.

A prioridade no atendimento às escolas de meninos em detrimento à formação elementar das meninas revelou, entre outros aspectos, a experiência de uma escolarização baseada numa política da “diferença de gênero” adotada pelo governo de Goiás (SANT’ANA, 2010). Os dados estatísticos apresentados nos relatórios da Assembleia Legislativa materializaram-se no expressivo distanciamento numérico entre as escolas criadas, acrescida a especificidade curricular do trabalho da agulha ou das prendas domésticas apontado pelos Regulamentos. Ambos traduziram no âmbito da instrução primária direcionamentos diferenciados à formação de meninas e meninos a caracterizar “para estes, as possibilidades de ingresso no mundo do trabalho ou do prosseguimento de estudos; para aquelas, o destino ligado aos afazeres da casa, dos cuidados com os filhos e a família”. Segundo o autor, era este o sentido da prescrição também estendido as mestras professoras ao ensinarem às meninas as prendas que servem à economia doméstica, “com exclusão da geometria e dos conhecimentos aprofundados em aritmética” (SANT’ANA, 2010, p. 45). Como ilustrativo, a criação da escola de sexo feminino de Boa Vista inseria-se no conjunto de 23 escolas de meninas criadas na Província, atingindo o percentual de 193 alunas atendidas por escolas providas, enquanto o número de escolas do sexo masculino alcançava 42, totalizando 978 alunos (ALENCASTRE, 1862, p. 15), evidenciando a disparidade entre as referidas escolas.

Diferentemente do quadro dos professores, as mulheres não ocuparam outros cargos públicos na cidade, restringindo-se sua atuação às atividades do ensino ou das prendas

do lar, conforme prescrevia os ensinamentos da escola primária nos Regulamentos da Instrução Pública. Ademais como “donas” ou “senhoras”, assim tratada pelos registros da instrução primária, poderiam ser referendadas como esposa ou filha de um agente ou líder político.

Seja no conteúdo do ensino, em torno “*do trabalho da agulha e economia doméstica*”, conforme salientaram os Regulamentos da Instrução Pública na Província dos anos de 1869, 1884 e 1887, seja na função de professora, as exigências e normas prescritas nas relações de trabalho agravavam-se na condição das mulheres professoras.

Quadro 5 – Professoras da Escola de sexo feminino de Boa Vista do Tocantins
(1860 – 1896)

Professora	Ano/Período	Observações/ perfil
Ritta Bezerra da Costa	1861/1863	Professora interina
Anna Joaquina da Luz	1863/ 1878	Professora adjunta
D. Francisca Carolina da Soledade Manguiera	Out a Dez/1878*	Professora substituta
Raquel de Salles Maciel	1882/ 1885	Professora interina; filha do coronel intendente Francisco de Sales Maciel Perna (1892); esposa do coronel intendente Francisco Acácio de Figueiredo (1888)
D. Maria Dina de Barros	1886/ Nov de 1887	Professora interina
Antonia Rodrigues da Luz	Dez 1887/Jan de 1888	Professora substituta
D. Quintina Romarina Maranhão e Silva	1888	Professora interina
D. Sabina Gomes Leitão	1890 a 1893	Professora interina; membro da família do coronel Carlos Gomes Leitão, protagonista da 1ª revolução de Boa Vista (1892)
D. Jannuarina Gonçalves Neves	Ago de 1896 (?)	Professora interina

Fonte: AHG, TOCANTINÓPOLIS, CXS. 01 a 05

* Os anos de 1879 a 1883 - a escola de sexo feminino foi suprimida;

**Os anos de 1897/1898 - não se localizaram registros do período
(quadro elaborado pela autora)

Um exemplo, entre outros tantos, pode ser visto nas formas de contratação ou das condições exigidas para exercício do magistério público e particular, como o evidenciado a seguir:

[...]

§ 1º As senr.^{as} solteiras que rezidirem sós, não poderão ser nomeadas professoras publicas sem que tenham 25 annos, se porem morarem com seus pais ou tutores será bast.^{te} a idade de 21.

§ 2º Quando alguma Senr.^a viver separada de seu marido sem que tenha havido sentença de divorcio, deverá justificar não ter dado causa a separação.

§ 3º As Senr.^{as} devem instruir os seus requerimentos com os m.^{mos} documentos de que trata o art. 10, exceptuando se quanto a maioridade das Senr.^{as} casadas as quaes poderão ser nomeadas desde que completem 18 annos

(AHG, GOYAZ - REGULAMENTO DE 1869)

Do conjunto das professoras que trabalharam na escola de sexo feminino, apenas Ana Joaquina da Luz, esposa do primeiro professor aposentado da escola de sexo masculino Ignácio José da Luz ¹²⁹, permaneceu no cargo por mais tempo, tornando-se efetiva na função, até sua jubilação, e respondendo pelos filhos nas escolas de Boa Vista. A condição como efetiva, ou por ocupar a função mais tempo, permitiu-lhe produzir documentos longos e consistentes quanto à situação da escola feminina de Boa Vista, e inclusive sendo respaldados pelo então inspetor paroquial João Antonio Pinto.

A rotatividade entre as nomeações, contratação e exoneração de professoras, não configurou um quadro de estabilidade, ocasionando momentos de supressão da escola, e, em outros períodos, atendendo às interferências dos grupos de expressão política local, como da ocupação das professoras Raquel de Sales Maciel Perna (1882), Sabina Gomes Leitão (1890) e Maria de Melo Leda (1902)¹³⁰. Elas, mesmo representando as famílias do poder, não utilizaram do recurso das petições ou requerimentos em favor da escola para meninas.

Com a aposentadoria de Ana Joaquina, “*que estando em exercicio por não ter ainda se apresentada pessoa habilitada para substituil* [...],¹³¹ conforme registrou a Inspeção, apresentou-se como primeira candidata a professora interina Francisca Carolina Mangueira. Todavia, a rejeição à referida professora repercutiu na baixa frequência das alunas e, consequentemente, na supressão da escola. De todo modo, inquiriu-se quais foram as implicações ou representações que sustentaram o bom desempenho de Ana Joaquina da Luz,

¹²⁹ Ignácio José da Luz era proveniente do município da Vila do Pilar, onde requisitou aposentadoria ainda em 1850. Mudou-se para Boa Vista com a família, local em que sua esposa Ana Joaquina da Luz exerceu a função de professora, até aposentar-se. Ambos tiveram filhos nas escolas de Boa Vista do Tocantins.

¹³⁰ Cabe destacar que a família dos Leda era proveniente da Chapada do Bonfim (atual Grajaú), representada pelo líder político do Partido Liberal, Leão Rodrigues de Miranda Leda, protagonista da Segunda revolução em Boa Vista, nos idos de 1907.

¹³¹ AHG, Tocantinópolis, 1878, Cx 2

da função no magistério ou do respaldo político que pudesse neste momento usufruir? Nesse caso, apontou o então inspetor Pedro Ludovico de Almeida, que, com relação ao número legal de alunas, afirma

[...] que não só pela falta de dedicação dos Pais de família em dar instrução as suas filhas, *como pela opposição que faz a família germana a todos que aqui ocupão empregos, não sendo seos parentes ou adherentes*. Na hypothese de operarse a mudança do pessoal, que serve os cargos publicos d'esta Comarca, e preferível a nomeação de D. Antonia Rodrigues da Luz, que é casada, tem boa conducta, e é a mais apta das senhoras que existe n'esta Cidade para occupar o magisterio (AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1878, CX. 2, GRIFO NOSSO)¹³².

A referência à “família germana” representou o poder da família Leitão, herdada do avô Francisco Germano da Silva que, em meados de 1862, exerceu a suplência de subdelegado de polícia e depôs o juiz municipal Manuel Curado de Miranda, tomando o poder político do município (PALACIN, 1992, p. 47). Após a denúncia, a inspetoria passou a ser ocupada por Honorato José de Almeida, (cunhado do coronel Carlos Gomes Leitão), que na busca pela restauração, utilizou como explicação ter sido esta fruto “[...] *da escolha má da respectiva funcionaria que mal tem compreendido a inportancia da missão [...] e outras vezes da carência de habilitações circunstancias estas que effetivamente experimentamos*”¹³³.

Com efeito, a desqualificação dos professores processou-se quase como uma “naturalização” diante das inviabilidades políticas e legislativas da instrução primária na Província. Até mesmo Porto Imperial, cidade de destaque do norte goiano, enfrentou esta questão, uma vez que os mestres das escolas exerciam a função sem uma formação profissional (DOURADO, 2010).

A restauração da escola de meninas nos anos 80 do século XIX contou com um número médio de 30 a 40 alunas, conforme os mapas enviados pela professora Raquel de Sales Maciel Perna¹³⁴, inclusive superando a “promessa” da inspetoria em fiscalizar a

¹³² AHG, Tocantinópolis, 1878, Cx. 2 (grifo nosso). O inspetor paroquial Pedro Ludovico de Almeida trabalhou na Secretaria do Governo e inclusive foi o escrivão responsável pela Carta da Lei de nº 9 de 17 de junho de 1846, sobre a criação do Liceu de Goyaz (BRETAS, p. 620) ficando na função até 1859. Posteriormente exerceu a administração dos correios na província, em 1870 (PEREIRA, 1870, p. 34) e, ao instalar-se em Boa Vista ocupou a função de inspetor paroquial entre os anos de 1877 e 1878. Sua presença em Boa Vista poderia se vista como uma forma de inserção ao domínio do poder da família Germano já tão reclamado pelo Governo, mas acabou pedindo demissão do cargo, assumindo a inspetoria Honorato José de Almeida, no ano de 1879.

¹³³ AHG, Tocantinópolis, 1879, Cx. 2.

¹³⁴ Filha do coronel e intendente municipal Francisco de Sales Maciel Perna; casada com o capitão Jose Gomes Leitão, coletor do município de Boa Vista entre os anos de 1885 a 1887; irmão do coronel Carlos Gomes Leitão. Documentação Avulsa, Cx. 422; PALACIN (1990).

freqüência das alunas. Na oportunidade, não deixou o inspetor Honorato Jose de Almeida de expressar a representação da educação e ações assim proferidas:

Tornando-se incontestavel o prazer de que se achão possoidos os Brasileiros, ou de que tem achado nos corações dos ultimos Governos, a prosperidade do ensino de seus filhos, como principal e solida base do engrande cimento do Paiz; sentimento em que, com a maior humildade, tem bem [ilegível]; e assim compenetrado da utilidade que resultará a esta Parochia, restabellecendo-se a instrução do sexo femenino, tomei a deliberação de nomiar á Ill.^{ma} Senr.^a D. Raquel de Salles Maciel, para intiridamente reger a cadeira, prestando assim devida atenção aos continuos reclamos de muitos pais, tutores e patronos de meninas. Posso e devo afiançar á V. Ex.^a que esta escola não me será frequentada nunca com numero inferior a 20 ou 30 alumnas, pois tal é a affluencia d'ellas no centro d'esta Cidade. Esta necessidade assim desaparecida, virá satisfazer aos municipios [sic] BoaVistenses (AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1883, CX 3)

Em semelhante situação encontrava-se a escola do sexo masculino que,

“[...] no curto prazo de três mezes incompletos, já conta um numero de 33 alumnos, ouvindo-se diariamente tecer encômios ao Professor, por seu rigular comportamento e adiantamento dos educandos”¹³⁵.

Outras professoras seguiram no quadro da escola como Dona Dina de Barros que tão logo assumiu a função no mês de janeiro de 1886, participou do exame de aprovação no mês de dezembro do referido ano, registrando a Inspetoria as seguintes considerações:

Aos nove dias do mez de Dezembro de mil oito centos oitenta e seis nesta escola publica de instrucção primaria desta cidade da Bôa Vista do Tocantins sob a presidencia do Substituto do Delegado Letterario João Francisco Baptista e os examinadores os Senhores T.^e Francisco de Salles Masciel Perna e T.^e Leocadio Pereira de Carvalho com a professôra Dona Maria Dina de Barros e por esta foi feito o exame das alumnas matriculadas, e por ella verificou-se estarem presentes vinte e duas alumnas, deu-se começo ao exame e na forma do Reg.^o sendo examinadas as alumnas cada uma por sua vez, julgou a commição unanimemente com regularidade o aproveitamento, e no mesmo acto foi declarado pela respectiva professora que tomando posse da respectiva escola em sete de Janeiro do mesmo anno de mil oito centos oitenta e seis, e visto o curto espaço que medeia da posse ao exame as alumnas não teem tempo para se prestarem a um exame capaz, cuja declaração foi unanimemente pela commição conformada. (AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1886, CX 3).

Por representar o exame um acontecimento público ao reunir autoridades, como do Intendente municipal Francisco de Sales Maciel Perna e outros participantes da escola do sexo masculino como Leocadio Pereira de Carvalho, pai de aluno, solicitou a professora Dina de

¹³⁵ AHG, Tocantinópolis, 1882, Cx. 3.

Barros um tempo maior de trabalho “*para as alunas prestarem a um exame capaz*”. O motivo do pedido poderia representar uma forma de comprovar o seu trabalho na função requerida, mesmo que sua nomeação tenha ocorrido em janeiro do referido ano do exame. De todo modo, não deixou de registrar a inspetoria observações quanto à educação regida pela professora.

Dona Maria Dina de Barros, apresentando como professora “*todos os requisitos exigidos pela lei*”, assim que entrou em exercício registrou junto à inspetoria o problema da não existência de arquivo e nem de mobília na escola, encontrando apenas dois pequenos livros de instrução. Como providência solicitou:

[...] o fornecimento de duas bancas, sendo uma de vinte palmos e outra de seis, doze tamboretos e quatro cadeiras de palha, quatro bancos e quatorze a deseseis palmos, escrivanias, quadros e louzas, visto como a aula esta supprida com mobilia pertencente a particulares, o que não convem continuar por mais tempo
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1886, CX 03).

Outra situação que por vezes poderia ocorrer referia-se à nomeação não ser seguida pelo juramento ou posse da candidata, sem contar os baixos vencimentos que não motivavam o exercício do magistério e dos enfrentamentos que exigiam as obrigações, como registrado pelo inspetor paroquial Honorato José de Almeida:

Communico a V.^a S.^a que está fixada a aula do sexo fimini no desta Cidade, ficando sem efeito a nomeação feita por mim para prefiçar a Dona Rosa Sousa, por não ter prestado juramento e tomado poce até esta data. Não indico outro nome para Profeçora, por que as senhoras que tem as abilitações nesseçarias não querem sujeitar-se á um limitado ordenado, ficando por isso pregidicada a mocidade.
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1885, CX 3)

Em vista das condições materiais, as escolas de Boa Vista ilustram as providências de particulares para o seu funcionamento, estes fazendo as vezes do governo do Estado no fornecimento da mobília. As denúncias e reclamações pela melhoria do espaço físico e mobiliário das escolas foram recorrentes por parte de professores, da Inspetoria e até de outros agentes públicos. Dourado (2010, p. 62) evidencia essa questão ao apontar as “denúncias”, entre outras reclamações que envolveram autoridades e órgãos locais quanto às condições das escolas públicas de Porto Imperial, o que reforçou a ideia da materialização do espaço da escola como resultado maior dos investimentos de agentes particulares e famílias na sua manutenção.

De todo modo, a descrição da deficiência do “prédio” ou do espaço de funcionamento da escola, traduziu um discurso da precariedade, primeiramente construída pelos professores e inspetores e reforçada nos relatórios provinciais pelo argumento da “falta”¹³⁶.

O apelo descritivo das situações do “lugar de escola” atendeu, por um lado, sua visibilidade, como exemplificado pela escola de meninos de Boa Vista:

[...] p^s é certo que contando já 49 alumnos matr.^{dos}, *a caza da escola tem som.^e 1 pequena sala, por forrar e assoalhar, dividida por paredes de palha de palmeira; inconven.^e este q. só se poderá remover, se V. Ex.^{ia}, sob princípios de just^a, merecer do Gov.^o Prov.^{al}, authorização para o aluguel de uma outra caza, q. não custará menos de 120\$000 r.^s annuaes, por ser esse o preço p^r que aqui se aluga uma ou outra melhor caza, e assim m.^{mo} com gr.^e difficult.^{es} pela escassez dellas [...]*

(AHG, TOCANTINÓPOLIS, CX 03, 1882, GRIFO NOSSO).

De acordo com as descrições apresentadas pelo professor Francisco Gonçalves Santiago, além das dificuldades de acomodação ao número de alunos, pareceu que ainda ao tempo dos anos de 1880 permaneceu o problema em conseguir um local adequado ao exercício das aulas em Boa Vista.

De outra parte, exemplos como esse sustentou a ideia difundida pela historiografia sobre a instrução pública nos Oitocentos como um tempo de “sombra”, sendo esta vista como “signo do vazio, do atraso e das trevas” (GONDRA, SHUELER, 2008, p. 13). Tal concepção que vigorou na historiografia muitas vezes impediu de se enxergar uma educação realizada sobre as possibilidades de agentes ou estratégias diversas, como ilustrado nos enfrentamentos das escolas pelos requerimentos e petições de professores e inspetores da educação do século XIX.

A explicação sobre um “tempo de sombra” da instrução pública sustentou-se no processo de descentralização provocada pelo Ato Adicional de 1834, mas que por sua vez não foi determinante no fracasso da escolarização. O surgimento de mecanismos diversos por parte das províncias em torno da escolarização, como da publicação de leis e regulamentos educacionais; a constituição de um aparato técnico ou de uma rede de poder entre os agentes diretamente envolvidos, por parte de professores e inspetores do ensino e até mesmo “a produção de dados estatísticos para conhecer e produzir representações sobre o próprio

¹³⁶ Sobre esta questão ver Barra (2008).

Estado” mostrou as formas criadas na viabilidade da instrução elementar no âmbito das províncias (GONDRA, SHUELER, 2008, p. 33).

Nessa perspectiva, em 1879, o Relatório Provincial alertava que, “apesar de haver em cada lugarejo uma escola, lamentável era o estado da instrução publica”, pois “se o problema da instrução ficasse resolvido com a criação de cadeiras em toda a parte, fácil seria resolvê-lo”. Ainda no mesmo documento, o Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado em 1878, foi possível visualizar o alcance da instrução pública na Província, comparada às demais do Império¹³⁷. De acordo com os dados, referendava o então presidente da Província as preciosas palavras do político Tavares Bastos, que assim proferiu na sua obra, *A Província*, escrita em 1870 e enfocada no relatório:

o mais digno objecto da cogitação dos brasileiros é, depois da emancipação do trabalho, a emancipação do espírito captivo da ignorancia. Sob o ponto de vista da própria instrucção elementar, (e não falemos do estudo das ciências) *o nosso povo não entrou ainda na orbita do mundo civilizado* (SPINOLA, 1879, p. 17, GRIFO DO AUTOR).

Para ampliar o entendimento do liberal político Tavares Bastos, a não frequência dos alunos atestava tal situação e, havendo escola, o ensino deveria ser obrigatório. Sobre esta questão acrescenta:

Em verdade, não pode deixar de ser obrigatório o ensino onde existe escola: nada mais justo que coagir, por meio de penas adequadas, os pais ou tutores negligentes, e sobretudo os que se obstinam em afastar os filhos e os pupilos do templo da infância” o ensino obrigatório é às vezes o único meio de mover pais e tutores remissos ao cumprimento de um dever sagrado. Nas cidades, por exemplo, onde haja escolas suficientes, como não sujeitá-los a multas, ou a trabalhos e prisão no caso de reincidência (BASTOS, 1937, p.224)

Exemplares os registros a respeito do que circundava no pensamento social do século XIX entre os benefícios da instrução e a “ignorância” do povo em não valorizá-la. Outro dado que respaldou o não alcance numérico das escolas residiu no discurso da pobreza, como obstáculo maior à frequência dos alunos. Aliado a situação de pobreza dos alunos e das famílias que não enviavam os filhos às escolas o discurso do Estado pelos representantes da

¹³⁷ A título de comparação, no quadro sobre o número das escolas existentes nas províncias nos anos de 1874, 1875 e 1876 registrou-se em Goiás 92, 106 e 105 escolas nos respectivos anos, enquanto, por exemplo, a província de Minas Gerais registrou 765, 837 e 774 escolas. No total do número de escolas existentes nas províncias os dados apontaram Mato Grosso com o menor número: 44 escolas; Amazonas: 59 escolas; Santa Catarina: 104 escolas e Goiás com 105 escolas. As demais províncias registraram dados superiores a 120 escolas.

Assembleia respaldava-se na recorrência dos adjetivos empregados quanto ao estado da instrução pública na Província. De “nada satisfatório, atrasado, desanimador, nada tem lisongero, péssimo, limitadíssimo” e outros consistiram o conjunto das atribuições proferidas, entre os anos de 1845 a 1880. A ressonância desse recurso foi uma forma de atenção entre o conjunto dos demais “objetos” dos relatórios, na medida em que os resultados apresentados pareciam não atender as expectativas.

Junto aos mecanismos de organização da escolarização pública vigoraram as tentativas sobre a definição do método de ensino, como bem salientou o presidente Alencastre (1862), na superação do método individual, cabendo aos professores “empregarem na aula o methodo de ensino simultaneo”. O mesmo seria proposto pelo Regulamento de 1869. Nessa lógica, pensar o método era “pensar na forma de organizar a escola” como forma de “racionalizar a ação pedagógica” (FARIA FILHO; RESENDE, 2001, p.102).

Quanto a essa questão, ilustrativa é uma passagem do relatório do professor de primeiras letras Feliciano Primo Jardim, apresentado ao presidente da Província sobre sua ida à Corte no Rio de Janeiro estudar o método de ler e escrever proposto pelo conselheiro Antonio Feliciano de Castilho ¹³⁸, destacando que:

[...] dos três methodos de ensino mais geralmente conhecidos, o individual, em que cada discípulo recebe as lições diretamente do Professor; o mutuo, em que os alumnos aprendem e ensinão mutuamente uns aos outros; e o simultâneo em que uma só lição explicada pelo próprio Professor, deve ser ouvida, e tem de servir para todos os escolares, este ultimo é o atualmente adoptado nas escolas desta Côrte, [...]

(AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1858, CX. 0123).

Embora reconheça que o método individual deixa de ser “proficuo”, e o método mútuo ¹³⁹ não atinge resultados vantajosos porque “os escolares” não têm capacidade suficiente de transmitir conhecimentos, de outra parte, ressalta que o simultâneo implicaria resolver o problema das constantes matrículas, uma vez que acarretava tempos diferenciados de aprendizagem ¹⁴⁰. Como solução, propõe o professor fixar uma época para a admissão da

¹³⁸ Método português de leitura repentina. A viagem realizada pelo professor Jardim não resultou no estudo consistente do método de Castilho, até porque o referido professor português já havia viajado, mas sim da apreciação às visitas nas escolas da Corte em observar os métodos de ensino ali aplicados, que denota o “modelo” da centralização para as províncias, como bem salientou Castanho (2001).

¹³⁹ A opção pelo método ou ensino mútuo foi proposta pela Lei de Instrução Primária do Império de 1827, no qual determinou que em “cada capital de província haverá uma Escola de Ensino Mútuo; e naquelas cidades, vilas e lugares mais populosos em que haja edificio público que se possa aplicar a este método” (VILELA, 1999, p. 150).

¹⁴⁰ Este detalhe pode ser conferido nos mapas de aulas, onde constam os registros dos alunos, entre os quais uma coluna destinada à matrícula e outra à frequência. Em um mapa demonstrativo da Inspeção Geral da Instrução

matrícula e, ao mesmo tempo, dividir uma mesma aula em “varios numeros de classes”, e os alunos que possuírem “capacidades especiais” poderão auxiliar o professor. Por certo, a associação dos métodos acabou resultando no que se denominou de método misto, entre o encerramento do individual e as dificuldades materiais e pedagógicas na operacionalização do método mútuo. Um desses obstáculos, como no caso de Goiás, residiu na necessária e ideal formação do professor em Escola Normal, ressaltada como fundamental por parte dos administradores da Província, na melhoria do ensino primário¹⁴¹, mas que tardou se instalar na Província.

Anexo ao relatório do professor Jardim acompanhava a relação dos objetos necessários “*para a pratica do método de leitura repentina*”, ou de Castilho, experimentado por oito (08) alunos e a relação dos utensílios para uma escola de ensino simultâneo, contendo duzentos (200) alunos. Da relação apontada sobre o método simultâneo, especificou-se a quantidade do material e os valores por unidade e pelo total necessário, compondo-se tanto de objetos para escrita, como dos livros de leitura, acrescido ao final da relação de uma estampa de Jesus Crucificado e um Retrato de Sua Majestade o Imperador¹⁴².

Não obstante, os dispêndios para aplicação do método simultâneo implicavam gastos por parte dos cofres provinciais, além de que a Província não dispunha de professores habilitados para aplicar a metodologia, prevalecendo, em alguns relatórios, o uso do método individual, com exceção da Capital, que fazia o uso do método simultâneo (ABREU, 2008).

Outro destaque referenciado pelo Relatório do presidente Alencastre, de 1862, deveu-se à atenção dada à viabilidade do material de ensino no que diz respeito aos livros e outros utensílios escolares. Como exemplo, no ano de 1858, houve um esforço por parte do governo em regularizar ou uniformizar os “*utensis*” a serem utilizados pelas escolas primárias. Da relação dos objetos, sua duração pelo quantitativo de alunos e o tempo de uso do material,

Pública na Província havia este cuidado de registrar nas escolas de ensino primário a totalidade das matrículas e da frequência. Um exemplo consta na capa de abertura de um dos documentos: “*4º Caderno para lançamento dos mappas de freqüência nas escolas de 1^{as} Letras da Provincia no corrente ano*” (AHG, Documentação Avulsa, 1888, Cx. 0379).

¹⁴¹ Destaca-se Vilela (1999, p. 158) que o ensino mútuo, ao se constituir uma experiência estrangeira, serviu como um dos fundamentos por parte do poder dos fluminenses (poder conservador) da possibilidade da disciplinarização da população, com base no princípio da hierarquia e ordem, em especial atrelado à centralização do poder, no período do Primeiro Reinado. Na leitura de Bastos (2010, p. 49), a proposição do método mútuo no Brasil restringiu as discussões políticas entre as vantagens e desvantagens de sua aplicação, todavia muitas foram as dificuldades de sua implantação, seja do domínio do método por parte dos professores como do material necessário para o seu desenvolvimento, o que não envidou o uso de “práticas e exercício escolares que preconizados foram apropriados de tal modo que, em alguma medida, ainda hoje se fazem presentes na escolas”.

¹⁴² AHG, Documentação Avulsa, 1858, Cx. 0123. Lembrando na relação os objetos representativos do poder do Estado e da Igreja no subsídio de sustentação à instrução e a ordem social.

bem como a quantidade por escola, demonstrou uma forma de racionalizar ou estabelecer o seu controle ¹⁴³. Um exemplo poder ser conferido na *Tabela* anexa ao ofício por parte da presidência quanto a relação dos utensílios assim descritos: “*papel almasso para cada dos meninos para um (1) anno; lapis, canivetes, reguas, lousas, tinta, tinteiros, coleção de traslado, Cartas de abc e sillabas, Compendios de Arithmetica, História do Brasil, Grammaticas, mappas do Brasil, ente outros, apresentado o quantitativo de alunos e anos de uso ou durabilidade.*

Como alerta, outro documento registrado pelo presidente Francisco Januário Cerqueira, no ano de 1859, dizia que:

Não serão distribuidos novos livros ao alunno que tiver permanecido na leitura Lelos por mais tempo do que o marcado para duração dos mesmos livros, senão no caso de que estes tenham sido mutilados ou perdidos contra cujos accidentes deve sempre se acautelar o professor.- Aquelles que no fim do anno acabarem as leituras de taes livros os entregarão ao professor, que d’elles dará contas não obstante a duração que lhe é marcada. Aprocedente disposição é applicavel á quaesquer outros utensis que permanecerem em bom estado alem da duração que orase lhe marca. Fação se as necessarias communicações
(AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1859, CX. 0128).

Os cuidados com o uso e conservação dos materiais de ensino implicavam diminuição dos custos elevados aos cofres provinciais, sem contar os provimentos¹⁴⁴ da Corte para atendimento aos “alunos pobres”. A distribuição dos compêndios e livros deveria demonstrar a importância das localidades e atender à população das escolas, a qual se aplicaria com “*uniformidade, para que não se dê nas escolas confusão de compêndios e diversidade de systemas, o que de certo leva confusão ao ensino, e diffulta o mestre no cumprimento de seus deveres escolares*”¹⁴⁵.

Neste aspecto, mereceu destaque a condição particular das escolas do norte da Província, ou do extremo norte, com relação aos materiais de ensino. No ano de 1858, sinalizava a Inspeção Geral a preocupação com a compra de papel e envio de maior quantidade para as escolas do norte “*por quanto ali opapel se vende pelo dobro do que custa nesta Capital ou vias povoações do Sul*”¹⁴⁶.

¹⁴³ AHG, Documentação Avulsa, 1859, Cx. 0123.

¹⁴⁴ Os provimentos e auxílios eram garantidos pelo § 4º do artigo da lei nº 930 de 26 de setembro de 1857, no qual muitas províncias dependiam para as necessidades do ensino primário, seja na criação de novas cadeiras como ainda pela elevação dos vencimentos dos professores.

¹⁴⁵ AHG, Documentação Avulsa, 1862, Cx. 0144.

¹⁴⁶ AHG, Documentação Manuscrita, 1858, Livro 0402.

No ano de 1864, o inspetor Ignácio Joaquim Cortes acusou o recebimento do officio que tratou da Resolução da Presidência e assim registrou que:

a Directoria das Rendas Provinciaes mandasse prestar no corrente exercicio aos Profesçores d'esta Cidade a quantia de 42\$ réis para fornecimento de papel, tinta e penas aos meninos pobres, sendo 24\$ réis a escola do sexo masculino e 18\$ réis para a do femenino, e a ambos os Professores fis conhecer
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1864, CX 1).

Todavia, a medida pareceu não atender as necessidades como bem conferiu o requerimento encaminhado pela professora Anna Joaquina da Luz, professora efetiva das aulas do sexo feminino de Boa Vista, no ano de 1868. A reclamação pela aquisição dos materiais residiu no problema dos preços e no baixo valor da gratificação anual conferida aos professores. Assim se expressou a professora à inspetoria paroquial:

Hé doneo(?) levar ao conhecimento de V.S.^a para fazer chegar ao do Exm.^o Senr.^o Presidente da Provincia a necessidade de melhoramento de utensilios para as alunas que leciono na Aula a meu cargo. É taxado a gratificação de quinze mil reis annuaes para compra de utensilios, mas, Senr.^o esta quantia he inteiramente diminuta ainda que as alunas fosse somente de sezeis porem V Ex.^a sabe perfeitamente que a Aula he frequentada por vinte e sete como consta do respectivo mappa eq. destas já escrevem de sezeis, *ora o papel, tinta e penas e lapas-cartilhas compêndios trasladados emprezados, e tinteiros vendem se tudo por preços exorbitantes* como V.S.^a não ignora e que por isso ainda trinta mil reis aos meses não compensa as despesas [sic]
(AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA; 1868 CX 184, GRIFO NOSSO).

No respaldo ao trabalho da professora assinalou a inspetoria em nome de João Antonio Pinto a valorização do documento e da veracidade das condições requeridas ao funcionamento da escola, e que pelo desempenho da professora, esta deveria merecer o pagamento diante de outro empregado público:

Nesta data a Professora Publica desta Cidade me entregou aberto o officio para indereçar a V.S.^a com a minha informação passo a fazer do segmento: parece-me de justiça que a referida Professora seja attendida no argumento da gratificação que a beneficio da Instrução Publica reclama em seu officio, por que tendo visitado a Aula de meninas a seu cargo acompanhado do Juiz Municipal Suplente em exercicio desta Cidade verifiquei ser verdade tudo quanto a dita Professora menciona, *sendo para desejar a mesma Professora fosse paga de preferêcia a outro qual quer Impregado Publico pela Colletoria desta Cidade tanto não haver nenhum mais exacto e zeloso no cumprimento dos seus deveres*, como porque ella sem esses vencimentos não poderá sustentar a Aula com o aproveitamento que ate o presente tem tido suas Alumnas
(AHG, DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1868, CX 0184, GRIFO NOSSO).

Anos posteriores, o recebimento por parte da inspetoria apareceu em alguns ofícios como de 1875, acusando o material composto “*dos livros de leitura, e gramaticas portuguezas para as aulas de primeiras letras do sexo masculino e femenino*” o qual fez entregar aos Professores ¹⁴⁷ sem referências às gratificações, o que se infere que estas eram computadas junto aos vencimento das aulas.

Dadas as condições entre a administração geral da instrução pública e o universo particular dos lugares de escolas, isto não impediu por vezes conflitos entre as medidas legislativas, como do desconhecimento da realidade das escolas por parte da inspetoria. Como exemplo, temos a tentativa da descentralização das obrigações do governo provincial sobre a demanda do ensino primário, que foi proposto pela presidência de 1862 atribuindo às Câmaras Municipais a compra e o fornecimento dos dispêndios de tinta, papel e pincel para os alunos pobres. No ano seguinte, o Ato foi visto como “*attentatorio*” quanto às atribuições da Assembleia e o então presidente declarou “*nullo e de nenhum effeito*”¹⁴⁸. Na inspetoria de Boa Vista sob a responsabilidade de João Antonio Pinto registrou o recebimento do ofício sobre a nulidade do pedido. ¹⁴⁹

Os pontos tratados pelo Relatório de 1862 serviram de referência às demandas da instrução primária, ao mesmo tempo em que traduziram um cenário de inserção do Estado no espaço social às condições materiais das populações naquele período histórico. Por outro lado, este universo de ajustes e “necessidades” propostos nos registros oficiais, traduziu percepções do “mundo social” e de sua representação. Nesta leitura, a instrução pública exprimiu os sentidos e até mesmo as suas indeterminações de um objeto social ainda em “preenchimento”, como produto de uma pluralidade de visões, seja entre os agentes políticos da Província, seja nos efeitos dos registros das aulas. Por esse viés, a instrução pelo “Governo do Estado” ou pela operação dos “lugares de escola” postulou na prática a construção de outras categorias de percepção do mundo social como parte constitutiva de um jogo político, ou de relações de força em composição.

3.3 Mapas de aula: *grao de instrucção, aproveitamento, moralidade dos alunnos*

Com sua elevação à categoria de cidade no ano de 1858, Boa Vista ampliou sua visibilidade na Província no que tange à organização político-administrativa. Para o

¹⁴⁷ AHG, Tocantinópolis, 1875, Cx 3.

¹⁴⁸ AHG, Documentação Avulsa, 1862, Cx. 0144.

¹⁴⁹ AHG, Documentação Avulsa, 1863, Cx. 0150.

respectivo ano, a cidade contabilizou um total de 2.566 habitantes livres e de 182 escravos, faltando os registros concernentes ao número de batizados, óbitos e casamentos que não foram enviados pela paróquia. No ano de 1862, o número de pessoas livres se elevou para 3.122, permanecendo igual o número de escravos.

Quanto às informações da instrução primária, no relatório de 1852, aparece como povoação pertencente à Comarca de Carolina, totalizando na época 76 alunos do sexo masculino. Semelhante número de alunos registrou-se num mapa demonstrativo dos “lugares das aulas” da Província para o ano de 1856, quando já ocupava a posição de comarca¹⁵⁰. Boa Vista, neste documento, aparece superada somente pela Capital, que contabilizou para a Cidade de Goiás 270 alunos do sexo masculino. Em relação às vilas e cidades do norte de Goiás, Boa Vista destacou-se pelo número de alunos, como ilustrado no quadro a seguir:

Quadro 6 – Lugares de Aulas no Norte de Goiás – 1855

Municípios	Nº das aulas	Lugares das aulas		Nº dos Alunos		Observações
		Sexo masculino	Sexo Feminino	Do sexo masculino	Do sexo feminino	
Cavalcante	1	Cavalcante		50		
	2º		Cavalcante		24	
Flores	1º	Flores		48		
	2º		Flores	-	-	Criada pela lei nº 10 de 23 de novembro de 1855
Arraias	1	Arraias		64		
São Domingos	1	São Domingos		61		
Taguatinga	1	Taguatinga		23		
Palma	1	Palma				Vaga
Conceição	1	Conceição		24		
Natividade	1	Natividade		57		
Porto Imperial	1	Porto Imperial		28		
Boa Vista	1	Boa Vista		76		

Fonte: CUNHA (1856)
(quadro elaborado pela autora).

¹⁵⁰ O considerável número de alunos gerou dúvidas quanto à totalidade ser toda atribuída a Boa Vista, em razão de que não se localizaram registros do período, como mapas de aulas ou outros documentos. De todo modo, o mesmo dado foi apontado no ano de 1851, quando Boa Vista era ainda distrito de Carolina, tornando a ser reproduzido no ano de 1856 e 1858, inferindo-se ser também da vila de Carolina.

A escola de sexo masculino manteve sua atividade ao longo do século XIX e nos primeiros anos da República, registrando, no conjunto da documentação, parte de uma história intrínseca aos agentes e grupos que se constituíram em seu entorno. Assim, como um “lugar de escola” à situação de quase “uma escola sem lugar” nos anos das “revoluções” políticas, a instrução primária percorreu a história de Boa Vista, e como parte desta revelou suas necessidades, contradições e instabilidades de uma localidade no extremo norte de Goiás.

O funcionamento da escola de sexo feminino, a partir do ano de 1861, fortalecido com a obrigatoriedade da instrução pública pelo Ato de 1862, ampliou os registros produzidos entre as inspetorias. Outros setores na estrutura administrativa foram se constituindo, como a instalação da Recebedoria e da Coletoria, paralelo à aprovação dos Códigos de Posturas, na organização do espaço público e nas medidas de civilidade.

O quantitativo de alunos sofria constante alteração, seja na frequência dos meses, seja entre os anos, uma vez que a matrícula era aberta de janeiro a dezembro, inclusive servindo como um fator de “diagnóstico” nos mapas, identificado como “*grao de instrucção na época da matricula*”, ou “*grao de instrucção na actualidade*”, conforme verificado nos mapas de 1864. Mediante a resposta do professor no preenchimento dos dados, verificava-se o aproveitamento ou não do aluno para os conteúdos aplicados, e a frequência no mês ou no trimestre.

Quanto ao registro da frequência, esta poderia ser verificada pelos mapas ou em ocasiões de visitas da inspetoria, que na oportunidade também apresentava outras necessidades da escola, como na observação do inspetor paroquial João Rodrigues de Azevedo, no ano de 1859:

[...] não hove frequencia de alumnos na aula, por falta de professor, e todas as circumsptancias havidas em relação a este ramo do serviço Publico [...] frequentão a aula 36 alumnos e destes leem, e escrevem o numero de 9, nessesita alguns compendios de doutrina Christã p.^a a dita aula e assim m.^s ordens p.^a se mandarem fazer alguns quadros, afim de se empregar nelles os traslados que forem proprios p.^a a leitura e d'esta arte se economizará o papel: pelos tempos que não tem havido aula, e m.^{mo} pelas frequentes mudanças de Professores, fazem com que não se possa apresentar um quadro regular do estado da instrucção primaria nesta Cidade, p.^m espero que de ora em diante fique V. S.^a saptisfeito [...]
(AHG,TOCANTINÓPOLIS, 1859, CX 1).

Através dos mapas de aulas, propostos pelos Regulamentos da Instrução Pública na Província, as atividades do ensino traduziram-se nos registros dos alunos no que tange às informações básicas de nome, idade, filiação, procedência, grau de instrução na época da

matrícula, frequência, aproveitamento, moralidade, entre outras observações, conforme os modelos estabelecidos¹⁵¹. A produção dos mapas atendeu à temporalidade dos registros na forma de mapas mensal, trimestral ou até mesmo semestral, produzido no início do século XX, sendo em sua maior parte confeccionados manualmente.

Neste aspecto, cabe destacar que a confecção dos mapas incidia numa produção trabalhosa por parte do professor e a depender do número de alunos exigia habilidade e atenção no preenchimento das informações, como no manuseio do tamanho do papel, chegando a ocupar até um metro e meio de comprimento. É comum, inclusive, a recorrência ao uso das aspas ou da palavra *idem* em informação semelhante, como forma de abreviar tão longo registro, como da economia do papel. Este dado soma-se ao que se destacou anteriormente quanto à responsabilidade da função ou das relações de trabalho do professor sob o controle do Estado, pois além dos quesitos da moralidade, do exame para nomeação, fora o baixo salário, ainda teria que atestar o professor sua frequência para recebimento dos vencimentos. E a prova do exercício materializava-se na construção e entrega dos mapas de aulas à inspetoria de ensino, inclusive mediante “modelos” quando eram indicados.

Assim, os modelos estipulados pelos Regulamentos solicitavam uma padronização dos registros, acompanhados das observações da inspetoria paroquial, encarregada pela supervisão e envio dos mesmos. No Regulamento de 1869, por exemplo, entre as observações apontadas pela inspetoria deveriam constar as condições higiênicas dos “edifícios”, o estado dos utensílios e mobílias, o “juízo sobre o professor”, e o dia em que visitou a escola (ver Anexos).

Os primeiros mapas de aulas trimestrais de Boa Vista datam dos anos de 1864 e 1865, contendo informações singulares como o *grao de moralidade*, *inteligência* e aplicação dos alunos e alunas, indicadas como “tem”, “tem pouca” ou “não tem”, prevalecendo nos demais anos apenas a avaliação sobre a moralidade, como “boa”. Semelhante registro foi verificado no item do *aproveitamento*, sempre reduzido a “nenhum”, “pouco” ou “bom”, indicado pelo professor, seja nos procedimentos da leitura, escrita, cartas de nomes, ou diminuir, somar, juro, até o uso dos 1º, 2º ou 3º livros de leitura. Para Veiga (2005, p. 93), as observações descritas nos mapas recaiam no significado que poderiam ter para a família e a criança, que passava “a ter parte de sua identidade produzida por um outro, o Estado e o professor”.

¹⁵¹ Um exemplo diferenciado de informações pode ser verificado nos mapas da província de Minas Gerais em que constava a condição jurídica, como filho, exposto ou órfão na coluna filiação. Ver Veiga (2005).

Como forma de registro, os mapas de aula trimestral eram divididos pelo professor ou professora na forma de “salas de aulas”, ou numa “multiplicidade organizada” (ABREU, 2008), na medida em que a aula passava a ser composta de “várias classes”, no que se refere à leitura, à escrita, ao cálculo e à doutrina religiosa. Essa divisão apontada nos mapas de aulas de Boa Vista atendeu a organização em mapas trimestrais e mensais. Um exemplo pode ser observado entre os mapas da escola do sexo masculino dos anos de 1864 e 1885.

O preenchimento das informações, quanto ao aproveitamento dos alunos, no mapa trimestral de 1864, procurou atender a escrita, a leitura e as operações de cálculo. No quantitativo de 18 alunos, eram distribuídos os conteúdos e o número de alunos correspondentes: lê escreve e soma bastardo (06 alunos); lê e escreve e multiplica (01 aluno); lê e escreve ABC (05 alunos); lê e escreve bastardo e diminui (01 aluno); lê e escreve bastardo (03 alunos); lê sílabas (01 aluno); lê cartas de nomes (01 aluno). No ano de 1885, as informações no mapa mensal reduziram-se na coluna do aproveitamento apenas em “bom” ou “nenhum”, para as matérias como: repartir, multiplicar, diminuir, somar, juros, rateio, frações. Semelhante indicativo repetiu-se num mapa sobre o “catechismo”, constando apenas a designação de “bom” no aproveitamento ¹⁵².

Um exemplo do aproveitamento registrado no mapa trimestral da escola de sexo feminino entre os meses de maio a julho de 1864 pode ser observado na relação entre o “*graó de instrucção na epoca da matricula*”, ocorrida em sua maior parte nos meses de fevereiro, março e abril ao “*graó de instrucção na atualidade*”. Dos registros da época da matrícula, constaram como conhecimento adquirido pelas alunas o domínio das sílabas (03 alunas) e do abc (12 alunas). Sobre o aproveitamento registrou a professora Ana Joaquina da Luz o alcance dos alunos com relação a: escrita (05 alunas); sílabas (05 alunas); cartas de nomes (03 alunas); e por fim, o abc (02 alunas). Do total, em três meses, apenas duas alunas mostraram que permaneceram no mesmo grau de conhecimento registrado na época da matrícula ¹⁵³.

Essa mudança no dispositivo escolar revelou a “tecnicização do instrumento”, quando se buscou conferir a visibilidade de cada indivíduo nas categorias pedagógicas, e nesse processo, a especificidade da instituição escolar fortaleceu-se na transmissão da instrução elementar e na garantia da educação moral (GOUVEIA, 2008, p. 213).

Na sucessão dos anos, as alterações nos registros dos mapas evidenciaram o “progresso” na matéria e na complexidade do conhecimento, bem como na mudança da idade

¹⁵² AHG, Tocantinópolis, 1864, Cx.1; Cx. 1885, 3.

¹⁵³ AHG, Tocantinópolis, 1864, Cx. 1.

dos alunos. No ano de 1890, por exemplo, os alunos registrados num mapa mensal, tinham como ensino os seguintes indicativos: Geografia (03 alunos), Tesouro de meninos (01), 1º Livro de leitura (16 alunos); 2º Livro de leitura (07 alunos); 3º Livro de leitura (02 alunos), e no aproveitamento indicado o registro de “bom” ou “pouco” para cada um¹⁵⁴. Nesta etapa, os livros de leitura funcionaram como manuscritos que poderiam ser redigidos pelo próprio mestre-escola ou compor uma coletânea de manuscritos publicados com a finalidade de serem instrumentos de leitura dos alunos (INÁCIO, 2005)¹⁵⁵. Anos anteriores, em 1880, constou nos registros da inspetoria de Boa Vista, o envio por parte da inspetoria geral, a seguinte informação:

recebi os 12 exemplares dos seguintes opusculos: Os Luziadas [ilegível] ou elemento de Geometria pratica e pequeno tratado de leitura, para uso da escola sobre minha expecção (AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1880, CX3).

Igualmente, vale destacar que para além do mapa de aulas, a escola e o professor se representaram também no uso e conhecimento dos materiais de leitura e escrita, oferecidos aos alunos como superação das etapas que envolviam cartilhas, cartas de nomes, cartas de sílabas, ABC, entre outras denominações, para num segundo momento atingir o manuseio dos 1º ao 3º livros.

Para Frade (2010, p.276) as cartas de ABC ou silabários não foram desconhecidos pelos espaços domésticos, e por possuírem uma transmissão muito simples, e previsível prolongaram-se para além do tempo e do espaço da escola como material de uso na leitura. Informa a autora que, embora o uso de livros¹⁵⁶ já circulassem no final do século XIX como uma forma de romper a tradição dos silabários e cartas de ABC, a palavra “silabário” perdurou apresentando mais de um sentido, seja um tipo de livro; uma tabela ou um conjunto de tabelas com séries silábicas variadas, apresentadas no interior das páginas de um livro; e por fim um método para alfabetizar, podendo até designar folhas soltas – possivelmente

¹⁵⁴ AHG, Tocantinópolis, 1890, Cx 05.

¹⁵⁵ Segundo a autora, o Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Livros comporiam a coletânea de livros escrita por Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, logo depois da proclamação da República, na medida em que aspectos da obra demonstraram que a mesma foi elaborada seguindo os pressupostos articulados pela elite brasileira, que pretendia, em sua “política nacional de educação”, articular, através de um projeto, um “receituário” que garantisse a “formação da nacionalidade”.

¹⁵⁶ Segundo a autora, os prefácios dos livros denominados “Primeiros livros de leitura” um produzido por Abílio César Borges (1867) e outro por Felisberto de Carvalho (1926) que houve menção aos silabários, ora como um tipo de ensino a ser superado, em função da ausência de sentido (Abílio); ora como material a ser criticado; ora como material a ser utilizado antes de os iniciantes fazerem uso dos primeiros livros de leitura (Felisberto de Carvalho) (FRADE, 2010, p. 276).

cartonadas – chamadas “cartas de sílabas”. Estas questões ilustram um pouco do que “escondiam” os mapas de aulas na longa lista dos trabalhosos registros apropriados pelos professores, autorizados a avaliar o aproveitamento dos alunos, ao mesmo inferir a circulação destes e outros materiais alternativos na contribuição ao “*graó de instrucção*” quando da matrícula dos alunos na escola. Ao final no caminho percorrido entre os “silabários” e os livros pondera a autora

De maneira geral, constata-se que os modelos de livros que começam a surgir no final do século XIX vão negar esses silabários. A pesquisa dos novos modelos de livros que os sucederam permitirá verificar a produção de outros dispositivos para colocar o ensino da escrita nas páginas dos livros e também para verificar os efeitos da escola, que vai se tornando, progressivamente, a guardiã das formas de transmissão da cultura escrita (FRADE, 2010, p. 279).

O certificado de aprovação era exibido como termos de exames emitidos pela inspetoria que comprovavam a função social da escola na racionalização do conhecimento aplicado. De acordo com o Regulamento de 1869, os exames deveriam ocorrer entre os dias 10 a 20 de Dezembro, sendo presididos pelo inspetor paroquial e duas pessoas habilitadas nomeadas por este; ao final, os resultados eram registrados pelo professor em livro próprio, e emitido à Inspetoria Geral.

O mérito e ressalva ao aproveitamento do aluno tinham como pressuposto a formação do indivíduo no cumprimento ritualizado pela escola, e em favor do conhecimento e da civilidade, assim como estipulado pelo Regulamento de 1887, que indicava que “*haverá 3 grãos de aprovação: simples, plena e com distincção*”, sendo o resultado lavrado em ata e enviado junto com as provas escritas ao presidente da Província, “*afim de ter lugar a nomeação*”. O diferencial nos termos de exames para as meninas constava “*dar o seu juizo sobre os trabalhos d’agulha*”.

Um exemplo da valorização do mérito e da relação da escola na formação de um quadro político e social pode ser observado nas ressalvas do termo de exame emitido pelo inspetor paroquial Honorato José de Almeida aos trinta alunos presentes, no ano de 1879. No julgo da comissão organizadora, por unanimidade atribuiu que “*o alunno Augusto de Salles Maciel Perna, mostrava a phdão [sic] em quase todas as materias do encino primário*”, sendo seguido de outros, como os alunos José Francisco Caruncho, Miguel Olimpio Cortes,

Deonel José de Sousa, Antonio Bento da Silva Oliveira e Henrique Accacio de Figueiredo, reconhecidos pela comissão ¹⁵⁷.

De outro lado, a referência ao aluno Augusto de Salles Maciel Perna alude à composição social das famílias e sua representação no poder político de Boa Vista, no contexto dos anos de 1880, período em que seu irmão Francisco de Sales Maciel Perna exercia o cargo de intendente municipal e que nos anos 90 combateu as forças políticas da “família Germano”, representada pelo coronel maranhense de Caxias, Carlos Gomes Leitão.

Dos nomes referendados pelo termo de exame, Augusto Salles Maciel Perna tornou-se fazendeiro ¹⁵⁸ e exerceu a função de escrivão da Coletoria de Rendas, no ano de 1886 a 1888, e na carreira política foi deputado estadual na 3ª Legislatura de 1898 a 1900 (CAMPOS; DUARTE, 1998). Henrique Acácio de Figueiredo, aluno que recebeu o termo de exame, fora registrado nos mapas de aulas nos anos de 1864 e 1865; era irmão de Francisco e Antonio Acácio de Figueiredo, também alunos da escola de sexo masculino. Ambos eram filhos de Faustino Acácio de Figueiredo, proprietário e administrador da cidade no ano de 1876. Quanto à emissão do termo de exames da escola de meninas, não se localizaram na documentação do município registros que apontassem sua aplicação sobre as alunas.

O pequeno quantitativo de alunos, ressaltado pela comissão de avaliação, não significava a reprovação dos demais, mas a prática da meritocracia de alguns engendrava o reconhecimento da formação do indivíduo e da função da escola. Um exemplo desse tipo de registro pode ser conferido nos termos de exame da Vila de Arraías, emitido no ano de 1865, assim descritos: “*Approvado plenam^{te}. em escripta e soffrivelm^{te}. de grammatica nacional; ou Approvado simplesm^{te}. em leitura, escripta e soffrivelm^{te}. em contabilidade*” e até mesmo “*Fes mao o exame*”¹⁵⁹. Esta verbalização e outras formas avaliativas caracterizaram a produção de uma “escrita disciplinar” (GOUVEIA, 2008), entre outros dispositivos, nas leituras apreendidas pelos agentes da educação a se sedimentar e materializar nos mapas de aulas. Ainda como parte do processo da tradição pedagógica moderna, no século XIX, a meritocracia ressaltou a distinção, tanto evidenciada num âmbito restrito nos livros de matrícula para fiscalização da Presidência da Província, como se tornava mais difundida com os exames públicos (JINZENJI, 2010, p. 190).

Entre as informações e a operacionalização dos mapas, um conjunto de outros fatores incidiu sobre sua regularidade, num cenário de instabilidades do emprego, marcado muitas

¹⁵⁷ AHG, Tocantinópolis, 1880, Cx. 03.

¹⁵⁸ AHG, Documentação Avulsa, 1892, Cx. 422; 1893 Cx. 436.

¹⁵⁹ AHG, Documentação Avulsa, 1865, Cx. 01163.

vezes na construção de estratégias diversas, como da falsificação das informações para aquisição dos vencimentos dos professores, ou do impedimento no fechamento das escolas. Segundo Bretas (1991, p. 344), nem sempre os mapas refletiram a realidade das escolas na Província de Goiás, e a depender da relação com a inspetoria a convivência das informações incidia no grau de amizade ou parentesco com o professor. Situação semelhante repetiu-se nos mapas da Província de Minas Gerais, embora o “drible” que os professores e funcionários da instrução davam na lei não passava despercebido ao governo, apenas ele não encontrava um meio eficaz de controlá-los (FARIA FILHO, 2001, p. 92).

De todo modo, a “ausência” dos mapas de aula em determinados períodos acabou por ser preenchido pelos ofícios, como no caso de Boa Vista, em que constou a informação de sua entrega por parte dos professores aos inspetores, ou estes registraram o envio dos mesmos para Inspetoria Geral. Esta situação, marcada pela irregularidade dos documentos pareceu comum, primeiro em virtude de desvio ou perda dos materiais, nem sempre arquivados, ou da morosidade do correio, que de Boa Vista à Capital perdurava em torno de um mês¹⁶⁰.

Pelo cumprimento estabelecido na relação entre o emprego e o vencimento do professor, mediante a frequência dos alunos e a manutenção da escola, os mapas de aulas cumpriram a base de sustentação do ensino primário. Além desse dispositivo “regulador” da escola e da moralização do indivíduo, pode traduzir na sua materialização a composição social das famílias, das gerações e da credibilidade da escola como espaço convergente da dinâmica social dos lugares.

Em Boa Vista, a vigência de nomes representativos nos mapas puderam conferir os “indícios” do poder político, desenhado na distribuição dos filhos e filhas nas escolas, como de nomes semelhantes ou de parentescos em outros cargos públicos da cidade. Ao mesmo tempo, a diversidade de outros nomes, entre alunos e famílias que não se destacaram nos registros administrativos ou cargos públicos, compunham a população livre e das camadas populares da cidade. Por outro lado, o quadro populacional e a extensão territorial que ocupava a Comarca, a existência de duas escolas apenas atenderia um ínfimo número de alunos da população do núcleo urbano, reforçando uma representação agregado a um poder simbólico traduzido pelo restrito acesso ao lugar da casa-escola ou prédio. Outros distritos,

¹⁶⁰ Registram-se no período indicado apenas duas linhas de correio na Província: um da Capital para o sul; a qual termina na cidade de Catalão, e outra para o norte tendo por ponto extremo a cidade da Boa vista. Os correios da primeira chegam e partem da Capital de cinco em cinco dias, e os da segunda de mês em mês (CERQUEIRA, 1859, p. 69).

como São Vicente do Araguaia (atual Araguatins) e Santo da Cachoeira (atual Itaguatins), passariam a ter escolas somente no final dos anos de 1890.

Sobre essa questão, pode-se inferir que as precárias condições da escola, ou da população “indigente”, assinalada pelo professor Benedito Marques, não deixou de caracterizar a escola primária como escola a serviço dos pequenos grupos ou de uma camada social mais abastada ou “elitizada”. Tomando novamente como referência as escolas de Porto Imperial, pode-se dizer que a estas couberam atender as famílias de expressão política e representativa no município. Como exemplo, no ano de 1871, quatro alunos ocuparam cargos na educação, como professor ou inspetor de ensino e, posteriormente, desempenharam o cargo eletivo de deputado estadual, intendente municipal ou vereador (DOURADO, 2010, 64) ¹⁶¹. Comparado a Boa Vista, esse desdobramento social e político não repercutiu na composição de um número significativo a ocupar cargos legislativos ou funções na educação. Apenas figurou o aluno Augusto de Sales Maciel Perna como deputado estadual (1898-1900) e do aluno Malachias Alves Cavalcante que foi professor da escola de meninos no ano de 1899.

Diferentemente da escola dos tempos narrados por Carlota Carvalho, a formar líderes políticos para atuarem nas lutas do sul maranhense e região, a escola de Boa Vista no tempo da República não alcançou quadros expressivos no âmbito do poder legislativo ou executivo na província. Todavia traduziu no seu interior outras apropriações manifestas nas lutas entre grupos e coronéis, fazendo e refazendo-se nas contendas do social. Espaço destinado às letras, aos números e aos princípios da moral religiosa, a escola também representou relação de força, manifesta de tensões entre professores e a inspetoria de ensino, ou de conciliações entre familiares e interessados na providência dos mobiliários para o seu funcionamento. Nesta operacionalização na medida das necessidades pôde servir até como *lugar* de luta, ou simplesmente ser o quartel da “revolução” de 1892.

¹⁶¹ Sobre este assunto ver a tese de Dourado (2010) na qual apresenta quadros diversos da relação da educação e dos cargos públicos na cidade de Porto Imperial (atual Porto Nacional) no período de 1838 a 1930.

4. EM TEMPO DE *REVOLUÇÃO*: *NEGÓCIOS* E *LUGAR DE ESCOLA* EM BOA VISTA DO TOCANTINS

Os “negócios” ou as “mixórdias” de Boa Vista, termos atribuídos pelo poder do Estado aos conflitos políticos ocorridos respectivamente nos anos 60 e 90 do século XIX representaram o sentido com que a distante cidade e Comarca de Goiás pôde ser lida pelos registros do Governo.

O agravo da distância e a proximidade histórica de conflitos na fronteira com o sul do Maranhão conferiram à Boa Vista um espaço social marcado por episódios que se traduziram na composição de forças políticas diferenciadas. Todavia, se lidos assim pelo Governo o que será que expressaram os “negócios” e as “mixórdias” do ponto de vista social, da representação da distância e das fronteiras no processo dos ajustes a realidade em questão? E deste contexto, em que medida as escolas absorveram as tensões e tramas instaladas no tocante às famílias e aos agentes da instrução primária?

Com o advento da República e dos ideais fomentados pelo liberalismo, a diferenciação política acentuou-se no poder do coronelismo via os partidos políticos, como o da visibilidade da Igreja pelas ordens religiosas, em disputa pelo espaço no cenário político republicano, expressas em Goiás pelos missionários dominicanos. Em cena, estas relações de forças representaram para o âmbito do município perspectivas de mudanças ou de manutenção da ordem conservadora, demarcando para a cidade e região de Boa Vista, os legados de uma luta política, na percepção de um “mundo social” em questão (BOURDIEU, 2007) ¹⁶².

Com base neste cenário, desenvolvemos este capítulo, que tem por objetivo evidenciar o processo político instaurado pelas relações de força divergentes que pautaram-se na constituição de um poder privado e patrimonialista de bases históricas no município e o poder público expresso no exercício dos cargos, entre os quais ocupado pela mediação da escola. E neste aspecto, aproximar as potencialidades de um *lugar de escola* que, constitutivo da formação social em questão apresentou ao “tempo da revolução” e das tensões sociais as

¹⁶² Na concepção de Bourdieu (2007, p. 142), o conhecimento do mundo social ou as categorias que o tornam possível passam por excelência “em jogo na luta política ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo”.

formas de confluência e equilíbrio às relações de interdependência, o que lhe conferiu um espaço representativo das forças em questão.

Veríamos que, embora as desordens políticas internas no âmbito do “localismo”¹⁶³ representado por Boa Vista tenham provocado demandas administrativas por parte do Governo quanto a garantia da segurança e da tranquilidade pública, e até mesmo das implicações às intrigas de fronteira com o Maranhão, de outra parte serviu-se o poder do Estado da mediação dos coronéis à sustentação do Governo republicano, sobretudo em fins do século XIX.

Em que pese as especificidades sobre o fenômeno do coronelismo e das particularidades que requereram a compreensão de sua manifestação na relação entre os poderes público e privado, como das localidades de ocorrência (LEAL, 1997, p. 40)¹⁶⁴ buscamos na história de Boa Vista as interpretações que traduziram os “negócios” e as “mixórdias” como parte das tensões e relações de força das famílias instaladas ainda nos primórdios do século XIX, fomentando como expressão política a própria figura dos coronéis. Embora esta questão não seja foco de discussão, não se perdeu de vista o contexto com que as imbricadas relações sociais não se dissociavam da operacionalização dos interesses e acordos estabelecidos, ou do entendimento que as representações do poder foram gestadas na construção das relações de dependência e interdependências cada vez mais sedimentadas (ELIAS, 1994).

Da condição de povoação à elevação de cidade, Boa Vista viu surgir os estabelecimentos de fazendeiros ou de proprietários como *criador* ou *negociante* nas decisões políticas do município. No processo de representação política das famílias e da formação das oligarquias na região, o exercício dos cargos administrativos e por nomeação expressou as negociações entre o serviço público e os interesses privados. Nesta base de relação entre as instâncias do poder local e o poder provincial, e das mediações pela manutenção dos interesses sedimentaram-se os processos de representação política, que entre o rol de patentes oficiais da Guarda Nacional, ao coronel coube o cargo mais elevado (CARVALHO, 2005, p. 145).

¹⁶³ Segundo Reis (2007, p. 21) o localismo expressou a trincheira do exercício do poder privado tendo como figura chave o coronel na relação com o poder, em especial, no período da República Velha, momento tradicionalmente reconhecido como o apogeu dos coronéis e das oligarquias na política nacional.

¹⁶⁴ Sobre esta questão salienta o autor que o “coronelismo” não é um fenômeno simples, uma vez que envolve um complexo de características da política municipal dadas as peculiaridades locais de sua manifestação (LEAL, 1997, p. 39). Sobre o assunto e sua manifestação em Goiás ver PALACIN (1990); CAMPOS (2003); CHAUL (1998).

Seja das famílias do Goiás ou do Maranhão, os intendentess e coronéis de Boa Vista foram gestados no campo das desordens políticas internas, ou dos *negócios*, conforme atribuiu o Governo. Todavia, a visibilidade da representação política do coronel na região, no que tange as relações de compromisso com o Governo, ocorreria somente nos anos iniciais da República, justamente no período das negociações com o desencadeamento da primeira “revolução” de 1892, em Boa Vista.

Como parte deste processo de instabilidades e irregularidades, a ressonância ao tempo das escolas não passou despercebido pelos registros da instrução primária. Pode-se dizer que a escola representou espaço de articulação e força, e porque não de sociabilidade daquela realidade social, na medida em que agregou em seu entorno representantes e familiares de diferentes dissidências políticas, entre outras camadas da população. De todo modo, entre o cumprimento da moralidade e dos princípios postulado pela instrução primária, outras demandas de um tempo em desordem permitiram observar em determinados períodos a passagem de um “lugar de escolas” para um quadro de “escolas sem lugar”, ou porque não dizer, de momentos de desordem numa ordem social em formação.

Se os problemas da escolarização no Brasil, e da província de Goiás residiram em mecanismos da obrigatoriedade do ensino diante dos baixos dados numéricos apontados pela frequência dos alunos, entre outros agravos, as especificidades dos *lugares de escolas* também incidiram na construção das formas adquiridas pela escola face as dificuldades administrativas na operacionalização das aulas, como das questões de ordem política e social que implicaram na dinâmica histórica dos referidos lugares. Neste caso, ao considerar que, embora a frequência dos alunos e das condições físicas das escolas não se configurou na realidade dos seus lugares, entretanto, não deixaram de traduzir os registros as “estratégias” de inventar ou inventariar formas na sua produção (CERTEAU, 1994, p. 99) e, por conseguinte, sedimentar como necessidade social e institucional.

Em Boa Vista, a situação histórica de fronteira e de conflitos políticos com o Maranhão, como das tensões entre os poderes local e provincial incidiram na dinâmica das relações sociais, entre as quais puderam ser traduzidas no âmbito da escola. Distinguindo-se das *cousas* e dos *negócios* as práticas da instrução operaram no contraste da realidade social, pela manutenção da regularidade, da disciplina e da legislação, mesmo que a cada etapa de recomeço tivesse que refazer os inventários, decidir pelo espaço das aulas. Desse exercício contínuo a escola passou momentos de “silêncio” e de vigor conforme o tempo e o *estado das coisas* registrados pela documentação.

4.1. “O estado das cousas da Boa-vista” entre outros “negócios”

Tomando como base uma primeira configuração do cenário social de Boa Vista no qual se assentaram *o estado das cousas* e dos *negócios* repercutidos nos registros do Governo, tomou-se ainda no ano de 1862, precisamente, a relação emitida pela Recebedoria dos “proprietários” responsáveis pelo pagamento da décima urbana.

Afora as informações detalhadas pelo documento, interessou-nos buscar a interlocução dos nomes e da relação familiar ou de proximidade na ocupação dos cargos públicos no âmbito do município. Na composição social identificada utilizou-se dos registros da instrução pública, em especial, nos mapas de aulas das escolas de primeiras letras, e das informações sistematizadas por obras de referência sobre Boa Vista e região¹⁶⁵.

Assim, como contribuição ao entendimento da formação social e política de Boa Vista tem-se como destaque a presença de líderes políticos maranhenses residentes em Boa Vista como de Francisco Germano da Silva e Alexandre Gonçalves da Silva na representação aos coronéis Carlos Gomes Leitão e Leão Rodrigues de Miranda Leda protagonistas das revoluções de Boa Vista, ocorridas nos anos de 1892 e 1907; assim como de José Francisco de Araújo, pai do padre e coronel João de Sousa Lima, originário de Boa Vista, que atuou na segunda revolução (1907) na expulsão do líder do partido liberal Leão Leda.

Além das bases políticas de caráter coronelista, outros nomes como da família Figueiredo e dos demais correlacionados aos cargos da recebedoria e da inspetoria paroquial e, até mesmo dos respectivos coronéis, a confluência de ambos nos registros da instrução primária, como pais ou tutores responsáveis por alunos e alunas das escolas de Boa Vista.

Quadro 7 – Quadro político-social em Boa Vista do Tocantins (1862)

Proprietários de prédios urbanos	Relação social identificada	Outras observações
Alexandre Gonçalves da Silva	Pai de Jorge Gonçalves da Silva e Venceslau Gonçalves da Silva, representantes do partido liberal (Imperatriz MA); amigos do Coronel Leão Rodrigues de Miranda Leda (Grajáú, MA)	O coronel Leão Leda chefe do partido liberal de Grajáú, instalou-se em Boa Vista em 1900. Entrou em conflito com o padre João de Sousa Lima na 2ª revolução (1907)

¹⁶⁵ Dentre as produções bibliográficas ver PALACIN (1990) *Padre João e as três revoluções de Boa Vista* e CARVALHO (2007) *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o Sertão*.

Emiliano Gonçalves de Andrade	Administrador da recebedoria	Pai de alunos na escola de sexo masculino
Faustino Accacio de Figuerêdo	Pai e tutor de aluno das escolas de sexo masculino e feminino	Irmão do capitão João Accacio de Figueiredo, que atuou junto ao grupo dos adeptos ao coronel Carlos Gomes Leitão.
Frei Francisco do Monte São Vitor	Missionário capuchinho (1840 a 1863)	Responsável pela catequese e aldeamentos indígenas (1840-1862); Fundou o presídio Santa Maria (atual Araguacema) em 1862 e faleceu em 1873.
Francisco Germano da Silva	1º Suplente do delegado de polícia; avô do Coronel Carlos Gomes Leitão	Coronel Leitão, deputado estadual (1892-1894), membro do partido liberal (Maranhão) e do partido republicano (Goiás). Protagonista dos conflitos políticos de Boa Vista (1892/1895)
Joaquim Lisbôa dos Santos	Suplente do delegado de polícia, tio do Padre João de Sousa Lima	Demitido do serviço público (1862) porque prendeu o vereador Odorico Walcacer d'Oliveira, responsável por formar uma nova Câmara.
José Vieira de Britto Mangueira	Professor da escola de sexo masculino	Primeiro professor substituto da escola de sexo masculino, (1858); coletor e administrador da recebedoria (1862)
João Antonio Pinto	Inspetor Paroquial da escola de sexo masculino	Inspetoria paroquial (1862-1869); Administrador da Recebedoria (1869).
José Francisco de Araújo	1º Suplente do delegado de polícia (1854); pai do coronel e líder político padre João de Sousa Lima	Padre João de Sousa Lima: aluno da escola; (1878) Delegado literário (1911); Deputado estadual (1901/1904; 1909/1912); Chefe político de Boa Vista (1907-1936)
Manoel Conrado de Miranda	Juiz deposto por Francisco Germano da Silva (1862), avô de Carlos Gomes Leitão	Pai de aluno e delegado de polícia

Fonte: AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1864, Cx 01; DOCUMENTAÇÃO AVULSA, 1868, Cx.0184; PALACÍN (1990); CARVALHO (2007) (quadro elaborado pela autora)

Esta amostra compôs uma parte do que representou o universo da organização do poder no âmbito dos municípios, e como as funções administrativas e jurídicas foram processadas numa localidade como Boa Vista na composição dos cargos preenchidos pela burocracia Imperial. Ademais, na particularidade política, Boa Vista conviveu com a influência de líderes políticos maranhenses inspiradores do liberalismo republicano oriundo das cidades fronteiras do Maranhão, como da Chapada do Bonfim (atual Grajaú) e Carolina.

Outrossim, as “fronteiras” entre os vários setores da burocracia Imperial, distribuída entre as províncias e as localidades representadas pelos municípios, foram sintomáticos na estruturação de um poder centralizador após o Ato Adicional de 1834. Neste aspecto, cabe destacar que dentre outras faces, o poder do Estado nomeou e demitiu ministros e presidentes de província. No lado administrativo, centralizou nas mãos do ministro da justiça, a responsabilidade pela nomeação e demissão dos delegados de polícia, comandantes e oficiais da Guarda Nacional, e até os bispos e párocos que, juntos com os delegados de polícia, indicavam os inspetores de quarteirões. Esta manutenção do poder estendeu-se até meados da segunda metade do século XIX, quando se acirrou as disputas entre centralistas e federalistas, colocando em questão o problema da centralização e da descentralização do poder (CARVALHO, 1998, p. 169).

Para Carvalho (2010, p 156) a reduzida presença de funcionários não garantia a visibilidade do Estado, o que gerou a “incapacidade de estender sua ação até a periferia do sistema”. Grosso modo, a estrutura que se efetivou nas instâncias municipais em relação às atividades administrativas, caracterizou o precário sistema de organização e controle das províncias, permitindo, em longo prazo, o fortalecimento das desmedidas ações representativas dos coronéis.

Segundo Faoro (2008, p. 355) decorrente da descentralização proposta pelo Ato Adicional de 1834, entre os três focos verticais de poder – o município, a província e o Império – restaram, “zonas indefinidas pelas quais iriam infiltrar reivindicações revolucionárias e a pesada mó centralizadora”. Ao cabo, não somente as rebeliões da época regencial ocuparam “zonas indefinidas” na contestação às formas de dominação, mas as dissidências internas entre os partidos políticos tenderam redimensionar as relações de força em nome do federalismo e da República no final do século XIX.

De toda sorte, ao Governo provincial restou administrar entre tantos “serviços” o restabelecimento da ordem, mesmo estando tão longe dos olhos da Assembléia Legislativa, como os representados por Boa Vista.

O relatório do presidente Jose Pereira de Alencastre apresentado à Assembléia Legislativa, no ano de 1862, não deixou de apontar o estado e as providências aos demais setores e órgãos públicos instalados. Ao tratar da administração da justiça, da segurança e da propriedade, Alencastre destacou a situação da Comarca de Boa Vista, a reclamar a “mais seria atenção da presidência e do governo”. Como ponto de leitura, o retorno às questões oriundas da proximidade com o Maranhão voltou à cena, e foram assim descritas:

Nesta a afinidade dos habitantes da cidade com a população da comarca de Carolina, no Maranhão, da qual são divididos somente pelo rio Tocantins, *faz que se transportem para a Boa-Vista as intrigas e os interesses de Carolina*. Chovem os processos ora n'uma, ora n'outra comarca, processos que muitas vezes só tem por fim inutilisar ou abater um rival em influencia, vingar uma offensa, ou aredar um obstáculo a cálculos de mesquinha ambição. *Achando-se a Boa-Vista a mais de 300 leguas desta cidade, e sendo por isso tardia as communicações, com muita difficuldade se pôde de cá formar juízo das cousas e das pessoas daquella comarca* (ALENCASTRE, 1862, p. 126, GRIFO NOSSO).

As “intrigas” e os “interesses” entre as Comarcas pareceram provenientes dos resquícios de fronteira, e tornaram-se cada vez mais presentes na representação de determinadas famílias e/ou grupos pelo domínio do poder local. De modo especial, o ano de 1862 configurou a tomada de poder por parte da família “Germano”, representada por Francisco Germano da Silva, na deposição do juiz Manuel Curado de Miranda, visando ao controle político do município.

Embora não tenhamos localizado registros de sua origem, tudo indica que os “germanos” que se instalaram em Boa Vista, eram provenientes da cidade de Caxias, no Maranhão, local de nascimento do coronel Carlos Gomes Leitão, neto de Francisco Germano, o qual figuraria no poder político a partir dos anos de 1880. Francisco Germano da Silva exerceu o cargo de 1º suplente do Subdelegado de Polícia da Vila de Boa Vista, ocupado por José Francisco de Araújo, no ano de 1854. Ambos figurariam como famílias a reger o poder político no município de Boa Vista: o primeiro mantido no poder pela influência dos “germanos” desde os anos de 1860 e assegurado por Carlos Gomes Leitão até meados de 1890; e o segundo reconquistado pelo filho de Jose Francisco de Araújo, representado pelo coronel Padre João de Sousa Lima, no período de 1897 a 1936.

Conquanto a conjuntura local de Boa Vista apresentasse as especificidades de uma formação política oriunda de famílias maranhenses no delineamento do poder por parte dos “germanos”, e da patente do coronel como líder político, semelhante movimento ocorria no contexto da província, liderado por famílias tradicionais interessadas em participar mais diretamente da direção administrativa do Governo provincial.

Assim em Goiás, a partir dos anos de 1860 assistiu-se “uma oposição mais sistemática às “imposições oficiais” expressas por famílias, compostas em geral de proprietários de terra, ou dos “clãs familiares, assentados na figura do “coronel”, os quais constituíram em grupos fechados que dominaram econômica e politicamente Goiás desde o Império até 1930. Entre as famílias a dos Bulhões destacaram-se no cenário político que, em oposição ao “oficialismo” e na defesa da “autonomia provincial” encamparam os princípios

liberais e intensificaram a formação dos partidos políticos a partir dos anos 60 do século XIX (CANEZIN, LOUREIRO, 1994, p. 19). Coincidência ou não, partia da Capital e da Comarca mais distante de sua jurisdição as contestações ao regime monárquico que, revestidas pelos ideais do liberalismo fortaleceram a ascensão da República sob a força política das oligarquias e da projeção dos coronéis no âmbito dos municípios.

Neste contexto, os “*negócios de Boa Vista*” assim atribuídos pelo Relatório provincial de 1862 passaram a marcar o espaço social do “interior”, do sertão, na fronteira no norte da Província, favorável às práticas “não civilizadas” e a sofrer diversas intervenções por parte do Governo. Assim como Boa Vista, a Comarca do rio Parnahyba, representada pelos “*negócios de Catalão*” requereu os cuidados do Governo pela prática abusiva do poder, desprovida da administração da justiça e das autoridades municipais. Segundo o mesmo Relatório, dentre os motivos dos conflitos estava um expressivo número de refugiados e ou de criminosos provenientes das “províncias limítrofes”, entre Goiás e Minas Gerais, reforçando os problemas da falta de controle das regiões de fronteira.

E como parte desse cenário, no sul do Maranhão e ultrapassando aos tempos da República, encontraríamos os “*negócios de Grajaú*” no ano de 1902, a figurar na imprensa maranhense e a abarrotar processos na delegacia de polícia, assim considerados pelo memorialista maranhense Parsondas de Carvalho (2007, p. 143):

Tão freqüentes se tornaram as questões do Grajaú e tal aspecto apresentava, que deixavam formar-se pela idéia contristadora dessa localidade estar quase em *estado de selvageria*. A imprensa se ocupava dos acontecimentos que ali se desenrolavam, mas, tamanha era a distância entre a capital e o cenário em que eles se davam, e tão profundamente partidária era a causa que o germinava (...). Houve um tempo em que constituía quase um tributo dos chefes de polícia ocuparem-se de *negócios do Grajaú*, tendo de seguir até lá em comissão, algumas vezes na estação invernos, para o conhecimento de delitos realizados, tendo por instigação o ódio partidário, ou de que este se aproveitava para a perseguição dos adversários (CARVALHO, 2007, GRIFO NOSSO).

Pelo relato, a questão da distância pareceu ser um problema também apresentado entre a capital de São Luis e as regiões do sul maranhense, como ocupado pelos “*negócios do Grajaú*”, localidade referida pela imprensa ao *estado de selvageria*. Os “*negócios de Boa Vista*” não receberiam leituras diferenciadas.

A recorrência ao termo “*negócios*”, respondeu ao conceito análogo a fatos, assuntos, ou até mesmo casos ou coisas; ocorrências sem definição no entendimento aos

acontecimentos políticos de Boa Vista, nos anos de 1860¹⁶⁶. Junto à representação de “negócios”, o termo “*mixórdia*” também manifestou confusão e mistura ao reportar-se aos fatos e episódios que caracterizaram os momentos da “revolução”, desencadeados pós o ano de 1892. Ambos traduziram na representação da linguagem as formas de apropriação com que os dispositivos de leitura foram incorporados ao discurso e disseminados nos diferentes registros, como termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1990, p. 17). Seu uso expressou o entendimento aos acontecimentos de natureza política, vistos como ausência da Lei, desordem ou descontrole por parte do Governo.

No entanto, pode-se dizer que os “negócios”¹⁶⁷ de Boa Vista iniciaram-se ainda em 1858 e caracterizaram o quadro de conflitos internos entre os vereadores da Câmara Municipal, inclusive quando a estes foi aplicada uma multa de quarenta mil réis por ter liberado o procurador a uma viagem para o Pará, sem licença do Governo da Província. No ano de 1857, os desentendimentos entre os ocupantes dos cargos de Delegado e Subdelegado de Polícia, ilustraram outro espaço de conflito quanto aos procedimentos da função.

As intrigas que compuseram o campo da operacionalização dos cargos em função do controle pelo poder resultaram em forças políticas diversas no âmbito do município, e a medida do possível, acompanhadas à distância pelo Governo provincial.

Na verdade a herança advinda da Lei de 1º de outubro de 1828, que cria em cada cidade e vila do Império câmaras municipais “ficou aquém da palavra constitucional e dos vivos sentimentos despertados na quadra gloriosa”. Em lugar de “uma célula viva”, diretamente nascida da sociedade saiu um “município tutelado” que, na separação dos poderes a Lei converteu s municípios em peça auxiliar do mecanismo central (FAORO, 2008, p. 351)

Como obstáculo, o Governo provincial enfrentava dificuldades de reorganização da Guarda Nacional na Comarca, uma vez que se achava naquele ano ausente e pronunciado em crime de responsabilidade, na província do Maranhão, o major Filadelpho Antonio de Noronha, que fora nomeado presidente do Conselho de Qualificação, o qual não efetuou o requerido procedimento, entre outros registros reclamados pelos relatórios provinciais e a não organização da milícia na referida localidade (CERQUEIRA, 1859, p. 39)¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Interessante o termo “negócio” utilizado no relatório provincial de 1863, ao referir-se à instrução pública na província: “Marchamos *n’este negocio com lentidão*, menos pela falta de meios do que pela de pessoas habilitadas que se queirão dedicar ao magistério” (MAGALHÃES, 1863, p. 219, grifo nosso).

¹⁶⁷ Os “Negócios de Boa Vista” também foram registrados pelo Jornal de Goyaz, em 3 de setembro de 1892, sobre os episódios da revolução no referido ano.

¹⁶⁸ O “conselho de qualificação” era presidido pelo Juiz de Paz e mais seis eleitores para convocação das eleições da Guarda Nacional nas comarcas. No entanto, com a Reforma de 1850 procedida pelo Governo Central, as

Um episódio dos conflitos referiu-se à questão da remoção de presos da Cadeia para “Casa particular” por problemas de ruínas ou goteiras durante o inverno ¹⁶⁹. Como medida dessa decisão, a prisão do cidadão Alexandre Gonçalves da Silva deveria ser feita na “casa da Residencia” do Vigário Padre João Rodrigues de Azevedo, enquanto reparasse o estado da cadeia da cidade ¹⁷⁰. O referido cidadão era proprietário de prédios urbanos e marcara através de seus filhos, Jorge Gonçalves da Silva e Venceslau Gonçalves da Silva a aliança política liberal com o poder da família dos Ledas, provenientes da cidade de Grajaú, no Maranhão (CARVALHO, 2006) ¹⁷¹.

No ano de 1862, as dissidências internas resultaram na divisão e ou expulsão de dois vereadores, que assim alegou o Relatório “não ter um dos vereadores os dous annos seguidos de residencia no municipio, e serem ambos pobres e de maos costumes (ALENCASTRE, 1862, p. 23) ¹⁷². No conflito instaurado participaram o quarto suplente do Delegado de polícia Joaquim Lisboa dos Santos, e entreviu o suplente do Juiz Municipal, Manoel Curado de Miranda.

Após a descrição do caso, assim concluiu o documento:

São de velha data as luctas de dous partidos de caracter todo pessoal existente n'aquella longiqua comarca, onde a ação do Governo não pode chegar a tempo de corrigir efficazmente certos abusos, e prevenir emergencias graves. *Ephemeras e transitorias como são as administrações, não podem conhecer bem os homens, e as cousas da Boa-vista*, em razão da distancia que a separa da capital, e nem sempre dar aos negocios publicos, que lhe são relativos, direcção conveniente (ALENCASTRE, 1862, p. 24, GRIFO NOSSO)

O desconhecimento das “*cousas de Boa Vista*” pareceu ao Governo a solução assim pontuada: “Julgo indispensavel na comarca da Boavista um destacamento de primeira linha

províncias deveriam reorganizar o corpo da Guarda Nacional. Veremos que tal proposta não chegou atingir a comarca de Boa Vista.

¹⁶⁹ AHG, Documentação Avulsa, 1850, Cx 079.

¹⁷⁰ AHG, Documentação Avulsa, 1857, Cx 116. No relatório de 1862, informou a presidência que a cadeia de Boa Vista estava “em construcção”, tendo “as precisas divisões para os sexos, casa da camara, e sessões do jury”. Ao final acrescenta as providências do missionário capuchinho: “Deve-se ao zelo e actividade de Frei Francisco do Monte de S. Victo mais esta obra, com a qual a provincia nada tem despendido” (ALENCASTRE, 1862, p. 93).

¹⁷¹ Cabe destacar que os irmãos Jorge e Venceslau da Silva, nascidos em Boa Vista, residiram no distrito de Porto Franco (Maranhão) e fizeram carreira política no Partido Liberal, atuando na Câmara Municipal de Imperatriz. Ambos foram alunos da escola do mestre Manoel sapateiro, que segundo Carlota Carvalho “fizeram carreira política” no Maranhão (CARVALHO, 2006, p. 123).

¹⁷² Os “motivos” apresentados pelo Relatório podem revelar aspectos que não se resolveram no plano da Lei, do poder político entre as fronteiras das Comarcas, e neste sentido, expressaram manifestações próximas ao campo das relações sociais ou das intrigas de grupos que perduraram historicamente na região, marcadas pelos atos de violência ou violação do indivíduo e da propriedade.

commandado por official de confiança, que reuna o cargo de delegado de policia”. Em contrapartida, as forças das relações e dos sentidos empreendidos pela dinâmica social interna entre grupos ou agentes políticos, nem sempre corresponderam à ordem de funcionamento dos serviços instalados.

No ano anterior, em 1861, registrou o Relatório da presidência, um dos problemas do desconhecimento da distante Comarca no controle dos impostos:

O coletor da cidade de Boa-Vista não prestou contas, e nem tem enviado dinheiros, e apenas tem cumprido algumas ordens para pequenos pagamentos. Talvez fosse conveniente destacar annualmente um empregado da thesouraria provincial para administrar a recebedoria da Boa-Vista, cuja *verdadeira importância ainda não é bem conhecida*, mas que se presume não ser pequena, tanto pela proximidade e comercio com Carolina, como por ser o povoado ultimo da província á margem do Tocantins, onde todos os que navegação para o Pará. Uma experiência seria conveniente fazer-se (ARAGÃO E MELO, 1861, p. 134, GRIFO NOSSO).

Para a administração dos serviços públicos, Boa Vista pareceu do ponto de vista econômico uma região considerável pelas atividades comerciais às margens do rio Tocantins e, portanto, ponto estratégico para o movimento das embarcações com o Norte do Brasil. Todavia, do ponto vista político tornou-se um “negócio” de difícil resolução, a perdurar até as primeiras décadas do século XIX, entre outros desdobramentos da política coronelista na região, acentuada nas relações com as cidades de fronteira com o Maranhão. A distante e conflituosa Comarca viveu episódios de lutas internas, como veríamos pós os anos 80 do XIX. Assegurar o território ao poder de Goiás representava um trunfo de resistência política e histórica com o Maranhão.

Vimos que o pequeno movimento da economia operado pela instalação da coletoria e da recebedoria serviu como extensão dos “braços do Estado” na contribuição dos recursos sobre os impostos, que em sua maior parte sustentaram-se sobre o movimento do comércio da criação de gado entre outros gêneros da lavoura, além das taxas oriundas de engenhos, tabernas, décima do prédio urbano, couros, aguardente, fumo¹⁷³. Acrescente-se à dinâmica da lavoura e criação, o movimento comercial via o transporte pelo rio Tocantins, fortalecido

¹⁷³ AHG, Documentação Manuscrita, 1853-1890, Livro 033. O livro da “Conta Corrente” de Boa Vista serviu como um documento de controle às arrecadações por parte da Tesouraria das Rendas Provinciais, composto pelas folhas numeradas, anos e rubricas do coletor responsável. Em períodos diferenciados, nomes diversos de encarregados pela Coletoria evidenciaram as forças políticas vigentes, entre os anos de 1858 a 1889.

ainda pelas interações comerciais com as aldeias indígenas Apinayé, localizadas a seis léguas da cidade ¹⁷⁴.

Outro dado que reforçou a predominância da lavoura foi apontado pelo recenseamento divulgado no ano de 1873, no que se refere às “profissões”. A Comarca de Boa Vista apresentou um quantitativo de 1.787 profissões, sendo deste número 1.082 constaram como lavradores, 241 fazendeiros e 21 negociantes, entre outras ocupações como sapateiros, ferreiros, costureiras, carapinas ¹⁷⁵, numa população que totalizou no período 7.878 habitantes. No Censo de 1872, o primeiro realizado no período do Império também apontou a predominância do número de lavradores, atingindo um total de 3.037.466, em relação aos criadores (206.132) e pescadores (17.742) no “setor primário” (CARVALHO, 2010, p. 97).

De todo modo, a frota de barcos via o comércio com Belém proposto pelo movimento da navegação proporcionou à cidade uma localização de entreposto comercial ao longo do século XIX, muito embora esta posição não tenha imprimido relevante desenvolvimento econômico. Esta favorável localização às margens do rio Tocantins concedeu à Boa Vista não somente a dinâmica do comércio, mas também permitiu uma mobilidade no deslocamento de pessoas, na cidade e região de seu entorno, inclusive a formar os distritos e povoações sob sua jurisdição. Como distritos pertencentes ao termo e Comarca de Boa Vista figuraram no extremo norte, São Vicente do Araguaia (atual Araguatins) e Santo Antonio da Cachoeira (atual Itaguatins). Um pouco mais ao sul, o distrito de Filadélfia localizado na fronteira com Carolina, no Maranhão, que serviu de baliza e sustentação aos conflitos entre as duas Comarcas.

Sua extensão na definição dos limites com a Comarca de Carolina, no ano de 1854, entre outros marcos com a província do Pará e do Piauí, não impediu que, por exemplo, no ano de 1873 o presidente da comissão de recenseamento Jose Honorato de Almeida quisesse inserir o distrito do Jalapão à paróquia de Boa Vista ¹⁷⁶, conforme assinalado anteriormente .

¹⁷⁴ Conforme relatório provincial, de 1869 destacando a “indústria agrícola” nas aldeias dos Apinayés, “que tem (...) tido maior incremento do que em qualquer das outras, não só pela fertilidade das matas circunvizinhas, como pela facilidade de condução e permuta com os habitantes da cidade da Boavista e navegantes do rio Tocantins [...]” (PEREIRA, 1869, p. 268).

¹⁷⁵ AHG, Tocantinópolis, 1873, Cx 1.

¹⁷⁶ Embora esta alusão ao distrito do Jalapão tenha sido solicitada na época do recenseamento de 1872, tudo indica que sua anexação a Comarca de Boa Vista tenha vigorado apenas como um documento político proposto por Honorato Jose de Almeida, uma vez que a localização do distrito de fronteira faz divisa com a Bahia, Maranhão e Piauí. O problema da falta de outros documentos impediu de corroborar esta informação. Todavia, no relatório provincial de 1873, um item denominado “povoação nova” referiu-se à localidade, contendo cerca de 100 famílias e 45 fogos. Conforme providências solicitadas pelo Governo, informou o documento “[...] não

Como dimensão do território um documento da Coletoria alegou que uma das dificuldades no serviço do lançamento do imposto territorial foi considerar que “[...] tendo a Comarca 80 ou mais léguas de extensão não me foi possível concluir este serviço no prazo de 90 dias, como manda a lei [...]” solicitando diante da dificuldade, a concessão de um novo prazo¹⁷⁷.

Ao constituir com um único Termo, uma Delegacia e duas Subdelegacias de Polícia, divisão jurídica que inclusive se prolongou após a República, a comarca de Boa Vista encarregou-se pelos serviços da segurança, da tranquilidade pública e da conservação da propriedade. Esta organização lhe conferiu não somente uma troca constante de juizes e promotores, como do atendimento às ocorrências, tanto no âmbito local, quanto nos demais distritos. Tal situação pôde ser conferida nos ofícios e comunicados emitidos pela Delegacia de Polícia de Boa Vista ao Chefe de Polícia, referentes aos problemas dos processos jurídicos, como das constantes fugas de prisioneiros.

Ainda no ano de 1857 Januario Antonio Noronha, o inspetor da cadeia de Boa Vista descreveu:

o estado da prisão desta Villa hunicamente uma caza particular coberta de telhas com duas paredes de barro sem segurança alguma nem ferros tendo unicamente um tronco (...) Para manter a disciplina e ordem da dita Cadeia seja necessário que se faça huma prizaõ forte com huma boa força militar afin de melhor segurança dos prezos nella recolhidos. Hé bem necessário que se decrete quantia para luzes na cadeia assim como bem algum quantia para sustentação de presos pobres (AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1858, CX 1)

Quase dez anos posteriores, assim registrou o relatório do Governo, sobre as condições apresentadas pela cadeia de Boa Vista:

Esta cadêa segundo as informações que me forão dadas está em completo abandono, e tão pouca seguranmça offerece que se conservarão presos unicamente aquelles que por sua vontade quizerem estar na prisão. Reconhecendo a necessidade de se fazerem com urgência os concertos mais essenciaes, attendendo á distancia que separa aquella cidade d’esta captial e á impossibilidade de serem transportados os deliquentes para acadea d’esta cidade ordenei a thesouraria de fazenda para que mandasse pagar por intermédio da respectiva collectoria a despeza em que importasse a reparação d’essa cadêa, devendo a camara municipal encarregar-se da obra (PEREIRA, 1869, p. 203).

tem sido satisfatórias as informações prestadas pelo delegado de policia do termo de Natividade e nem havido resposta do Termo de Porto Imperial [...]”, o que se imagina a oportunidade com que a Comarca de Boa Vista tenha preenchido a solicitação (ASSIS, 1873, p. 175). De acordo com o os dados do recenseamento publicados no Relatório de 1873, a “nova povoação” contou com 727 habitantes, totalizando 755 pessoas livres e 22 escravos (Tocantinópolis, 1873, Cx 1).

¹⁷⁷ Documentação Manuscrita, 1896.

Pareceu que a dificuldade da reforma da cadeia estava na acomodação dos presos, tanto em não dispor o município de uma localidade, como da dificuldade do deslocamento dos mesmos à distante capital de Vila Boa. Esta entre outras situações acompanhadas pelos chefes de polícia da província e dos delegados designados nos municípios pareceu funcionar na lógica da instrução pública, no que se refere aos valores da ordem e da civilidade.

Como causa maior alegada vigorou no ano de 1871, a precária situação da cadeia seguida pelo recurso das fugas para outra margem do rio Tocantins, seja no rumo da província do Maranhão, ou até mesmo do Pará. Neste aspecto é interessante observar que nos documentos da delegacia, constava a descrição das ocorrências no que se refere às condições materiais desfavoráveis na institucionalização da ordem e da civilidade e, por conseguinte, do argumento que fundamentou a “ausência de civilização” em regiões do interior ou do sertão no Brasil Império (COSER, 2005).

As condições físicas e de segurança das cadeias na província, entre os inúmeros problemas relacionadas a contenção das fugas e até mesmo da manutenção aos presos pobres mereceram atenção nos relatórios provinciais, envolvendo o chefe de polícia e os delegados designados nos municípios.

“É pessimo, em geral, o estado das cadêas da província”, assim se pronunciou o presidente Spinola, no ano de 1880. Para diminuir a “vagabundagem” ordenou aos subdelegados de polícia que intimassem indivíduos que sem família e domicílio passassem “a tomar ocupação honesta sob as penas do código criminal”. Quanto às cadeias oficiou ao chefe de polícia em exigir dos delegados de polícia informações sobre o estado das cadeias da província, quanto ao lugar em que funcionam se em prédio nacional, municipal ou particular, do estado e dimensões e alturas, e das condições de segurança e de higiene (SPINOLA, 1880, p. 12)

Um caso evidenciado pelos autos da Delegacia de Polícia pode ser visto no relatório de acusação a Salvador Nunes do Valle, pai de aluno da escola do sexo masculino (1884), pela tentativa de morte ao advogado Fortunato Francisco de Moraes, sob o comando de Valério Gonçalves Neves e Jose Francisco de Araujo, ex-suplente da subdelegacia de polícia, e por assim dizer, representante da instalação “familiocrática”¹⁷⁸ dos Germanos em Boa Vista.

¹⁷⁸ Segundo definição de Pang (1979, p. 40) a oligarquia familiocrática caracterizou-se na composição política dos coronéis como chefe de família ou clã, no qual a participação numa oligarquia “incluía a família em si, pessoas da mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento, e às vezes o povo dependente do ponto de vista sócio-econômico”. De acordo com esta denominação aludiu-se ao quadro político

A fuga dos acusados e dos presos da cadeia fez o relatório emitir a fragilidade da segurança na cidade:

[...] Não tinha um guarda na cadeia, por que ja [ilegível] fatigado das queixas continuas do povo com semelhante systema de botar na guarda os roceiros, que abandonão suas lavoura, em um um [sic] paiz que tanto protege a lavoura deichão suas famílias na miséria, e a hi ficão portados 8 e 15 dias de graça. *Só neste Termo se vê este absurdo por que a lei não manda guardas servirem de graça e não ha lugar que não tenha Soldados poucos ou muitos, de linha, ou de policia, ou da Guarda Nacional; e só a Boa Vista é que não tem a mais leve garantia nem para manter a ordem, e nem ao menos para sustentar as autoridades [...]*.
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1871, CX 1, GRIFO NOSSO)

Ao final, relata o subdelegado Marcelino Jose de Freitas as providências quanto ao caso junto ao Chefe de Polícia da província:

Ja expedi precatoria para a Capital do Pará requisitando a prizaõ de Valerio que para ali seguio. A familia delle fez algumas manifestações odiozas contra as Autoridades com o fim de renovar a sedição havida aqui outros pretendendo arancar da cadeia Maria Ludgera das Neves e Salvador Nunes do Valle, e expulsar as Autoridades. Felismente depois de Algumas medidas recuarão. Com vem e é absolutamente preciso um distacamento nesta Cidade. Si Valerio não for preso no Pará receio que se perturbe a ordem publica; por que um assassino de profição nada tem o que perder.Toda via do [sic] harmonia com as Autoridades fui prevenido de forma *que a Justiça a força moral das Autoridades triumphe sempre*.
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1871, CX 1, GRIFO NOSSO)

O fato destacado pelo subdelegado alertou, entre outras conseqüências, a relação de força estabelecida entre o reconhecimento e triunfo das autoridades perante as manifestações de outro poder civil, como das famílias dos acusados em prisão. A cadeia ou a prática da prisão pareceu para a realidade social em questão um espaço ainda de resistência à imposição da lei e da ordem.

De acordo com as informações registradas, dois aspectos nos despertaram a atenção quanto às condições de instalação do sistema da “segurança” no âmbito do poder local: o primeiro quanto ao recurso dos “roceiros” a ocupar a função de guarda na Cadeia, entendendo-se ser um cargo exercido por soldados ou designados pela Guarda Nacional. A estratégia dos “não habilitados” para o cargo aproximou-se à situação análoga das escolas, no tocante à necessidade dos professores que, no entanto, mesmo havendo “habilitados” na cidade, segundo a inspetoria “*não querem sujeitar-se á um limitado ordenado*” ou pelo fato de que seja “*custozo de o receber*”, ou então situações em que “*pedio sua demissão alegando*

apresentado por Boa Vista, em que o domínio de uma “família” perdurou na composição de nomes diversos a assegurar o poder nos cargos importantes da administração.

para isto não [lhe] fazer mais conta”¹⁷⁹. E neste aspecto, tanto a segurança quanto a instrução que por natureza pudessem instituir a ordem social na “correção” dos indivíduos na idade escolar ou como adultos pareciam não ter ressonância efetiva na longínqua cidade de Boa Vista.

Todavia, as solicitações da Delegacia ao Inspetor de Quarteirão nunca foram atendidas, e são assim descritas:

[...] os quaes (inspetor de quarteirão) nunca chegam a tempo e as vezes desamparão a guarda mesmo escondendo-se para não serem notificados, por isso são pessoas que alem de probrissimas, com a [ilegível] não vencem soldo algum para se subsistirem [...]¹⁸⁰
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1871, Cx 1)

Infere-se que semelhante à situação dos delegados e subdelegados, os inspetores de quarteirão também recebiam conforme as diligências realizadas, uma vez que também desempenhavam a função de forma gratuita. Importante entender que os cargos de delegado, subdelegados e inspetor de quarteirão foram atribuições criadas pela Reforma do Código de Processo Criminal, instituído em 1841 pelo Governo Imperial. A polêmica do documento culminou na restrição do poder do Juiz de Paz e da concessão aos delegados e subdelegados de polícia, que passaram a ser nomeados pelo Ministro do Império (CARVALHO, 2010, p. 152). Esta situação perdurou até o ano de 1871, quando houve a reforma judiciária do Império, separando as funções policiais e judiciárias.

Segundo Carvalho (2010, p. 158) esta estrutura da nomeação por parte do Governo aos delegados e subdelegados foi uma forma de não violar a hierarquia local de poder, evitando que os juizes de paz entrassem em conflitos com funcionários, representantes dos poderes locais, além dos oficiais da Guarda Nacional e os vereadores. Nesse sentido, abriu-se espaço para intervenção e controle do Governo que, no entendimento do autor:

O governo trazia para a esfera pública a administração do conflito privado, mas ao preço de manter privado o conteúdo do poder os elementos não pertencentes à camada dirigente local eram excluídos da distribuição dos bens públicos, inclusive da justiça. O arranjo deu estabilidade ao Império, mas significou, ao mesmo tempo, uma séria restrição à extensão da cidadania e, portanto, ao conteúdo político do poder. O governo se afirmava pelo reconhecimento de limites estreitos ao poder do Estado (CARVALHO, 2010, p. 159).

¹⁷⁹ AHG, Tocantinópolis, 1863; 1871, Cx 1 ; 1885, Cx 3.

¹⁸⁰ Os inspetores de quarteirão eram funções designadas pelo Governo Imperial.

Como mecanismo instituído pelo Governo Imperial, ainda no ano de 1831, a criação da Guarda Nacional funcionou como manutenção do poder local, na medida em que era comandada pelos fazendeiros, comerciantes e ou pessoas politicamente poderosas e influentes na região, denominados coronéis. Com a reforma proposta pela Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, a Guarda Nacional passou a ser subordinada diretamente ao Ministro da justiça e aos presidentes de Província. Desta feita a força paramilitar passou a ser submetida às autoridades policiais e não mais aos juízes de paz, ampliando inclusive as exigências de renda para ocupação dos postos superiores da hierarquia militar (ENGEL, 2008, p. 320).

Segundo Graham (2001, p. 39) os juízes substitutos, os oficiais da Guarda Nacional e os delegados, “os importantes do lugar” personificavam o Estado em seus ofícios nas localidades e províncias. Pontua o autor que as profissões mais procuradas figuravam entre estas três ocupações: no posto da Guarda Nacional, “os homens de posses comandavam as forças físicas de ordem local e até nacional, já que o exército era pequeno”; aos delegados de polícia, que também não recebiam salários, mas ao possuírem terras procuravam tais posições oficiais a fim de exercer uma autoridade complementar e estender os seus favores, isenções e proteção à sua clientela; e por fim, os juízes substitutos, que não eram formados em direito, permaneciam na comarca vacante por meses, e até por anos, enquanto que os substitutos desenvolviam as atividades judiciais.

Concernente a esta estrutura política e de segurança pública, a composição social dos municípios reuniu grupos diversos em suas ocupações, como o verificado em Boa Vista, pela presença de lavradores, vaqueiros, fazendeiros, comerciantes, carapinas, entre outros homens livres pobres e escravos, alienados ou não aos interesses políticos viabilizados pelo poder e pelos partidos políticos. E neste sentido, como segundo aspecto, cabe a observação quanto às dificuldades no estabelecimento e manutenção da ordem social, e até mesmo para ao exercício das autoridades, ou de seu reconhecimento.

Num episódio, denunciado ao Chefe de Polícia da Província, os suplentes em exercício Marcelino Jose de Freitas e Honorato Jose de Almeida pontuou a “audácia” de Valério Gonçalves Neves, “*pronunciado em crimes de mortes*”, e de demais criminosos, “*que a frontão as autoridades a ponto de soltarem foguetes ao Ill^{mo} Sñr Doutor Juiz de Direito quando largou do posto para o Pará no gozo de licença*”¹⁸¹.

A dificuldade na execução do poder local acrescido às oposições e dissidências de grupos representou o motivo maior das reclamações, embora saibamos que em momentos

¹⁸¹ AHG, Tocantinópolis, 1871, Cx 1.

oportunos os “criminosos” dispostos a perturbar a ordem prestavam os serviços quando necessários ao poder político vigente. Na reclamação de Honorato Jose de Almeida, subdelegado em exercício, assim descreveu a situação:

Neste Termo e Comarca vagão quinze criminosos sendo oito Sentenciados e sete pronunciados, parte d’elles vivem do furto dos gados alheios, ameação os proprietarios e as autoridades com o bacamarte do assassino. A policia aqui não tem acção regular, triumpha mais o crime por isso vae progredindo, e os criminosos garbosos zombão da Lei em menos cabo as autoridades.
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1871, CX 1).

Ainda que a força de segurança interna da Província ficasse atribuída à composição da Guarda Nacional, pelos grupos da cavalaria, artilharia e infantaria sob os Comandos Superiores em cada Comarca, o relatório presidencial apontou no ano de 1862, a seguinte consideração:

Continua ainda desorganizada uma parte da Guarda Nacional d’esta provincia, apezar dos empenhos que se tem feito para completar a sua organização (...). Me parece que a provincia de Goyas é a unica que não pôde ver ainda organizada completamente a sua milicia civil (ALENCASTRE, 1862, p. 135).

No mesmo ano, de acordo com o projeto apresentado pelo presidente da Assembléia, passaria a Guarda Nacional a ser ampliada de sete para nove comandos superiores, entre os quais incluiria o de Boa Vista. Na distribuição do número de praças proposto na nova composição, o Comando de Boa Vista ficaria com um número superior aos demais oito comandos da Província, totalizando um número de 1882 guardas. Dos nove comandos propostos foram criados oito, sendo que o de Boa Vista ficou aguardando concessão do Governo Imperial, o que não chegou a ocorrer. Por certo, imaginou-se que a composição de um maior número de guardas à Boa Vista devesse a representação de ser uma região de fronteira, e de histórica presença de conflitos, além da distância, tão bem ressaltada pela administração provincial.

No ano de 1873, a força pública anteriormente assegurada pela Guarda Nacional foi reformada na Província pela Lei nº 2395 de 10 de setembro de 1873. A reforma proposta atendeu a exigência promulgada pelo Ministério da Justiça de 19 de janeiro de 1873, a qual determinou que a milícia somente seria acionada em caso de guerra externa ou de revoltas, o que exigiu uma reorganização dos serviços da força pública no interior dos comandos nas províncias. Em substituição aos serviços da Guarda foi criada uma força policial, bem como

uma política de recrutamento ou de alistamento militar. Mesmo diante das dificuldades com a redução dos serviços de destacamento fornecidos pela força pública na Capital e demais localidades da Província, conforme orientação proposta pelo Governo Imperial registrou o Relatório provincial suas considerações sobre a Guarda Nacional: “esta milícia cidadã (...) recebendo de um governo patriótico e justo, uma reforma em sua instituição (...), me congratulo por mais *este passo que dá o paiz na senda da civilização*, demonstrando quanto melhor zéla as liberdades publicas” (ASSIS, 1874, p. 255).

Por outro lado, o “serviço litúrgico” (CARVALHO, 2010) ou a função pública da Guarda Nacional constituiu uma das bases de legitimidade e sustentação do Governo Imperial, em consonância ao compromisso com os proprietários de terra. No entanto, as estreitas relações tenderam a adquirir novas fissuras em seu interior no quadro das mudanças anunciadas no final do XIX, em meio ao fortalecimento das idéias liberais e republicanas. Enquanto isto, o preenchimento dos cargos ou patentes designados pelos presidentes das Províncias compunha os postos dos batalhões da cavalaria e da infantaria, como forças necessárias no combate aos delitos no interior da Província.

Não obstante, a recorrência aos “negócios” não dispensaram os cuidados com a segurança e a tranquilidade pública em Boa Vista. No ano de 1880, pontuou o relatório provincial, o seguinte:

de certos annos a esta parte a comarca de Boavista, a mais de 2000 kilometros desta cidade, tem estado em estado annormal *causado pela encarniçada luta de facções*, que procurão alcançar, por todos os meios, as posições officiais. É muito sensível a falta de Juizes titulados n'aquella remota circunscripção judiciária (SPINOLA, 1880, p. 33, GRIFO NOSSO)¹⁸²

Por sua vez, a organização do corpo de juizes municipais e juizes de direito para o trabalho nos Termos da Província mostrou-se ser um problema de difícil administração no âmbito da justiça. O número reduzido de bacharéis titulados, fora os enfrentamentos aos conflitos internos às localidades, além dos processos de exoneração, remoção e licenças, entre outros entraves burocráticos, constituíam parte dos sintomas da organização político

¹⁸² No mesmo relatório informou ainda que o Juiz de direito nomeado para a comarca de Boa Vista havia sido removido para Palmeira dos Índios, na Província de Alagoas, devendo substituí-lo o bacharel Manoel d'Azevedo Monteiro, do qual não se localizou mais informações.

jurídica das províncias ¹⁸³. Contando, outrossim, com situações de caráter extraordinário como o narrado sobre o juiz de Boa Vista:

O juiz de direito, se lhe permitisse sua saúde, e tivesse á sua disposição um destacamento respeitável, poderia talvez pôr termo aos abusos que alli são freqüentes; sem força, porem, que o sustente, e com graves padecimentos de saúde, não tem conseguido tanto quanto se devia esperar (CERQUEIRA, 1861, p. 126).

De outra parte a denúncia da “desordem” na comarca de Boa Vista provinha também do setor da coletoria, como demonstra o comentário a seguir:

Em vista do Calamitozo estado de couzas e a desordem quando não se respeita ao Cidadão e empregados públicos, que sabem cumprir seus deveres, com a maior regularidade e santa probidade, por aquelles que perante o governo pretendem justificam se propugnadores da ordem quando são elles os promotores da desordem e da marcha no interesse da criminoza pilhagem, permita me V S.^a que ouze faltar com toda a franqueza, *é me pois impossível (sem cometer alguma loucura), continuar nesta [ilegível] tão avassalhada pelo crime e pelo exterminio!* (AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1881, CX 2, , GRIFO NOSSO).

4.2 Na fronteira da província: os conflitos de Boa Vista

Junto a este “estado de couzas” não paravam as denúncias e ou reclamações à “desordeira” Comarca do norte de Goiás, até mesmo proveniente da outra margem do rio Tocantins, na povoação de Porto Franco, pertencente ao Termo de Imperatriz, no Maranhão. Aos registros da Delegacia de Polícia da Vila de Imperatriz apontaram os acontecimentos à presidência da Província de Goiás, como ao Juiz de Direito de da Vila, sobre o ocorrido no distrito de Porto Franco:

um grupo armado secretamente organizado na cidade da Boa Vista do Tocantins, em Goyaz, invadiu a referida povoação e prendeu sem ordem legal o cidadão alli residente de nome Leocadio José de Souza, e, depois de espancado, levou-o para aquella cidade onde foi posto a ferros e recebido com salvas, foguetes e outras demonstrações de regosijo [...] Desapareceu com esse attentado toda segurança individual, por que ninguém mais se julga seguro onde a qualquer dia e a qualquer hora pode ser violentado por tal modo (AHG, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS E DA JUSTIÇA, CX Nº 295, 1880).

¹⁸³ Um exemplo, entre outros registrados nos Relatórios da Assembléia Legislativa pode ser conferido no ano de 1889, quanto às informações que o Juiz de direito de Boa Vista Hormino Martins Curvelo solicitou licença de três meses. No mesmo ano foi declarado sem efeito a nomeação do bacharel Jose Freire da Costa Pinto para ao cargo de juiz municipal do termo de Boa Vista (SPINOLA, 1880, p. 236, 237)

O fato registrado no ano de 1880 colocou em evidência alguns aspectos quanto aos procedimentos dos envolvidos na diligência das denúncias. O primeiro referente ao poder político local e aos desdobramentos perpetrados pela família “Germano” que, segundo o relato do subdelegado mandou infringir contra a vida de Leocadio Jose de Souza, morador da povoação de Porto Franco, no Maranhão, que conforme a versão do subdelegado em exercício, assim registrou:

Haja muito tempo que Leocadio é intrigado com a familia“Germanos”; *que exerce alli notável prepotencia e que de 1876 para cá tem exercido sobre seus desafectos uma proscricção terrivel.* E não é a primeira vez que invadiu o territorio desta Comarca para exercer suas depredações, pois na mesma povoação já cometerão o crime de tentativa de morte em uma noite do mez de Setembro do anno passado e pelo que se acham processados. É mais grave, porem, o facto de que tracto. O crime passado foi perpetrado na sombra da noite, procurarão occultar o delicto. Este attentado foi cometido á luz do dia e sem reboço algum, com ostentação do direito da força [...]
(AHG, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS E DA JUSTIÇA, 1880 CX 295).

Ainda na denúncia do caso, o histórico poder da família Germano principiado ainda nos 60 do século XIX passou a ser o motivo maior do ocorrido. O comunicado ao presidente da Província do Maranhão e seu registro pelo Ministério dos Negócios e da Justiça do Império, chegou a ser comparado com os publicados no jornal de circulação nacional, denominado *O Paiz*, apresentando a Comarca como “[...] a pátria da confusão e da desordem, só lá podem acontecer factos horríveis como os que se vêem publicados no N° 166 do jornal – Paiz ¹⁸⁴.

Embora o termo da denúncia reforçasse a prática de abusos na Comarca de Boa Vista, conhecidos de longa data pela vizinha Província maranhense, e mais de perto pelas vilas e povoações de fronteira, como Carolina, Grajaú e Porto Franco outros dados puderam ser lidos no desencadeamento do fato. Um dos elementos ressaltados no sentido da “tranqüilidade pública abalada” era não dispor a Vila de Imperatriz de destacamentos suficientes, e ainda ser influenciada pelo clima das “desordens” da vizinha Comarca de fronteira, como salientado a seguir:.

Mas essas desordens se circunscreveriam ao territorio da comarca. Devo acrescentar que até esta villa é ameaçada por Antonio Fernandes de Magalhães Bastos, colligado com os mais criminosos azilados na dita comarca da Boa vista, e que para a defesa

¹⁸⁴AHG, Ministério dos Negócios e da Justiça, 1880, nº 295. Tal propósito, ao se referir sobre o jornal *O País* pode ser visto tanto como uma crítica ao ideal republicano, quanto a dizer que o mesmo jornal só publica “fatos horríveis” ou crimes de violência.

só contamos com a energia dos habitantes, visto como pela actual organização da guarda nacional não se pode chamar paisanos do serviço militar se não em caso de guerra. Pelo promotor publico interno foram requeridas as providencias legais (...) peço a V Ex.^a providencias em ordem a conter os desatinos dos facinoras da Boa Vista

(AHG, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS E DA JUSTIÇA, 1880, CX 295).

Não obstante, a exposição do “caso de Leocadio” reforçou um cenário que Boa Vista ilustrou ao catalisar os problemas que foram recorrentes na resistência ao assentamento da ordem social e jurídica, e de certa forma a corroborar, como localidade de fuga favorável o conjunto de indivíduos classificados ou “desclassificados” socialmente, conforme a leitura produzida pelo subdelegado da Vila de Imperatriz ¹⁸⁵:

[...] lá onde se acolhem *todos os criminosos e desertores de outros que lá vão francamente gozar a impunidade de seus crimes e dar livre expansão ao funesto desenvolvimento de suas perversidades*. Lá de tempos a tempos como agora, existem 2 juizes de direito, dois juizes municipaes e duas camaras municipaes, não se sabendo quem seja mais juiz a não ser pelo maior numero de absurdos. Ha alli uma familia, cujos membros são conhecidos por – Germanos, com titulos de prepotencia, que é sustentada com toda a sorte de abuzos e de crimes, que constantemente trazem em commoção aquella terra. *A Bôa Vista tem sido sempre esse abismo assim ligeiramente descripto* Em 1854 era um officioso frade capuchinho que mandava arrastar lenha para queimar um herege compellia o Juiz de Paz a assignar mandado para deportar um atheu. Em 1862 é essa familia, que apoiada pelo mesmo frade, expunha da cidade todas as autoridades, dicta a lei, e constitue juizes d’entre os supplentes de vereadores da Camara [...].

(AHG, MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS E DA JUSTIÇA, 1880, CX 295, GRIFO NOSSO)

Pela exposição e leitura construída sobre Boa Vista dá a entender que a vizinha província do Maranhão mais conhecia sobre a história da referida cidade, que propriamente o governo de Goiás, em virtude da histórica relação de povoamento na região. Se de fato as histórias de “dominação” política em Boa Vista transpunham as fronteiras do rio Tocantins às cidades vizinhas do Maranhão, a cidade pareceu formar um reduto de resistência à ordem, ou na acepção de um caldeirão na efervescência das intrigas e facções internas. E na ausência da “ordem” pudesse inferir que para o Governo provincial melhor opção seria não se envolver

¹⁸⁵ Um dos subdelegados que atuaram nas denúncias contra a invasão dos mandantes de Boa Vista representadas pelos “germanos” foi o boavistense Venceslau Gonçalves da Silva, que teve como irmão Jorge Gonçalves da Silva, um dos grandes expoentes do partido liberal em Imperatriz, no Maranhão. Ambos residiram em Porto Franco, e depois compuseram casamento com a família do rico tenente coronel da Guarda Nacional Leonardo Pereira de Araújo Brito. Adeptos ao partido liberal e ao grupo liderado pelo coronel Leão Rodrigues de Miranda Leda, nos idos de 1875, líder do Partido Liberal em Grajaú, onde atuou nos municípios de Grajaú e Pastos Bons. Aliou-se a Isaac Martins, fundador do jornal *O Norte*, em Barra do Corda e, ao deputado e depois senador Costa Rodrigues, proprietário do jornal *A Pacotilha*, e como adversários dos conservadores que se mantiveram no governo da Província do Maranhão, sofreram fortes perseguições políticas. Informações a respeito, ver as obras dos autores e irmãos maranhenses CARVALHO (2006) e CARVALHO (2007).

nas lutas da longínqua Comarca, em momentos que a ausência do Estado muitas vezes se fez representar pelo poder dos coronéis e intendentes políticos. Na interpretação de Faoro (2008, p. 352), as lutas de facções nos sertões se alastraram sobre a semente do caudilhismo que “brota sobre o interior sem lei, sem ordem e sem rei”, de maneira a reinar intranquilidade, a violência a desordem, por fim, a anarquia.

Todavia, o fato mereceu a atenção no Relatório provincial de Goiás no item denominado “captura de criminosos”, no qual registrou a resposta de Honorato Jose de Almeida, que exercia no ano de 1880 o cargo de Juiz de Direito interino de Boa Vista. No ofício encaminhado ao Vice-Presidente da Província de Goiás, entre os elementos retratados prevaleceram divergências políticas com as autoridades da Comarca de Imperatriz, evidenciadas na relação dos nomes apontados, entre os quais o de João Parsondas de Carvalho¹⁸⁶, como “famigerado e falsificador”, responsável por liderar as autoridades do distrito contra a Comarca de Boa Vista (LEITE MORAES, 1881, p. 193). Segundo o documento, as autoridades da povoação de Porto Franco em comum acordo com o termo de Boa Vista tentaram resolver o caso, reacendendo também divergências políticas antigas entre Imperatriz e a referida povoação quando da instalação da sede da Vila Nova de Imperatriz, em meados de 1870.

Acrescente-se que, o contexto das formulações políticas e das ações que envolveram as localidades de Boa Vista, entre outras do sul maranhense, como Grajaú, Carolina devem ser entendidas no calor das forças políticas divergentes e do recurso às práticas de intimidação e violência que caracterizaram, por um lado os abusos de poder pelas autoridades públicas, e por outro, a sedimentação dos mecanismos de dominação política e econômica oriundos da ocupação e povoamento destas regiões.

Como marco histórico, e que por ventura se refletiu sobre Boa Vista, a década de 80 do século XIX constituiu-se como um dos mais tumultuados da história do Maranhão. Para o sertão sul maranhense, alijado pelo poder do Estado e sem representação política “reinava o conflito, a desordem, o patriarcalismo, o mandonismo e a carência de instituições legais e representativas” (FERREIRA, 2004, p. 209). E como parte deste movimento os partidos liberal e conservador, provenientes dos anos 40 do século XIX, adquiriram feições

¹⁸⁶ João Parsondas de Carvalho considerado um dos importantes intelectuais do Maranhão teria sido o verdadeiro autor do livro *O sertão*, publicado pela irmã Carlota Carvalho, em 1924. Importante memorialista e jornalista sobre a história do sul do Maranhão retratou os primeiros anos da República e a vida dos sertanejos e populações ribeirinhas em algumas obras publicadas, bem como dos conflitos políticos em jornais como *O Norte*, da Barra do Corda, *Jornal do Brasil*, e outros.

diferenciadas no interior das Províncias, obedecendo as condições políticas e econômicas desenhadas no plano da representatividade junto ao poder Central. O movimento republicano e a consolidação das idéias políticas em torno do partido na adesão aos grupos políticos hegemônicos ampliaram-se a partir de 1870 nos espaços de poder das Províncias.

No Maranhão, apesar dos antagonismos, ambos partidos representaram os mesmos interesses oligárquicos, não chegando a ameaçar a hegemonia da elite agrária e mercantil. Outro agravante que acentuou as lutas internas nos distritos foi a divisão ou a composição de facções dentro dos partidos. Conforme salienta Ferreira (2004, p. 211) o quadro político do Maranhão no final do Império, caracterizou-se por dissidências e conflitos em ambos partidos monarquistas, o que facilitou o aparecimento e a adesão aos “clubes republicanos”, responsáveis pelo surgimento de novos conflitos que assolaram o Maranhão nos primeiros anos da República.

Assim como no Maranhão, em que o “fenômeno da política” adquiriu um peso expressivo, nas demais províncias o movimento em torno das eleições e dos partidos, fortaleceram a alternância dos grupos oligárquicos no poder. Os “costumes” da política, manifestos pelo conflito local eram o esboço do “quadro geral”, espécie de pano de fundo dos embates partidários e eleitorais (SOARES, 2002, p. 31).

Como cenário de confluência entre os tempos dos bem-te-vis, procedentes do movimento da Balaiada nos anos 40 do século XIX, a constituição do partido liberal nos anos de 1880, a vila da Chapada, posterior cidade de Grajaú viveu as tensões do poder das famílias Costa (aliada ao partido conservador) e Barros e Leda (do partido liberal). As lutas exacerbadas entre os liberais e conservadores, como testemunhou o memorialista maranhense Parsondas de Carvalho, no ano de 1902, foram denominadas pelo autor como a “A Guerra do Leda – O Grajaú”¹⁸⁷.

Embora as narrativas da “guerra” reportassem ao tempo da República, Parsondas buscou na história da Vila da Chapada, depois Grajaú, o contexto da oposição entre liberais e conservadores, das lutas que se travaram desde os anos de 1840, que entre outros aspectos, ocasionaram o movimento migratório da população para a povoação de Boa Vista. Dentre

¹⁸⁷ Denominado “O Grajaú: os últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX” representou o título publicado pelo memorialista e jornalista maranhense Parsondas de Carvalho, no jornal *A Pacotilha*, de São Luis (MA), e no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1902 e 1903. O nome “A Guerra do Leda” refere-se ao termo com que os acontecimentos narrados passaram a ser conhecidos (CARVALHO, 2007, p. 142; nota do editor). A obra em síntese tratou dos conflitos e violências praticadas pelo governo maranhense de Benedito Leite na perseguição sobre o coronel do partido liberal de Grajaú Leão Rodrigues de Miranda Leda e seus seguidores. Boa Vista seria o local de fuga escolhido por Leão Leda no ano de 1900, onde entraria em conflito com o chefe político e coronel padre João de Souza Lima.

outros elementos característicos dos registros do autor ao tempo histórico tratado, encontraram-se a diversidade de manobras, ódios e conluios partidários, arquitetados entre as relações de força por parte dos representantes ou chefes políticos oligárquicos, que transitaram entre as regiões de Carolina, Grajaú e Boa Vista.

Em Goiás os partido conservador e liberal e as oligarquias dos Bulhões e Caiados, estabeleceram-se ainda na década de 80 do século XIX. A diferença entre liberais e conservadores residiu na posição abolicionista assumida pelos “liberais clubistas”, que acabaram se projetando na posse do presidente Aristides Spindola, em 1880. Nos anos iniciais da República a produção agropecuária em Goiás e a composição política entre Bulhões e Caiado acompanharam o ritmo de fortalecimento das famílias no poder, apontando a hegemonia dos Caiado até a década de 1930 (RIBEIRO, 1998, p. 209) ¹⁸⁸.

Ademais, a face de caráter mais liberal no poder da Província, ocupada pelo presidente Aristides de Sousa Spindola, no ano de 1880, também se refletiu em Boa Vista com as ligações partidárias na composição do poder local, em especial da vitória de Leopoldo de Bulhões a deputado, obtendo os votos de Boa Vista, graças aos “meios fraudulentos” do coronel Carlos Gomes Leitão (PALACIN, 1990, p. 46).

Neste cenário, configurou-se de um lado a manutenção do poder da família “Germano”, que seguiu sustentada na representação do neto de Francisco Germano, o coronel Carlos Gomes Leitão e, de outro, o fortalecimento da política coronelista ¹⁸⁹, que tendeu a caracterizar a lógica de poder na Primeira República, no qual Boa Vista constituiria um cenário singular de manifestação.

Para a longínqua e perturbadora Comarca do extremo norte, resultaram, após os conflitos deflagrados, as “mais enérgicas reclamações” da província do Maranhão e das recomendações do Ministro da Justiça. O Relatório provincial apontou as providências quanto à prisão de coronel Carlos Gomes Leitão, 1º suplente do juiz municipal e do capitão Manoel Felipe Nery, adepto do grupo dos “carlistas”. Outros acusados, entre os quais o juiz interino Honorato José de Almeida e o carcereiro Salvador Nunes do Vale se apresentaram na comarca de Imperatriz (MORAES, 1881, p. 195). Após as averiguações os cidadãos acusados

¹⁸⁸ Segundo Ribeiro (1998, p. 209) três famílias perfilaram no poder político de Goiás: os Bulhões e Ludovico de Almeida tiveram sua intervenção em períodos determinados da história de Goiás: os Bulhões, durante parte do Império e início da República; os Ludovico de Almeida alçados ao poder pós a Revolução de 1930, enquanto que os Caiado permaneceram na cena política, desde o final do Império, atravessando os diferentes regimes políticos na história do Brasil.

¹⁸⁹ Como um conceito polêmico o termo coronelismo requereu muitos estudos, refutações e ampliações tratadas pela literatura e pela historiografia. Entre as abordagens que procuraram fazer um balanço do fenômeno em Goiás, ver CHAUL (1998).

foram presos e julgados, e de acordo com o parecer do promotor público e juiz das Comarcas envolvidas “affirmam que taes processo foram o *fructo da paixão partidária* e que uns e outros eram algoses e victimas ao mesmo tempo” (grifo nosso).

E como reconhecimento do processo, assim considerou o Governo provincial o encerramento aos envolvidos de Boa Vista:

Absolvidos congraçaram-se o animos, *extingiram as paixões, restabeleceu a ordem pela confiança na autoridade e pela fiel observância da lei*, e pôde se dizer que a Boavista, depois de haver conquistado uma triste celebridade nos annaes judiciários do paiz, repellindo e esquecendo o seu passado, entrou francamente no caminho da regeneração pelo respeito á justiça social (MORAES, 1881, p. 170)

Em vista do triunfo da ordem e da justiça, como bases constitutivas da correção social, as “paixões partidárias” pareceram ser o motivo maior da ruptura de uma suposta ordem em formação, e por assim dizer, funcionando como mecanismo de mediação da realidade social ou como representação do seu tempo (CHARTIER, 1990).

Por outro lado, as “paixões e ódios desenfreados” no dizer de Coser (2005, p. 241) sobre as “regiões menos desenvolvidas” prevaleceu a leitura de que o sistema partidário seria um “instrumento nocivo”, veículo de “ciúmes e ódios de família, que entre si pleiteiam a preponderância nos negócios”. Neste entendimento se constituiu um movimento que agregou em torno de si os sentidos e as ações dos sujeitos num contínuo processo de interdependência, entre a afirmação do indivíduo e da sociedade de pertencimento.

Por este viés, entre outros implicadores, os expoentes do poder da família “Germano” ou da sua herança nas trocas de cargos políticos no município de Boa Vista, mantiveram-se numa lógica de funcionamento e dominação por mais de três décadas. No limiar dos anos 80, tanto Honorato José de Almeida, como outros influentes e agregados da família Figueiredo e, em especial dos Sales Perna, comporiam o quadro dos cargos públicos de apoio à Leitão. Por outro lado, esta situação política sofreria interrupções com a inserção de Francisco de Salles Maciel Perna ao Partido conservador tornando-se um dos expressivos opositores ao Coronel Carlos Gomes Leitão, na disputa pelo poder político do município.

A construção de um segundo quadro político e social de Boa Vista permitiu visualizar a composição dos cargos públicos ocupados pelas autoridades do município, e das relações que ligaram Boa Vista à província do Maranhão. As informações nos registros da instrução primária subsidiaram no levantamento dos nomes dos pais ou tutores de alunos ou alunas, como parte integrante da comunidade boavistense. Neste aspecto o conjunto de ofícios

e mapas de aulas sobre a instrução primária da cidade foram pistas importantes no que se refere a identificação das famílias e ou agregados na distribuição entre os cargos, como também do tempo de permanência nas escolas. Para os mapas de aulas, os filhos, filhas ou tutelados aparecem sob a responsabilidade dos pais como “encarregados, educadores ou tutores”¹⁹⁰, conforme o tempo dos mapas de aulas, correspondendo aos anos respectivamente.

Quadro 8 - Quadro político social de Boa Vista (1880-1890)

Nome	Cargo público	Parentesco/relação com a família Germano/Leitão	Relação com a instrução primária
Honorato Jose de Almeida	Suplente do juiz de direito; Acusado de crime de morte de João Parsondas de Carvalho (Grajaú MA)*	Cunhado de Carlos Gomes Leitão	Inspetor paroquial (1879-1886)
Carlos Gomes Leitão	1º suplente do juiz municipal (1881-1882); Chefe do partido liberal de Boa Vista; Coronel do comando superior da Guarda Nacional de Boa Vista (1883); encarregado da coletoria (1890); deputado estadual (1891)	Neto de Francisco Germano da Silva (1º suplente do delegado de polícia (1857)	Pai de aluna (1884-1887) e aluno (1890)
José Gomes Leitão	Coletor da recebedoria (1885- 1887; 1889)	Irmão Carlos Leitão; casado com Raquel de Salles Maciel	Pai de aluno da escola (1890)
Francisco de Salles Maciel Perna	2º suplente do juiz municipal (1886); 1º suplente juiz municipal (1888-1892)	Líder do partido conservador em Boa Vista (1889); Proprietário de terras (1896)	Pai de alunos e alunas das escolas (1882-1888)
Augusto de Salles Maciel Perna	Encarregado da coletoria e recebedoria (1886-1888); Deputado estadual (1898-1900)	Irmão do coronel Francisco Perna Proprietário de terras (1896)	Aluno da escola de sexo masculino
Luis de Salles Oliveira	3º suplente do juiz municipal (1888-1892) Presidente da Câmara (1888)	Adepto ao grupo dos “carlistas” de Leitão; proprietário de terras (1896)	Delegado literário (1888)
Salvador Nunes do Valle	Carcereiro da cadeia; acusado de crime de morte (1881)	Adepto ao grupo dos “carlistas” de Leitão;	Pai de aluno e aluna das escolas (1882 – 1884)
Faustino Acacio Figueiredo	Administrador da recebedoria (1875- 1878);	Adepto ao grupo dos “carlistas” de Leitão	Pai dos alunos Malachias Acacio

¹⁹⁰ AHG Tocantinópolis, 1864, Cx. 1; 1878, Cx. 2; 1882, Cx. 3.

	3º suplente de juiz municipal (1882);		(professor da escola 1899) e Francisco Acacio entre outros;
Francisco Acacio de Figueiredo	Presidente da Intendência municipal (1893)	Adepto ao grupo dos “carlistas” de Leitão	Aluno da escola (1878);
Alexandre Francisco Gomes	Não exerceu ou ocupou função pública	Irmão de Carlos Gomes Leitão	Pai de aluno da escola (1884)
Francisco Jose de Souza	Coletor das rendas provinciais (1880-1881)	Pronunciado crime de peculato (1881)	Pai de aluno e aluna das escolas (1882 -1888);
Manuel Felipe Nery	3º suplente do juiz municipal (1886);	Sua filha casada com Francisco Acacio de Figueiredo	Professor da escola (1892 1894) e pai de aluna (1884)

Fonte: AHG, TOCANTINÓPOLIS, Cxs 01 a 05; DOCUMENTAÇÃO AVULSA Cxs. 422; 436; PALACIN (1990); CARVALHO (2007);

* escritor e cronista maranhense
(quadro elaborado pela autora)

O quadro apresentado focalizou como base social e política de Boa Vista a década de 80 do século XIX, justamente no período em que Carlos Gomes Leitão estendeu sua atuação sobre esta Comarca. Embora tenha se instalado na cidade somente no ano de 1880, sua condição de líder e chefe político se constituiu a partir de dois aspectos: o primeiro, que provinha da participação nas lutas travadas junto com outros líderes do partido liberal de Grajaú, Barra do Corda e Carolina, do Maranhão, e segundo, que encontrou em Boa Vista uma base de sustentação dos aliados da família “Germano” sedimentada pelo avô Francisco Germano da Silva desde os anos de 1860 e pela força política de Honorato Jose de Almeida, seu cunhado.

Ainda de acordo com os nomes identificados registrou-se a presença da família Figueiredo, e dos Salles Perna que ocuparam funções diversas na administração do município, entre outras lutas políticas, como a empenhada pelo Francisco de Salles Maciel Perna na oposição a Carlos Gomes Leitão, no que desencadeou a primeira revolução em 1892. Como ponto de confluência da composição social de Boa Vista a qual trataremos mais adiante, a participação da escola como um lugar comum num campo de divergências políticas e, inclusive a qual manteve na relação dos mapas de aulas a possibilidade de identificação das famílias e respectivos alunos e alunas.

A construção da oposição, comum ao movimento político caracterizado entre cisões, fissuras, coligações, extinção de partidos, entre outros aspectos, movimentaram as relações de força em âmbito local e do Governo, e de sobremaneira no final do período monárquico,

acentuando-se nos primórdios da República. Boa Vista não destoou de um cenário nacional na disputa entre as forças partidárias, e da representação do coronel como parte da estrutura política oligárquica, em que a cadeia de mediação operou no fortalecimento do poder público e do poder privado.

De outra parte, e na esteira da formação histórica do sertão sul do Maranhão, bem como do extremo norte de Goiás há que se considerarem alguns elementos, não somente de caráter político procedente das idéias liberais republicanas advindas do sertão sul maranhense e projetadas por Leitão à Boa Vista, um dos protagonistas pelo desencadeamento da “revolução” de 1892. No bojo da mudança do regime político, uma base histórica de fazer valer o ensino das letras dos mestres escolas (CARVALHO, 2007, p.123) e o “amor a leitura e aos livros” na “roda de amigos” de Grajaú (p. 209) ¹⁹¹ pareceu ser um valor que perdurou como um sentimento à função da instrução primária, ao desempenho da escolas nas necessidades dos registros dos alunos, entre o ano de matrícula, dos nomes dos pais ou tutores e, portanto, da família e sua localidade de origem.

Do “*grao de instrucção na epoca da matricula*” ao alcance do “*grao de instrucção na actualidade*” ou do aproveitamento fornecido pela escola, pareceu fazer uma diferença social entre os revolucionários partidários, participantes e professores de Boa Vista. No tempo da “revolução” e das desordens, a irregularidade do ensino também esteve presente na recorrência dos registros.

4.3 “os sertões aquém e de além Tocantins...”¹⁹²

A dimensão dos “negócios” ou a proporção das “cousas” da Boa Vista germinaram ao longo do tempo as dissidências e os desencadeamentos da “revolução” de 1892. A “revolução”, assim conhecida como a primeira ocorrida em Boa Vista no final do século XIX e já em tempos de República, expressou o estopim dos conflitos engendrados entre as oposições políticas pela disputa do poder local.

¹⁹¹ Refere-se Parsondas, no texto sobre “A guerra do Leda” a comparação dos tempos históricos de Grajaú, que diferentemente dos conflitos do tempo da República, Grajaú “possuía uma sociedade culta, civilizada (...) Militão, Manuel Mariano e outros amavam os livros, tinham no em grande quantidade e deles tiravam assuntos para uma conversação erudita (...) na atualidade a conversação não tira assuntos senão das intrigas locais e o ensino tem por pessoas às quais o partidarismo remunera os seus serviços políticos (...)” (CARVALHO, 2007, p. 209). Semelhante alusão refere-se Carlota Carvalho, “dissolveu-se a roda de amigos, palestra literária que nunca mais teve a Chapada, atual Grajaú” (CARVALHO, 2006, p. 191).

¹⁹² Declaração do coronel maranhense Carlos Gomes Leitão ao promotor Dushee de Abranches sobre a idéia construída de implantar a “República dos Pastos Bons” (ABRANCHES, 1993, p. 175).

Se por um lado, a instauração dos processos judiciais tenha exposto Boa Vista ao cenário do Ministério dos Negócios e da Justiça, nos idos de 1881, por outro, as acusações sobre Honorato Jose de Almeida o deixou a margem da vida política de Boa Vista, restringindo sua atuação do outro lado do rio Tocantins, no distrito de Porto Franco, no Maranhão, em meio à visibilidade política com a chegada do coronel Carlos Leitão¹⁹³.

No entanto, a ameaça ao reinado da família “Germano” veio de um membro participante do grupo de Leitão, na pessoa do coronel cearense Francisco de Salles Maciel Perna, que entre conluíus políticos também transitou pela região de Carolina, no Maranhão, onde as idéias governistas conservadoras estavam em disputa com os representantes do partido liberal. Embora ocupando a suplência do cargo de Juiz municipal, a oposição de Perna à Leitão não deixou de ser uma oportunidade de instituir o partido conservador em Boa Vista que, inclusive ganhou espaço na instauração da República, quando os conservadores de Goiás se apoiaram ao golpe da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca. E, com os conservadores no Governo do Estado, os liberais republicanos representados pela força política oligárquica dos Bulhões de Goiás, ficaram alijados do poder, assim como Leitão em Boa Vista, entre os anos de 1889 a 1891.

De todo modo, narrou Parsondas que “não tardou o 23 de novembro e o poder em Goiás foi devolvido aos Bulhões”, quando no cenário político nacional assumiu o cargo da presidência da República o vice Floriano Peixoto, no ano de 1891. Numa acepção goiana, registrou o escritor maranhense “foi um vigário, substituído pelo sacristão” (CARVALHO, 2007, p. 188). Com a renúncia de Deodoro e ascensão de Floriano Peixoto a supremacia bulhônica definiu-se na República marcando na dinâmica política as agremiações, rupturas e dissidências no interior da oligarquia e definindo os mecanismos que marcaram a política local, representada pelo coronelismo no poder. Como parte desse processo, as faces diferenciadas de apoio e interesse político passaram a ter uma correspondência mais direta entre o governo do Estado e os poderes locais, em que a troca de favores ou de interesses sustentou parte da vida política sob o controle dos coronéis da República.

Na caracterização geral do poder oligárquico na Primeira República o fenômeno do coronelismo que não será “novo”, apenas terá uma “nova coloração”, segundo Faoro (2008, p.

¹⁹³ No livro “O crime do coronel Leitão” de autoria de Inacio Xavier da Silva (1935) consta uma carta de Honorato José de Almeida retratando a denúncia ao “rancoroso cunhado” e os motivos da separação e dissidências ocorridas. Curioso o verso que veiculou na época da “revolução” e que o autor publicou: “Venhão morar na Bôa Vista; Folgar nesta terra de beleza; Onde não se encontra letras; Só há dons da Natureza...” (SILVA, 1935, p. 17).

708) e também se revestirá no cumprimento ao vínculo com o poder do estado, pelo “aliciamento” e do preparo às eleições no sistema de ampla eletividade dos cargos. No comando do sistema entre o governador e o coronel, acrescenta o autor “a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele”.

Em Goiás, os “pactos de obediência” sustentavam-se na força política e econômica dos proprietários de terra, no controle e manipulação das eleições, ou no dizer de Campos (2003, p. 61) o sistema eleitoral na Primeira República funcionou como o “selo do pacto coronelista”, que entre outras atribuições exerceu muitas vezes “o papel de mediador” entre as instituições políticas e a população.

A relação entre as instâncias dos poderes federal, estadual e local tendeu a fortalecer-se na dinâmica política construída nos tempos dos coronéis. As ressonâncias da Capital atingiram até mesmo Boa Vista, a mais distante cidade do extremo norte de Goiás. Todavia, a difusão das idéias liberais e republicanas fomentadas pelo sertão maranhense aportou no território de Boa Vista, senão de forma oficial, pelo menos no plano das idéias e do pensamento que atravessou as fronteiras desde os tempos das migrações na década de 40 do século XIX, se assim considerarmos a cassação ou queima de livros e outros ensinamentos processados pelo frei Francisco do Monte São Vitor no controle político e religioso sobre a população do município, com apoio da família Germano, instalada no período.

Segundo Ferreira (2004, p.214) o alto sertão maranhense representado por Pastos Bons, Mirador e Grajaú, vivenciou elementos diversos que o fizeram ser um “campo propício para germinação das idéias republicanas”. O descaso do governo provincial, a desprovida infra-estrutura, acrescida à dificuldade da distância da Capital, favorecia entre outros aspectos, o acirramento dos conflitos políticos. Afirma o autor que, embora havendo a carência da ordem e da lei, “havia uma lógica que regia as relações sociais sertanejas”, e que porventura, conferia uma imagem diferenciada daquela construída pelos governantes da Capital.

Os registros de Dushee de Abranches, nomeado promotor para investigar os conflitos que quase geraram uma guerra civil em Grajaú no ano de 1888, ou da titulação atribuída como “A Guerra do Leda”, registrada por outro memorialista Parsondas de Carvalho, foram sintomáticos à percepção do sertanejo e do perfil dos coronéis que circularam por estas regiões. Na descrição de alguns “representantes” deste mundo do sertão observou o promotor proveniente de São Luis:

Em Carolina, Alcides de Carvalho, que acabara de fundar o Partido Republicano, nascido ali, nas margens do Tocantins, nunca havendo saído do seu berço natal, revelara-se um espírito brilhante; organizara um grêmio onde se cultivavam as ciências, as letras e as artes (...). No Riachão fizera ao mesmo Manuel Caetano de Lemos (...) que proferia discursos que fizeram época. De Pastos Bons, em cartas de estilo primoroso, Parsondas de Carvalho, mestiço de apurada cultura, regozija-se com a minha presença nos sertões da terra que ambos tanto amávamos, pois seria uma voz insuspeita a proclamar amanhã, lá fora, *que esses rincões não eram antros de facínoras, como viviam a malsiná-los, mas centros de ideais avançadas e dos mais puros sentimentos cívicos* (ABRANCHES, 1993, p. 155, GRIFO NOSSO)

Com base nestes exemplos, e ainda contando com ajuda de Parsondas na divulgação do sertão maranhense, Abranches se lembrou das influências que passara além das fronteiras, contaminando a cidade de Boa Vista, afirmando que o que havia nos altos sertões da Província

não era, como proclamava a imprensa facciosa, o banditismo a serviço das ambições e dos planos ocultos dos dois partidos monárquicos em luta dissolvente e feroz em todo o País; mas o que se poderia chamar: o caudilhismo literário (ABRANCHES, 1993, p. 156).

Portanto, quis o referido memorialista, assim como Carlota Carvalho, mostrar outro sertão que não fosse pela visto pela marca da violência, das facções, da falta de civilização, elementos que subsidiaram a construção de um pensamento político monárquico, no século XIX.

Por outro lado, proveniente deste contexto em que participou o coronel Carlos Leitão, o qual trouxe como ambições de poder sobre Boa Vista, outros objetivos que não fossem somente as alianças com o governo dos Bulhões, ou o asseguramento das eleições e o controle político sobre Boa Vista. De forma singular, Abranches ao encontrar com Leitão na cidade de Grajaú, em meados dos anos 90 do século XIX, proferiu suas idéias, assim registradas pelo promotor:

Boa Vista não poderia continuar a pertencer a Goiás. A carta geográfica do Império era monstruosa: estava toda errada. Não era nos gabinetes dos ministros ou nas repartições burocráticas que se deveriam traçar divisões territoriais, obedecendo às ambições e aos interesses dos politiqueiros. Isolada dos centros povoados de Goiás, afastada centenas de léguas da Capital, *a sua rica e florescente Boa Vista, seria melhor que fosse pelo menos provisoriamente anexada ao Maranhão* (ABRANCHES, 1993, p. 157, GRIFO NOSSO)

Ao final, acrescenta Leitão ao “jovem doutor” promotor, o projeto ideal para os sertões do Maranhão e do Goiás:

Todos estes sertões aquém e de além Tocantins, e com eles, as vastas regiões que se estendem pelo Araguaia afora, em nada se assemelha ao resto das nossas províncias, quer pelo caráter, quer pelos sentimentos dos seus povos, e deveriam constituir uma nova divisão autônoma do Brasil (...) se as coisas não mudarem (...) *acabarão no futuro por formar um Estado Independente, talvez uma vasta República* (...) (ABRANCHES, 1993, p. 175, GRIFO NOSSO)

O projeto idealizado para os sertões, de construir um “Estado independente”, entre o qual incluía Boa Vista era originário ainda das primeiras décadas do século XIX, conhecido pela denominação de “República dos Pastos Bons” como forma de simbolizar e representar uma proposição política de inclusão do sertão esquecido pelos governos das Capitais e do litoral das províncias.

Para a escritora maranhense Carlota Carvalho (2006, p. 377) o ideal da República manifestou-se em meados de 1835, por obra de Militão Bandeira de Barros, Juiz de Paz da Chapada do Bonfim (atual Grajaú). Como “intelectual nativista admirador e propagador das liberdades constitucionais republicanas” que, juntamente aos sertanejos do sul do Maranhão proclamaram a República dos Pastos Bons, separada da do Brasil. Ainda para Carvalho:

o nativismo dos independentes de 1823, enganados e ludibriados pela adesão, sonharam, e 1835, uma república nacional e democrática, que ficou em idealização abstrata. Pastos Bons é uma reminiscência histórica mal zelada por seus filhos. Tem um valor de um monumento, que desperta recordações, umas sentimentais, bucólicas; outras prazenteiras alegres, algumas tristes, dolorosas como o suplício dos prisioneiros de 1840; e até entusiastas como esse sonho da “República dos Pastos Bons” (CARVALHO, 2006, p. 97).

Os ideais “separatistas” iniciados por Leitão em Boa Vista, perduraram através do coronel e líder do partido liberal de Grajaú, Leão Rodrigues de Miranda Leda, que fugido das forças políticas do governo conservador de Benedito Leite, no Maranhão, aportou em Boa Vista por volta de 1900, sendo posteriormente expulso pelas forças políticas e conservadoras do padre João de Sousa Lima e da Igreja, na atuação dos dominicanos, no ano de 1909¹⁹⁴.

Não diferente de 1909, o ano de 1892 e outros decorrentes, também não foram favoráveis a implantação dos ideais de Leitão e do grupo que o apoiava. Muitos foram os episódios ou tentativas que perduraram entre o início de 1892 ao final do ano de 1895. Palacin

¹⁹⁴ No livro *Padre João e as três revoluções de Boa Vista* ao reportar sobre a segunda revolução, ocorrida em 1897, retrata Palacin (1990) a importância do retorno do Padre João de Sousa Lima, à Boa Vista, no ano de 1897. Natural da cidade havia saído para estudar no seminário de Santa Cruz, na diocese de Goiás. Seu envolvimento e ambição pelo poder político local perduraram na lógica do coronelismo da Primeira República, estendendo-se até a década de 30 do século XX. Sobre sua vida e trajetória ver PALACIN (1990) e CORREIA (1970).

(1990) em seu célebre estudo enumerou as etapas cumpridas pelas forças políticas que lutaram pelo comando da cidade.

A repercussão dos fatos, na longínqua Boa Vista mereceu atenção da imprensa maranhense e goiana¹⁹⁵, no que se refere aos fatos e envolvidos no desencadeamento e desfecho das três “revoluções”.

Para os protagonistas, observadores ou participantes dos acontecimentos de 1892, a revolução representou sentidos e perspectivas de leitura diferenciada, seja pelas autoridades jurídicas e policiais, quanto para os expoentes coronéis dos partidos políticos, e de outra forma, para os funcionários no cumprimento dos registros da coletoria, como dos cartórios, e com certeza para os professores das escolas primárias. Neste aspecto, as conturbações e tensões sociais ocasionadas pelos desdobramentos da revolução repercutiram, entre outras conseqüências, no deslocamento massivo de famílias e moradores de Boa Vista. Dentre a preferência dos lugares, dirigiram-se os moradores para onde contavam com parentes como nas cidades de Carolina, Pedro Afonso, Porto Nacional, entre outras localidades no direcionamento dos vales do Araguaia e Baixo Tocantins, que se originaram da migração de Boa Vista, os municípios de Barreira e Itacaiúnas, este último, local este em que Carlos Gomes Leitão foi um fundador, dados de sua expulsão de Boa Vista por volta de 1894 (PALACIN, 1990, p. 83).

O “tempo da revolução” caracterizou-se pelas estratégias diversas entre a construção do clima de tensão, planos de invasão ou retomada do poder político, soltura de prisioneiros, “assalto a cidade” entre outros mecanismos de intimidação e poder. Neste aspecto, as “*mixórdias de Boa Vista*”¹⁹⁶ representaram o conjunto de papéis concernentes aos processos da justiça instaurados pelos anos da revolução, evidenciando as etapas e as implicações dos fatos e dos envolvidos.

Como exemplo ilustrativo representou a apuração de um processo de morte averiguado pelo então juiz Hermeto Martins e o escrivão Aureliano Pereira de Barros Lima de Boa Vista¹⁹⁷. O encerramento do caso expôs os interesses de Leitão pela aquisição da

¹⁹⁵ Dos jornais que acompanharam os episódios das “revoluções” de Boa Vista destacaram-se na imprensa maranhense: *O Norte*, da Barra do Corda, *Diário do Maranhão*; *Diário de Notícias*, de São Luís; em Goiás, dos jornais *Goyaz*; *O Estado de Goyaz*, *A Folha do Norte*, entre outros (PALACIN, 1990, p. 233-234).

¹⁹⁶ Documentação Manuscrita, 1896, Livro 1137.

¹⁹⁷ Aureliano Pereira de Barros Lima foi participante do governo dos “Germanos” como suplente do delegado de polícia (1890); substituto do delegado literário (1890), pai de alunos das escolas da cidade de Boa Vista (1882-1890). A averiguação do fato referiu-se a morte da viúva de Claudio Gouveia, que deixou como herança a Fazenda Cordilheira, adquirida por Carlos Leitão por um preço irrisório, como parte de seus planos políticos e econômicos sobre Boa Vista.

“Fazenda Cordilheira”, uma das mais importantes da Comarca de Boa Vista, segundo testemunho de Frei Gil Vilanova, na denúncia contra Carlos Leitão (PALACIN, 1990, p. 52). A mesma fazenda, “fínda da guerra”, seria título de propriedade ao “guerrilheiro” do sertão Jose Dias Ribeiro como recompensa nas lutas dos “deodoristas” contra as forças da legalidade ou dos liberais republicanos (CARVALHO, 2007, p. 189) ¹⁹⁸.

Com a retomada pelo poder dos republicanos liberais em fins de 1891, representado pelos Bulhões, Leitão teve “carta branca” para derrubar o poder dos oposicionistas e do intendente Francisco Perna no caso Gouveia, sobre a Fazenda Cordilheira. O juiz de direito, Hermeto Martins que apurou o julgamento, assim se pronunciou ao vice-governador:

[...] Há 3 dias que está a comarca em completa revolução e a todo instante entra gente armada, uma da parte dos sediciosos, outros do lado da justiça para manterem a ordem gravemente comprometida. Ontem pelas dez horas da manha, pouco mais ou menos, ai se dando sérios acontecimentos por ter o cidadão José Gomes Leitão, irmão do coronel, insultando as praças contratadas pela municipalidade, para o policiamento da cidade[...]

Estou esperando o ataque do coronel Carlos Leitão que se prepara para vir em minha casa, e obrigar me a retirar-me da comarca, á força d’armas. Será o que deus quiser, e devo morrer no meu posto de honra, sem desamparar a causa da justiça que mi foi confiada, pois que devo a sociedade uma satisfação de meus acertos nesta crise temerosa.

(LDH, *JORNAL DO ESTADO DE GOIAS*, 29 DE MAIO DE 1892) ¹⁹⁹

No entanto, derrotado no caso, Leitão perdeu apoio local e como estratégia política saiu em busca de recursos em outras localidades e regiões para organizar o “assalto à cidade”. Todavia, para recheiar o cenário, e de fato caracterizar as forças políticas engendradas pelo tempo da República e, em especial, para a região de Boa Vista, que corria o risco de refazer o mapa das fronteiras entre Goiás e Maranhão, a participação da Igreja foi elemento singular no desfecho dos processos instaurados. Por certo, a histórica presença da Igreja e da instrução catequética pelo missionário frei Francisco do Monte São Vitor, não iria ficar alijada de seus representantes, quando em missão pela região do Araguaia e extremo norte de Goiás, encontravam-se os missionários dominicanos, substitutos dos capuchinhos nas missões de fronteiras, representados na época pelos franceses Frei Gil Vila Nova e Domingos Carrerot (AUDRIN, 1946).

¹⁹⁸ O mistério da Fazenda Cordilheira residiu à sua localização e importância, embora não esclarecida na documentação. De todo modo foi cobiçada pelo coronel Francisco Perna como parte da negociação aos governistas de Grajaú, de acordo com Parsondas Carvalho (CARVALHO, 2007, p. 187).

¹⁹⁹ LDH – Laboratório de Documentação Histórica, pertencente à Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, Tocantins.

Para a Igreja a Proclamação da República não representou uma situação confortável diante da separação dos ideais positivistas e republicanos propostos pelo Estado. Por meio do Decreto Federal 119 de 7 de janeiro de 1890, o Estado institucionalizou o casamento civil, a secularização dos cemitérios e do ensino nas escolas.

Em Goiás, a formação do Partido Católico, entre outras organizações de apoio à Igreja, teve como ponto de sustentação a presença da ordem dos dominicanos franceses instalados em Porto Imperial, desde o final dos anos de 1880. Como parte do projeto missionário sobre a província de Goiás o francês dominicano Frei Gil Vila Nova chegou à cidade portuense, no ano de 1890. Sua presença, não só representou a continuidade das missões da catequese junto às populações indígenas, como da sedimentação da diocese de Porto Nacional, que viria a ser criada no ano de 1915 ²⁰⁰.

A presença de Frei Gil Vila Nova e de Frei Domingos Carrerot na “missão do Tocantins” e entre os sertanejos do norte goiano significou, entre outras viagens de desobrigas pelo sertão de Goiás também conhecer de perto e, portanto, fazer representar o poder da Igreja junto aos “terríveis incidentes de Boa Vista”. Em “tão arriscada tentativa”, narrou Frei Audrin (1946, p. 61) a intenção do dominicano Gil Vilanova em querer obter a “pacificação, a reconciliação dos inimigos” Leitão e Perna. Como resultado do encontro proposto pelo dominicano, em vez do encerramento às lutas e resolução da guerra civil entre os partidários inimigos, na verdade desencadeou o acirramento, quando inesperadamente Alexandre Gomes da Silva, irmão de Carlos leitão fora assassinado ²⁰¹.

Como justificativa escreveu o memorialista Frei Audrin sobre a ação de frei Gil Villa Nova:

[...] não conhecia bem a astúcia sertaneja. Pouco diplomata, marselhez em tanto loquaz também, deixava transpirar demais em suas conversas e mesmo nas práticas da igreja, o seu papel de partidário sinão de emissário indireto do tal partido católico

²⁰⁰ Conforme Dourado (2010, p. 129) Padre Egidius ou Fr. Gil Villa Nova fundou e redatou a revista “A Cruz”, em 1890; quando chegou em Porto Nacional ocupou a direção do convento Santa Rosa de Lima de 1891-1894 e participou da construção da Catedral de Porto Nacional, que teve seu início em 1894. Faleceu no dia 04 de março de 1905. Como parte constitutiva desse contexto, o processo da romanização empreendido pela Igreja Católica, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, significou a criação de uma política de incentivo e instalação das ordens religiosas estrangeiras no Brasil, como estratégia de fortalecimento da religião católica e, por conseguinte, dos seminários, das escolas católicas e da recuperação do ensino religioso, no processo de laicização das escolas.

²⁰¹ As controvérsias do assassinato sobre Alexandre Gonçalves da Silva Leitão recaíram sobre o indivíduo de nome “Jacarandá”, conforme Palacin (1990, p. 60). Infere-se que o mesmo poderia ser oriundo de “Jacarandá” (atual Passagem Franca), no Maranhão, localidade onde os “balaies” (pertencentes ao movimento da Balaiada) foram derrotados, mortos e feito prisioneiros a mando do coronel Diogo Lopes de Araújo Sales, no ano de 1840 (MEIRELES, 2001, p. 239).

de Goiás, radicalmente oposto ao poderoso Dr. Leopoldo Bulhões [...] (AUDRIN, 1946, p. 61)²⁰²

Com o episódio da morte de Alexandre fortaleceram-se de um lado os planos de ataques à cidade e a tomada do poder por parte de Leitão, e de outro, as questões políticas que emergiram do poder do Estado e da Igreja, num momento em que Boa Vista pareceu representar o palco das forças em disputa acirradas pelo regime republicano. E, como alarde deste todo, o temor do projeto intencionado por Leitão, da anexação de Boa Vista ao Estado do Maranhão.

Em decorrência do caso, a imprensa goiana aproveitou da visibilidade que implicavam a singularidade concernente aos “personagens” bem como das oposições partidárias que acirraram nas publicações entre os órgãos informativos. Como ilustrativo o jornal *Estado de Goiás* e o *Jornal de Goyaz* apresentaram as reportagens no período de fevereiro a novembro de 1892, em manchetes como “negócios, fatos, acontecimentos de Boa Vista”.

A exposição dos fatos quanto à veracidade do ocorrido em Boa Vista no que se refere à morte de Alexandre Leitão e das acusações sobre Frei Gil, entre outras histórias sobre o coronel Leitão, os referidos órgãos informativos de circulação semanal, caracterizaram-se na publicação de textos opinativos na contraposição de versões, refutação, debates, entre outros acréscimos ou curiosidades que implicaram a narrativa do caso.

Como espaço de veiculação na formação de opinião, e produto cultural de um contexto histórico determinado (DIAS, 1999) os jornais expressaram no âmbito do imaginário e da representação política, a diversidade de questões sedimentadas no campo social, adquirindo relevância em momentos como o referente aos personagens representados pelo político coronel Leitão, como do religioso Frei Gil Vila Nova. Em meio ao debate das publicações e versões produzidas desempenhou o suporte informativo um espaço social de visibilidade político-partidária e também ideológica, inclusive justificando, que “os fatos, que mais tem preocupado a atenção do publico são os acontecimentos da Bôa-Vista”²⁰³. Não diferente do que caracterizou a imprensa brasileira do século XIX, de caráter doutrinário e da

²⁰² Com a ocorrência do fato, as missões em Boa Vista foram encerradas, e os missionários seguiram suas “pregações” em Santo Antonio da Cachoeira (atual Itaguatins). Conforme narrou frei Audrin (1946, p. 62), que fora avisado frei Gil de uma suposta embocada, este “embrenhou-se no mais fundo do sertão, entrou no Estado do Maranhão e, por um imenso desvio, pôde chegar incólume a Porto Nacional. Para o frei as fronteiras do Maranhão, e a travessia da margem do rio Tocantins também pareceram promissoras para fuga, como o fizeram os coronéis Leitão e Leda, entre muitos outros sertanejos e indígenas na região de Boa Vista.

²⁰³ LDH, *Jornal Estado de Goiás*, 13 de junho de 1892.

defesa apaixonada de idéias e da intervenção no espaço público (DE LUCA, 2005, 133) os *Jornal do Estado de Goiás* e o *Jornal de Goyaz* atenderam a repercussão que requereu a atenção sobre o desdobramentos dos *negócios de Boa Vista*.

Como ilustrativo, o *Jornal do Estado de Goiás* ao tratar de Carlos Leitão expôs a história e os procedimentos políticos adotados pelo coronel, direcionando a construção de uma versão junto à opinião pública

Deste muito tempo, o coronel Gomes Leitão somente possui na cidade de Boa Vista a influencia que lhe dão seus amigos da capital, brilha com a luz de cá lhe é emprestada, fazendo ali política á custa das auras com que bafejam-no os seus correligionários quando se acha no poder. (...) Nos últimos tempos, conforme os documentos enviados pelo Dr Juiz de direito da comarca, e dos quais publicaremos nesta folha, o Sr. Carlos Leitão tentava anarquizar a ordem publica na Boa Vista, embarcando a distribuição da justiça, tentando impedir a reunião do júri, hostilizado caprichosamente o juiz de direito da comarca e menoscabando as legítimas autoridades do lugar.

A reação não se fez esperar. A grande maioria de Cidadãos naquela cidade não podendo conformar-se com semelhante estado de causas colocou-se ao lado do dr. Hermeto Martins afim de defender sua vida ameaçada pelo sicários do intitulado chefe do *partido democrata*. A consequência foi sair o *trunfo as avessas*. Em lugar de ser expulso indignamente a legítima autoridade local como era seu intuito, ele é que foi obrigado a retirar-se ás ocultas, fazendo constar que ia arma-se em Pedro Affonso afim de novamente atacar Bôa Vista.

(LDH, *JORNAL DO ESTADO DE GOIAS*, 22 DE MAIO DE 1892)

Ainda no mesmo jornal e data de publicação destacou o órgão informativo as implicações das acusações sobre o “ilustrado” dominicano Frei Gil Vila Nova²⁰⁴. O termo descrito alertou do perigo no prosseguimento no caso, quanto à repercussão que poderia resultar a instauração de uma de crise política para o governo de Goiás, e até mesmo de âmbito internacional, sobre a acusação e prisão de um padre francês, assim descrito:

[...] Custa-nos acreditar que o dr. Chefe de policia consinta que se faça violência a um sacerdote, sem culpa formada, e sem que existe o menor documentos do qual ressalte sua culpabilidade.

O Sr. Governador de fato obre com critérios e prudência em toda esta questão. O Rvdm.. Frei Gil, como cidadão francês que é, poderá, caso seja violentando, fazer nesse sentido reclamações perante o seu governo, e então surgirá necessariamente um conflito internacional de graves consequências.

Alem disso saiba s. ex. que será o único responsável por quaisquer eventualidades que dessa questão se originarem, devidas á falta da prudência indispensável e da necessária isenção de espírito de sua parte.

(LDH, *JORNAL DO ESTADO DE GOIAS*, 22 DE MAIO DE 1892)

²⁰⁴ Ressalta-se que o referido jornal, em 20 de Agosto de 1892 dedicou uma parte expressiva na publicação de um texto de autoria de Frei Gil a respeito dos esclarecimentos e desenvolvimento dos fatos ocorridos.

Como reforço de reprovação à política de Leitão, publica ainda no mesmo número, o sinal de “protesto” produzido pelo município de Pedro Afonso, fazendo emergir alguns elementos que circularam nas concepções e idéias do contexto social retratado:

Nós abaixo assinados moradores em Pedro Afonso protestamos contra a agitação fictícia que o coronel Carlos Leitão veio promover nesta freguesia, depois de vergonhosamente retirar-se da Bôa-Vista onde o mesmo coronel Carlos Leitão, dizendo-se chefe do partido democrata, se fez valente contra o digno juiz de direito daquela comarca e apenas chegou a se tornar criminoso. Sim protestamos porque o tal chefe procurou meios artificiosos para enganar aos incautos e inocentes habitantes deste povoado, *fazendo a muitos assinar em um papel aprovando a tal constituição de 1 junho, por lhes dizer que era para esta freguesia passar ao estado do Maranhão ou ser elevada a categoria de vila.* Contra tal JEITO protestemos e declaramos que somos alistados nas fileiras do Partido Republicano Federal, por ser o só digno da nossa confiança e *defender acertadamente as justas reclamações da religião católica, apostólica, romana, a que pertecemos.*
(LDH, JORNAL DO ESTADO DE GOIAS, 22 DE MAIO DE 1892, GRIFO NOSSO)

As rejeições ao coronel pareceram ganhar espaço e, junto seu projeto de incorporar Boa Vista e territórios de seu entorno, ao Maranhão. Como estratégia de contenção ou auxílio à resolução dos “negócios”, a cidade de Boa Vista sofreu duas intervenções do governo federal: a primeira ainda em 1892 na deposição de Perna e do Juiz Hermeto Martins, e a segunda, no início de 1893, quando a cidade acabou sobre o domínio de Jose Dias Ribeiro, o “general do sertão”²⁰⁵.

No entanto, entre os planos de Leitão e o desgaste político sofrido pelo governo no apoio as investidas em Boa Vista, não impediram por parte do governo a instalação do inquérito de apuração a todos os envolvidos nas “mixórdias” de Boa Vista, decorridas no longo período de três anos. Entre outras conseqüências do clima desencadeado pela revolução encontrou-se o êxodo das populações da cidade para as regiões e estado vizinhos (PALACIN, 1990, p. 81). Boa Vista caracterizada como a “infeliz cidade” no dizer do frei Audrin (1946, p. 60) passou da condição de receptora da imigração nordestina ao longo de seu povoamento, para o deslocamento dos moradores, em busca de outras localidades, num movimento que tenderia a ocorrer também nos episódios desencadeados pelas demais revoluções ocorridas no século XX.

²⁰⁵ Jose Dias Ribeiro, identificado como “guerrilheiro” (CARVALHO, 2007, p. 189) ou auto intitulado “general do sertão” (PALACIN, 1990, p. 71) representou o perfil das práticas de pilhagem e ou do banditismo que caracterizou as incursões de jagunços, marcado pela violência no sertão. Diferentemente de Leitão ou de Leda, Dias não tinha um propósito político sobre o poder ou território de Boa Vista.

Sobre o desgaste do governo quanto à questão de Boa Vista, pode ser ilustrado na publicização do texto jornalístico recaindo sobre este o responsável pela situação de Boa Vista.

[...] Entretanto, é o próprio governo a cujo reconhecimento fez jus pelo nobre procedimento que teve nessa emergência, quem desencadeia contra ele todas as suas iras, simplesmente por que... Trata-se de um amigo do peito!...

Não nos cansaremos de repeti-lo:

Tudo quanto está se passando atualmente em Boa Vista tem como causa primordial a ambição desmesurada do coronel Leitão, e como causa remoto o apoio que daqui lhe presta o governo do Estado querendo a toda a força impor como chefe político em uma localidade um individuo cujo prestigio real é nulo e tem o valor de zero.

(LDH, JORNAL DO ESTADO DE GOIAS, 14 DE JULHO DE 1892, GRIFO NOSSO)

No *Jornal de Goyaz* esta questão sobre o governo, abre espaço para a interlocução com o público, no que se refere aos “acontecimentos de Boa-Vista do Tocantins”, e da validade da opinião pública:

[...] Do conceito do órgão democrata apelamos para o publico. Responda o publico si ainda não temos sido por demais calmos discutindo esta questão, e si a nossa linguagem não se conserva por demais moderadas diante do procedimento escandaloso que vai tendo o governo colocando sob a sua égide o coronel Leitão. Não dizemos insolências contra o governo do Estado porque não entra no nosso programa atirar injurias contra quem quer que

seja, porem em nome dos princípios que professamos não deixaremos de estigmatizar como todas as nossas forças os desmandos e os absurdos desse governo que vai cavando a ruína do desditoso Estado de Goyaz.

(LDH, JORNAL DE GOYAZ, 17 DE SETEMBRO DE 1892)

Apesar de “Boa Vista está em paz” mesmo ainda sobre o poder dos coronéis José Dias e Perna, requisitou o governo de Goiás o inquérito presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Estado por Coriolano Augusto de Loiola, que ao cabo, e ao fim da apuração concedeu anistia geral aos envolvidos, entre o quais o próprio Jose Dias e Carlos Leitão (SILVA, 1935, p. 129). Maciel Perna retornou para Carolina, no Maranhão, desapontado com o destino da fazenda Cordilheira concedido à Jose Dias nos termos das negociações e apoios estabelecidos.

Os “caudilhos” do Maranhão, na acepção de Abranches (1993, p. 212) representados por Leda, Leitão e José Dias ficaram no imaginário do promotor a promessa oriunda de Grajaú, que

os seus destemidos guerrilheiros, cansados de perseguições e morticínios, haviam emigrado quase todos para as regiões inóspitas do caucho na Amazônia, embalados

embora sempre pelo sonho falaz dos Balaíos de 1840 de fundar no coração das selvas do extremo norte um Brasil Novo e Livre (...)

De outra parte, o término da revolução na versão de Palacin produziu três efeitos: com relação ao presente, o primeiro quanto ao saldo negativo relativo à destruição de fazendas e rebanhos e o êxodo da população; com respeito ao futuro, a permanência dos ódios acumulados, das técnicas ensaiadas de mobilização e guerrilha, que desencadeariam outros episódios nas revoluções posteriores e, como a de 1907 entre Leão Rodrigues de Miranda Leda e Padre João de Souza Lima e, por fim, a natureza do coronelismo.

Quanto à “natureza do coronelismo” teceu quatro pontos, os quais porventura exprimiram as concepções do autor sobre o estudo realizado: a extrema debilidade do governo do Estado e da União no controle dos “territórios distantes”, como uma das causas básicas, entendendo portanto, a necessária presença da ordem pelo Estado; a força dos partidos na canalização dos interesses particulares; o surgimento da “liderança carismática” representada na figura de José Dias e depois de padre João de Sousa Lima, na segunda revolução de 1907 e o “o curto raio de interesses em jogo dos “intitulados liberais” ao referir-se aos planos que porventura fizeram parte das ações coronelistas do sul do Maranhão e aplicadas por Leitão, como posteriormente pelo maranhense Leão Leda no norte de Goiás, no ano de 1907 (PALACIN 1990, p. 81).

Nesta perspectiva, pareceram ser as lutas ou a revolução de Boa Vista um fenômeno do coronelismo em Goiás, muito embora as peculiaridades do movimento apontassem para a diferenciação em nome de uma República separada do poder nacional. Numa leitura diferenciada, a consideração a outros elementos de uma região peculiar de fronteira representou do ponto de vista histórico, o movimento do interior, do sertão, e porque não dizer, da proposição de outros mecanismos de apreensão e compreensão à realidade social vigente.

Embora os desfechos políticos sobre os conflitos de Boa Vista tenham encaminhado no ritmo das negociações e interesses entre as instâncias de poder, e dos órgãos representantes da lei e da ordem, para o âmbito da população ou dos não envolvidos, a realidade instaurada sob o “clima” da revolução parecera sob outros aspectos. E nesse sentido, os sintomas e sentidos dos momentos da desordem social foram perceptíveis também por outras fontes de registros, que não somente dos processos jurídicos, como o que evidenciaram os registros da instrução primária.

4.4. Em tempo de revolução: o lugar da escola

Feito o desfecho dos *negócios de Boa Vista*, ou dos episódios de “guerra” instaurados (PALACIN, 1990, p. 76) a revolução desencadeada no ano de 1892 encerrava oficialmente os enfrentamentos e conflitos em 1895, mas não seus “efeitos”. O êxodo ou propriamente a “fuga” da população de Boa Vista, alguns de volta para o Maranhão, outros em direção às localidades do Goiás e do Araguaia, fez inverter a lógica que migrou a população maranhense nos idos de 1840 em decorrência dos conflitos da Balaiada que rumou entre outros lugares, para além do Tocantins, instalando-se na povoação de Boa Vista. A história pareceu repetir, mas no sentido contrário, e claro, mobilizada por movimentos de dimensão histórica e politicamente distintos.

Como ponto comum entre o sul do Maranhão e o extremo norte de Goiás fez parte a distância da Capital, e o de pertencimento ao sertão, na caracterização da violência e das lutas de facções, a alimentar a ausência de civilização (COSER, 2005). Muito embora o sentido de “nação” pudesse representar no final do século XIX uma ampliação à categoria de sertão (AMADO, 1995) esta idéia ainda pareceu distante de se concretizar na realidade proposta pelo projeto separatista de formação de uma República independente dos Pastos Bons, postulada pelo coronel Leitão e outros seguidores, no qual incluía Boa Vista do Tocantins.

No âmbito da vida social, vimos que a população de Boa Vista composta em sua maior parte de migrantes maranhenses, fizeram e formaram sua família em terras do Goiás, nos tempos idos de 1820 a 1840 quando da instalação da escola do mestre Manoel sapateiro, passando pelo controle moral e religioso da catequese de frei Francisco e, posteriormente, da criação das escolas de instrução primária nos anos de 1850 e 1860, no processo de expansão e obrigatoriedade do ensino na província. E por fim desencadear no estopim do mando político dos coronéis gestados no processo histórico da constituição do poder, como o que caracterizou a “revolução” de 1892.

Para as etapas indicadas, a formação de uma “figuração” social (ELIAS, 2001) na representação da escola pareceu ser uma variável ao equilíbrio das forças e das tensões que moveram historicamente a cidade de Boa Vista. Neste aspecto se por um lado os litígios de fronteiras e conflitos internos que caracterizaram a dimensão dos *negócios* acentuaram-se nos anos de 1880, quando a novo equilíbrio das tensões figurou na instauração do poder político de Carlos Gomes Leitão, de outra parte a regularidade do ensino se mostrou na frequência

maior dos alunos, resultando também de outros fatores, entre os quais a publicação dos Regulamentos da instrução pública e particular na província.

Em Boa Vista, presenciou-se que a situação histórica de fronteira e de conflitos políticos com o Maranhão, como das tensões entre os poderes local e provincial incidiram na dinâmica das relações sociais, entre as quais puderam ser traduzidas no âmbito da escola. Distinguindo-se das *cousas* e dos *negócios* as práticas da instrução operaram no contraste da realidade social, pela manutenção da regularidade, da disciplina e da legislação, mesmo que a cada etapa de recomeço tivesse que refazer os inventários dos mobiliários e utensílios e, por fim, decidir pelo espaço das aulas, na busca de casa ou prédio para alugar na cidade. Desse exercício contínuo a escola passou momentos de “silêncio” e de vigor conforme o tempo e o *estado das cousas* registrados pela documentação.

Como um *lugar de escola* de meninos e meninas, a instrução primária em Boa Vista respondeu também às demandas de um “lugar de fronteira”. Esta caracterização pôde ser observada num largo tempo entre a autonomia política e jurídica, com a criação da vila e comarca de Boa Vista, inclusive reivindicada por representantes de Carolina, do Maranhão, à formação populacional de migrantes descendentes dos balaios, entre os quais grupos

oriundos de famílias boas, portadores de uma regular instrução, instalaram fazendas e campos de criação; fundaram e desenvolveram povoações; e conservando sempre ânimos o fogo sagrado do liberalismo, não se deixaram também brutalizar perdendo as luzes do espírito (ABRANCHES, 1993, p. 102)

Para o autor foi de grande relevância a contribuição do “fogo sagrado do liberalismo” carregado pelas povoações formadas na região do sul maranhense e do além do Tocantins, como de Boa Vista. De outra parte, para Carlota Carvalho (2006, p. 121) a fuga dos maranhenses caracterizou uma população de “espavoridos e consternados” a aportar em Boa Vista, de encontro aos trabalhos desenvolvidos pelo ousado projeto missionário de frei São Vitor.

Entre a instauração das necessidades sociais transpostas para outra margem do Tocantins, sedimentou-se uma estrutura social que pôde ser lida nas “inteirezas de interdependências” (ELIAS, 1993, p. 239) disposta na composição das diferentes figurações sociais representadas no âmbito do poder público como o da recebedoria, coletoria, da delegacia e subdelegacia, como das escolas de instrução primária, entre outros, ao que originou a organização do município de Boa Vista.

Pode-se dizer que para o campo social a escola significativamente representou uma figuração ao marcar de modo específico as relações de dependências recíprocas interna e externamente no seu funcionamento, e nesse aspecto, aglutinou em torno de si ações coletivas, como também reuniu na composição social dos alunos, os familiares e outros agentes de diferentes posições políticas. Ao operar desta forma no conjunto da relação de forças entre o necessário equilíbrio das tensões pode-se dizer que a escola mesmo na fragilidade de sua materialização física e na reduzida expressividade de alunos sustentou na representação do *lugar*, o valor moral e social de sua permanência, e como condição de sua própria reprodução. Na verdade a cada novo processo de instauração do poder, como evidenciado na trajetória histórica de Boa Vista instaurou-se o princípio de um novo equilíbrio social de evolução, como constitutivo do processo civilizador (ELIAS, 1993, p. 211).

Na leitura de Chartier (1990, p. 103) sobre a formação das interdependências proposta por Elias a modalidade variável das cadeias que as compõem ao serem mais ou menos longa, mais ou menos complexas, e mais ou menos condicionadoras é o que define cada formação ou configuração social. E, neste aspecto ao ultrapassar a oposição entre o homem indivíduo e o homem em sociedade, integrado em comunidades múltiplas significa pensar as relações inter-subjetivas, “não como invariáveis e consubstanciais à natureza humana, mas nas suas modalidades historicamente variáveis, diretamente dependentes das exigências próprias de cada formação social”.

A natureza da formação social que configura as interdependências existentes entre os sujeitos ou os grupos aponta como parte constitutiva desse processo caracterizado por antagonismos, instabilidades, móveis e equilibrados a condição da sua possível reprodução. Quando o equilíbrio das tensões de uma formação social se encontra rompido acaba substituído por outra que repousa em um novo equilíbrio das forças e em uma figura inédita das interdependências (CHARTIER, 1990, p. 103). Observadas num outro ângulo, as regras das relações sociais entre as pessoas que perfilaram na ocupação dos cargos e da representação das famílias no comando dos serviços públicos, ora incidiram por um lado em dificuldades expressas pelos professores nas condições de trabalho, entre os quais o pagamento dos vencimentos, ora apresentaram dados de regularidade das aulas como o que caracterizou os anos de 1880 a 1890.

Neste sentido, como partes constitutivas da sociedade de Boa Vista as escolas de instrução primária não ficaram alheias ao interesse da comunidade que se formou entre os

liberais republicanos, posteriores democratas representados pelos “carlistas”, de Carlos Gomes Leitão, como dos “pernistas”, adeptos ao partido conservador de Francisco de Salles Maciel Perna²⁰⁶, sobretudo na década de 80 do século XIX.

Nesta conjuntura, o quadro de alunos da escola de sexo masculino apresentou uma regularidade maior na relação entre o número de matriculados e a frequência observada, bem como em proporção ao registro dos mapas de aulas, sob responsabilidade do professor efetivo professor Francisco Gonçalves Santiago que, ao conferir as condições da escola de meninos logo registrou as necessidades dos bancos de assentos uma vez que a comunidade já reclamava pela devolução dos mesmos. Interessante observar a frequência dos alunos e alunas no período de 1880 a 1890, na década em que vigorou uma maior instabilidade no âmbito político, embora os *negócios* permanecessem nas instâncias da delegacia e subdelegacia de polícia, sem maiores fissuras no controle político do município.

Por outro lado, a escola de sexo feminino apresentou maior vacância nos períodos indicados, sofrendo uma ruptura no trabalho da professora Ana Joaquina da Luz, em virtude da aposentadoria. A supressão da escola no ano de 1879 deveu-se a resistência das famílias em enviar as filhas, como dos impedimentos da família “Germano” à contratação da professora substituta no agrado das aulas. Esta situação pareceu um acordo implícito ou uma forma de controle, operando a escola como espaço de negociação ou tensão entre a ordem instalada e a visibilidade dos conflitos.

Na verdade, os pais ou tutores dos alunos e alunas, representantes das famílias importantes, bem como entre outros residentes em Boa Vista mantiveram os filhos nas escolas, mesmo diante dos obstáculos quanto a falta ou troca de professores. Isto foi sintomático na observação aos mapas de aulas, seja do retorno dos nomes de alunos ou alunas pós um intervalo ou interrupção, como da permanência da família na matrícula de outros filhos ou filhas, e até netos a depender das situações.

²⁰⁶ De acordo com as informações de Parsondas de Carvalho, Francisco de Sales Maciel Perna era natural do Ceará, residiu em Pastos Bons e depois Porto Imperial (atual Porto Nacional) onde se casou com uma Ayres, pertencente a principal família da região. Ao perder a fortuna também ficou viúvo e mudou-se para Boa Vista, onde teve a “confiança e amizade” do chefe do partido liberal Carlos Leitão. Anos depois Perna aderiu ao partido conservador, em oposição ao “maquiavelismo de Carlos e Honorato” (CARVALHO, 2007, p. 187).

Quadro 9. Número de alunos e alunas matriculados nas escolas de Boa Vista (1880-1890)

Ano	Escola para o sexo masculino		Escola para o sexo feminino		Inspetor de ensino
	Nº de alunos	Professor	Nº de alunas	Professora	
1880	34	Francisco Gonçalves Santiago	-	-	Honorato José de Almeida
1882	45		-	-	
1883	50		43	Raquel de Salles Maciel Perna	
1884	44		34		
1885	34		34		
1886	45		34	Maria Dina de Barros	Theodoro Geoffre Wanderlei
1887	-		29		João Francisco Baptista
1888	30		-		
1890	33	Manuel Felipe Nery	-	Sabina Gomes Leitão	Aureliano de Barros Lima

Fonte: AHG, TOCANTINÓPOLIS, Cxs. 03, 04, 05. (quadro elaborado pela autora)

De outra parte tomando-se os registros nos seus detalhes apresentados pelos mapas de aulas construiu-se um quadro considerando a filiação dos sobrenomes das famílias que permaneceram por um tempo significativo na escola e que, por conseguinte, exerceram funções nos serviços públicos. Nos detalhes dos mapas localizados na documentação do município além dos nomes e respectivos anos, observou-se os erros na indicação das idades, da escrita correta ou troca dos nomes de pais ou tutores. Estes equívocos poderiam ser recorrentes uma vez que o conjunto de informações nem sempre era acompanhado pelos mesmos professores, além da matrícula ou entrada de alunos serem oferecidos durante o ano todo. A disposição das famílias e das gerações dos filhos e filhas nas escolas ilustra uma parte da representação da instrução primária na realidade em questão que, como se observou também foi marcado por irregularidades, supressão, intervalos, o que nem sempre a documentação conseguiu acompanhar, conforme os anos não indicados no quadro devido a ausência dos mapas de aulas, havendo apenas ofícios enviados pelos professores à inspetoria.

Embora tenha priorizado as famílias influentes que circularam em torno do poder e das decisões políticas do município, outras não assinaladas como a de sobrenome Neves, Lima, Souza, Nery e demais também fizeram parte de algumas ocupações, sem contar diversos nomes de meninos e meninas arrolados nos mapas de aulas. Por outro lado, ainda que a escola atendesse famílias influentes ou abastadas infere-se que a população escolar também fosse composta por outros grupos intermediários da comunidade de Boa Vista, ainda que o reduzido acesso às escolas, não tenha sido diferente de outras localidades da província,

que no caso da Comarca de Boa Vista apontou para o ano de 1872 uma população de 7.878, para um ínfimo atendimento escolar de 20 a 30 alunos da escola de meninos durante o ano de 1875.

Quadro 10: Relação de algumas famílias, alunos e alunas das escolas de Boa Vista do Tocantins (1864-1890)

Família/Pais/Tutores	Alunas/Filhas Alunos/Filhos	Registros nos Mapas de Aulas*									
		1800									
		64	65	78	82	83	84	85	86	88	90
Ana Joaquina da Luz Jose Ignacio da Luz	Isabel Josefina da Luz	X	X								
	Felisbela Baptista Luz			X							
	Joaquim Rufino da Luz			X							
	Saturnino Batista da Luz									X	
	Pedro Rufino da Luz				X	X	X	X			
	Ramiro Baptista da Luz						X	X	X	X	
	Salviano Batista da Luz										X
Faustino Acaccio de Figueiredo Francisco Acacio de Figueiredo	Raimunda Acacio Figueiredo	X	X								
	Malachias Acacio Cavalcante	X	X								
	Jardilina Acacio igueiredo			X							
	Henrique Acacio Figueiredo			X							
	Francisco Acacio Figueiredo				X	X	X				
	Antonio Acacio Figueiredo			X							
	Claudio Acacio Figueiredo				X	X	X				
	Jardilina Acacio Figueiredo							X	X		
	Felipe Acacio Figueiredo								X	X	X
	Anna L. Figueiredo										X
	Herminia Acacio Figueiredo										X
	Maria A. Figueiredo										X
José Francisco de Araújo	Antonio Francisco Araújo	X									
	João Lisboa dos Santos			X							
	Joaquim de Souza Lima			X							
	Antonio Arciso Araujo				X	X	X	X			
	João de Sousa Lima			X							
Francisco de Salles Maciel Perna	Francisco Raimundo Salles				X	X					
	Augusto de Salles Maciel							X	X		
	Fulgencio Jose de Souza						X				
	Anna Salles Maciel									X	X
	Antonio Salles Maciel										X
	Joana Salles Maciel										X
	Regina Salles Maciel										X
	Tito Salles Maciel Perna										X
Carlos Gomes Leitão Alexandre Francisco Gomes	Maria Gomes Leitão				X	X	X	X			
	Atanasio Gomes Leitão						X	X			
	Lafayette Gomes Leitão										X
	Anna Gomes Leitão										X
	Antonia Gomes Leitão										X

Fonte: AHG, TOCANTINÓPOLIS, Cxs 1-5.

*Conforme os registros dos Mapas de Aulas localizados (quadro elaborado pela autora)

Diferentemente do quadro compreendido entre os anos de 1880 a 1890, os anos posteriores entre 1891 e 1896 não apresentou informações regulares quanto às condições das escolas e outros registros de seu funcionamento. Todavia, o período da revolução, compreendido entre os anos de 1892 a 1895 foi sintomático a irregularidade dos registros da instrução primária, seja da interrupção das aulas, como da hipótese de haver ocorrido desvios ou supressão de documentos, mas que não inviabilizou a abertura da escola anos posteriores.

Como parte da desorganização dos registros e documentos assumidos pelos cartórios registrou o escrivão do Juiz interino Aureliano de Barros Lima, em documento enviado ao Diretor das Diretorias do Interior, Jurisdição e Segurança Pública que ao retornar do tratamento de saúde na cidade de Belém do Pará, afastado desde o ano de 1892, informou que

[...] devido esses incommodos e a revolução em que se achava a comarca só pude reassumir o exercício a 15 de fevereiro de 1896, recebendo em completo estado de ruínas os cartórios, do cidadão Candido Facundes de Carvalho Maldoniell [...] a vista da portaria do respectivo Juiz Municipal entimamente obrigados pelo Intendente Municipal Jose Dias Ribeiro, requeri a 31 de dezembro do anno passado a minha exoneração no juiz de Direito interino, o qual a resposta já se haviam combinado, procedi assim para salvar a vida ameaçada, desde que convidado, não quis fazer parte da junta política contra o governo, que organizou o cidadão Francisco de Salles Maciel Perna que se (?) ser o mandão da terra desde o 2º Districto onde é Juiz sendo morador em Carolina do Estado do Maranhão e por tanto Superior d'aquelle Intendente, que tudo assigna de cruz fases imperar os costumes que adquirio nos corres da fachada resolução daqual foi cabo de governo. Fazendo chegar ao presidente estas ocorrências para vosso conhecimento passar-vos [...]

(AHG, DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA, 1896, Livro 1137)

Nos registros do escrivão Aureliano, pai e tutor de alunos das escolas entre os anos de 1882 a 1890, os resultados da revolução apontaram para a desorganização dos registros públicos da cidade, além da tensão às formas processadas pelo poder de Francisco de Salles Maciel Perna na saída de Leitão.

Como membro do grupo “carlista” o Capitão Manuel Felipe Nery foi nomeado em agosto de 1890 para ocupar a função de professor das aulas de primeiras letras da escola de sexo masculino. Iniciou suas aulas em continuidade ao trabalho desempenhado pelo professor efetivo Francisco Gonçalves Santiago que, “cansado” de reclamar das condições de trabalho e da inspetoria de Honorato Jose de Almeida, transferiu-se para a comarca de Palma, no ano de 1890²⁰⁷. Por outro lado, questionou-se em que medida a substituição do professor efetivo por um membro adepto ao grupo majoritário representou a influência da escola ao poder instalado, e à população agregada em seu entorno.

²⁰⁷ AHG, Documentação Avulsa, 1893, Cx 436.

Com atenção aos mapas de aulas dos meses de setembro e outubro de 1890, o referido professor recebeu os alunos em adiantado processo de leitura e operações, havendo uma frequência média de quarenta alunos ²⁰⁸. No entanto, instaurado o clima da revolução, obrigou-se o referido professor comunicar à inspetoria da Instrução Pública do Estado, a seguinte informação:

Tendo retirado-me furtivamente para o Estado do Maranhão no dia 2 de Janeiro do corrente anno, quando os rebeldes atacarão esta Cidade, só hoje pude voltar e assumir o exercicio do meu cargo de professor publico d'esta Cidade. Levando este facto ao conhecimento de V. S.^a tenho por fim pedir-lhe desculpa pela falta que commetti, filha certamente de força maior, e nem sei mesmo se breve terei de imigrar de novo, visto como por ora nada ha de garantias para os empregados do Estado de Goyaz.
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1893, CX 5, GRIFO NOSSO)

Informa o professor a ausência ocorrida no período de janeiro a outubro de 1893 por ocasião dos ataques ou de tomada da cidade por parte do grupo do caudilho José Dias Ribeiro. A fuga para o Maranhão, e até do pedido de desculpas evidenciou a preocupação em retomar as aulas ou assumir o cargo, o que pudesse atribuir a importância da instrução, quando também utilizou o capitão dos serviços das escolas de Boa Vista ao ensino dos filhos nos anos de 1880. Outro agravio foram as incertezas diante do quadro político instaurado já que não havia garantias do serviço oferecido pelo Estado, seja pela ausência, sempre distante da difícil comarca de Boa Vista, como do tratamento atribuído à instrução primária na instalação do governo republicano. O registro da situação do professor Felipe Nery mostrou um pouco as consequências desencadeadas pelo movimento político ou das desordens sociais decorrentes, perfilando um contraste entre as instâncias locais e os discursos proferidos pelos presidentes do estado em ressaltar “a índole pacífica do povo goiano” (ALVES, p. 42) na defesa do novo regime político.

Em outro documento o presidente do Conselho Municipal, na ânsia de querer instalar novamente as aulas das escolas de sexo feminino e masculino, pontuou no referido ano:

Em resposta ao vosso officio de 11 de Agosto d'este anno, scientifico-vos que attendendo a falta de Delegado Litterario n'esta circumscripção, devido ao estado anormal em que tem permanecido, aprovei o vosso acto encarregando os cidadãos José Christerio Cortez e D. Jannuaria Gonçalves Neves da regencia das escolas primarias d'essa cidade, e providencieí para que os vencimentos do mês- nos sejam

²⁰⁸ Infere-se tal informação com base no registro dos Mapas de Aulas de 1890 e 1893, onde consta no “grau de instrução” a indicação dos Livros de leitura 1º, 2º e 3º livros, como também os conteúdos de cálculos, como juros, repartir, multiplicar, somar. AHG, Tocantinópolis, Cx 05, 1890.

pagos ahi pela colletoria.Outrosim que deixa o Governo de nomear professores para as referidas escolas por es-tar a findar-se o praso concedido pela nossa Constituição para a organização definitiva do município aos quaes compete prover sobre o serviço da instrucção primaria.
(AHG, SECRETARIA DE GOVERNO, 1896, Nº 236, GRIFO NOSSO)

Como dado acrescido “ao estado anormal” sobre a instrução primária em Boa Vista lembrou o presidente do Conselho as regras estabelecidas ao quadro administrativo das escolas. De acordo com o *Regulamento da Instrução Primária do Estado de Goyaz*, sob o Decreto n. 26 de 23 de Dezembro de 1893, versou que “o ensino será gratuito e leigo” além de obrigatório nas cidades, vilas e povoações. No que condiziam as disposições gerais do documento, afirma que ao Governo continua a competência pela criação e supressão das escolas, entre outras atribuições, enquanto os municípios não estiverem definitivamente organizados ²⁰⁹.

Embora o atendimento às questões relativas ao oferecimento e manutenção da instrução primária, entre outros aspetos, que requereu sua organização Alves (2009, p.40) destacou que a instrução primária não recebeu em terras goianas uma ênfase significativa no discurso oficial, enquanto que, diferentemente de outros estados, houve uma acentuada defesa da instrução como condição primordial do projeto civilizador da República, o que não se pôde observar nos discursos das elites goianas desse período.

Acrescenta ainda que as problemáticas da instrução primária gravitavam em torno das questões relativas ao oferecimento e manutenção da instrução primária, das competências de cada esfera administrativa, da fiscalização, da obrigatoriedade e da formação dos professores. Entretanto, se as demandas da educação postas ao governo republicano conferiram estes aspectos mais amplos, pareceu Boa Vista um oásis diante do *estado das cousas* que, agravada sempre pela distância, acarretou um tardio restabelecimento dos serviços públicos, processados no equilíbrio das tensões e da instauração de uma nova ordem social.

De todo modo, as condições pelo restabelecimento das escolas pareceram corresponder ao tempo mais amplo que o período de duração da revolução. Foi somente no ano de 1899, embora não tenhamos encontrado registros anteriores, que comunicou o Delegado Literário Tito Pereira de Brito que

achando-se vago os lugares de Professor e Professora publica desta Cidade, nesta data nomiei para ocargo de Professor da Aula de Instrucção Primaria do sexo masculino ao Cidadão Malachias Alves Cavalcante e para Aula do sexo feminino a

²⁰⁹ AHG, Goyaz, Regulamento de 1893.

D. Maria de Figueiredo Brito os quaes pretaram o compromisso legal e ilogo entrarão em exercício
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1899, CX 5)

Com relação ao estado da escola assim informou o professor e ex-aluno da escola de sexo masculino da cidade, Malachias Alves Cavalcante, filho de Faustino Acacio Figueiredo as dificuldades encontradas:

que na tentativa ao assumir o Cargo de Professor Público para o qual fui nomeado e pretendendo abrir a Escola no dia seguinte, não encontrando Casa e nem mobília pelo que fui forçado a allugar o Salão da Casa do Sñr. João Acacio de Fegueiredo, assim como amobilia, precisa pela a quantia de dez milreis mensais, sendo o salão por cinco mil reis mensais, por igual quantia, não incontrando nada de archivo, pelo que fazendo detudo chegar avosso conhecimento espero não so approveis, esta minha reclamacção como providencieis para serme fornecido Casa, mobília, livros, emais uteçilios precizos visto como não posso fazer porminha conta taes despesas
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1899, CX 5)

De igual teor, a professora Maria de Figueiredo Brito também expôs as condições materiais da escola de sexo feminino, que na pretensão de “abrir a escola” registrou:

Não encontrei Casa nem mobília pelo que fui forçada a allugar um salão da casa dos herdeiros do falecido Faustino Accacio de Figueiredo, assim como mobília precisa pela quantia de dois mil reis mençais sendo o salão por cinco e os mais por igual quantia, não incontrando nada de archivos, pelo que fasendo de tudo chegar ao vosso conhecimento espero não só que apporveis esta minha reclamação, como provinçieis para ser me forneçida casa mobília, livros e mais utençilios precisos, visto não posso fazer por minha conta tais despesas.
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1899, CX 5)

Pareceu que o termo *abrir escola* em Boa Vista mostrou-se mais complicado do que outras situações que possam ter havido diante das interrupções das aulas. O que havia da representação física do lugar de escola, entre mobiliário e arquivos e da casa, nada sobrou diante dos serviços prestados à revolução que involuntariamente o espaço serviu. Ainda como parte do processo no restabelecimento da organização pública, a problemática do aluguel para fazer funcionar a escola e a documentação de procuração por parte dos referidos docentes ao Coronel Antonio Fleury Curado para o pedido de nomeação dos cargos. Por outro lado, o problema de retomada das aulas pareceu estender-se por mais anos, quando no ano de 1900 proferiu um documento o Delegado Literário Tito Pereira de Brito a seguinte informação:

Avista das representações juntas enviadas pelos professores das aulas de instrucção primaria de ambos os sexos desta Cidade, vereis o estado em que seacha opredio

pertencente ao Estado e destinado para as aulas, *que outrora servido de quartel durante a revolução de que foi victima a Comarca, ficou em estado de ruinas e portanto inabitável, não existindo mobília nem archivos*, pelo que venho solicitar-vos não só autorisação para confirmação do aluguel de prédios particular para a instrução das mesmas, senão também o fornecimento de mobílias e utensílios de que tanto carecem, e finalmente conseguirdes que hoje pela Repartição competente expedida ordem para pagamento do aluguel dos prédios e importância despendido com aluguel da mobília possa ser feito pela Colletoria do Municipio (?) Delegacia até que seja pelo poder competente autorizado a reedificação do prédio destinado as aulas
(AHG, TOCANTINÓPOLIS, 1899, CX 5, GRIFO NOSSO)

De fato pareceu o documento expressar o esforço das localidades e, de sobremaneira Boa Vista, para fazer instalar os serviços da instrução primária, talvez corroborando o descaso do governo republicano à continuidade do processo civilizador, ainda nos seus primórdios.

Como dado representativo do espaço da escola os registros encontrados confirmaram a ausência das aulas e da documentação entre os anos de 1890 a 1896, caracterizando a falta de uma memória material dos arquivos. Por outro lado, a relação entre o lugar da escola e as memórias da primeira revolução pareceram imbricados quanto à sua nova instalação, o que requereu ocupar as “casas” ou propriedades de antigos representantes envolvidos nos conflitos políticos, como de Faustino Acacio de Figueiredo, família de tradicional presença nas escolas, como até mesmo de Carlos Gomes Leitão.

Outro dado foi informado pela coletoria da cidade quando da averiguação sobre as condições que se encontrava um prédio público para fazer funcionar as aulas no ano de 1896, assim descritas:

Em resposta ao vosso officio de Prestimo (?) datado dentre a mim informar-vos que só me consta existir nesta Cidade pertencente ao Estado um prédio sito a rua e Paysandu *coberto de telha e tapado de taipa com três portas e três janelas de frente e três portas interiores*; comprado pelo Governo ao Cidadão José Gomes Leitão em dias do anno de 1896, pela quantia de dois contos quinhentos milréis, *para nelle funcionar as aulas publicas de instrução primaria*, consistindo seu com partimento em duas salas, uma dellas assoalhada outra aterrada, um pequeno quarto que serve de alcova e um estreito e baixo avarandado que serve também de cosinha, de construção má e de madeira Ordinárias, *pelo que acha-se bastante deteriorado e estragado pelas tropas que durante a revolução nelle se aquartelarão*, pelo que não pode ser habitado se não depois de reparado quanto antes para assim se evitar maior prejuizo.
(AHG, DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA, 1896, nº 1137, GRIFO NOSSO)

Interessante observar a representação com que o espaço da escola manteve ao longo dos anos na história da instrução primária de Boa Vista. Nos anos da revolução serviu de quartel; em março de 1898 por ocasião da eleição para Presidente e vice-presidente da

Republica na 1ª Seção do 1º Distrito da Boa Vista do Tocantins “*se fez na Salla das Aulas publicas*”; e por fim, já no século XX a escola ainda não tinha um lugar destinado. Diante das dificuldades, procedeu ao professor Jose Christino Cortes a seguinte providência:

(...) passei a Aula masculina de esta Cidade para caza particular, pagando eu de alluguel dez mil reias mensaes; anteriormente não vos communiquei, lecionava os Alumnos em uma salla da Caza que aqui deve ser do Estado ou pertencente ao Municipio, o Dr. Juis de Direito desta Comarca, aqui chegado, preferio essa Caza para residência d'elle, ou do Municipio ou do Estado é uma Casa Publica
(AHG,TOCANTINÓPOLIS, 1901, CX 5).

Outrossim, quando do contexto da revolução, a escola representou o espaço de refúgio, ao se tornar um “quartel”, seja pelo local estratégico que ocupou na cidade, seja pelas condições físicas de instalação, à vista do que configurou grosso modo, que Boa Vista saiu da condição de “um lugar de escola” para quase “uma escola sem lugar”.

Como parte constitutiva de sua história, Boa Vista respondeu por outras necessidades ou ainda pelas indispensáveis “desordens” da revolução, e quiçá estas tivessem correspondido ao conceito, como expressão de transformação das condições sociais e econômicas da população e do lugar. Todavia a “revolução” passou muito mais pelo viés da “mixórdia” em nome das reformas e dos ajustes, resultando ao extremo norte de Goiás e o sul do Maranhão o peso do interior, da vida do sertão, das fronteiras da marginalização social, e quiçá, a escola tenha carregada a representação do lugar tomado como “quartel” e como espaço de luta, do que a responsabilidade de apagar o tempo da desordem.

De todo modo, acreditamos que os “negócios” de Boa Vista se não beneficiaram a regularidade do ensino ou da preservação das escolas, serviu de laboratório às elaborações políticas dos primórdios da República, colocando em cena o advento à perpetuação do poder do Estado e da Igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese teve como objetivo tratar da instrução primária na vila e cidade de Boa Vista do Tocantins, na província de Goiás, no período de 1850 a 1896, trazendo como elementos de leitura as relações de fronteira com o sul do Maranhão, e das influências desta proximidade no âmbito do estabelecimento de um *lugar de escola*. Dessa confluência se perfilaram as representações e práticas que, delineadas pelos documentos da instrução pública puderam apresentar o lugar social das escolas em meio aos fatores diversos que implicaram sua localização no extremo norte de Goiás.

O caminho percorrido pela pesquisa respondeu num primeiro momento as questões referentes à localização de Boa Vista como um “lugar de fronteira” no âmbito da província, primado pela instituição de um processo civilizador na efetivação da catequese indígena e na ordem social e política caracterizada pelas instâncias de poder político no município. A obrigatoriedade do ensino elementar na representação de um *lugar de escola* respondeu à definição pela materialidade das aulas e das atribuições dos professores e inspetores paroquiais, no destaque à intermediação da escola à realidade social postas pelas implicações de um “lugar de fronteira”. Por fim, o desencadeamento dos conflitos políticos ocorridos nos anos de 1890 implicou considerar as tensões e as repercussões à realidade social apresentada pelos registros, no que diz respeito às irregularidades do ensino e por assim dizer da ressignificação da casa-escola nos tempos da “revolução” de 1892.

Os primórdios da escolarização no projeto da instrução pública proposto no âmbito das províncias e do Império ao longo do século XIX, bem como seus efeitos e representações no campo social nos direcionaram as instigantes questões de criação das escolas em Goiás e, em particular na cidade de Boa Vista do Tocantins. Anterior à criação da escola do sexo masculino no ano de 1850 buscamos apresentar os aspectos diversos que configuraram a localidade de Boa Vista como um “lugar de fronteira” entre outros aspectos que se traduziram no plano das relações sociais e políticas ao longo do século XIX.

Assim, no entendimento ao processo histórico que culminou na fundação de Boa Vista fez-se necessário localizar o contexto político e econômico da província de Goiás frente aos desafios propostos pelo governo Imperial no que diz respeito aos empreendimentos da navegação e dos projetos na fundação dos aldeamentos às margens dos rios Araguaia e Tocantins. Como caminho de acesso à região Norte do Brasil, a viabilidade de navegação

pelos referidos rios colocou em evidência os desafios em desvendar os sertões e regiões “desertas” repletos de indígenas bravios e, sobretudo, fazer expandir as fronteiras da província, e do Brasil Central em favor do desenvolvimento do comércio e da navegação com os portos de Belém e regiões da Amazônia.

Enquanto portais de entrada à riqueza econômica da Amazônia, o extremo norte de Goiás, representado por Boa Vista e o sul do Maranhão, pelas cidades de Santa Tereza de Imperatriz (atual Imperatriz), São Vicente do Araguaia (atual Araguatins) entre outras localidades às margens do Araguaia e o Tocantins, foram alvos de atenção por parte das autoridades provinciais e do Império. Neste aspecto, se do ponto de vista econômico o interesse pela navegação dos rios mobilizou esforços no investimento de projetos e ou expedições à região, do ponto de vista político representou uma fronteira de tensão entre as medidas de força representadas pelas Províncias e pelo poder do Estado através das intervenções militares²¹⁰.

No conjunto dos aspectos que caracterizaram um “lugar de fronteira” o destaque à política dos aldeamentos e da catequese indígena adotada pelas missões religiosas dos capuchinhos nos anos de 1840, representada na polêmica figura do frei Francisco do Monte São Vitor e, posteriormente exercida pelos padres dominicanos, nos anos de 1890. No movimento de ocupação e povoamento da região a organização dos aldeamentos pelas missões da catequese indígena sedimentou-se no estabelecimento do poder político por parte dos fazendeiros e proprietários de terras, na esteira de um processo civilizador implementado pelas medidas administrativas da Província. As controvérsias que envolveram as práticas do frei São Vitor traduziram-se nas diferenciações das medidas de poder entre a moralidade religiosa e o controle político por parte do governo provincial à manifestação dos *negócios* e das *mixórdias* da tão distante comarca da Capital de Goiás.

Outro aspecto residiu na composição social e política da vila e cidade de Boa Vista decorrente das migrações sucessivas de populações das províncias e localidades em seu entorno, e principalmente por parte das famílias maranhenses, em sua maior parte provenientes das vilas e cidades do sul do Maranhão, local de onde migraram líderes, coronéis e defensores do partido liberal envolvido nas lutas políticas de oposição ao governo da Província. A intensa proximidade com o sul maranhense revestiu de formas variadas, seja pelos litígios jurídicos entre os termos das comarcas de Imperatriz ou de Boa Vista seja na

²¹⁰ Dentre os movimentos que foram alvos da intervenção federal na região destacam-se a expressiva eclosão da Balaiada (1838-1841) e em tempos da República, as denominadas “revoluções” de Boa Vista do Tocantins (1892/ 1907), e da Guerra do Leda (1909), na cidade Grajaú, no sul do Maranhão.

constituição do poder político no município, entre o domínio da família Germano à sua representação pelo coronel Carlos Gomes Leitão, nos anos de 1890.

Por outro lado, as relações históricas construídas ao longo do século XIX entre ambas as províncias desconheceu as fronteiras ou o limite do rio Tocantins, quando nos anos de 1840 o recurso da fuga, por conta dos conflitos e das dissidências políticas fizeram migrar para Boa Vista, famílias e líderes políticos maranhenses; e nos anos de 1890 o movimento inverteu-se, parte da população de Boa Vista, em virtude dos efeitos da “revolução” de 1892 procurou entre outras localidades, cidades do sul maranhense.

Desse modo, como uma das fronteiras mais vivas do Goiás no século XIX, a cidade de Boa Vista canalizou para o âmbito da configuração do poder no município as influências dos ideais políticos por parte dos líderes e coronéis maranhenses, a ponto de traduzir uma tênue fronteira muito mais próxima do Maranhão do que da longínqua capital de Goiás. E como parte do cenário, posto entre a proximidade e ou distanciamento do poder público do Estado com os interesses patrimonialistas dos coronéis nos primeiros anos da República, Boa Vista passou ainda a representar, nos anos de 1890 o ousado projeto separatista do sul do Maranhão, idealizado na construção da “República dos Pastos Bons”. No plano proposto pelo coronel maranhense Carlos Gomes Leitão, vigorou a lógica do desenho cartográfico, o qual não cabia apenas à independência dos Pastos Bons, mas da incorporação de Boa Vista a formação de uma “república independente” do Sul do Maranhão.

Esse conjunto de considerações quanto à representatividade política e social de Boa Vista na configuração de um “lugar de fronteira” expressou as bases constitutivas das representações e práticas que giraram em torno da construção de um *lugar de escola*. Julgamos importante entender os múltiplos aspectos que estruturaram historicamente a dinâmica das relações ou das “lutas de representações” (CHARTIER, 1990, p. 17) no entendimento ao *lugar de escola*. A percepção das escolas não descolou das necessidades marcadas por disputas, confrontos, competições que regeram as relações de poder caracterizadas por momentos de tensões e equilíbrios, de conflitos e proximidades apresentado pela realidade social em questão, na medida em que a escola se fez pelas concepções e pelos agentes que dela participaram, na função de professores, inspetores e pais de alunos.

Os fatores arrolados ao longo da pesquisa procuraram evidenciar a relação construída entre o plano do *lugar*, potencialmente entendido pela representação da distância, do extremo, do longínquo e da escola como uma instância social, ou da ordem requerida pelos

mecanismos do Estado e pela prática da instrução. Ao tratar dessa relação em Boa Vista os sentidos ampliaram-se quando revestidos pelas acepções interpretativas referentes às regiões pertencentes ao sertão, como localidades de natureza hostil, desprovidas da lei e da ordem. Todavia, a forma como esta questão foi representada no plano das medidas administrativas revestiu-se sob os preceitos da civilização e estendeu-se na obrigatoriedade do ensino como mecanismo da prática requerida pelos regulamentos da instrução pública.

Na percepção do espaço e da distância vigoraram expressões como do elogio aos adiantados “hábitos de civilização” dos aldeamentos Apinayé a uma légua da cidade de Boa Vista, na evidência da incorporação dos indígenas ao espaço do trabalho e do comércio, e da cidade como representação da civilização. Assim também, atribuiu-se a organização do espaço público as regras ou os códigos de conduta à ordem social e do uso devido dos lugares dispostos pelas casas, ruas e tabernas, aplicados à longínqua vila de Goiás.

Quanto à obrigatoriedade do ensino estabeleceu-se, entre outras medidas, o cumprimento da distância de uma “zona de quarto de legoa da sede da escola” em relação à moradia dos alunos, como forma de garantir sua visibilidade e aumento da frequência escolar. Ainda num outro ajuste, diante da expansão da instrução elementar em todos os lugares da província, a diferença social dos *lugares de escolas* atendeu a relação direta de receber maior ou menor atenção do Governo provincial, conforme previam as circunstâncias locais, estabelecido pelo Regulamento de 1884, ou grosso modo, nos termos que dispunha o orçamento provincial.

Os referidos aspectos remeteram compreender a medida da distância como elemento da relação entre a proximidade da cidade à aplicação dos preceitos civilizatórios e da instância da escola como responsável ao seu cumprimento. Na percepção do espaço, entre outros fatores, a leitura do *lugar de escola* pareceu potencializar-se na representação da casa e da obrigatoriedade social do ensino, concorrendo por sua vez à limitada frequência dos alunos, diante da superioridade dos problemas enfrentados pelas famílias no emprego dos filhos, em vez do atendimento proposto pela instrução elementar e dos compêndios da doutrina cristã.

A distância ao interferir na representação dos *lugares de escolas*, também conferiu sua maior ou menor importância e, não obstante, para o sertão ou interior da província este agravante poderia se acentuar. De todo modo, no âmbito dos mapas demonstrativos apresentados pelos relatórios provinciais, embora Boa Vista tenha ocupado por alguns anos o último *lugar de escola* na relação dos registros da instrução pública, na ideia de que a fronteira também se representou na disposição do papel, não destoou em relação às demais

localidades da província quanto ao número de alunos na freqüência às aulas, em períodos determinados. E nesse aspecto, relevante observar que enquanto a desordem política traduziu-se no *estado das cousas*, ou dos *negócios* de Boa Vista, conforme sugeriu as interpretações do Estado provincial, houve momentos em que a freqüência dos mapas de aulas pôde representar a instauração de um poder simbólico, ou da ordem assegurada pela escola.

E nesse aspecto, o entendimento de que as representações da escola revestiram-se de um cenário de contrastes sociais em correspondência às ações de um “lugar de fronteira” marcado pelas instabilidades, disputas e dissidências políticas internas na constituição do poder de Boa Vista e acirradas pelas influências políticas advindas do sul do Maranhão. De outro lado, como instância de sociabilidade pareceu funcionar não somente no atendimento dos filhos das tradicionais famílias da cidade, também os alunos pobres, ou filhos de indigentes, conforme registrou o professor Benedito Marques nos anos de 1870. E ainda, a escola contou com formas diversas a assegurar, mesmo pelo recurso das denúncias quanto à precariedade material e das condições físicas de instalação, o auxílio dos familiares, professores e ou particulares ao seu funcionamento.

Neste aspecto, no acompanhamento as informações tecidas pela inspetoria paroquial, bem com pelos professores e professoras, as escolas evidenciaram-se na materialidade das condições físicas de instalação, seja dos aspectos concernentes às mobílias e utensílios como da representação da casa ou prédio adequado às aulas. Outro elemento que residiu no recurso utilizado sobre a descrição da casa escola ou da precariedade que marcou os registros da instrução pública também ilustrou as formas com que as mudanças foram operadas em nome da visibilidade do lugar. Do ano de 1882 contava a escola de meninos com uma pequena sala, dividida por paredes de palha, sem assoalho ou forro. Diferentemente no ano de 1896 a escola que serviu de quartel da revolução de 1892 ocupava um prédio coberto de telha e duas salas, além de outras divisões e, simbolicamente representou o melhor espaço e lugar adequado as lutas políticas dos anos de 1890. Por outro lado esta visibilidade também conferiu a preferência da escola de meninos em detrimento da escola de meninas, sendo esta suprimida e ao mesmo tempo limitada, entre outros aspectos, pela não disposição das pessoas habilitadas na cidade que não faziam questão do baixo vencimento ou da demora de recebê-lo pela função desempenhada, conforme informava a inspetoria.

Como parte constitutiva das relações de poder que perfilaram entre as tradicionais famílias instaladas - Germano, Figueiredo, Araújo, Perna - as escolas através dos agentes representados pelos professores e inspetores também denunciaram abusos, reclamações e

petições à ordem política vigente. Na observação dos registros, as formas das petições demonstraram um conjunto de questões que mobilizou a vida social de Boa Vista, bem como a dimensão dos sentidos da instrução elementar frente à ordem dos demais serviços. Isso pode ser verificado, ainda no final de 1868 quando orientou a inspetoria a preferência no pagamento dos vencimentos da professora Ana Joaquina da Luz em detrimento aos demais funcionários públicos, não cumpridores dos deveres na função. Nos anos de 1880, o domínio da família “Germano” foi marcado entre outros aspectos, na definição aos ocupantes dos cargos de professores e professoras das escolas, e até da influência exercida sobre as demais famílias para que não enviassem suas filhas à escola, por não aprovarem a professora nomeada.

Estes exemplos, no conjunto de outros apontados no trabalho ilustraram a dinâmica com que a realidade social de Boa Vista foi tecida pelo universo das escolas e como estas marcaram historicamente as relações entre a função e a forma, o mestre escola e o professor e até mesmo entre a casa-escola que serviu para o ensino, também prestou como refúgio, quartel da revolução e das lutas políticas de 1892.

Se por um lado as leituras construídas do trabalho primaram pelo percurso das escolas e da representação da instrução primária desde as influências da escola de Manoel sapateiro, das formas de ler e contar, do abc e dos números à sua institucionalização por um *lugar de escola*, por outro lado, não pode deixar de ressaltar os contrastes entre a proximidade e a distância que operaram as relações entre o extremo norte de Goiás e o sul do Maranhão. Contrastes também expostos pela disputa que marcaram o terreno do domínio entre a afirmação do Estado republicano, assegurado pelos interesses dos coronéis e dos partidos políticos do governo ao estabelecimento da Igreja no terreno das missões, por vezes se colocando como conciliadora na intermediação dos conflitos civis, como o que caracterizou a presença do dominicano francês frei Gil Vila Nova no âmbito da guerra política dos anos de 1890, em Boa Vista.

Estas questões e análises reveladas nas particularidades da instrução primária entre as atribuições de um *lugar de escola* às questões que implicaram sua localização num “lugar de fronteira” se inscrevem na visibilidade dos estudos da pesquisa em história da educação em Goiás e, mais ainda, das contribuições quando remetida ao campo da historiografia do século XIX. Nesse aspecto, o desafio recobre-se em fortalecer que os caminhos da instrução pública não foram uniformes aos regulamentos e aos mecanismos civilizadores primados pela legislação, mas sim atenderam ao tempo das necessidades dos lugares e das práticas empreendidas pelos diferentes agentes e grupos representados.

A representação dos registros traduziu-se nas concepções do grau de instrução, das reclamações, como das lacunas e dos silêncios da documentação. Em outros momentos quando cessado os registros das aulas, a redefinição dos espaços sociais e, inclusive da escola pareceu representar o lugar mais adequado ou o melhor prédio da cidade, a servir como ponto de refúgio às demandas dos conflitos e da guerra de 1892.

Por outro lado, entre os motivos da “revolução” ou dos caprichos postulados pela manutenção do poder dos coronéis nos primeiros anos da República revestiu-se de novo fôlego a velha questão das fronteiras entre o Goiás e o Maranhão. Dos embates pelos conflitos e guerras entre, outras conseqüências, o tempo da revolução de 1892 a 1895, não alterou a ordem social republicana das regiões de fronteira ou do sertão do Goiás, representado por Boa Vista, na verdade fez fortalecer novas estratégias nas revoluções posteriores (1907/1936).

De todo modo, um cenário que ainda fica em aberto na perspectiva da contribuição historiográfica pelo estudo das escolas nos primeiros anos da República ainda sobre os efeitos de um “lugar de fronteira” que, embora revestido de outros fatores, não deixará de acrescentar as bases históricas e políticas que caracterizaram a forma da escola e da educação numa região ainda marcada na contemporaneidade pela pobreza e pela exclusão social

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. *A esfinge do Grajaú*. 2ª ed. São Luís: ALUMAR, 1993 (Coleção Documentos Maranhenses).

ABREU, Sandra Elaine Aires de. *A instrução primária na Província de Goiás no século XIX*. São Paulo. 2006. Tese. (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

_____. O ensino da escrita, da leitura, do cálculo e da doutrina religiosa nas escolas de primeiras letras da província de Goiás no século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 18 set./dez. 2008.

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias*. Rio de Janeiro: 1868.

_____. *A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goiás*. Imperatriz, Maranhão: AIL, 2007.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. *A instrução pública no Brasil (1500-1889)*. 2. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

ALVES, Miriam Fabia. *Política e escolarização em Goiás: Morrinhos na Primeira República*. Tese. 208 f. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

_____. Construindo mitos: a conquista do oeste no Brasil e nos EUA. In. PIMENTEL, Siney Tavares; AMADO, Janaína (Orgs.). *Passando dos limites*. Goiânia: UFG, 1995.

AMOROSO, Marta. Crânios e cachaça: coleções Ameríndias e exposições no século XIX. *Revista de História*. São Paulo, 154, 1º semestre 2006.

_____. Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 37, jun./1998.
AUDRIN, José M. *Entre sertanejos e índios do norte*. Rio de Janeiro: Edições PUGIL; Livraria AGIR, 1946.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Condições Materiais para o exercício docente: sinais de um projeto educacional oitocentista . In: *Cadernos de História da Educação*, n. 7, jan./dez. 2008.

BASTOS, Aureliano Candido Tavares Bastos. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*, 2ª ed. vol. 105. Companhia Editora Nacional, 1937. ([www. http://brasiliana.com.br](http://brasiliana.com.br))

BASTOS, Maria Helna Camara. O ensino munitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, 3ª. ed. vol II, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, vol.1.

BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

BEZERRA, Edimilson Rosa. *O grão e o casco*. Representações e práticas da colonização no sul do Maranhão na primeira metade do século XIX. Dissertação. 183 f. (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2010.

BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Lina Maria. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. Belo Horizonte, Ministério da Cultura, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In. ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática: 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Antonio José da Costa. *Almanach da Província de Goyaz para o ano de 1886*. Goiânia, Goiás: UFG, 1978 (Coleção “Documentos Goianos”, vol.1).

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luis: SIOGE, 1992.

CAMPOS, Itami Francisco. *Coronelismo em Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídio para a história e a geografia do Brasil*. 3ªed. Imperatriz, Maranhão: Ética, 2006.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira; CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo. Rio Araguaia: caminho dos sertões. *Revista de História*. UFG, abr./2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro de sombra: a política imperial*. 5. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Parsondas de. In: DINO, Sávio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, Maranhão, Ética, 2007.

CASTANHO, André Paulo. Moralidade pública e educação no século XIX. In. *IV congresso Brasileiro de História da Educação*. UCG: Goiânia, 2006.

_____. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. In. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, jan./jun., 2006.

_____. A prática dos castigos e prêmios na escola primária do século XIX: do legal ao real. In. *Educere & Educare*, Revista de Educação, vol. 4, nº 8, jul./dez. 2009.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000 (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 217).

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo. *Tocantins: o movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988)*. São Paulo: Anita Garibaldi; Ed. UCG, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. *A escrita da História*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811)*. 2ª ed. São Paulo: Nobel; INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. In. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994.

CHAUL, Nasr Fayad (Coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casa e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/ UFG, 1998.

COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. In. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, Maio/Ago. 2005.

DE LUVA, Tania Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DIAS, Marcia Hilsdorf. O diário de São Paulo *como fonte*. In. VIDAL, Diana Gonaçlves; SOUSA, Maria Cecília C. C de (Orgs). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DIEL, Paulo Fernando. A paróquia no Brasil na restauração católica durante a Primeira República. In. TORRES-LONDOÑO (Org.) *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

DOURADO, Benvinda Barros. *Educação no Tocantins: o Ginásio estadual de Porto Nacional*. Goiás: 2010, 313f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v.1.

_____. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v.2.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ENGEL, Magali Gouveia. Guarda Nacional. In. VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; RESENDE, Fernanda Mendes. História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX: os relatórios dos presidentes da província. In. *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 2 jul./dez. 2001.

_____. VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In. *Revista Brasileira de Educação*. nº 14, mai./jun./jul./ago. 2000.

FERREIRA, Luiz Alberto. Os Clubes Republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889). In. COSTA, Wagner Cabral da (Org.) *História do Maranhão: novos estudos*. São Luis: EUFMA, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. In. *Estudos Históricos*, vol.10, 1992.

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Goiânia: Editora UCG, 2009.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Uma genealogia dos impressos para o ensino da escrita no Brasil no século XIX. In. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 15, n. 44, maio/ago. 2010.

FRANÇA, Basileo Toledo. *Velhas escolas*. Goiânia: UFG, 1998.

GALLAIS, Estevão. *O apóstolo do Araguaia*: Frei Gil Vilanova. Conceição do Araguaia: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia: Cânone Editorial/Editora PUC-Goiás, 2010.

GIRALDIN, Odair. Catequese e Civilização. Os Capuchinhos “entre” os “Selvagens” do Araguaia e Tocantins. In. *Boletim Museu do Pará. Emílio Goeldi*, Série. Ant. 18(2), 2002.

GONDRA, José Gonçalves & SHUELLER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In. VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima (Orgs). *História e historiografia educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____;JINZENJI, Mônica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). In. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 11, n. 31 jan./abr. 2006.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Fronteiras. In. VAINFAS, Ronaldo (Org). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*.Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

GRAHAM, Richard. Construindo uma Nação no Brasil do Século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 5, n 1, 2001.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

INACIO, Fátima Pacheco de Santana. *Mestre-escola: cultura, saberes escolares e a transformação das práticas pedagógicas (Goiás 1930-1964)*. In. *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia: Minas Gerais, 2006.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vols. XV; XXVIII. Rio de Janeiro, 1958.

JINZENJI, Mônica Yumi. As escolas públicas de primeiras letras de meninas: das normas às práticas. In. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 22, p. 169-197, jan./abr. 2010.

KARASH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás (1780-1889).In. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

LIRA, Elizeu Ribeiro. Frente pastoril e a (des) organização dos territórios Indígenas no sul do Maranhão e no antigo norte de Goiás. *Revista Plurais*. Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, vol. 3, 2006.

_____. *A gênese de Palmas – Tocantins: a geopolítica da (re) ocupação territorial na Amazônia Legal*. Goiânia: Kelps, 2011.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, 3ª ed. vol II, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010

MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaia*. 7ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, INL, 1975 (Coleção Brasileira, vol. 28).

MAGALHÃES, Sônia Maria de. O cenário nosológico de Goiás no século XIX. In. *Varia Historia* Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, jul./ 2005.

MARANHÃO, Othon. *Setentrião goiano*. Goiânia, 1978.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*. São Paulo, 8(1), mai/, 1996.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: O Conselho de Estado no Brasil Imperial. In. *Topoi*, vol. 7, n. 12, jan./jun. 2006.

MARTINS, Mario Ribeiro. *Dicionário Bio bibliográfico do Tocantins*. Rio de Janeiro: Master, 2001.

MARTINS, Renato. Em torno da catequese e civilização: agências Timbira nos aldeamentos e na política indigenista do Segundo Reinado do Império do Brasil (1840-1889). *Boletim/ USP*: São Paulo, 2006.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MOTTA, Diomar das Graças. Uma mulher professora nos sertões maranhense. *II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Anais História e Memória da Educação Brasileira. Natal: Offset Grafica e Editora Ltda, 2002.

NUNES, Clarice. História da Educação Espaço do Desejo. In. *Em Aberto*, Brasília: Ano IX, nº 47, jul/set, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 5 (supl), jul./1998.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As Origens da Educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, vol.12, n.45, out./dez. 2004.

PALACÍN, Luis Gomes. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

_____; MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1934): a Bahia na primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Série 5.^a, Brasileira, vol. 248, 1945.

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. *O silêncio no Magistério: professoras na instrução pública na província de Goyaz – século XIX*. Dissertação. 111 f. (Mestrado em História) Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: 2007.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. *Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XII. Rio de Janeiro: 1874.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Memória, família e poder. História de uma permanência política: os Caiados em Goiás. In. CHAUL, Nasr Fayad (Coord.) *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História: UFG, 1998.

ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os Índios: Goiás, 1850-1889*. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

RODRIGUES, Lysias. *Roteiro do Tocantins*. 4^a. ed., Palmas: Alexandre Acampora, 2001.

SANT'ANNA, Thiago Fernndo. *Gênero, História e Educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827-1889)*. 2010. Tese. 237 f. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Ignacio Xavier da. *O crime do coronel Leitão*. Goiaz: Oficinas Gráficas Popular, 1935.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1975.

SOARES, Flávio Jose Silva. *Barbárie e simulacro no jornal de Timon de João Francisco Lisboa*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In. FAVERO, Osmar (Org.) *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. 3ª ed, Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

SPIX, Johan Baptist & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. 2ª ed. Vol. II, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1938.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VASCONCELOS Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a Educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília C.C de (Orgs) *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*, Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. In. *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 9 jan./jun. 2005.

VILELA, Heloisa. O ensino mútuo na origem da escola normal do Brasil. In. BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano de. (Orgs.) *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

Documentação Manuscrita e Avulsa

Documentação Manuscrita (1853-1890), Caderno 033. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

_____. (1853-1888) Livro 0333. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

_____ 1858, Caderno 0402. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1867, Livro 0402. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1882, Livro 0690. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1896/1897, Livro 1137. In. *Arquivo Histórico do Estado de*
Goiás: Goiânia.

Documentação Manuscrita Avulsa, 1848, cx. 055. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1850, cx 079. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1852, cx. 0089. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1854, cx 0101. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1856, cx. 0111. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1858, cx. 0123. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1859, cx. 0128. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1862, cx. 0144. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1863, cx. 0150. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1865, cx 0163. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1868, cx 0184. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1870, cx. 0194. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás:*
Goiânia.

_____ 1870, cx. 0195. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____ 1870, cx. 0196. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____ 1878, cx. 02. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____ 1881, cx. 0690. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____ 1888, cx. 0379. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____ 1892, cx. 0422. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____ 1893, cx. 0436. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

GOYAZ - *Regulamento da instrução publica e particular da província de Goiaz* - 1869. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____. Regulamento Nº 3.397 – *Acto de 09 de abril de 1884*. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____. *Acto de 2 de Abril de 1886, reformando a Instrução Publica da Provincia*, 1886. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____. Regulamento Nº 4.148 – *Acto de 11 de Fevereiro de 1887, redando Regulamento para a Intrucção primaria da Provincia*. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____. Decreto nº 26 de dezembro de 1893. *Dá Regulamento a Lei n. 38 de 31 de Julho de 1893 quanto a instrução primária*. Goyaz, 1893. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

Goyaz. Lei nº 13, de 23 de julho de 1835. In. Bretas, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

TOCANTINÓPOLIS (1837-1875) cx 1. Sessão de Documentação Manuscrita. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____ (1875-1879) cx. 2. Sessão de Documentação Manuscrita. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia.*

_____ (1880-1885) cx. 3. Sessão de Documentação Manuscrita. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

_____ (1886- 1888) cx. 4. Sessão de Documentação Manuscrita. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

_____ (1889-1899) cx. 5. Sessão de Documentação Manuscrita. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Documentação Manuscrita, Datilografada e Impressa.

Nº 295 - Ministério dos Negócios e da Justiça – 1880. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Nº 1032 - Secretaria de Governo – Cadernos de Ofícios - Polícia -1892. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Nº 1044 - Secretaria de Governo - Cadernos de Ofícios - Polícia - 1892. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Nº 1065 - Correspondência da Inspeção Geral da Instrução Pública e Ponto dos Empregados - 1893. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Nº 1067 - Secretaria de Governo - Cadernos da Polícia - 1893. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Nº 236 - Secretaria de Governo - 1896. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Fontes impressas:

Correio Oficial de Goyaz, n. 4, Goyaz, p. 3, 11 maio 1840. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Correio Oficial de Goyaz, n. 10, Goyaz, p. 4, 1º maio 1852. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Correio Oficial de Goyaz, n. 13, Goyaz, p. 3, 12 maio 1852. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Correio Oficial de Goyaz, n. 5, Goyaz, p. 4, 6 abril 1853. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Correio Oficial de Goyaz, n. 6, Goyaz, p. 1, 7 maio 1853. In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás*: Goiânia.

Correio Official de Goyaz, 26 maio, 1881, In. *Arquivo Histórico do Estado de Goiás: Goiânia*.

Livro da Lei Goyana -1850 - Tomo 16. In. *Fundação Cultural Frei Simão Dorvi - Cidade de Goiás*.

Jornal do Estado de Goias, 22 de maio de 1892. In. *Laboratório de Documentação Histórica: Porto Nacional - Tocantins*.

Jornal do Estado de Goias, 29 de maio de 1892. In. *Laboratório de Documentação Histórica: Porto Nacional - Tocantins*.

Jornal do Estado de Goias, 14 de julho de 1892. In. *Laboratório de Documentação Histórica: Porto Nacional - Tocantins*.

Jornal de Goyaz, 17 de setembro de 1892. *Jornal do Estado de Goias*, 29 de maio de 1892. In. *Laboratório de Documentação Histórica: Porto Nacional - Tocantins*.

Relatórios

ALENCASTRE, Jose Pereira de. *Relatorio lido na abertura d'Assembléa Legislativa de Goyaz pelo presidente da provincia, o exm.o sr. José Martins Pereira de Alencastre, no dia 1.o de julho de 1862*. Goyaz, Typ. Provincial, 1862. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

ARAGÃO E MELO, Antonio Manoel de. *Additamento ao relatorio com que ao illm. e exmo. sr. dr. Antonio Manoel de Aragão e Mello, fez entrega da administração da provincia de Goyaz o excellentissimo senhor doutor Francisco Januario da Gama Cerqueira*. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1861. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

ASSIS, Antero Cicero. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em o 1.o de junho de 1873*. Goyaz, Typographia Provincial, 1873. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

ASSIS, Antero Cicero. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz, pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1.o de junho de 1874*. Goyaz, Typographia Provincial, 1874. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

CERQUEIRA, Francisco Januario da Gama. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinaria de 1858 pelo exm. presidente da provincia, dr. Francisco Januario da Gama Cerqueira*. Goyaz, Typographia Goyazense, 1858. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

CERQUEIRA, Francisco Januario da Gama. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinaria de 1859 pelo exm. presidente, dr. Francisco Januario de Gama Cerqueira*. Goyaz, Typographia. Goyazense, 1859. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

FLEURY, Luiz Gonzaga Camargo. *Relatório Apresentado á Assembléa Legislativa Pelo Presidente 1837 Discurso com que o presidente da provincia de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da Assembléa Provincial no 1.o de julho de 1837*. Goyaz, Typografia, Provincial, 1837. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

GOMES, Antonio Joaquim da Silva. *Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1851 o exm. presidente da mesma provincia, doutor Antonio Joaquim da Silva Gomes*. Goyaz, Typographia Provincial, 1851. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

JARDIM, Joze Rodrigues. *Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1835, o exm. presidente da mesma provincia, Joze Rodrigues Jardim*. Meyaponte, Typographia Provincial, 1835. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

LEITE MORAES, Joaquim de Almeida *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1881 pelos exm. Presidente da província, dr. Joaquim de Almeida Moraes*. Goyaz, Typographia Goyazense, 1881. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

MARIANI, Francisco. *Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1853 o exm. presidente da provincia, doutor Francisco Mariani*. Goyaz, Typographia Provincial, 1853. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

MACHADO, Antonio Candido da Cruz. *Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1854 o presidente da provincia, Antonio Candido da Cruz Machado*. Goyaz, Typographia Provincial, 1854. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

MACHADO, Eduardo Olimpio. *Falla que recitou o prsidente [sic] da provincia de Goyaz, o doutor Eduardo Olimpio Machado, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma provincia em o 1.o de maio de 1850*. Goyaz, Typographia Provincial, 1850. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

MAGALHÃES, Jose Vieira de Couto. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa de Goyaz pelo presidente da provincia, o ex.mo sr. dr. José Vieira Couto de Magalhães, no dia 1.o de junho de 1863*. Goyaz, Typographia Provincial, 1863. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

MASCARENHAS, Jose de Assiz. *Relatorio que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1845 o exm. presidente da mesma provincia, dr. Jose de Assiz Mascarenhas*. Goyaz, Typographia Provincial, 1845. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

MORAES, Theodoro Rodrigues. *Relatorio apresentado pelo Illmo. Exmo. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes 1º vice-presidente ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes presidente da província no dia 10 de fevereiro de 1881*. Goyaz, Typographia Goyazense, 1881. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

PEREIRA, Ernesto Augusto. *Relatorio que o exm. sr. dr. Ernesto Augusto Pereira, presidente da provincia de Goyaz, leu na abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia a 1.o de junho de 1869.* Goyaz, Typographia Provincial, 1869. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

RAMALHO Joaquim Ignácio. *Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1846 o exm. presidente da mesma provincia doutor Joaquim Ignacio Ramalho.* Goyaz, Typographia Provincial, 1846. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

SANTA CRUZ, Filippe Antonio Cardoso. *Relatorio da instrucção publica da província de Goyaz que ao Ilm. Sr presidente Dr. Francisco Januaria da Gama Cerqueira apresentou Filippe Antonio Cardoso de Santa Cruz, Director do Licêo e Inspetor da Instrucção Publica.* Goyaz, Tipografia goianense, 1858. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

SILVA GOMES. Antonio Joaquim. *Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1851 o exm. presidente da mesma provincia, doutor Antonio Joaquim da Silva Gomes.* Goyaz, Typographia Provincial, 1851. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

SPINOLA, Aristides de Souza *Relatorio apresentado pelo illm. e exm. sr. dr. Aristides de Souza Spinola, presidente da provincia á Assembléa L. Provincial de Goyaz, no dia 1.o de março de 1880.* Goyaz, Typographia Provincial [sic], 1880. Disponível em www.crl.edu/.../provincial/goias

ANEXOS

Modelo de Mapa de Aulas – Província de Goiás 1869

Mappa mensal do professor publico da Freguezia de.... Municipio de... em o mez... de 1869.								
nomes dos alumnos	Idade	Nomes dos paes ou tuto- res	Natu= Ralidade	Gráo de instrucção na occazião da matricula	Fre- quencia	Aprovei- tamento	Morali- dade	Observações.

Data								
Assignatura								
Mappa trimensal da inspeccia da instrucção da freguezia de.... municipio de.... 1º trimestre								
Nome do profes= sor ou director	Escola publi= ca	Escola ou colle= gio par= ticular	Numero dos alumnos ma= triculados	Frequen= cia	Aproveita= mento	Se o edificio está em con= dições hygie= nicas.	Qual o estado dos utensilios e mobílias	Observações.
(Declarará o seu juizo sobre o pro= fessor e o dia em que visitou a escola).								
Data								
Assignatura								
Silvina E. X. ^{er} de Brito								

Fonte: AHG - Regulamento de 1869 (Caixa de Regulamentos)

* A estrutura dos mapas corresponde à folha horizontal para preencher os dados

Mapa de Aulas - Escola de Sexo Feminino de Boa Vista do Tocantins – 1878

Mappa das alunas em os mezes de Janrº de 1878 da Cidade de Boa [...][...]=vista Escola Publica do Sexo Feminino da Freguesia de Nossa S. da Consolação											
Numero	Nomes	idades	Pais ou educadores	Naturalida de	Reziden cia	Matricula	Freque ncia	Aprovei tam^{to}	Mora lidad e	Falt as	Observações
1	Felisbela Bap ^{ta} da Luz	7	João Fr ^{co} Bap ^{ta}	Boavista	Boavista	a b c	sim	Sim	si m	2	
2	Jardelina Acacia	12	Faustino Acacio	“	“	“	“	“	“	4	faltou p ^r molestia
3	Jozefa Maria	11	Pulqueria da Silva	“	“	“	p	“	“	2	“
4	Felippa Vieira	10	Catharina Vieira	“	“	“	sim	P	“	15	“
5	Norberta Ferr ^a da Costa	14	Onorio Ferr ^a da Costa	Passagem fran Ca	“	Syllabas	“	Sim	“	15	“
6	Joanna Ferr ^a da Costa	12	“ “	“	“	a b c	“	“	“	8	“
7	Enedina Pereira	8	Leocadio Pereira	“	“	“	“	P	“	12	“
8	Francisca das Virgem	14	Julianna das Virgem	Boavista	“	“	p	Sim	“	13	“

9	Maria Joanna Gonçalves ^s	14	Antonia Gonçalves	“	“	“	“	“	“	19	“
10	Maria da Purificação	13	Felisbela da Cunha	pr ^a de maranhão	“	“	“	“	“	2	falta de meios e molestia
11	Thereza de Ar ^o Barros	8	João Per ^a de Barros	“	“	“	sim	“	“	1	Faltou p ^r molestia
12	Morena Pinheiro	7	Estalita [sic] Maria	PortoImp	“	“	“	“	“	4	“
13	Pedro Rofino da Luz	7	Fr ^{co} Rofino de Sirgr ^a	Boavista	“	“	“	“	“		“
14	Joaq ^m Rofino da Luz	5	Anna Joaq ^{na} da Luz	“	“	“	“	“	“	9	“
15	Satornino Bap ^{ta}	5	João Fr ^{co} Bap ^{ta}	“	“	“	p	“	“	18	“
16	João Pedro	6	Alexandre	Pedro Afonço	“	“	“	Não	“		“
			Cidade de	Boa-vista 8 de	Fevereiro [...]						
				Anna	Joaquina [...]						

Fonte: TOCANTINÓPOLIS, 1878 , Cx. 2. (documento adaptado pela autora)